

# Plano Municipal de Educação

2015-2025

Taubaté, SP

Prefeitura Municipal de Taubaté

Secretaria Municipal de Educação

Junho, 2015

José Bernardo Ortiz Monteiro Junior  
**Prefeito de Taubaté**

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon  
**Secretária da Educação**

Neir Lardo Leitão  
**Coordenação Geral do Plano Municipal de Educação**

**Comissão de Elaboração e Monitoramento**  
**Portaria Nº 129, de 6 de fevereiro de 2015**

Neir Lardo Leitão/ Presidente da comissão - Supervisora SEED

Lauren Patrícia de Barros Cursino / Vice-presidente - Supervisora SEED

Iraelza de Fátima Coelho Monteiro – Supervisora SEED

Mauricio Menino Macedo / Regional de Ensino do Estado de SP

Vanilda Aparecida P. Silva / Regional de Ensino do Estado de SP

Paulo Sérgio Araújo Tavares / Sec. Negócios Jurídicos

Vanessa Presotto / Sec. Adm. e Finanças

Cristiane S. Zandonadi / Sec. Adm. e Finanças

Helton Naves Dias / Ensino Fundamental

Vanessa Martins Silva / Ensino Fundamental

Kamila Castro Monteiro / Ensino Fundamental

Andréia Machado Citro / Educação Infantil

Priscilla Heleonora M.P. dos Santos / Educação Infantil

João Rubens Salles / Conselho Municipal de Educação

Elisangela da Rocha Silva / Conselho Municipal de Educação

Max Renan S. Barrozo / FUNDEB

Queila de Cássia Vilela / FUNDEB

## **Subcomissões do Plano Municipal de Educação**

### **Subcomissão Universalização do Atendimento Escolar**

#### **Educação Infantil**

Kelly Cristina Marcon Arcas

Iraelza de Fátima C. Monteiro

#### **Ensino Fundamental**

Sandra Aparecida Moreira Ponce

Rosemary Prado Lopes Silva

#### **Ensino Médio**

Renato Dutra Gomes

#### **Educação Especial**

Kamila Castro Monteiro

Marcia Elisa Godói dos Santos

Ione Heloisa Rosa

### **Subcomissão Melhoria da Qualidade da Educação Básica**

#### **Alfabetização**

Nadir Josefine Confalone

Márcia Cristiane Beloni Rabay Pimentel

### **Ensino em Tempo Integral**

Eutália Elizabete Gonçalves Flores

Mara Solange Antunes Nogueira

### **Qualidade na Educação**

Maria do Carmo Berthoud Oliveira

### **Subcomissão Erradicação do Analfabetismo e Superação das Desigualdades Educacionais**

Luciana Aparecida Martins Oliveira

Roseli de Fátima Barbosa

### **Subcomissão Formação para o Trabalho e Educação Profissional Técnica**

Renato Dutra Gomes

### **Subcomissão Ensino Superior**

Helton Naves Dias

### **Subcomissão Valorização dos Profissionais da Educação e Gestão Democrática**

Leonardo Lopes Rodrigues

Gustavo Perroni Gomes da Silva

Josemir Landes de Oliveira

### **Subcomissão Financiamento Público**

Francisco Trevisan

### **Coordenação das Subcomissões**

Neir Lardo Leitão

Lauren Patrícia de Barros Cursino

**Organização, Redação, Coleta e Análise dos Dados**  
Neir Lardo Leitão

**Colaboração**  
Secretaria de Educação Municipal  
Conselho Municipal de Educação  
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

“[...] para dominar a obra educacional, em toda a sua extensão, é preciso possuir, em alto grau, o hábito de se prender, sobre bases sólidas e largas, a um conjunto de idéias abstratas e de princípios gerais, com que possamos armar um ângulo de observação, para vermos mais claro e mais longe e desvendarmos, através da complexidade tremenda dos problemas sociais, horizontes mais vastos” (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932).

## **Apresentação da Secretária Municipal de Educação**

Quantos desafios se fizeram presentes neste caminhar pela educação de Taubaté! Não foi planejado por mim ser gestora municipal de educação. Eu estava em um momento, na carreira na Universidade, com projetos novos, dentre os quais um mestrado de educação que se iniciaria, uma licenciatura em educação do campo, enfim, desafios, que somei ao primeiro, durante esta trajetória.

Nenhum desses desafios, é verdade, tem a amplitude do que foi a Secretaria de Educação no início de 2013 e o é todos os dias. Complexidade pelo número de atendimentos, professores, funcionários, estrutura organizacional, esta deficitária de pessoal, como acredito que aconteça na maioria das Secretarias de Educação. Enfim, um caminho a construir e, ao longo dele, este Plano Municipal de Educação - PME.

Taubaté não contou com um plano na última década, de modo que não houve um anterior que servisse de guia ou que se pudesse avaliar. Isso não mais ocorrerá, a partir de agora. Haverá de se refazer os caminhos, alargá-los, redescobrir novas rotas, reforçar encostas, mas já se tem um traçado. Esse traçado foi desenhado pelos profissionais de educação e por pessoas a ela relacionadas e, assim, independentemente de quem virá no futuro, a educação, em Taubaté, terá um rumo a seguir. O alicerce deste Plano são os profissionais, os agentes políticos, a sociedade, as pessoas que se debruçaram sobre ele e o tornaram realidade.

Minhas palavras são de agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste PME:

à equipe de trabalho da Secretaria de Educação, com seus gerente, diretor, coordenadores, supervisores, diretores, vice-diretores, professores, equipe técnica, chefes de divisões, comissão instituída, em especial a Profa. Neir Lardo Leitão, que coordenou os trabalhos e não mediu esforços para que ele se desenvolvesse;

a todas as comissões e subcomissões de trabalho, vereadores, Câmara Municipal, por meio de seu presidente, União dos Dirigentes Municipais (UNDIME), Diretoria de Ensino do Estado, escolas privadas, instituições de ensino superior, sociedade civil organizada;

aos colegas Secretários e funcionários de outras secretarias municipais, e a todos os que participaram direta ou indiretamente da construção do documento;

por fim, ao Prefeito Municipal de Taubaté, nesta gestão 2013-2016, José Bernardo Ortiz Monteiro Junior, cuja sensibilidade e compromisso com a área de educação se fez e se faz presente nessa empreitada.

Que os próximos anos sejam prósperos e propícios para a execução deste plano, e que Taubaté construa uma educação de qualidade para que as crianças e jovens possam se orgulhar de serem taubateanos e brasileiros. Sem educação não pode haver uma sociedade de iguais.

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon  
Secretária Municipal de Educação

## **Apresentação da Coordenadora do Plano Municipal de Educação**

E tudo recomeça agora...

Concluimos este documento com a expectativa de quem inicia uma longa jornada. Jornada dedicada aos que se doam à educação de nosso município.

Cada companheiro de caminhada teve a convicção de que não era um sujeito qualquer, mas que foi escolhido pelo comprometimento com que se dispõe a cada dia prosseguir e estender a mão forte, necessária ao trabalho em equipe.

Os outros que foram se juntando pouco a pouco, um a um, fortaleceram a construção de um espaço democrático e participativo em que o resultado não é apenas de quem participou, mas de todos que virão fazer parte da jornada.

Os anseios que trazemos em nossa essência de educadores, o rumo que queremos dar para a Educação de Taubaté, a bagagem que a experiência nos proporciona, e agora, aqui...

Eis o Plano de viagem!

Não se pode concluir este projeto e arquivá-lo com a sensação de dever cumprido. Ele é só o mapa que aponta para onde queremos chegar. É onde tudo começa.

A decisão de trilhar seus caminhos, rever as rotas, buscar alternativas, apreciar as conquistas da caminhada e, ainda, dispor-se a prosseguir, mesmo que cansado, mesmo que outras viagens não tragam boas lembranças...

Esta decisão ainda está por vir, e depende do viajante.

A todos que embarcaram neste projeto e colaboraram em sua construção, deixando nele sua marca, fica registrado o meu mais profundo e sincero agradecimento, e o convite para, a partir de agora, iniciarmos a caminhada!

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade, e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 1979).

Neir Lardo Leitão  
Coordenação Geral do Plano Municipal de Educação

## **I - Apresentação**

### **Histórico da Construção do Primeiro Plano Municipal de Educação de Taubaté**

A elaboração do Plano Municipal de Educação de Taubaté (PME) segue determinação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13005, de 25 de junho de 2014, que fixa o prazo de um ano, a partir de sua publicação, para que os municípios criem ou adaptem seus planos em consonância com suas 20 metas preestabelecidas.

Essas determinações, contudo, partem de orientações que estão tramitando há mais de 20 anos, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, que orienta sua construção:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Essa proposta, também reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 9º, determina “[...] que cabe à União a elaboração do Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”.

Nosso Município inicia sua participação nas discussões do Plano Nacional de Educação, nas conferências regionais, livres e ordinárias intermunicipais, do CONAE, em 2010, e, em 2013, das cidades de Mogi das Cruzes e São José dos Campos, para as quais enviou delegados de diversos setores, representantes do município. Já em 2014, quando divulgado o Plano Nacional de Educação, Taubaté iniciou sua organização interna, para a construção de seu primeiro Plano Municipal de Educação.

Com a proposta de ser um plano decenal e de Estado que perpassa governos, pelo menos dois mandatos da administração municipal, ele oferece possibilidades de continuidade no planejamento da Educação, que historicamente sofre devido à interrupção de seus projetos.

O PME será aprovado por lei e, portanto, há maiores possibilidades de que suas propostas sejam executadas, ainda que ajustes possam ser feitos ao longo de sua aplicação, de acordo com a realidade cotidiana.

Por ser o primeiro plano do município, tem a missão de servir de norte para a construção dos próximos planos e, por sua abrangência, servirá de guia para as decisões da educação no município em todos os níveis. Mesmo seus erros terão sua importância, uma vez que errar faz parte da construção de competências e de conhecimento, e eles orientarão as correções de percurso.

A construção do plano, de fato, iniciou-se no dia 01 de outubro de 2014, quando a Secretária da Educação, Profa. Dra. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, nomeou uma comissão interna para dar início aos estudos necessários para a elaboração do documento. Essa primeira comissão foi constituída pelas Supervisoras de Ensino da Secretaria de Educação, Neir Lardo Leitão, Kelly Cristina Marcon Arcas, Ana Paula Bastos de Moraes Moreira, e pela então Diretora da Secretaria de Educação, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro, que organizaram os trabalhos iniciais e a elaboração do cronograma de construção do PME.

A essa comissão se juntaram posteriormente as Supervisoras de Ensino Dalva Arcângela Silva Campos, Eutália Elizabeth Gonçalves Flores, Lauren Patrícia de Barros Cursino, Maria do Carmo Berthoud de Oliveira, Maria Odisséia Pinto, Iraelza de Fátima Coelho Monteiro; o Prof. Paulo de Oliveira Ramos; o diretor de Escola Prof. Helton Naves Dias; o presidente do Conselho Municipal de Educação, Prof. João Rubens Salles; e o Supervisor de Ensino Mauricio Menino Macedo, da Diretoria Regional de Ensino do Estado.

Em 3 de novembro de 2014, na Biblioteca do Sistema Educacional de Desenvolvimento Social (SEDES), foi realizado o Encontro de Lideranças de Taubaté, quando foi apresentada a situação do município com relação ao cumprimento das metas do PNE.

Em fevereiro de 2015 foi oficialmente constituída a Comissão de Elaboração e Monitoramento do PME, por meio da portaria nº 129, de 6 de fevereiro de 2015.

Foram encaminhadas solicitações de informação e convites à participação na construção do diagnóstico do município às Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal, à Diretoria Regional de Ensino do Estado, à Câmara Municipal, aos sindicatos das escolas públicas e particulares, aos Institutos de Ensino Superior, às escolas da rede municipal, aos Conselhos Municipais e às principais lideranças dos diversos setores do município. A comissão passou a reunir-se semanalmente, para dar andamento a suas atividades.

A comissão passou a ser acompanhada pela Avaliadora do MEC, Profa. Selma Chueco Belineli, a quem se reportava, na pessoa de sua presidente, a Professora Neir Lardo Leitão, para sanar dúvidas e receber diretrizes da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC.

Foi criado um Fórum Virtual para a divulgação das ações da comissão e material para estudo, bem como foi aberto espaço para a participação popular. As metas estabelecidas pelo PNE foram também divulgadas em 125 escolas e discutidas junto aos professores e comunidade, e sugestões foram enviadas para a comissão.

Foram realizadas duas conferências, uma no auditório do SEST/SENAT, em 8 de dezembro de 2014, e outra na Biblioteca do SEDES, em 5 de fevereiro de 2015.

A partir do dia 3 de fevereiro de 2015, com o Documento de Diagnóstico do Município já pronto, iniciaram-se as reuniões de discussões públicas, ocorrendo em todas as terças e quintas-feiras, às 18h, num total de 20 encontros de trabalho, nas dependências da Secretaria de Educação. As metas do PNE foram divididas nas seguintes subcomissões:

- Universalização do Atendimento Escolar
- Melhoria da Qualidade da Educação Básica
- Erradicação do Analfabetismo e Superação das Desigualdades Educacionais
- Formação para o Trabalho e Educação Profissional Técnica
- Ensino Superior
- Valorização dos Profissionais da Educação e Gestão Democrática
- Financiamento Público

As convocações ao público foram feitas nas escolas e, semanalmente, nas emissoras de rádio, jornais e emissoras de televisão de Taubaté.

Em 6 de março de 2015 aconteceu um Encontro Regional de Formação oferecido pela UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) aos dirigentes municipais da região, abordando os seguintes temas: “Plano Municipal de Educação” e “Ensinando e Aprendendo com Prazer: A Neurociência entra em Ação”. Como palestrantes apresentaram-se a Professora Marialba Carneiro, Vice-presidente da UNDIME-SP e Dirigente Municipal de Ensino do município de Pereira Barreto, e o Professor Dr. Nino Paixão.

Em 28 de abril de 2015 foi realizada a plenária de votação do texto das Metas e Estratégias do PME, resultado das discussões junto às subcomissões e de novas discussões nas escolas. Paralelamente a esse processo, o documento “Plano Municipal de Educação” foi redigido.

A história da construção deste documento, assim relatada, pode ser similar a de outros municípios que seguiram o roteiro pré-elaborado para construção de seus planos. Porém, o que se faz realmente necessário registrar é o momento histórico do qual nosso município participou, com a construção de um documento tão importante para a Educação: seu primeiro Plano Municipal de Educação, elaborado democraticamente, aberto para construção por meio de debate público. Não há registros de outro momento em nossa cidade em que toda a comunidade escolar teve espaço e voz para discutir as propostas de educação para o município.

Entende-se que a finalização deste documento representa apenas o começo das ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação de Taubaté. Sua elaboração desenhou-se como um caminho para que, de fato, a qualidade da educação de nosso município se estabeleça, uma vez que pessoas engajadas democraticamente no espaço propício oportunizado puderam atuar criticamente e poderão acompanhar a concretização das ações, delineadas também de modo participativo e democrático.

## **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa realizada e apresentada neste documento faz uma análise exploratória, descritiva e explicativa do objeto pesquisado: a educação na cidade de Taubaté, tendo como meta o aprimoramento de sua qualidade.

Acredita-se que só é possível a compreensão da realidade a partir do conhecimento de sua formação, de como foi constituída e de quem são os atores que fizeram parte de sua construção. A pesquisa buscou, então, dados históricos relativos à constituição do município e, conseqüentemente, da concepção da sua Educação.

Assim, o trabalho utiliza a coleta de dados como subsídio para a construção de uma proposta de ação para a Educação a partir de uma abordagem realista, com propostas e possibilidades reais para sua execução. O resultado das pesquisas, bem como suas análises comparativas, foi organizado para que possa servir de consulta futura e de linha norteadora de ações, dando continuidade ao processo educacional de Taubaté, ultrapassando o tempo de atuação de seus gestores.

A pesquisa aborda três tópicos principais. O primeiro, **Informações Gerais do Município**, no qual se faz uma análise das condições socioeconômicas do município e de sua população nos últimos anos; o segundo, a **Estrutura da Educação no Município**, apresenta a Educação de Taubaté em todas as etapas e modalidades, desde a primeira etapa da educação infantil até o ensino superior; e, em terceiro, as **Metas e Ações do Plano Municipal de Educação**, elaboradas a partir das determinações estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/14, que apresenta estratégias produzidas coletivamente e que, em seguida, foram aprovadas em conferência pública. As metas, estratégias e ações estão alinhadas com o Plano Nacional e com o Plano Estadual, conforme se apresenta no documento.

As informações utilizadas partiram de pesquisas de órgãos oficiais, como o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e de Secretarias de Ministérios Federais, como Educação, Saúde, Ação Social, Receita, Planejamento, Cultura, entre outras, que produzem relatórios contínuos referentes à situação dos municípios para subsídio às pesquisas de desenvolvimento. Também foram realizadas pesquisas nas Secretarias Municipais de Taubaté.

## II – Diagnóstico Geral do Município de Taubaté

A população do município de Taubaté está em crescimento, com taxa de 1,08%, observada no período de 2010 a 2014, enquanto a região apontou crescimento de 1,01%, e o estado de São Paulo, de 0,87%, no mesmo período.

A população é predominantemente jovem, aproximadamente 15% está em idade de frequentar a escola, nos diversos níveis, e 21% em idade economicamente produtiva, dados que apontam para perspectivas positivas de desenvolvimento do município.

A preservação da qualidade de vida situa Taubaté na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,8, índice este apoiado na longevidade de seus cidadãos, na renda *per capita* e na qualidade da educação.

Os cuidados com a saúde também têm baixado a taxa de mortalidade infantil, que é de 10,43 crianças por 1.000 nascimentos, enquanto no Estado o número de óbitos infantis é de 11,6 crianças por 1.000 nascimentos. No Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), que aponta as condições que uma criança tem de sobreviver, crescer e se desenvolver durante a primeira infância, Taubaté alcança o valor de 0,92, em uma escala que varia entre zero e um.

Observa-se, no município, a criação de diversos programas e projetos de atendimento social, assistencial, educacional, de saúde, de lazer e de cultura, disponibilizados para a população, buscando atender suas necessidades básicas. Percebe-se, ainda, a necessidade de investimentos em espaços comunitários para atendimento de lazer familiar, como praças arborizadas, parques, espaços para apresentações artísticas e culturais e, ainda, mais investimento nas tradições e personagens ilustres do município, para incremento do setor turístico, que apresenta considerável potencial de crescimento.

Na área de Educação e Cultura, o município oferece cinemas, teatros e museus, como: Museu da Imigração Italiana, de Imagem e Som, de História Natural, de Arte Sacra, de Artes Plásticas, o Sítio do Pica Pau Amarelo e o Parque do Itaim, que remetem à ilustre figura de Monteiro Lobato, dentre outros.

Há um aumento de apropriação de renda pelos 20% mais pobres da população, que em 1991 era de 3,5%, passando para 5%, em 2010, enquanto na parcela intermediária saiu de 38% e passou para 39,9%, no mesmo período, apontando uma redistribuição de renda demonstrada pela retração da parcela de distribuição de renda para os 20% mais ricos, que foi de 2,6%.

A principal fonte de renda do município é o setor Industrial, com 42,6% de abrangência do setor financeiro, e 31,1% no setor de serviços (Censo 2010). Sabe-se que, quanto mais industrializada for a região, mais tributos ela gera para os entes federativos. No Brasil, os setores industriais, juntamente com os setores de serviços, tornaram-se as principais fontes de tributos, exercendo papel importante no desenvolvimento econômico e social da população.

Entretanto, esse quadro, na perspectiva de crise mundial e nacional, merece especial atenção. Ainda que indústria e serviços se mostrem geradores de renda, produzindo com maior rapidez as riquezas, sob o impacto de crise na economia mundial produzem uma forte desaceleração econômica. Para o município, que tem sua arrecadação fixada em percentuais de impostos e cujo principal tributo é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS), uma crise significa reduzir as verbas de todos os setores da administração pública e, em particular, da Educação, que atualmente representa 35% da despesa orçamentária dos cofres públicos, e para a qual este documento faz planos para o próximo decênio.

Dessa forma, as propostas aqui apresentadas partiram de uma discussão sobre a realidade das necessidades urgentes para busca da excelência em qualidade na Educação no município sem, contudo, perder o enfoque no momento econômico de retração que o Brasil atravessa.

As estratégias para o alcance das metas municipais necessitam, para sua realização, de mudanças de paradigmas, da busca de esforço coletivo e, acima de tudo, da união dos diversos setores do município.

A Educação é, sem dúvida, o caminho para o desenvolvimento integral do indivíduo e, conseqüentemente, de nosso município. É importante frisar que, em função da evolução do país, do Estado e do município, essas estratégias, metas e ações devem ser revistas e reavaliadas a cada dois anos, após sua aprovação.

## Informações Gerais do Município

Estas informações traçam um panorama das principais características de Taubaté, num processo de levantamento e análise de dados para subsidiar o planejamento das ações relacionadas à educação no município. Busca-se identificar as condições socioeconômicas, culturais e educacionais, bem como as condições atuais de acesso dos alunos e suas famílias aos serviços e equipamentos públicos.

O texto tem como ponto de partida o mapeamento das condições e dos resultados da educação municipal, dos recursos já existentes no município e das instituições responsáveis pela educação, ajudando a identificar os problemas para, assim, possibilitar o apontamento de soluções.

## Aspectos Demográficos

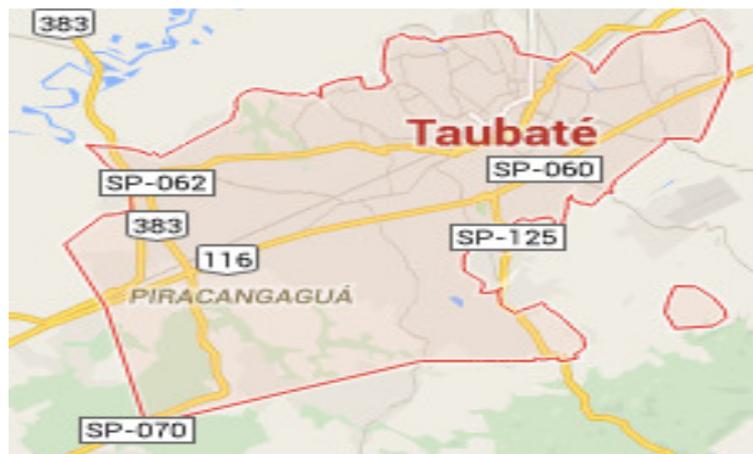
Taubaté é um município do Estado de São Paulo, Brasil, situado na 2ª sub-região da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Está localizado a 130 km da capital do estado, São Paulo, a 280 km da cidade do Rio de Janeiro, a 90 km de Ubatuba, no Litoral Norte de São Paulo, e a 45 km de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira, conforme Figuras 1 e 2. A Tabela 1 mostra algumas das características geográficas do município.

**Figura 1** Localização do Município de Taubaté na Região



Fonte: Google Maps, 2015

Figura 2- Acessos ao Município de Taubaté



Fonte: Google Maps, 2015

Tabela 1- Características demográficas gerais do município de Taubaté, SP

Extensão Territorial	625 km <sup>2</sup>
Área Rural	534,9 km <sup>2</sup>
Área Urbana	91 km <sup>2</sup>
Densidade Demográfica	446 habitantes/km <sup>2</sup>

Fonte: Portal IBGE Cidades, 2011

## 1. Contexto histórico do Município

Taubaté fez parte de acontecimentos importantes da história do Brasil, ao longo da construção de sua própria história.

Em 1639, Taubaté foi fundada pelo Capitão-Mor Jacques Félix, procurador da Condessa de Vimieiro, D. Maria de Souza Guerra, donatária da Capitania de Itanhaém, detentora de grandes trechos de terras descontínuas, sendo uma parte ao longo da região que hoje conhecemos como litoral sul do estado de São Paulo, e outra parte na extensão hoje conhecida como vale do Paraíba, com um trecho voltado para os caminhos das “Minas Gerais” (ABREU, 1991).

Na parte central da cidade, entre os córregos do Convento Velho e Saguiru, foi estabelecida a vila de Taubaté. Contava com nove ruas e formava um desenho semelhante a um “tabuleiro de xadrez”, conforme pintura da época (Figura 3).

**Figura 3- Taubaté por Jean Baptiste Debret**



*Fonte: USP/IEB, 2015*

A Vila tornou-se o centro do povoamento que se formou no vale do rio Paraíba do Sul, que se estendia desde a cidade hoje chamada de Arujá até, em outro extremo, a cidade de Bananal. Como cidade central, teve seu desenvolvimento acelerado com o objetivo de expandir também o povoamento a toda a região valeparaibana. Para isso, muitas famílias de outras regiões, como a da própria São Paulo, transferiram-se para cá, sob convite de Jacques Félix, com a missão do expansionismo (ANDRADE, 2012).

Jacques Félix liderou a construção da Igreja Matriz, ilustrada na Figura 4, de taipa e pilão, levantou a Câmara e todo o centro da futura cidade com os índios da região e moradores que afluíam para a nova povoação, a partir de um esboço de como deveria ser construída a segunda capital da Capitania de Itanhaém, conforme determinações da Condessa de Vimieiro. Era o que hoje se convencionou chamar de “cidade planejada” e, também, explica o termo com que alguns historiadores se referem a Taubaté: a “Capital do Vale do Paraíba” (LEME, 2013).

As obras foram concluídas em 1645, e a povoação, declarada oficialmente como Vila, em 5 de dezembro daquele ano, recebeu a denominação de São Francisco das Chagas de Taubaté. Entretanto, Taubaté foi elevada à condição de cidade somente em 5 de fevereiro de 1842, já no início do ciclo cafeeiro. Uma ressalva se faz necessária: apesar de a elevação de Taubaté como cidade ter ocorrido em 5 de fevereiro, a cidade comemora seu aniversário oficial no dia 5 de dezembro, data de sua elevação à categoria de Vila, ou seja, não se comemora nem a sua

fundação e nem a sua elevação à condição de cidade. A condição de Vila foi conquistada antes de todos os outros povoados da região, graças às construções que eram consideradas como pré-requisito pelo governo português para a conquista desse título: Igreja Matriz, Câmara, Cadeia Pública, moinhos, engenhos, dentre outras. Seu título de cidade também foi conquistado na vanguarda de outros povoados devido a esse crescimento (ORTIZ, 1988).

Taubaté, como centro desse grande povoamento, tornou-se ponto de saída das bandeiras, que eram expedições para o interior do território brasileiro com o objetivo de explorar suas riquezas. Alguns bandeirantes, hoje tão conhecidos, partiram de Taubaté, como Antônio Rodrigues Arzão, apontado como responsável pela descoberta de ouro em Minas Gerais, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Antônio Dias de Oliveira, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Carlos Pedroso da Silveira, Tomé Portes Del Rei, e outros. Esses pioneiros descobriram ouro e fundaram povoados, dando origem às conhecidas “cidades históricas” de Minas Gerais: Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes e Caeté, entre outras (SODERO, 2001).

Com o crescimento de outros povoados, Taubaté tornou-se um centro de produção de gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão, farinha de milho e mandioca, rapadura, para abastecimento de toda a região. O transporte desse abastecimento era feito no lombo de mulas e cavalos conduzidos pelos tropeiros.

Já em meados do século XIX a localidade passou a se destacar como grande centro produtor de café, com cerca de 90 fazendas cafeeiras, conquistando riquezas e acelerando o processo de urbanização, destacando-se: o Mercado Municipal (1860); o primeiro jornal, que se chamava “O Taubateense” (1861); a Estrada de Ferro D. Pedro II, depois denominada Central do Brasil (1876); o Teatro São João (1878); o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (1879); bondes urbanos de tração animal (1881); iluminação a gás nas ruas (1884); abastecimento de água e empresa telefônica (1893); o primeiro grupo escolar, Dr. Lopes Chaves (1902); e, a rede de esgotos (1905), entre outros avanços no processo de urbanização. É importante destacar a vocação industrial que Taubaté já apontava, com a fundação da Companhia Taubaté Industrial (CTI) pelo empresário Félix Guisard (ANDRADE, 2012).

Figura 4 - Taubaté por Paulo Camilher Florençano. Acervo DMPAH



Fonte: Acervo DMPAH, 2015

Taubaté conta, atualmente, com um parque industrial notável e bem diversificado, atendendo às mais variadas demandas de diferentes setores da economia: produções de grandes projetos relacionados às obras voltadas para a produção de energia hidroelétrica, transportes metroviários, insumos *Just-in-time*, para os setores aeroespaciais e transportes terrestres, além de algumas montadoras, indústrias de alta tecnologia aplicada na área de eletrônica e outras voltadas à construção civil, e às áreas de química e perfumaria. O município também se destaca pela riqueza nos setores da pecuária e rizicultura, bem como na diversidade que se apresenta no comércio e na prestação de serviços, especialmente nas áreas de alimentação, lazer e hotelaria (SÃO PAULO, 2013).

A contribuição cultural de Taubaté é também muito significativa no panorama vale paraibano. Durante muito tempo foi conhecida como “Celeiro das Artes”, pela riqueza e diversidade das expressões artísticas facilmente encontradas no município, bem como também chamada de “A Cidade Universitária do Vale”, pelo grande volume de instituições de ensino superior que aqui se estabeleceram e pelo natural fluxo de alunos que se criou a partir dessa situação.

Hoje, oficialmente denominada “Capital Nacional da Literatura Infantil”, em homenagem a seu filho ilustre, o escritor José Bento Monteiro Lobato (1882-1948), Taubaté também é reconhecida pela origem de outros grandes nomes que fazem parte da história de nosso país, como o cineasta Amácio Mazzaropi, o maestro Fêgo Camargo e sua filha, a atriz e apresentadora Hebe Camargo, Clodomiro Amazonas, uma das referências nacionais da pintura paisagista, a introdutora do impressionismo no Brasil, Georgina de Albuquerque, os irmãos Tony e Celly Campello, responsáveis pela popularização da jovem guarda, e Cid Moreira, âncora do “Jornal Nacional” que por 25 anos deu o seu conhecido “Boa Noite” para todo o Brasil.

## 2. Atividades econômicas existentes no município

Taubaté coloca-se na posição de segundo maior polo industrial e comercial do vale do Paraíba, sem, contudo, ver reduzida sua capacidade de geração de renda por meio de atividades nas áreas da pecuária e agricultura, tendo como sua principal produção o arroz.

Sua atividade econômica tem elevado consideravelmente seu PIB e a qualidade de vida dos munícipes (IBGE, 2010).

### 2.1 Produção Industrial/Comercial

Os estabelecimentos comerciais contabilizam 2.360, os de serviços, 2.293 e a indústria, 420, com crescimento gradativo ao longo do período 1991 - 2009.

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 78,4%, passando de R\$ 4.667,5 milhões para R\$ 8.324,7 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,64% para 0,77% no período 2005 - 2010. A Figura 5 mostra a participação percentual dos diversos setores econômicos na economia de Taubaté.

Figura 5 - Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município



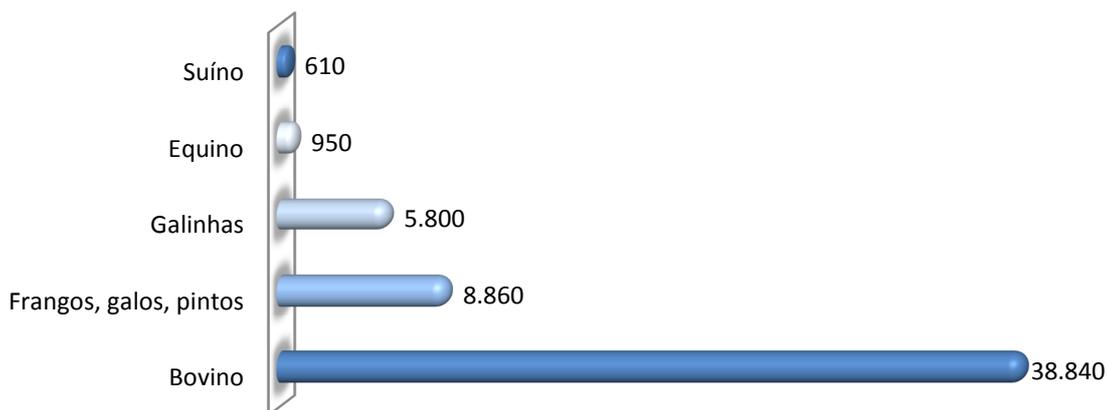
Fonte: MDS/SAGI, 2015

O município também abriga o Comando de Aviação do Exército (CAVEX). Sua localização na cidade de Taubaté, em janeiro de 1988, foi em virtude de sua posição estratégica no eixo Rio-São Paulo e por sua proximidade com importantes centros industriais e de pesquisa na área da aviação, como as empresas Embraer e Helibras, e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), órgão ligado ao Ministério da Defesa.

## 2.2 Produção Agropecuária

Quando se analisam os aspectos econômicos do município, é importante considerar, dentre outros fatores, sua capacidade de geração de renda por meio de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam as cinco principais culturas de rebanho local (Figura 6).

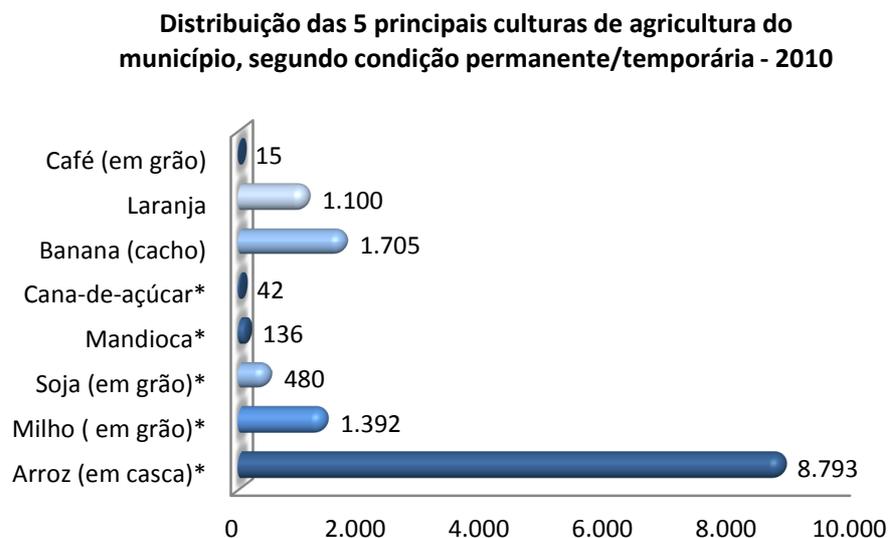
Figura 6 - Distribuição das 5 principais culturas de rebanho do município – 2011



Fonte: MDS/SAGI, 2015

Além do campo da pecuária, a Pesquisa Agrícola do IBGE fornece dados acerca da área de agricultura local. As cinco principais culturas agrícolas do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, estão apresentadas na Figura 7.

Figura 7 - Distribuição das 5 principais culturas de agricultura do município



Fonte: MDS/SAGI, 2015

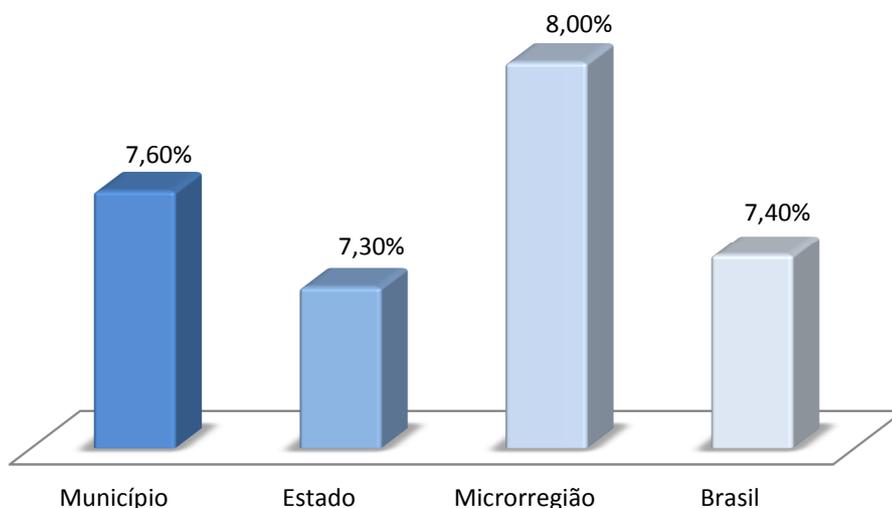
### 3. Condições de vida da população

No percurso da avaliação diagnóstica, a identificação dos traços da identidade cultural e da vida econômica do município possibilita a ampliação da análise, para compreensão das influências desse contexto e definição das metas da Educação para o município.

#### 3.1 Fontes de renda dos moradores e mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 142.921 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas: 131.689 estavam ocupadas e 11.232, desocupadas. A taxa de participação ficou em 59,1%, e a taxa de desocupação municipal foi de 7,9%. No tocante ao desemprego, a Figura 8 fornece indicativos de maneira comparativa.

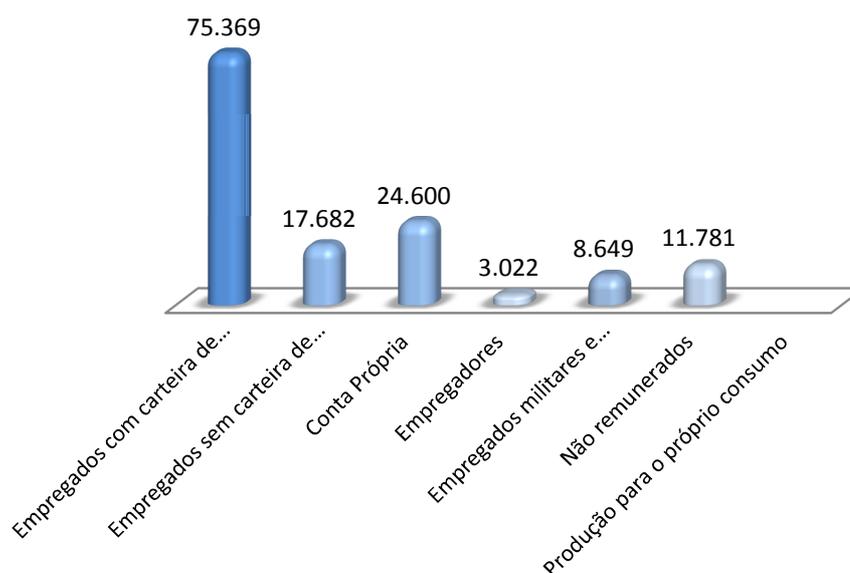
**Figura 8 - Taxa de Desemprego por área**



Fonte: MDS, 2013

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação, apresentada na Figura 9, mostra que 57,2% tinham carteira assinada, 13,4% não tinham carteira assinada, 18,7% atuam por conta própria e 2,3% eram empregadores. Servidores públicos representavam 6,6% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,8%.

**Figura 9 Pessoas ocupadas por posição na ocupação - 2010**



Fonte: MDS, 2013

### 3.2 Renda e receita *per capita* (R\$)

Segundo o censo do IBGE, em 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) do município era de 9,8 bilhões de reais. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual é de 0,67%. O Produto Interno Bruto *per capita* do município, em 2010, era de R\$ 35.083,20. A Figura 10 indica a distribuição da renda pela população, destacando os extratos dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos.

### Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo pressupõe que a renda *per capita* é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população, e propõe a inclusão de outras dimensões necessárias a sua mensuração. Assim, além da renda *per capita*, o IDH incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações em um indicador mais abrangente.

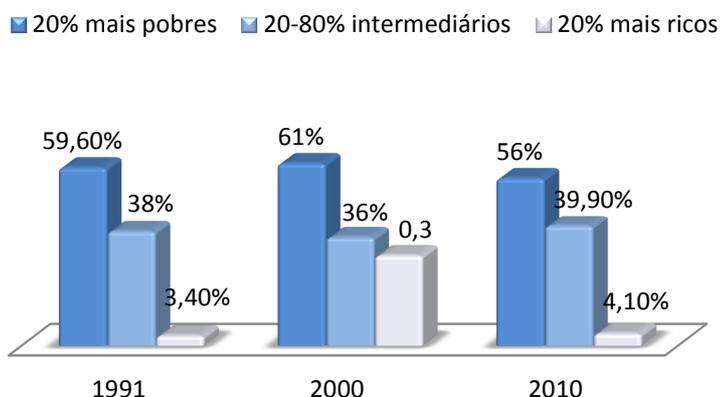
Nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, Taubaté classificou-se no Grupo 1, que engloba os municípios com bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. Essa análise será retomada adiante, no estudo das condições de vida da população.

**Tabela 2 - Ranking IPRS do Estado de São Paulo**

<b>RANKING 2010</b>
48ª Riqueza
266ª Longevidade
229ª Escolaridade

*Fonte: Fundação SEAD, 2010*

**Figura 10 - Percentual de renda apropriado pela população**



Fonte: Portal ODM, 2015.

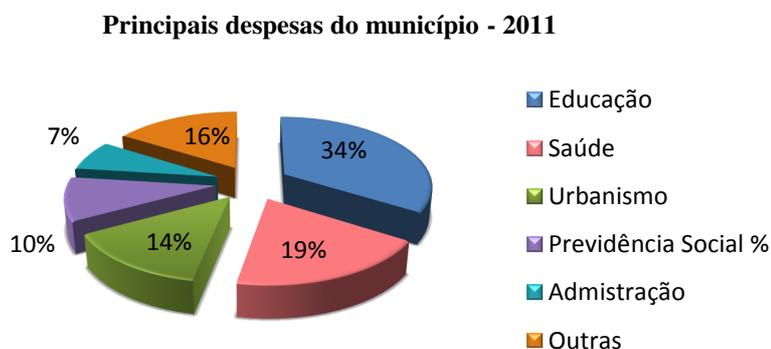
### 3.2.1 Finanças públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 291,5 milhões, em 2005, para R\$ 478,4 milhões, em 2011, o que retrata uma alta de 64,1% no período, ou 13,19% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 32,91%, em 2005, para 27,68%, em 2011. A Figura 11 apresenta a distribuição percentual para as cinco maiores rubricas de despesas do município.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 7,93% da receita orçamentária, em 2005, para 7,21%, em 2011. Essa dependência foi inferior à média registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 8,16%, em 2011.

**Figura 11 - Distribuição percentual das cinco principais despesas do município**

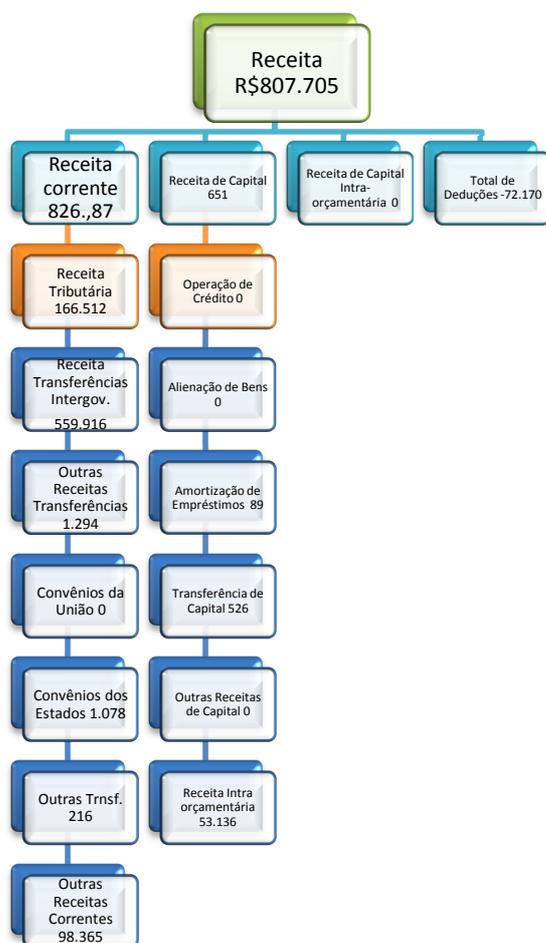


Fonte: BRASIL, (2013)

Os gastos com educação, saúde, urbanismo, previdência social e administração foram responsáveis por 83,86% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,78% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do Estado, 4,21%.

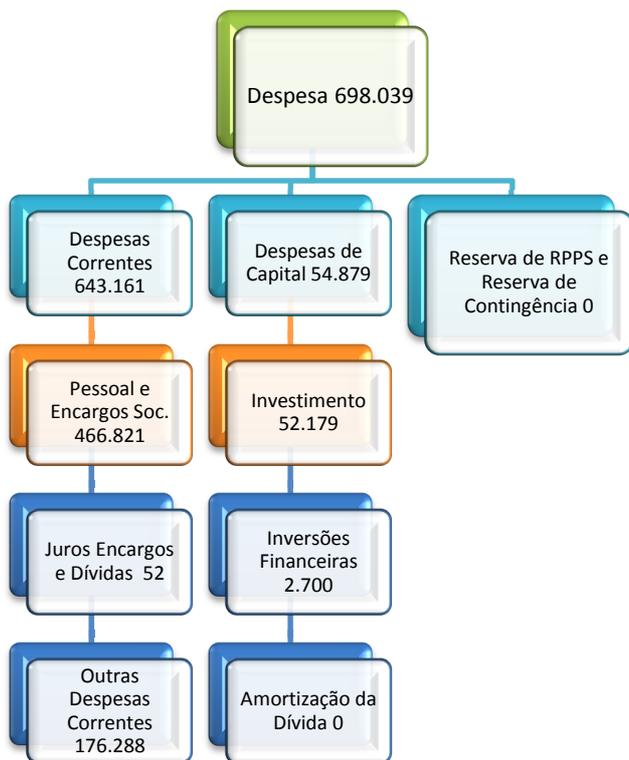
As Figuras 12 e 13 mostram a distribuição das receitas e das despesas do município para o ano de 2013.

**Figura 12 - Distribuição da Receita do município, por natureza, para o ano de 2013**



Fonte: SICONFI, 2015

Figura 13 - Distribuição da Despesa do município, por natureza, para o ano de 2013



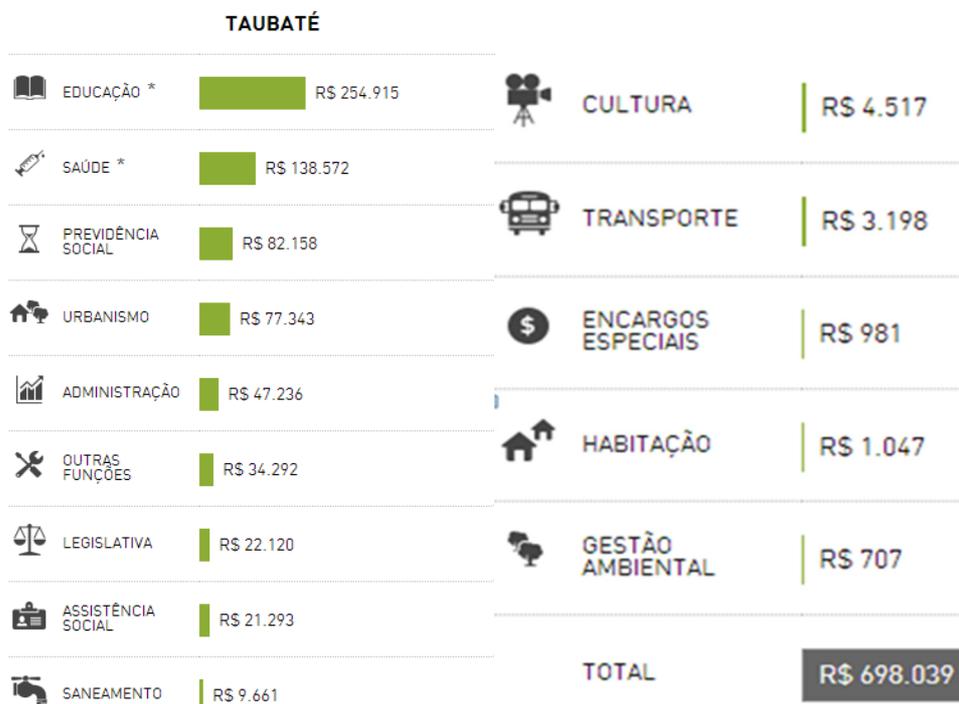
Fonte: SICONFI, 2015

### 3.2.2 Distribuição dos Gastos

A Figura 14 apresenta a distribuição dos gastos do município para o ano de 2013, em milhares de reais, para itens de despesa relativos a diversas pastas da Administração e para o Poder Legislativo.

Dados mais recentes, relativos a 2014, estão apresentados na Tabela 3, para o 3º quadrimestre, e na Figura 15, para despesas fixadas no orçamento e realizadas ao longo do ano.

**Figura 14 - Distribuição de gastos**



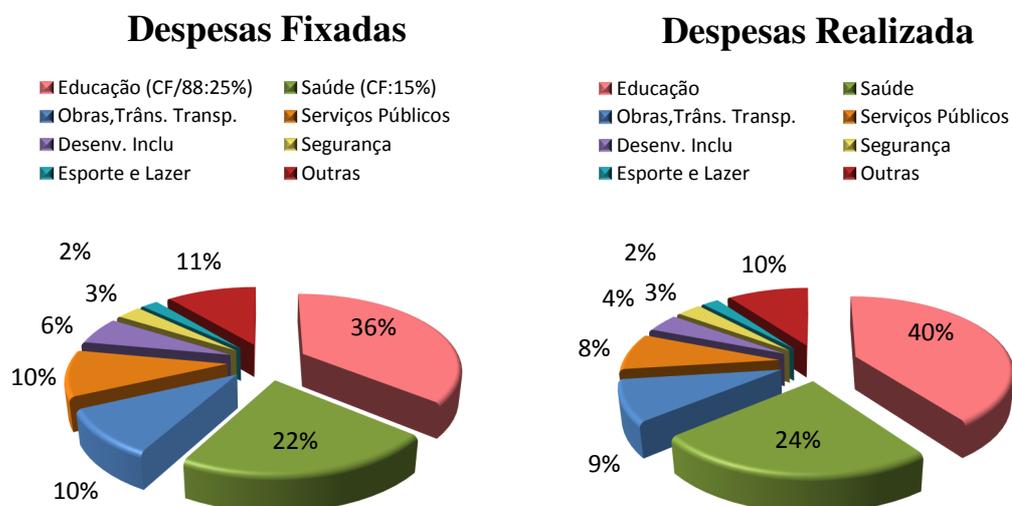
Fonte: MF/STN, 2015

**Tabela 3- Despesa orçamentária, dados do 3º quadrimestre de 2014**

Município de Taubaté	Orçamento	%
Secretaria de Educação	283.635.000,00	35%
Secretaria de Saúde	172.788.000,00	21%
Sec. Obras, Trânsito, Transporte	76.156.000,00	9%
Sec. Serviços Públicos	74.524.000,00	9%
Sec. Desenvolvimento e Inclusão Social	45.051.000, 00	6%
Sec. Segurança Pública Municipal	21.776.000, 00	3%
Sec. Esporte e Lazer	17.951.000, 00	2%
Outras Secretarias ( 8)	88.736.000, 00	11%
Duodécimo da Câmara Municipal	28.5000.000, 00	4%
Aporte Financeiro	883, 000,00	0,11%
<b>TOTAL</b>	<b>810, 000.000,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: PMT/SAF, 2014

Figura 15 - Orçamento 2014 – Despesa Orçamentária



Fonte: Câmara Municipal de Taubaté, 2014

### 3.3 População

A população de Taubaté, calculada segundo estimativa do IBGE, em 2014 era de 299.423 habitantes, sendo o 23º mais populoso município do Estado. No mês de julho de 2012, o Tribunal Superior Eleitoral registrava 215.151 eleitores na cidade.

De acordo com o Censo 2010, a população era de 278.686, e observavam-se as características indicadas na Figura 16.

Figura 16 - População



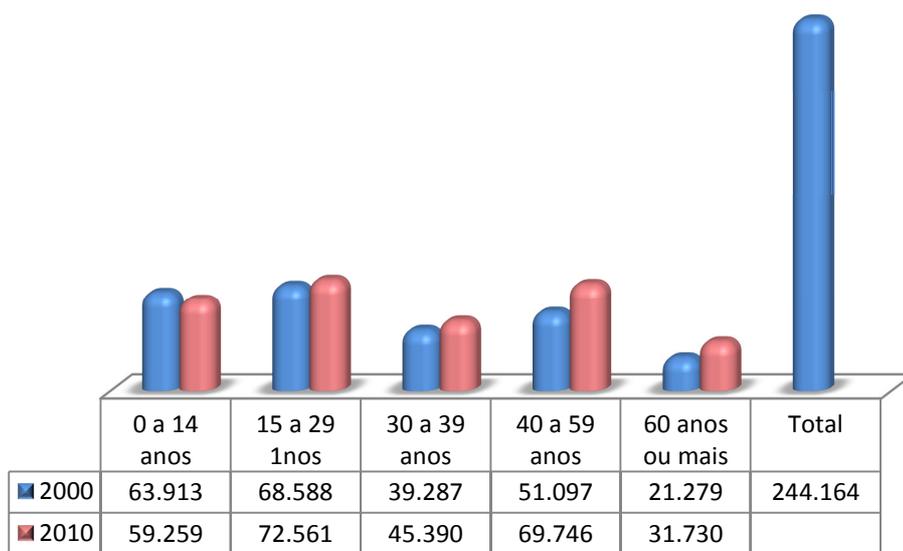
Fonte: Portal IBGE, Censo 2010

### 3.3.1 População por faixa etária

A população do município cresceu, no período 2000 - 2014. Em 2000, Taubaté registrava uma população de 234 mil habitantes. Em 2014 essa população atingiu a marca de 299.423. A taxa de urbanização apresentou alteração significativa no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 229.855, e em 2014, passou a representar 272.712 habitantes.

O Censo Demográfico mostra também, no período 2000 - 2010, forte variação na população por faixa etária, pois a população idosa cresceu de 5,96%, em 2000, para 7,72%, em 2010. Crianças e jovens representavam 42,6% em 2000, passando para 35,8% da população em 2010. A população na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento de 21,49%, em média de 9,23% ao ano. O número de indivíduos na faixa etária acima de 60 anos era de 21.279, passando a 31.730. Esses dados estão apresentados na Figura 17.

Figura 17 - População residente no município por faixa etária



Fonte: Fundação SEAD, 2013

### 3.3.2 População por sexo

Segundo o Censo de 2010, a população masculina em Taubaté era de 136.752 indivíduos, e a feminina, de 141.934 indivíduos. A taxa de fecundidade era de 2,13 filhos por mulher.

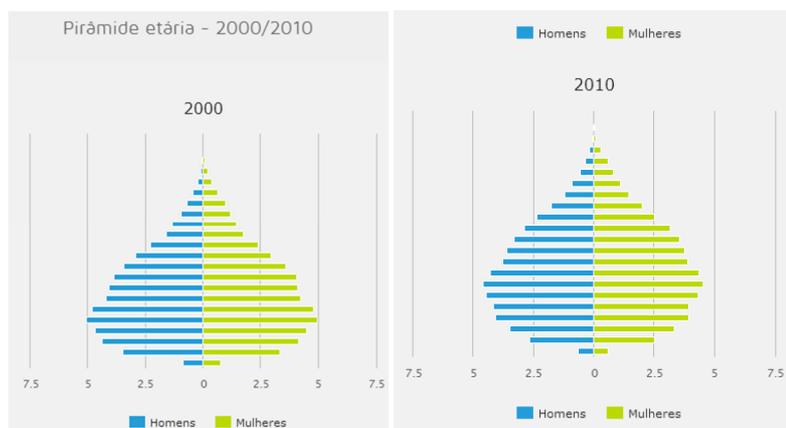
A distribuição por sexo e por faixa etária da população de Taubaté está demonstrada na Tabela 4 e ilustrada na pirâmide etária da Figura 18.

Tabela 4 - Distribuição Etária

Distribuição Etária ano 2010		
Faixa etária	% Homens	% Mulheres
Menos de 1 ano	0,71	0,6
1 a 4	2,6	2,5
5 a 9	3,5	3,3
10 a 14	4,1	4
15 a 19	4,2	4
20 a 24	4,4	4,3
25 a 29	4,6	4,6
30 a 34	4,3	4,4
35 a 39	3,8	3,9
40 a 44	3,6	3,8
45 a 49	3,3	3,5
50 a 54	2,9	3,2
55 a 59	2,4	2,5
60 a 64	1,7	2
65 a 69	1,2	1,5
70 a 74	0,9	1,1
75 a 79	0,6	0,8
80 a 84	0,3	0,6
85 a 89	0,2	0,3
90 a 94	0,1	0,1
95 a 99	0	0

Fonte: Portal ODM, 2015

Figura 18 - Pirâmide Etária



Fonte: Portal ODM, 2015

### 3.3.3 População por Etnias e Religião

O censo do ano 2010 do IBGE apresenta a composição etnográfica do município de Taubaté – Tabela 5.

**Tabela 5 - População por Etnias**

<b>Cor/Raça</b>	<b>Porcentagem</b>
Branca	77,19%
Parda	18,58%
Negra	3,44%
Amarela	0,70%
Indígena	0,09%

*Fonte: Portal IBGE (2010)*

Na Tabela 6, a distribuição da população por religião professada, conforme o Censo do IBGE/2010.

**Tabela 6 - População por Religião**

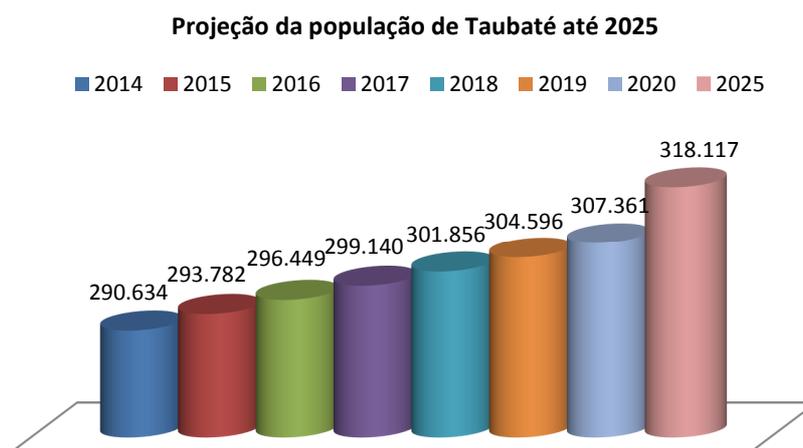
<b>Religião</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Número</b>
Católicos	67,04%	186.828
Evangélicos	21,67%	30.404
Sem religião	5,31%	14.787
Espíritas	2,72%	7.594
Budistas	0,23%	652
Judeus	0,05%	128
Muçulmanos	0,04%	107

*Fonte: Portal IBGE (2010)*

### 3.3.4 Projeção do crescimento populacional

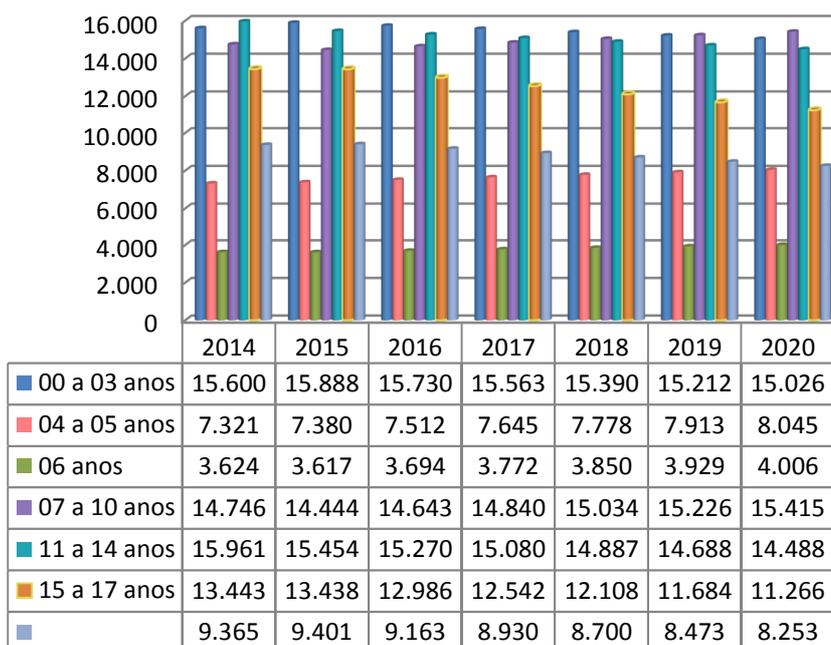
A Figura 19 mostra a projeção do crescimento populacional total de Taubaté até o ano de 2025. Já a Figura 20 indica as projeções de crescimento até 2020, por faixa etária, considerando os nascidos (mesmo não residentes) no município.

Figura 19 - Projeção do Crescimento Populacional



Fonte: SEADE, 2015

Figura 20 - Projeção da população de Taubaté até 2025



Fonte: SEADE, 2015

### 3.4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O IDH é apresentado numa escala de zero a um: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de um, melhor o desenvolvimento humano. O índice considera indicadores de saúde, renda e educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Taubaté era 0,800, em 2010, o que situa esse município na faixa “*Muito Alto*” (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,883, seguida de Renda, com índice de 0,778, e de Educação, com índice de 0,746. A Tabela 7 mostra detalhes da evolução desse índice para os anos 1991, 2000 e 2010.

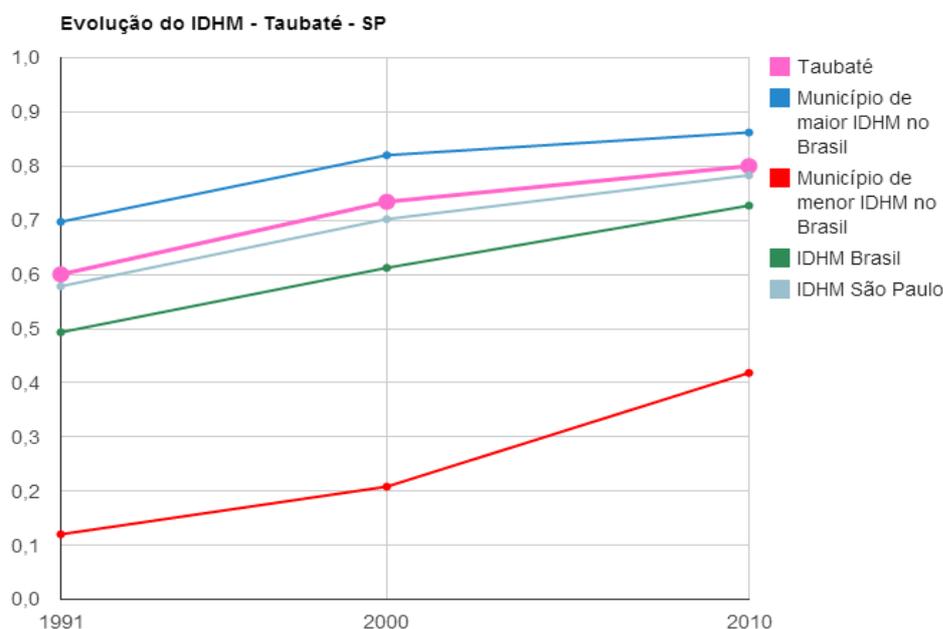
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano

<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Taubaté – SP</b>			
<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
IDHM Educação	0,393	0,639	0,746
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	40,09	55,01	68,23
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	47,36	84,29	98,00
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	58,57	83,10	88,87
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	32,45	63,47	69,56
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	17,10	44,16	56,04
IDHM Longevidade	0,783	0,813	0,883
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,98	73,79	77,98
IDHM Renda	0,701	0,761	0,778
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	627,94	912,43	1.011,95

Fonte: IPEA, 2015

A Figura 21 apresenta um comparativo da evolução, no mesmo período, do IDHM para municípios do estado de São Paulo e do Brasil.

**Figura 21 - Evolução de IDH**

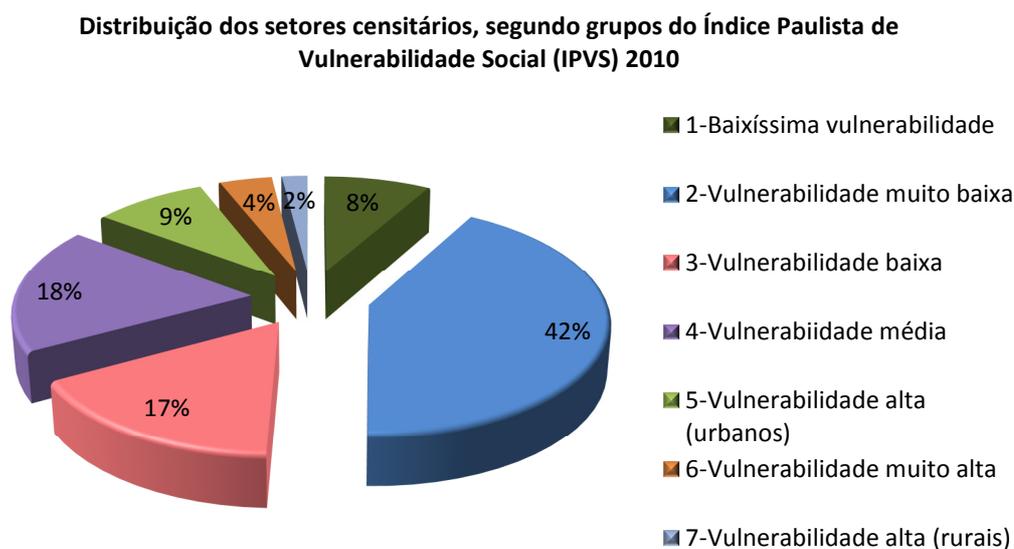


Fonte: IPEA, 2015

### 3.4.1 Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

Retomando as análises do IPRS, a Figura 22 apresenta a distribuição dos municípios do estado segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) para o ano de 2010.

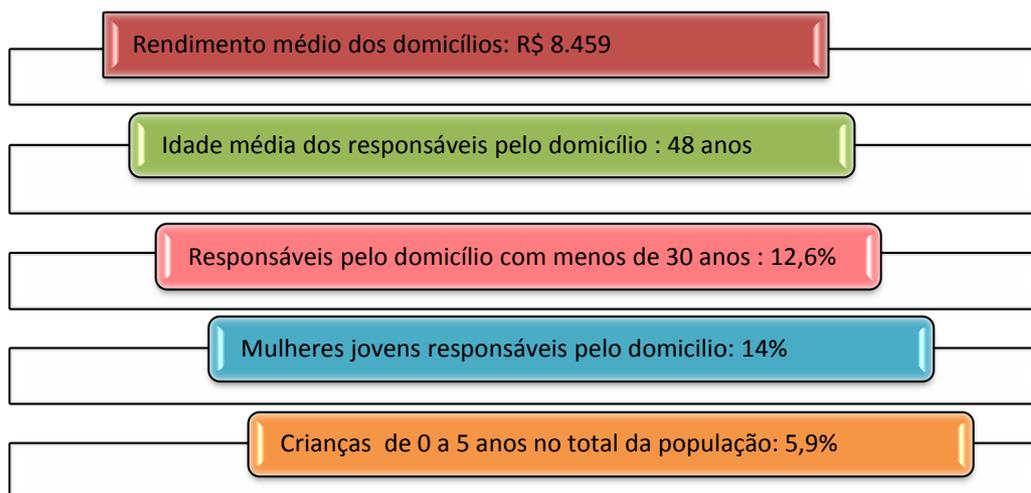
**Figura 22 - Distribuição dos setores censitários**



Fonte: Fundação SEADE, 2015

Nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, Taubaté classificou-se no **Grupo 1, Baixíssima Vulnerabilidade**, que engloba os municípios com bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. As principais características desse grupo estão indicadas na Figura 23.

**Figura 23- Características dos municípios com baixíssima vulnerabilidade**



Fonte: IPRS, 2010

No âmbito do IPRS, o município registrou avanços em todas as dimensões. Em termos de dimensões sociais, o escore de longevidade é igual à média estadual, e o de escolaridade é superior ao nível médio do Estado. No ranking dos 645 municípios do estado de São Paulo, Taubaté ocupava, em 2010, a 48ª posição no quesito Riqueza, 266ª em longevidade e 229ª em escolaridade.

### 3.5 Índices de Desenvolvimento Infantil (IDI)

O Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), é um instrumento que contribui para a formulação e o monitoramento de políticas públicas orientadas à primeira infância. Seu objetivo é ajudar o País a atingir os compromissos assumidos na Declaração do Milênio.

A partir dessa perspectiva, o IDI incorpora diferentes variáveis, como: oferta de serviços de saúde, oferta de serviços de educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos (representados pelo nível de educação do pai e da mãe). Na prática, o índice é calculado a partir dos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai,

matrícula de crianças de 4 a 6 anos na pré-escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

O IDI varia de 0 a 1: quanto mais perto de 1, mais condições a criança tem de sobreviver, crescer e se desenvolver durante a primeira infância.

A evolução do IDI para o município de Taubaté está apresentada na Tabela 8.

**Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento Infantil - Taubaté**

Ano	IDI
1999	0,774
2004	0,916
2010	0,920

*Fonte: Portal UNICEF/IBGE (2000)*

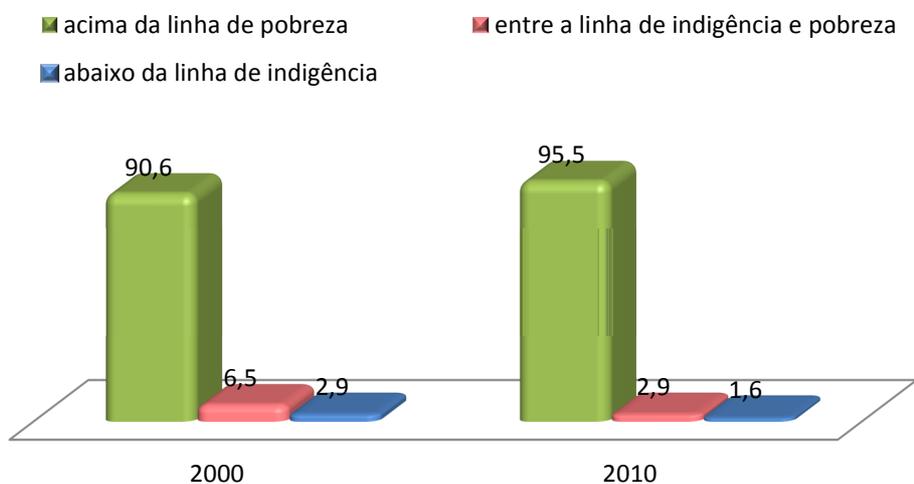
### **3.6 Percentual da população em estado de pobreza e indigência**

No ano 2000, o município tinha 9,4% de sua população vivendo com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, percentual que foi reduzido a 4,5%, em 2010. Mesmo apresentando uma redução de 51,9% no período, ainda existem 12.351 pessoas nessa condição de pobreza.

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda *per capita* até R\$ 140,00. No caso da indigência, consideram-se valores inferiores a R\$ 70,00. A Figura 24 mostra os resultados para Taubaté.

Figura 24 - Proporção de pessoas em relação à linha da pobreza e da indigência

Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e da linha de indigência -  
2000 / 2010



Fonte: Portal ODM, 2015

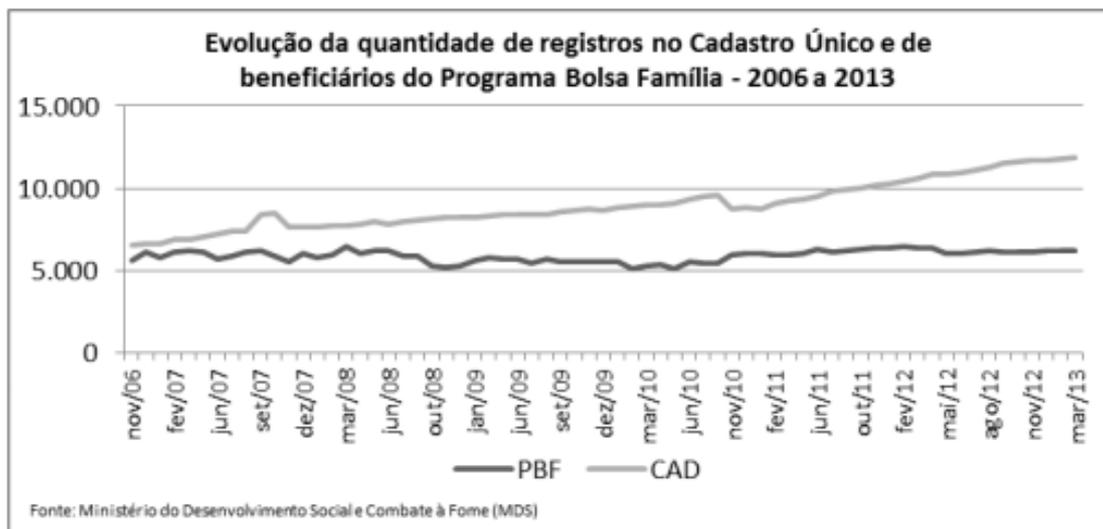
### 3.6.1 Transferência de Renda

Em agosto de 2010, conforme dados do último Censo Demográfico, 4.466 pessoas estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 1,6% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 104 (2,3%) viviam no meio rural, e 4.362 (97,7%), no meio urbano.

De acordo com os registros de março de 2013, o município contava com 11.861 famílias registradas no Cadastro Único e 6.222 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (52,46% do total de cadastrados). A Figura 25 mostra a evolução desses cadastros para o município.

O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias em extrema pobreza, é necessário realizar ações de Busca Ativa para incluir 4672 famílias. De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 392 famílias em situação de extrema pobreza.

Figura 25- Evolução de Cadastro Único

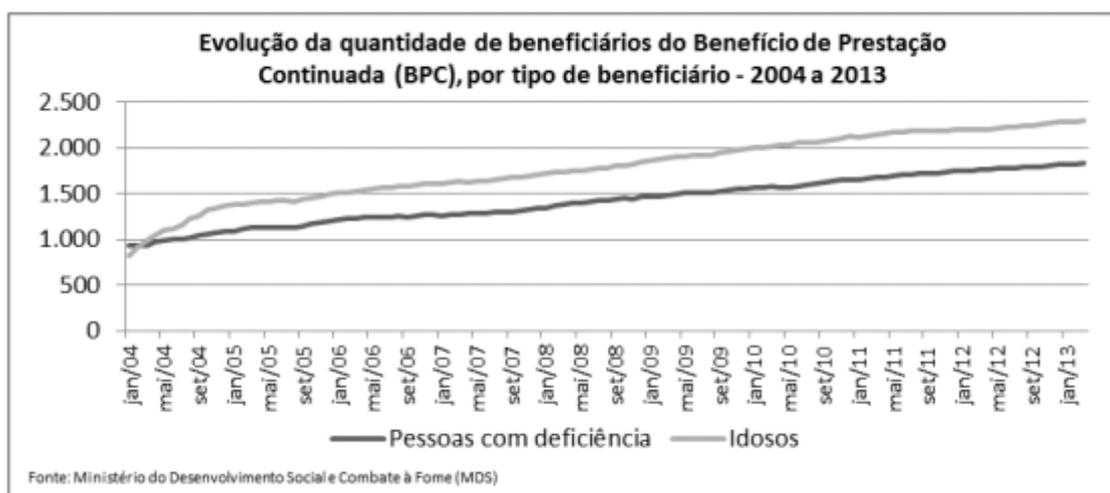


Fonte: MDS, 2013

### 3.6.2 Assistência Social

Os atendimentos realizados no âmbito da rede socioassistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, benefício este que foi instituído na Constituição Federal de 1988. A Figura 26 mostra a evolução desse benefício.

Figura 26 - Beneficiários BPC



Fonte: MDS, 2013

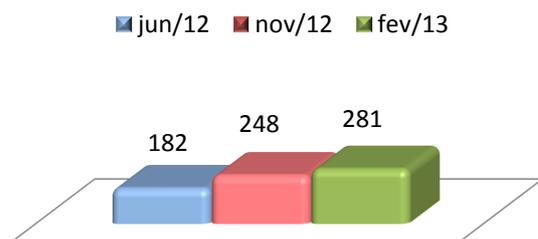
### 3.6.3 Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no programa Bolsa Família e de atendimento socioassistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto.

A Figura 27 mostra o total de indivíduos inscritos simultaneamente no Cadastro Único e no cadastro Microempreendedor Individual (MEI). A Figura 28 demonstra as principais atividades desses microempreendedores. Finalmente, a Figura 29 apresenta a distribuição do número de horas trabalhadas por trabalhadores na faixa etária de 15 e 24 anos.

Figura 27 - indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único

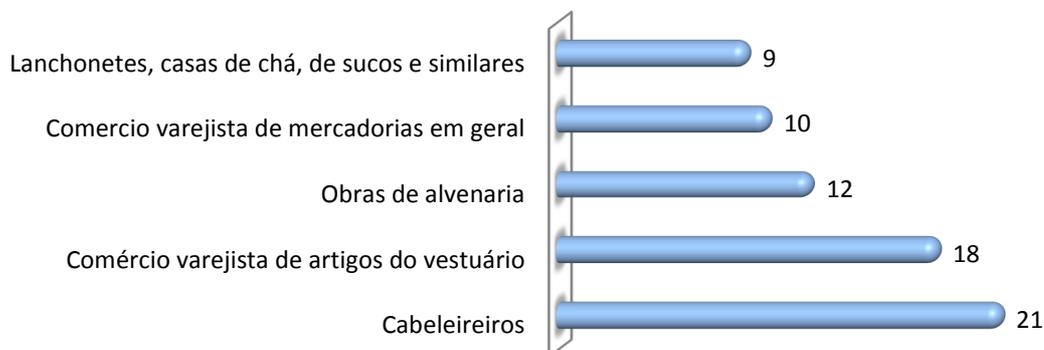
**Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único - 2012 / 2013**



Fonte: MDS, 2013

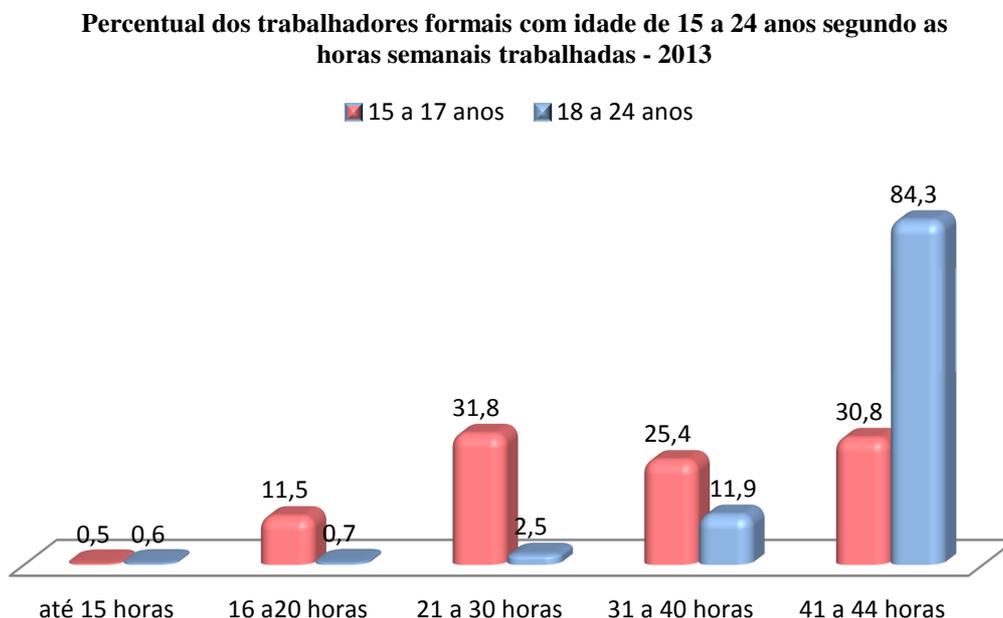
Figura 28 - principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI)

**Distribuição das 5 principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) do município - 2012**



Fonte: MDS, 2013

Figura 29 - Horas trabalhadas por trabalhadores formais com idade de 15 a 24 anos



Fonte: Portal ODM, 2015

Muitos jovens preocupam-se em conciliar estudos e trabalho. Ao analisar o número de jovens de 15 a 17 anos que estavam trabalhando, percebe-se que, em 2013, 30,8% deles trabalhavam de 41 a 44 horas semanais, o que pode influenciar negativamente nas horas disponíveis aos estudos. Quando considerada a faixa etária de 18 a 24 anos, esse percentual vai para 84,3%.

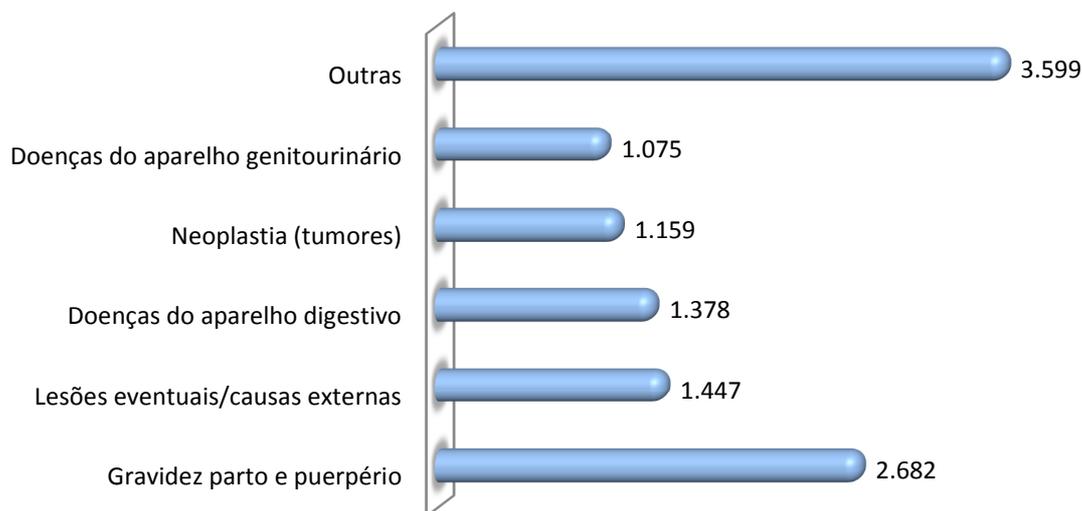
O rendimento médio mensal dos jovens de 15 a 17 anos era de R\$ 655,80, em 2013, e, entre os jovens de 18 a 24 anos, o rendimento era de R\$ 1.281,20.

### 3.7 Taxa de mortalidade infantil

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área do município. No tocante à mortalidade infantil, a taxa foi de 10,43 crianças por 1.000 nascimentos, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 7.037 crianças, e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,6 crianças a cada mil nascimentos. No que concerne à morbidade hospitalar, as cinco principais causas de internação são as relacionadas na Figura 30.

**Figura 30 - Distribuição das cinco principais causas de morbidade hospitalar**

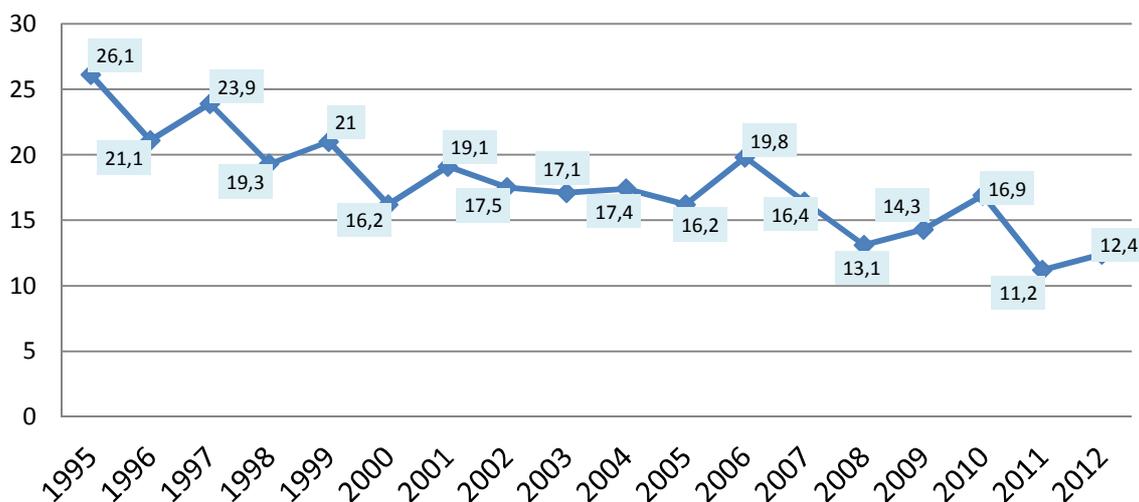
**Distribuição das cinco principais causas de morbidade hospitalar do município - 2012**



Fonte: Ministério da Saúde, 2015

**Figura 31- Mortalidade de crianças menores de 5 anos**

**Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos a cada mil nascidos vivos - 2005 a 2012**



Fonte: Portal ODM, 2015

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 1995, era de 26,1 óbitos a cada mil nascidos vivos; em 2012, esse percentual passou para 12,4 óbitos a cada mil nascidos vivos,

representando redução de 52,5% da mortalidade.

O número total de óbitos de crianças menores de 5 anos no município, de 1995 a 2013, foi 1.364.

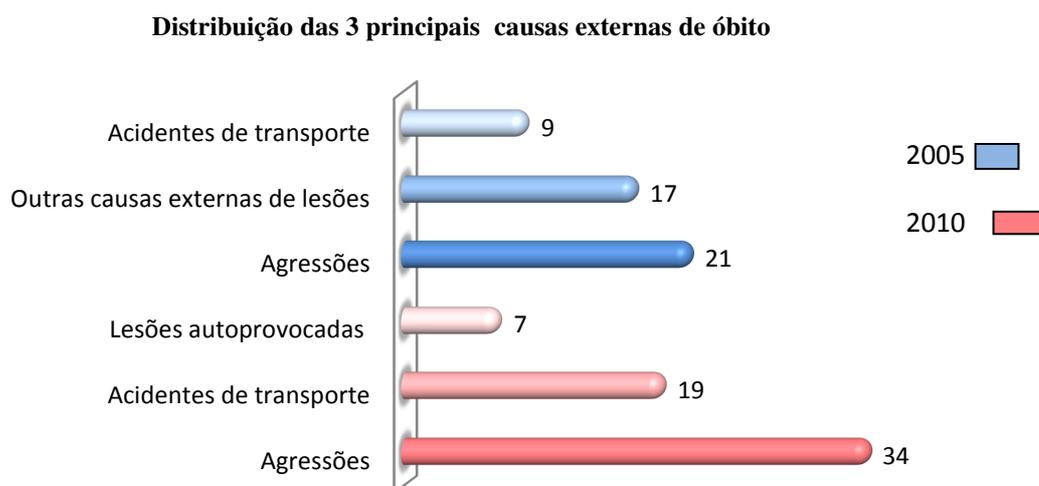
A taxa de mortalidade de crianças para o município, estimada a partir dos dados do Censo 2010, é de 11,6 óbitos a cada mil crianças menores de um ano.

Das crianças até 1 ano de idade, em 2010, 1,6 % não tinham registro de nascimento em cartório. Esse percentual cai para 0,5%, entre as crianças até 10 anos.

### 3.7.1 Causas da mortalidade da população

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbitos no município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 72.561 indivíduos, e 165 faleceram em função de eventos e/ou causas externas. Uma análise mais atenta dessas informações demonstra que as causas de morte variam por município. No caso de Taubaté, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as indicadas na Figura 32, tomando por base os anos de 2005 e 2010.

Figura 32 - Distribuição das três principais causas externas de óbito



Fonte: Ministério da Saúde, 2015

### 3.8 Taxa de analfabetismo de jovens de quinze anos ou mais

O percentual de alfabetização em Taubaté, de indivíduos com 15 anos ou mais, em 2010, era de 96,94%. A taxa de analfabetismo é mostrada na Figura 33. A Figura 34 indica a população de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo.

Figura 33 - Analfabetismo da População de 15 anos e mais

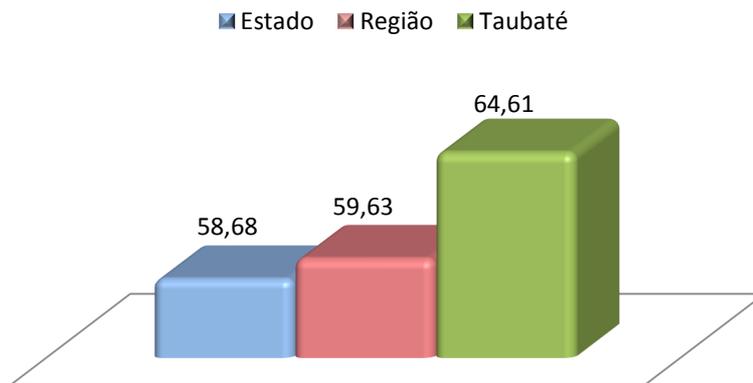
Taxa de analfabetismo da População de 15 anos e mais - 2010  
Estado de São Paulo, Região e Taubaté



Fonte: Portal IBGE, 2010

Figura 34 - População de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo

População de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo - 2010  
Estado de São Paulo, Região e Taubaté

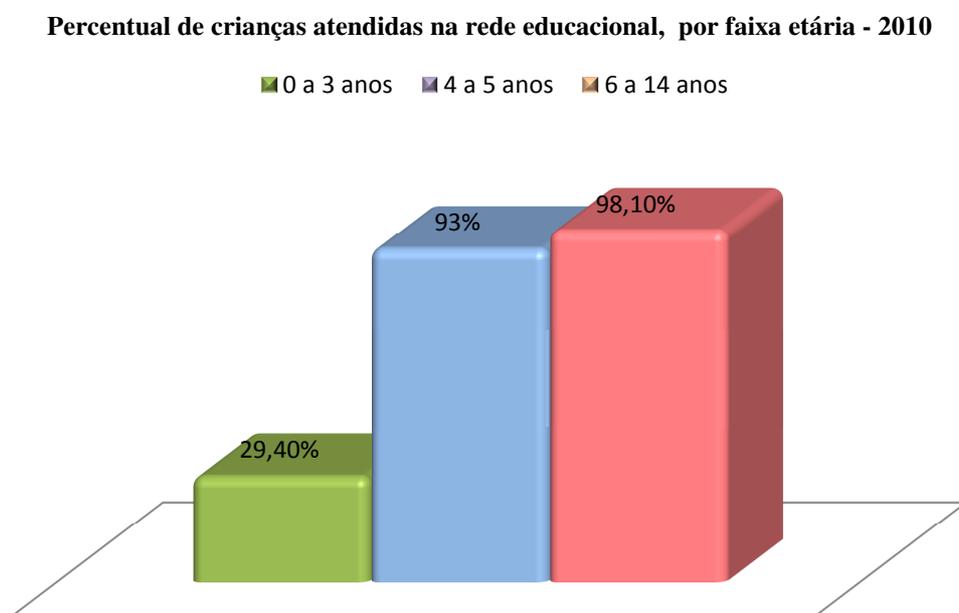


Fonte: Portal IBGE, 2010

### 3.9 Atendimento educacional por faixa etária

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais era de 3,06%. Na área urbana, a taxa era de 2,8%, e na zona rural era de 8,3%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo, de 1,5%. No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa na Figura 35.

Figura 35 - Percentual de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária



Fonte: MEC, 2015

### 4. Serviços presentes no município

Para maior conhecimento do município, é importante mapear equipamentos e serviços existentes de Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde. Esses dados mostram os cuidados que a população recebe para o atendimento de suas necessidades básicas e apontam para possíveis complementações de ações, para favorecer a qualidade de vida e, consequentemente, a qualidade da Educação.

## **4.1 Equipamentos da Assistência Social**

### **Proteção Social Básica:**

- Rede Socioassistencial - CRAS Bagé, CRAS Mourisco/Sabará, CRAS Santa Tereza e CRAS São Gonçalo
- CREAS
- CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- Abrigo Institucional para População em Situação de Rua
- Habitação de Interesse Social
- Programas de Atenção à Família - Fortalecendo Famílias/Geração de Renda
- Centro de Convivência do Parque Três Marias
- Centro de Convivência Darcy Nunes do Nascimento
- Centro de Convivência do Idoso
- Centro Dia do Idoso
- Famílias em Vulnerabilidade Social: Programa Bolsa Família
- Cadastro Único Para Programas Sociais

### **Proteção Social Especial**

- Atenção à Criança e ao Adolescente
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Adolescentes em Medida socioeducativas (Entidades Privadas FUMCAD Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, EMEEEIF Madre Cecília)
- Centro de Convivência

## **4.2 Equipamentos culturais**

O município de Taubaté dispõe dos seguintes equipamentos culturais:

- 2 cinemas
- 1 teatro

- Centro Cultural com aulas abertas de Capoeira, Aulas abertas de Teatro (infantil, jovem e adulto), Artes Plásticas, Projeto Guri, aulas de música, Dança e Polo da Beleza.
- Divisão de Bibliotecas: Biblioteca Móvel; atividades lúdicas com as personagens do Sítio do Pica Pau; divulgação de projetos culturais e pontos turísticos da cidade; Biblioteca Central e Biblioteca de Quiririm.

Para preservar a história da cidade e região, o município abriga os seguintes museus:

- Arquivo Histórico Municipal Dr. Felix Guisard Filho
- Círculo Italiano di Taubaté e Museu da imigração Italiana
- Museu de Imagem e Som- MISTAU
- Museu de Arte Sacra
- Museu de Artes Plásticas Anderson Fabiano
- Museu de História Natural de Taubaté
- Museu do Transporte e Tecnologia
- Museu Histórico Prof. Paulo Camilher Florençano
- Museu Histórico Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato
- Museu Mazzaropi

Ao longo do ano, acontecem os seguintes Eventos Culturais fixos, coordenados pela Secretaria de Cultura:

- Encontro de Folia de Reis
- Carnaval
- Festa da Imaculada Conceição
- Semana Monteiro Lobato
- Semana do Mazzaropi
- Festival de Teatro

Além disso, existem eventos em parceria com a Comunidade e outras Secretarias:

- Semana do Meio Ambiente
- Festa Julina Presença no Revelando São Paulo
- Mapa Cultural Paulista

- Feira de Turismo das Américas
- Atividades em praças
- Intercâmbios Culturais
- Ballet da cidade de Taubaté
- FAMUTA – Fanfarra Municipal De Taubaté
- Orquestra Sinfônica-Jovem de Taubaté
- Banda Sinfônica de Taubaté
- Trilha Cultural

### **4.3 Espaços e equipamentos de esporte e lazer**

O município dispõe de ginásios e quadras para uso pela população. São eles:

Ginásios:

- Complexo Poliesportivo Félix Guisard
- Ginásio Poliesportivo Quiririm
- Ginásio Poliesportivo Vila Aparecida
- Ginásio Poliesportivo Bonfim
- Ginásio Poliesportivo Jardim Das Nações
- Ginásio Poliesportivo Emecal
- Ginásio Poliesportivo Vila Marli

Quadras esportivas:

- Jardim Ana Rosa
- Bosque da Saúde

### **4.4 Equipamentos da saúde**

A Secretaria de Saúde tem como missão desenvolver políticas públicas para o município, com o propósito de promover a saúde, priorizando ações preventivas. A Secretaria trabalha para colocar em prática os projetos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde e que fazem parte da

Agenda da Saúde, estendendo-os a todos que necessitam de serviços como Cartão Alimentação, Farmácia Popular do Brasil, Hiperdia e outros programas assistenciais.

O Sistema de Saúde conta, atualmente, com as seguintes infraestruturas e serviços:

- 3 hospitais, sendo 1 público e 2 privados, oferecendo 301 leitos no Sistema Único de Saúde (SUS) e 145 particulares
- 1 pronto socorro municipal
- equipe de Serviço de Internação Domiciliar (para 100 pacientes)
- 6 Núcleos para o Programa de Agentes Comunitários
- 13 equipes para o Programa de Saúde da Família
- 1 Posto de Atendimento Médico Estadual e 1 Serviço de Administração de Remédios.
- Ambulatório Municipal de Infectologia (AMI) - Serviço de referência para o atendimento a portadores de doenças infectocontagiosas, Hanseníase, Tuberculose, Hepatites Virais, HIV/AIDS e outras DSTs. Desenvolve também atividades educativas e preventivas: campanhas, reuniões, palestras, treinamentos, entre outras atividades.

Além disso, o município conta com outros equipamentos associados ao setor de saúde:

**Assistência Farmacêutica** – A rede de distribuição de medicamentos no município é composta por 6 unidades, sendo um almoxarifado, uma unidade central e quatro postos de dispensação, além de disponibilizar medicamentos de atenção básica em todas as UBSs. Possui uma lista padrão para atenção básica e especialidades. Existe também o Programa de Dispensação de Medicamentos Excepcionais executado pela DRS XVII Taubaté, que deve fornecer medicamentos de alto custo/complexidade à população.

**Atendimento na Escola Municipal de Educação Especial, Ensino Infantil e Fundamental Madre Cecília** – Para atendimento a crianças portadoras de necessidades especiais.

**Casa Mãe Taubateana** - Atende gestantes e bebês de risco e alto risco, visando à diminuição do índice de mortalidade materno e infantil e do atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Realiza palestras de orientação para gestantes, assiste as crianças com alergia alimentar, executa o programa de planejamento familiar, bloqueio neuromuscular periférico, triagem de cirurgias pediátricas e atendimentos nas áreas de gastroenterologia infantil, alergia e fisioterapia.

**Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAPS I.** Oferece atendimento psicossocial a crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais.

**Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II.** Tem por objetivo oferecer atendimento aos portadores de transtornos mentais crônicos e/ou persistentes, realizando cuidados clínicos e reabilitação psicossocial, promoção de inclusão social, lazer, exercício dos direitos civis, fortalecimento dos laços familiares e comunitários, apoio nas iniciativas em busca de autonomia.

**Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas - CAPS AD** - Oferece atendimento aos indivíduos portadores de dependência química, realizando acompanhamento clínico e a reinserção social pelo acesso ao trabalho, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

#### **Centro de Controle de Zoonoses – CCZ**

**Centro Municipal da 3ª Idade-** Espaço reservado ao atendimento médico de pessoa idosa, buscando promover agilidade, conforto e qualidade no serviço médico. São realizadas ações preventivas após avaliação geriátrica global, direcionadas aos residentes em Taubaté (integrantes do “Projeto Conviver” e seus cônjuges, pacientes com idade maior ou igual a 75 anos e pacientes portadores de Alzheimer).

**Controle de Animais Sinantrópicos- CAS.** Realiza ações de vigilância e controle do *Aedes aegypti*, com o objetivo de monitorar a situação do mosquito, desenvolvendo ações de contenção de transmissão, bem como orientações visando diminuir ou sanar os problemas causados por aparecimentos ou por acúmulo de animais sinantrópicos (baratas, aranhas, escorpiões, ratos, morcegos, pombos, carrapatos, abelhas etc.).

**Estratégias de Saúde na Família** - As equipes executam os programas de atenção básica por meio de visitas domiciliares realizadas por agentes comunitários de saúde (ACS) e atendimentos médico, odontológico e de enfermagem, nas unidades e residências. Existem hoje 10 núcleos/15 equipes (três delas com atendimento de psicologia). Na área urbana, 12 equipes, e na área rural, 3 equipes.

#### **FONEM (Fonoaudiologia e Otorrinolaringologia - Núcleo Especializado Municipal) -**

Tem como objetivo oferecer diagnóstico precoce, atendimento e tratamento nas áreas dos Distúrbios da Comunicação, em seu nível secundário, com ações de atenção à saúde pública, com vistas à inserção dos indivíduos diagnosticados nos contextos social, educacional e profissional.

### **PAMO (Posto de Atendimento Médico e Odontológico)**

### **Policlínica Centro de Municipal de Especialidades Médicas - (CMEM)**

**Programa Farmácia Popular do Brasil** - O programa é uma estratégia do Governo Federal, desenvolvido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e o município de Taubaté. O objetivo é ampliar o acesso aos medicamentos essenciais, que são dispensados a preço de custo ou gratuitamente, ao cidadão. No elenco da Farmácia Popular constam 112 itens para as doenças mais comuns na população brasileira, dentre eles analgésicos, hipertensivos, medicamentos para diabetes, colesterol, gastrite, entre outros.

### **QUALIST (Qualidade e Atenção à Saúde Taubateana)**

### **SAMU (Serviço de Atendimento Móvel - Urgência)**

**Serviço de Verificação de Óbito (SVO)**- Realiza a necropsia nos casos de pessoas falecidas sem assistência médica ou internadas que venham a óbito sem definição de *causa mortis*. Os casos de falecimento suspeitos ou de causa violenta são encaminhados ao IML, de responsabilidade do Estado.

**Vigilância Epidemiológica e Ambiental (VE)** – Tem como responsabilidade a manutenção da vigilância sistemática e o registro de doenças de notificação compulsória, conforme resolução SS20, de 22/02/2006, publicada no D.O.E. Desenvolve ações de prevenção, monitoramento e controle também das doenças crônicas não transmissíveis e dos demais agravos à saúde. Está integrada à Vigilância Sanitária.

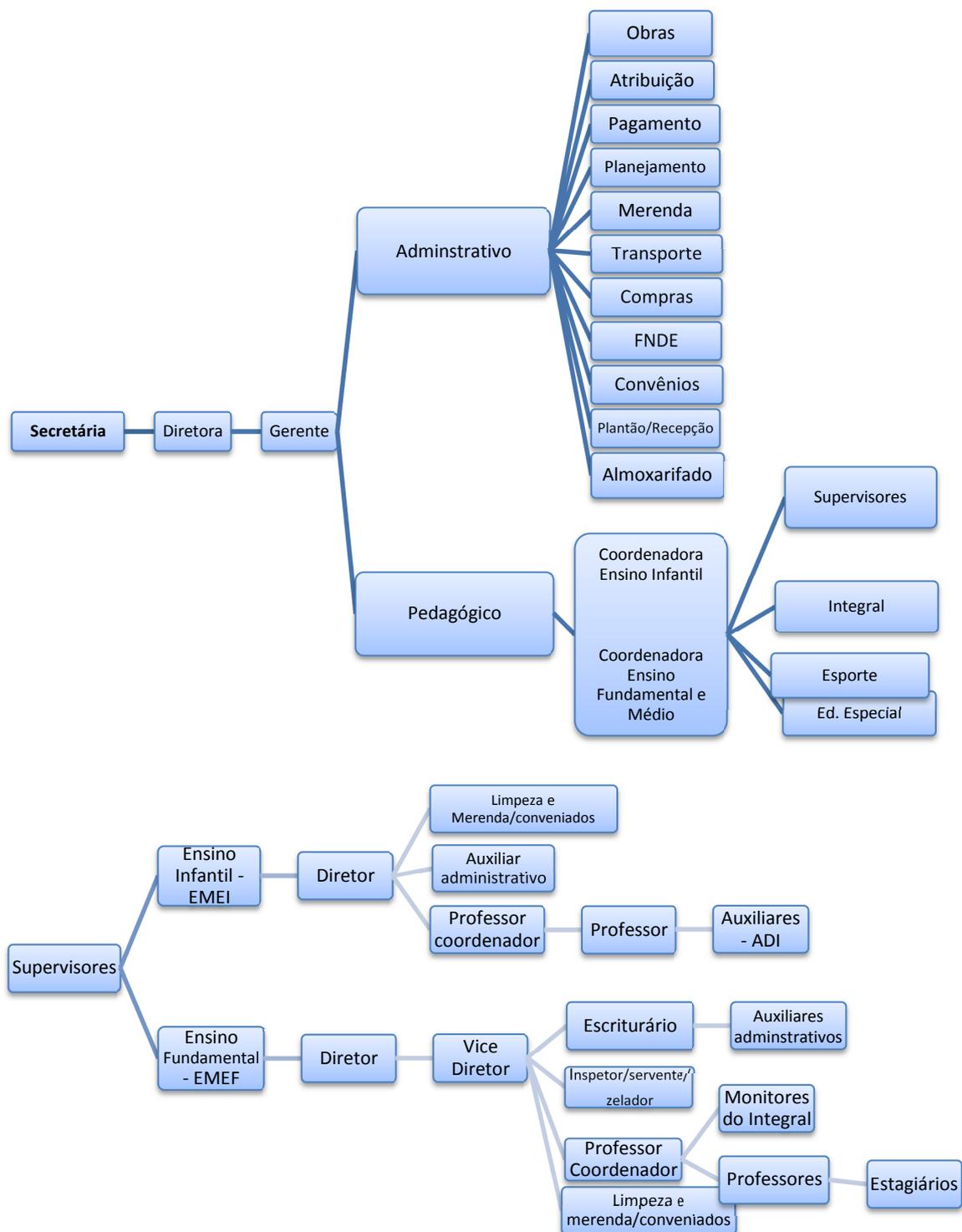
**Vigilância Sanitária (VISA)** - Serviço que tem como objetivo prevenir, minimizar e/ou eliminar riscos à saúde, promover a saúde pública por meio de ações intersetoriais, socioeducativas (a comerciantes, profissionais de saúde e comunidade), de regulação, monitoramento, fiscalização e controle de bens e serviços que se relacionam direta ou indiretamente à saúde. Contribui, assim, na promoção e proteção da saúde pública, assegurando a preservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e produtos oferecidos ao consumo, e na melhoria da qualidade de vida da população.

# Estrutura da Educação no Município

## 1. Equipe da Secretaria Municipal de Educação

### 1.1 Constituição da equipe central

Figura 36 - Equipe Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

## **1.2 Dificuldades encontradas na execução das tarefas cotidianas**

Cabe à Secretaria de Educação do município gerir a Educação, com seus macros objetivos sociais, políticos e culturais, e implementar políticas educacionais que garantam o direito à educação de qualidade para todos.

A tarefa de gerir pessoas, aglutinando interesses e criando comprometimento, e formar equipes para exercer sua função em uma estrutura tão dinâmica quanto é a Secretaria de Educação constitui um grande desafio.

Conhecendo-se a história de crescimento do ensino municipal, é possível apontar que atualmente se vivencia uma fase de mudanças. Parte-se da urgente necessidade de crescimento quantitativo em todos os níveis de ensino, com investimento em construções, ampliação de salas, novas contratações, entre outros, e há uma fase de estruturação deste crescimento, em busca de qualidade no atendimento. Sendo assim, a estrutura técnica e física da Secretaria de Educação ainda se encontra defasada, o que dificulta seu melhor desempenho. A falta de pessoal leva ao acúmulo de funções, sobreposições de papéis e postergação de compromissos que, muitas vezes, trazem prejuízo para os resultados. Há também, a carência de equipamentos de trabalho com qualidade, como computadores, programas de controles internos informatizados, sistema de integração informatizada das unidades escolares, entre outros, que dificultam o desenvolvimento das atividades planejadas para a educação. A secretaria cresceu sem ter equipe técnica responsável pelos diversos processos, além de falta de ferramentas de gestão adequadas, tais como softwares para controle dos processos, insumos e recursos humanos.

Do ponto de vista da rede de ensino em si, a gestão cotidiana das salas de aula representa também uma grande dificuldade, particularmente as substituições por “eventuais” (profissionais de educação contratados em caráter emergencial para atuação em salas de aula) para garantir a continuidade das atividades em sala de aula, devido a ausências de professores. A profissionalização da rede, o acesso e a avaliação de desempenho tornam-se imprescindíveis para a gestão da secretaria.

### **1.3 Dificuldades encontradas no planejamento da Secretaria Municipal de Educação**

A ausência de sistemas informatizados para acompanhamento e controle das atividades de gestão, tanto na forma centralizada na Secretaria de Educação, como na descentralizada, nas unidades de ensino, dificulta a rápida coleta e atualização das informações e, conseqüentemente, o planejamento das atividades. Os dados são dificilmente obtidos com eficácia, o que demanda, em um futuro próximo, informatização e investimento em tecnologia e corpo técnico para operacionalização dos processos. Vale ressaltar que, em 2013, a maioria das escolas não possuía internet nem e-mail próprio.

Uma equipe de trabalho reduzida, para as proporções da rede de ensino, também dificulta o planejamento, pois essa equipe está dedicada, no mais das vezes, às tarefas e aos problemas cotidianos, sem tempo para o trabalho de planejamento.

### **1.4 Pontos fortes da equipe**

A equipe pedagógica tem grande conhecimento da rede e de sua realidade. São profissionais que, na sua maioria, passaram por diferentes postos de trabalho. A rede cresceu e esses profissionais foram adquirindo experiência. A maior parte deles possui mais de uma especialização e, de modo geral, interessa-se em se aperfeiçoar. É comprometida e investe energia em seu cotidiano, buscando melhores resultados. Quanto ao pessoal técnico, cinco chefias de divisão, é jovem e com muita vontade de aprender. Tem facilidade no uso de ferramentas informatizadas e aprende rapidamente a trabalhar em equipe colaborativa. Entretanto, é preciso investir em capacitação desse corpo técnico e expandi-lo, para que não haja desgaste da equipe com sobrecarga das ações.

### **1.5 Principais estratégias utilizadas para o acompanhamento e a avaliação do processo educacional desenvolvido nas escolas**

A Secretaria de Educação acompanha sistematicamente as avaliações dos alunos por intermédio de seus supervisores, que trabalham junto às unidades escolares. Há registros de

aproveitamento dos alunos que identificam as potencialidades e fragilidades da equipe escolar.

Recentemente, a Secretaria implantou o Sistema de Avaliação Interno, como forma de acompanhamento do processo educacional desenvolvidos nas escolas. Todos os níveis e modalidades são avaliados, e os resultados se tornam base para o planejamento de ações.

## **1.6 Objetivo pedagógico do órgão central quanto à avaliação interna**

Para a caracterização da aprendizagem como processo, busca-se, por intermédio da avaliação, diagnosticar o nível de aprendizado dos alunos e, assim, enfatizar as ações pedagógicas. Com fundamento nos resultados das avaliações, é possível aperfeiçoar as orientações para educadores, planejar formações continuadas, remanejar professores e alunos, identificar as fragilidades e potencialidades dos gestores, sempre em busca da qualidade para as ações.

A avaliação aplicada à rede, em testes especificamente nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, busca aferição de desempenho dos alunos. Os resultados permitem a avaliação também da escola e, conseqüentemente de toda a rede. Essa avaliação não busca a classificação das escolas, pois os resultados constituem base para replanejamento das ações do professor, da escola e da gestão da secretaria de educação.

A responsabilidade da gestão financeira da educação, apesar dos avanços mais recentes, ainda é centralizada na Secretaria de Educação e na gestão municipal. As secretarias não têm autonomia financeira, o que dificulta a divulgação dos dados e a própria gestão financeira. É necessário incrementar a participação dos gestores das unidades escolares e das comunidades nos rumos da educação. No modelo atual, a gestão é apenas consultiva, mas pode progredir para um modelo de gestão mais ampla e democrática.

Como os efeitos das ações gestoras sobre o aprendizado ocorrem em longo prazo, é preciso, por um lado, constância nos investimentos e, por outro, atenção para os sinais de mudança no padrão de aprendizagem.

O acompanhamento desse processo deve obedecer a uma lógica dupla: em um nível global, observa-se a evolução dos indicadores educacionais nacionais para o município; em um nível local, observa-se a evolução dos alunos nas unidades escolares e em relação a seu próprio

desenvolvimento. Nesse segundo caso, a Secretaria de Educação apoia-se nas avaliações e, em última instância, no próprio acompanhamento do professor.

Em todas as circunstâncias, dá-se atenção aos sinais de mudanças dos alunos e das escolas em função das ações realizadas.

A avaliação interna que se faz na rede deve ser vista como um instrumento orientador das políticas educacionais, sobretudo para a melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido, a ampla divulgação dos resultados obtidos (globais e locais) para a comunidade é fundamental.

### **1.7 A organização interna da Secretaria de Educação**

A organização interna da secretaria, apesar da falta de pessoal técnico, que acarreta sobreposição de ações, segue as orientações legais sobre a administração escolar. Há reuniões periódicas com a gestora, com as coordenadoras e com a equipe de supervisão, para planejamento e controle das ações pedagógicas. As decisões então tomadas são levadas pelos supervisores aos gestores das unidades escolares, para serem implementadas.

Cada supervisor responde por um grupo de escolas e por projetos que são por eles acompanhados. Há reunião quinzenal com os gestores, tanto para o acompanhamento administrativo, quanto para o pedagógico. As questões administrativas são tratadas pela gerência também em reuniões periódicas com o setor administrativo da secretaria.

## **2. Planos de ações do município**

O município oficializa suas metas e diretrizes para a Educação no presente Plano Municipal de Educação, tendo, até então, pautado suas ações nos Planos de Ações Articuladas (PAR).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados e dos municípios instrumentos de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inaugurou um novo regime de

colaboração, conciliando a atuação dos entes federados e visando à melhoria dos indicadores educacionais.

A partir da adesão ao Plano de Metas, o município passou à elaboração de seu Plano de Ações Articuladas (PAR).

Com a promulgação do Plano Municipal de Educação, que se articula com os planos equivalentes de nível nacional e estadual, o município passa a orientar suas ações por um plano gestado localmente, com participação popular e mais adequado a seu contexto econômico, social e cultural.

## **2.1 O Projeto Político Pedagógico**

Todas as escolas da rede municipal são estimuladas a construir, juntamente com a comunidade escolar, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a partir de uma constante reflexão sobre sua realidade, seus objetivos e suas metas, sob os princípios da gestão democrática.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), em seu artigo 15, concede à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Entende-se como autonomia a capacidade de construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para a escola elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e, à equipe escolar, uma atuação que a torna sujeito de sua própria prática.

Segundo Libâneo (2004), o PPP é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino, os propósitos e as expectativas da comunidade escolar. Para isso, é preciso primeiro conhecer a realidade da escola e, em seguida, refletir sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada. É imprescindível que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educandos. Em síntese, as finalidades do PPP são:

- Estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e da rede;
- Reconhecer e expressar a identidade da escola de acordo com sua realidade, características próprias e necessidades locais;
- Definir coletivamente objetivos e metas comuns da unidade escolar e os princípios orientadores do trabalho do coletivo da escola;
- Possibilitar ao coletivo escolar a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais;
- Definir o conteúdo e a estrutura do trabalho escolar, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os princípios orientadores da Secretaria de Educação, a realidade da escola e as características do cidadão que se quer formar;
- Criar parâmetros de acompanhamento e de avaliação do trabalho escolar;
- Definir os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta.

A partir dessas finalidades, é preciso destacar que o projeto político-pedagógico extrapola a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários a sua implementação e as formas de gerenciamento.

### **2.1.1 Acompanhamento do PPP das escolas pela equipe da Secretaria de Educação**

O Projeto Político Pedagógico, em cada uma das escolas, é revisto periodicamente, e sua estrutura é acompanhada pelos supervisores de ensino da Secretaria de Educação Municipal. Além disso, os PPP das escolas de ensino Fundamental e Médio são também encaminhados para a Secretaria de Educação do Estado.

O acompanhamento feito pela Secretaria Municipal observa a garantia das seguintes diretrizes:

- 1- A coerência da Proposta Pedagógica e a realidade escolar;
- 2- A clareza, a veracidade e a organização das informações prestadas;
- 3- O amparo legal proposto;

- 4- Os princípios filosóficos, pedagógicos, didáticos e relativos à autonomia que devem nortear a proposta.

Para a construção do PPP, as escolas são orientadas pelo seguinte roteiro:

#### I-Diagnóstico:

##### 1 Caracterização da escola

1.1 Funcionamento, recursos materiais e humanos;

1.2 Organização da escola;

1.3 Relações entre a escola e a comunidade.

##### 2. Caracterização do meio social

2.1 Ambiente físico e social;

2.2 Situação socioeconômica e aspectos socioculturais.

##### 3. Identificação dos problemas.

#### II- Definição das diretrizes:

1. Fundamentos e concepções: princípios, valores e políticas que orientam a escola.

2. Dispositivos Legais: Lei nº 9394, PCN, Deliberações, Pareceres e Identificações do Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação e orientações da Secretaria de Educação do Município.

##### 3. Currículo

3.1 Objetivos Gerais;

3.2 Temas transversais, interdisciplinaridade;

3.3 Explicitações das linhas metodológicas;

3.4 Diretrizes do processo de avaliação de desempenho dos alunos, incluindo recuperação;

3.5 Projetos especiais- Recurso, Recuperação paralela, Integral (desdobramentos).

#### III- Objetivos:

1. Objetivos da escola.

2. Objetivos dos cursos.

3. Objetivos das áreas.

#### IV- Prioridades e metas:

Definidas a partir da identificação dos problemas.

Ações e projetos complementares (anexos).

#### V- Acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica:

1. Acompanhamento do trabalho dos professores.
2. Periodicidade da avaliação.
3. Ajustes e correções.

### **3. Recursos financeiros: receitas e despesas**

É de responsabilidade da Secretaria de Educação zelar pela administração financeira e orçamentária dos recursos que lhes são destinados. Entre suas atribuições estão o planejamento, o gerenciamento e o controle das finanças.

Administrar o orçamento requer organização, responsabilidade e transparência, uma vez que a gestão dos recursos públicos é regulada pelas leis federais de Direito Financeiro (4.320/64) e de Licitações (8.666/93), e pela Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

O artigo 212 da Constituição diz que a União deve aplicar no mínimo 18% (e os estados e municípios, 25%) de suas receitas em Educação. A verba que vem do governo federal é distribuída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por canais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - depositado na conta bancária da entidade executora da escola, geralmente a Associação de Pais e Mestres (APM), e ganhando rapidez para suprir necessidades básicas de manutenção, aquisição de material didático e formação. Já os recursos dos estados e municípios são administrados pelas Secretarias de Educação, que providenciam itens como estrutura física, carteiras e pagamento de funcionários. Existe ainda o montante arrecadado em eventos ou em parcerias com o setor privado (ALMEIDA, 2015).

#### **3.1 Transferências Constitucionais**

As transferências constitucionais consistem na distribuição de recursos provenientes da arrecadação de tributos federais ou estaduais, aos estados, Distrito Federal e municípios, com base em dispositivos constitucionais.

A Constituição Federal vincula algumas receitas ao financiamento da educação, em seus diversos níveis.

## FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Emenda Constitucional n.º 53 e regulamentado pela Lei 11.494/2007, abriga recursos oriundos de arrecadações federais e estaduais, destinados ao financiamento de ações para manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observando-se os respectivos âmbitos de atuação dos estados e municípios, conforme estabelecido no art. 211 da Constituição Federal.

## COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO

A Lei 11.494, que regulamenta a MP 339, prevê a fixação de um valor mínimo de FUNDEB por aluno/ano, definido por decreto do Presidente da República. A Complementação da União é garantida para os governos estaduais, Distrito Federal e governos municipais da respectiva Unidade da Federação, quando a arrecadação do FUNDEB não for suficiente para atingir esse valor mínimo definido por aluno/ano.

Para o município de Taubaté, as verbas destinadas à Educação para o ano de 2013 estão indicadas na Tabela 9.

**Tabela 9 - Verbas destinadas à educação/2013**

Verbas Destinadas à Educação/2013			
Receitas de Impostos - Base de Cálculo para Aplic. no Ensino (R\$)		Recursos para a Educação (R\$)	
IPTU	51.473.593,88	25%	12.868.398,47
ISS	67.712.577,59	25%	16.928.144,40
ITBI	12.432.115,97	25%	3.108.028,99
IR - RETIDO DA FONTE	29.015.618,99	25%	7.253.904,75
OUTRAS RECEITAS	15.214.132,75	25%	3.803.533,19
FPM	51.362.620,01	5%	2.568.131,00
ITR	34.673,71	5%	1.733,69
LC 87/96	1.324.199,07	5%	66.209,95
ICMS	266.131.685,89	5%	13.306.584,29
IPVA	42.195.732,73	5%	2.109.786,64
IPI	1.959.535,76	5%	97.976,79
<b>TOTAL</b>	<b>538.856.486,35</b>		<b>62.112.432,15</b>
Transferências		Recursos para a Educação (R\$)	
FUNDEB	152.061.942,56	100%	152.061.942,56
Salário Educação	18.824.019,57	100%	18.824.019,57
PNAE - Prog. Nacional de Alimentação Escolar	3.512.232,00	100%	3.512.232,00
PNATE - Prog. Nacional de Transporte Escolar	78.725,11	100%	78.725,11
Outras Transf. do FNDE	222.660,00	100%	222.660,00
Transf. Convenios do Estado Dest. a Prog. de Educação - Transporte Escolar	414.607,81	100%	414.607,81
<b>TOTAL</b>	<b>175.114.187,05</b>		<b>175.114.187,05</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>237.226.619,20</b>	

Fonte: Portal Transparência Taubaté, 2015.

### 3.1.1 Valor Aluno/Ano no Estado

O valor mínimo nacional definido por decreto federal representa um referencial a ser observado em relação aos recursos que devem ser repassados a cada governo. O valor de repasse por aluno no Estado de São Paulo é de R\$ 2.786,81, conforme indicado na Tabela 10.

**Tabela 10- Etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino**

Etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino		Fatores de ponderação*	Valores
Creche em tempo integral	Pública	1,3	R\$ 3.622,85
	Conveniada	1,1	R\$ 3.944,06
Pré-escola em tempo integral		1,3	R\$ 3.622,85
Creche em tempo parcial	Pública	1	R\$ 2.786,81
	Conveniada	0,8	R\$ 3.944,06
Pré-escola em tempo parcial		1	R\$ 2.786,81
Anos iniciais do ensino fundamental	Urbano	1	R\$ 2.786,81
	Rural	1,15	R\$ 3.204,83
Anos finais do ensino fundamental	Urbano	1,1	R\$ 3.065,49
	Rural	1,2	R\$ 3.344,17
Ensino fundamental em tempo integral		1,3	R\$ 3.622,85
Ensino médio	Urbano	1,25	R\$ 3.483,51
Ensino médio	Rural	1,3	R\$ 3.622,85
Ensino médio em tempo integral		1,3	R\$ 3.622,85
Ensino médio integrado à educação profissional		1,3	R\$ 3.944,06
Educação especial		1,2	R\$ 3.640,87
Educação indígena e quilombola		1,2	R\$ 3.640,87
EJA com avaliação no processo		0,8	R\$ 2.427,11
EJA integrada à EP nível médio, com avaliação no processo		1,2	R\$ 3.640,67

Fonte: Ministério da Educação, 2014.

### 3.1.2 Repasses direto às Escolas Municipais

O repasse de recursos direto às escolas consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e também às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o censo escolar do ano anterior ao do repasse (FNDE, 2013).

A prefeitura municipal de Taubaté possui escolas que recebem os repasses dos seguintes programas indicados na Tabela 11.

**Tabela 11 Repasses financeiros direto nas escolas**

<b>REPASSES FINANCEIROS DIRETO NAS ESCOLAS</b>				
<b>PROGRAMA</b>	<b>Unidades Executoras</b>	<b>Escolas Atendidas</b>	<b>Nº Alunos Atendidos</b>	<b>Valor Do Repasse</b>
<b>PDDE BÁSICO</b>	107	115	41.544	R\$ 482.970,00
<b>ACESSIBILIDADE / ESCOLA DO CAMPO</b>	8	8	2.663	R\$ 85.600,00
<b>ATLETA NA ESCOLA</b>	36	36	15.452	R\$ 91.839,00
<b>MAIS EDUCAÇÃO</b>	39	40	25.629	R\$ 935.282,75

*Fonte: Portal FNDE/PDDE (2015)*

### 3.1.3 Situação da Rede Municipal quanto aos gastos com compras para a Secretaria de Educação

As despesas com compras de materiais permanentes e de consumo para a Secretaria de Educação, para os anos de 2013, 2014 e 2015 (previsão), por natureza de despesa, estão

indicadas na Tabela 12. As Tabelas 13 e 14 apresentam as despesas orçamentárias e outras despesas correntes para o ano de 2014. Finalmente, a Figura 37 traz um balancete sintético das despesas liquidadas no ano-exercício de 2014.

**Tabela 12 Compras para a Secretaria de Educação**

<b>Compras para a Secretaria de Educação</b>			
<b>ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015 (previsão)</b>
<b>Materiais Permanentes</b>	R\$ 1.703.154,83	R\$ 4.574.292,97	R\$ 3.156.500,00
<b>Materiais de Consumo</b>	R\$ 13.262.434,16	R\$ 9.252.207,16	R\$ 10.035.500,00
<b>Total</b>	R\$ 14.965.588,99	R\$ 13.826.500,13	R\$ 13.192.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Administração e Finanças, 2015.

**Tabela 13- Orçamento 2014 – Despesas orçamentárias – 3º quadrimestre**

<b>Orçamento 2014 – Despesas orçamentárias</b>	
<b>Despesas Correntes – 2014</b>	
Merenda escolar	R\$ 17.373.440,20
Manutenção e conservação de bens imóveis-creches e escolas Fundamentais	R\$ 11.808.022,15
Serviço de limpeza em escolas	R\$ 10.231.585,09
Convênio parcial para gestão de creches (UNITAU)	R\$ 8.483.769,56
Aquisição de livros pedagógicos – fundamental	R\$ 6.500.768,50
Diversas despesas	R\$ 4.779.117,71
Serviços de água e esgoto	R\$ 4.179.162,31
PIS/PASEP	R\$ 2.646.549,03
Convênios projetos de educação Fundamental (UNITAU)	R\$ 2.548.546,76
Plano de saúde dos servidores	R\$ 1.798.643,20
Serviços de energia elétrica	R\$ 1.520.073,79
Programa de estágio de estudantes	R\$ 1.231.469,01
Serviços de manutenção de áreas verdes - escolas	R\$ 1.187.862,48
Fornecimento de passes escolares	R\$ 1.112.447,25
Material para manutenção de bens imóveis	R\$ 1.043.247,35
Material educativo esportivo	R\$ 935.107,35

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Administração e Finanças, 2015

**Tabela 14 Outras despesas correntes – 2014**

<b>Outras despesas correntes – 2014</b>	<b>Valor processado</b>
Combustível e lubrificantes automotivos	779.735,54
Serviços de telecomunicações	626.051,12
Locação de veículos destinados a transportes de alunos	608.675,01
Serviços de segurança patrimonial	556.036,42
Cestas básicas	242.367,00
Locação de imóveis: EMEI Dolores Barreto, Berçário, e Maternal I, Sede da Educação	176.223,51
Locação de máquinas e equipamentos	175.061,57
Serviços de limpeza e manutenção de piscinas	147.449,15
Serviços de salva vidas para piscinas	142.186,00
Manutenção e conservação de veículos	130.228,37
Material de expediente	89.045,50
Material de proteção e segurança	43.508,16
Material de limpeza e produtos de higiene	40.283,00
Diárias	37.150,00
Material de processamento de dados	30.900,00
<b>Total de contas correntes</b>	<b>81.214.712,09</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Administração e Finanças, 2015

**Figura 37 Balancete sintético – despesa liquidada no exercício 2014**

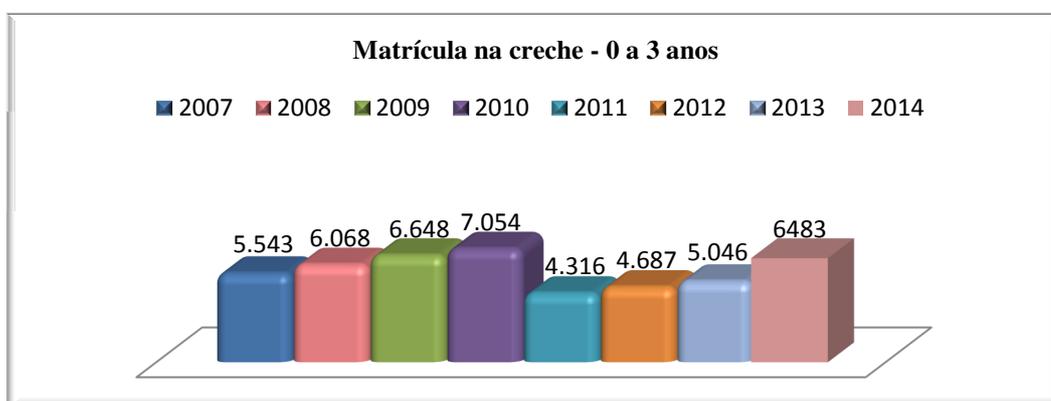


Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Administração e Finanças, 2015.

#### 4. Panorama da Educação Básica no município

Observa-se, na Figura 38, o crescente atendimento da demanda de Educação Infantil desde o ano de 2007. A queda em termos numéricos no ano de 2011, de 7.054 matrículas para 4.316 matrículas, para o nível creche, pode ser entendida se comparada com o aumento das matrículas no mesmo ano no nível da pré-escola, apresentado na Figura 40 (Portal INEP/Censo Escolar, 2015).

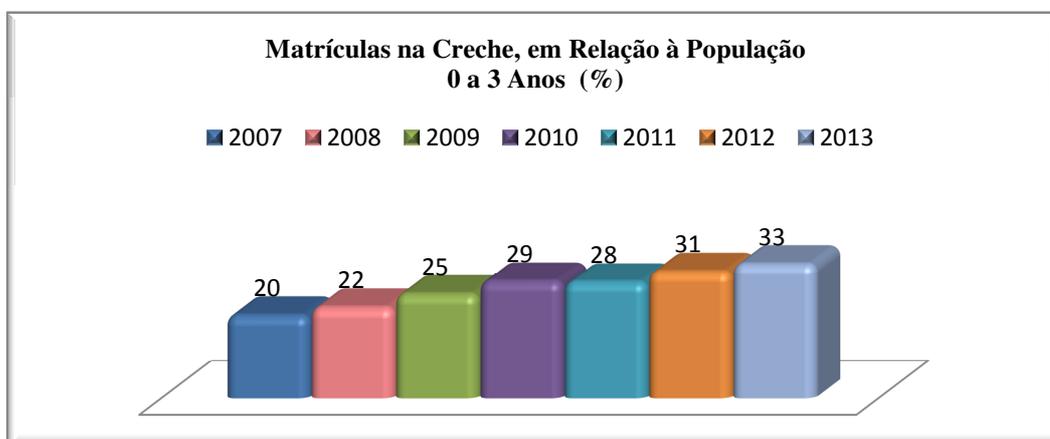
Figura 38 Matrícula na creche - 0 a 3 anos



Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2015

O percentual de atendimento para o nível creche permanece crescente em relação à população nessa idade, como indicado na Figura 39.

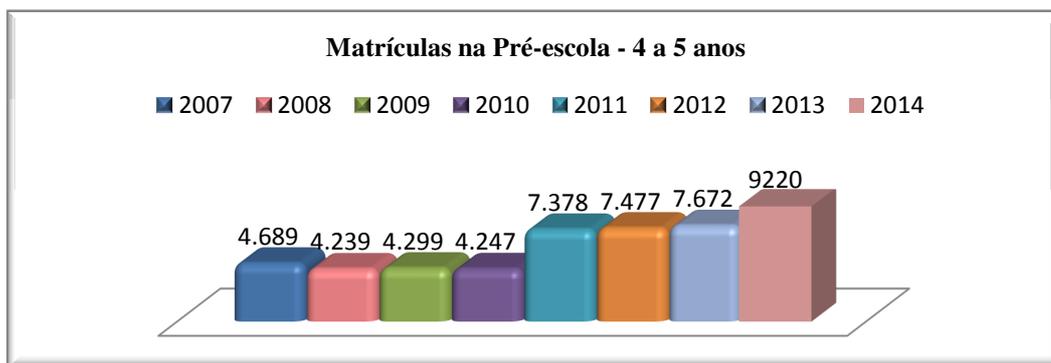
Figura 39 Matrículas na Creche, em Relação à População



Fonte: Portal FDE/Portal INEP, 2015.

O aumento para as matrículas em pré-escola, de 4.247 para 7.378, pode ser entendido pela obrigatoriedade recente das matrículas na pré-escola. Apesar de a Lei ter passado a vigorar apenas em 2013 (Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013), o município já abria suas matrículas para atender a clientela. Na Figura 40, constata-se que, a partir de 2011, o percentual de matrículas para a pré-escola fica próximo de 100%.

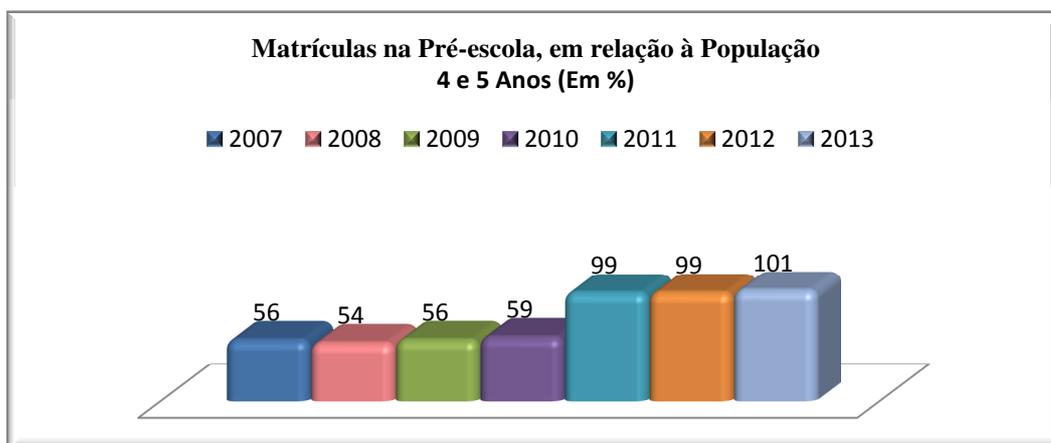
**Figura 40 Matrículas na Pré-escola - 4 a 5 anos**



Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2015

Em 2013, o percentual fica acima de 100%, fenômeno que ocorre porque são atendidas crianças nessa faixa etária não nascidas no município.

**Figura 41 Matrículas na Pré-escola, em relação à População**

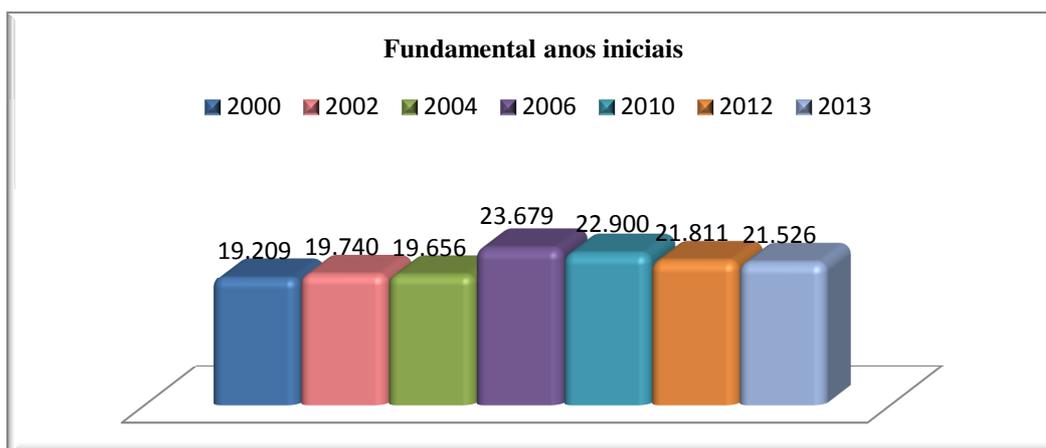


Fonte: Portal FDE/Portal INEP, 2015

O aumento significativo, no ano de 2006, da taxa de matrícula para os anos iniciais do ensino fundamental, conforme Figura 42, pode ser explicado pela expansão na municipalização do

ensino fundamental no município, quando se observou um aumento de 4.023 matrículas, do ano de 2004 para 2006. Esse aumento foi atendido pela criação de 134 novas salas de aulas no ensino fundamental, com 30 alunos em média, cada uma delas.

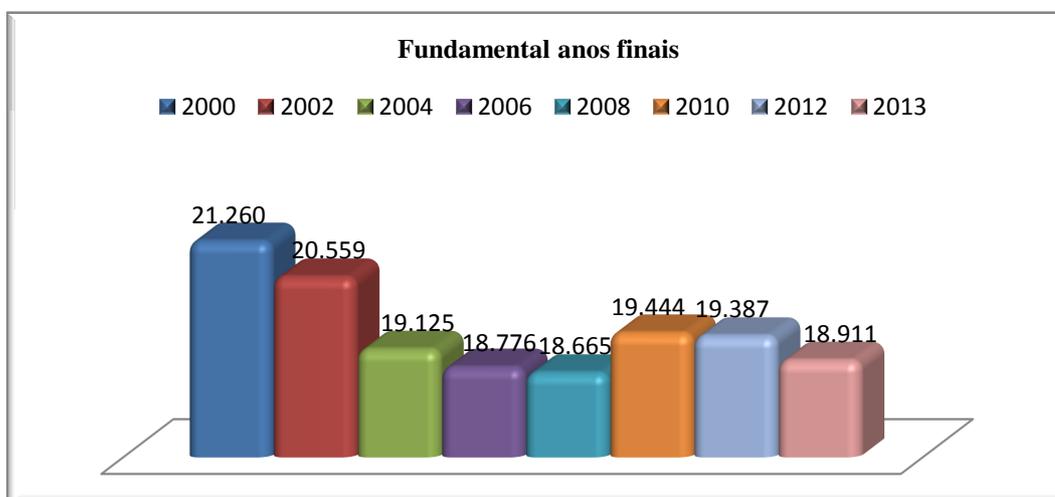
**Figura 42 – Fundamental anos iniciais**



Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2015

Quanto às matrículas nos anos finais do ensino fundamental, indicadas na Figura 43, podemos observar uma queda crescente de seu número antes da municipalização do ensino fundamental, com diminuição de 4.644 alunos no período de 6 anos, podendo ser considerado o fechamento de 154 salas na rede estadual. Com a municipalização, os números se estabilizaram e apontaram um ligeiro crescimento.

**Figura 43 – Fundamental anos finais**

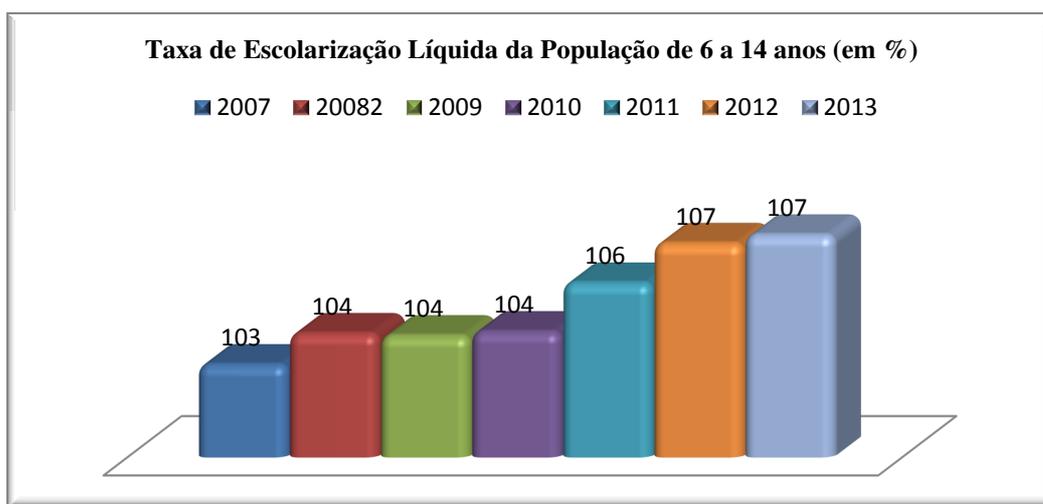


Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2015

A comparação dessa queda com o total de escolarização líquida desta faixa etária possibilita a conclusão de que a pequena queda observada em 2013 pode ser considerada como declínio do número de população nessa faixa etária.

Observa-se, na Figura 44, um percentual crescente de matrículas líquidas, quanto ao atendimento à demanda, do total de população dessa faixa etária.

**Figura 44 – Taxa de Escolarização Líquida da População de 6 a 14 anos**

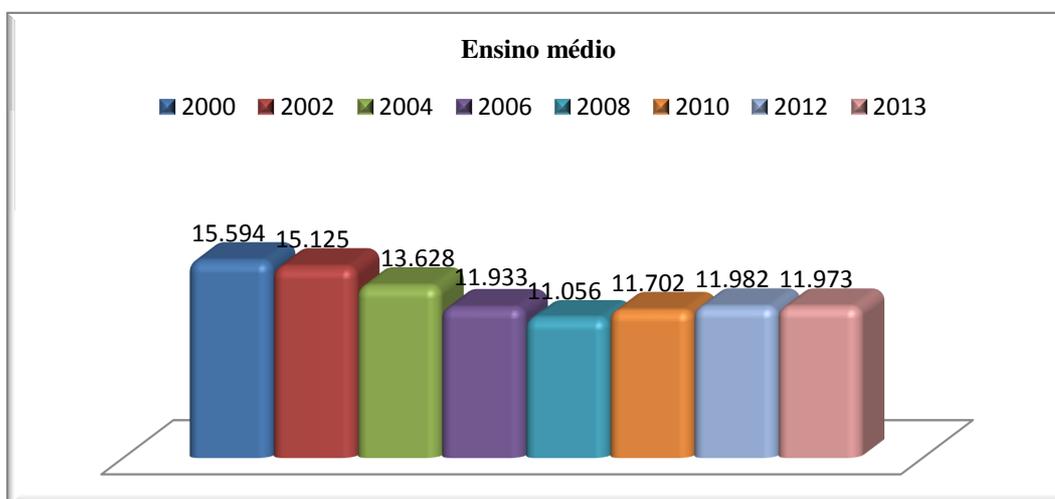


Fonte: Portal FDE/Portal INEP, 2015

Novamente, observa-se que os percentuais superiores a 100% indicam o atendimento a crianças não nascidas no município.

Para o ensino médio, observa-se que, após queda das matrículas de 2000 a 2006, os números apresentam certa estabilidade, até 2013.

**Figura 45 – Ensino médio**

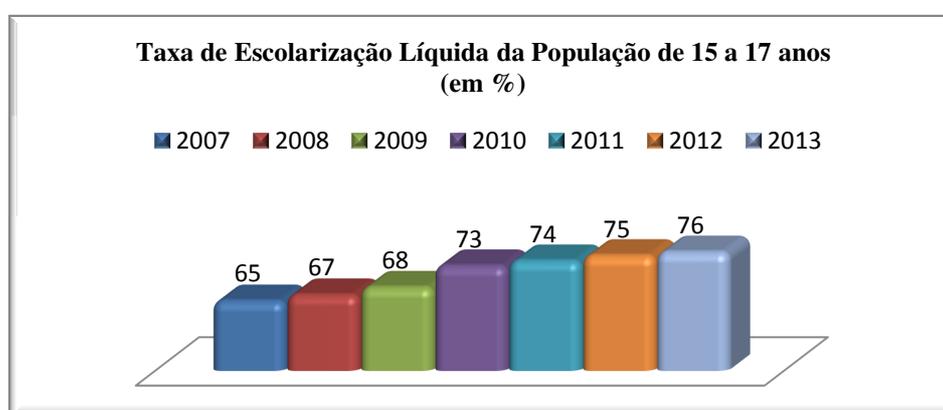


Fonte: Portal Inep/Censo Escolar, 2015

Se forem consideradas as matrículas com relação à população nessa faixa etária, 15 a 17 anos, percebe-se a necessidade de ações para sua ampliação, pois o atendimento da demanda segundo taxa líquida de escolarização gira em torno de 75%, conforme Figura 46.

Sabe-se que a evasão dos alunos nesta faixa etária é apontada como um dos maiores desafios a ser enfrentado para a eficiência do ensino médio. Medidas de incentivo à permanência na escola, como a alteração do currículo ou mesmo o oferecimento de formação profissional e EJA para esta faixa etária, poderão alterar significativamente esse quadro.

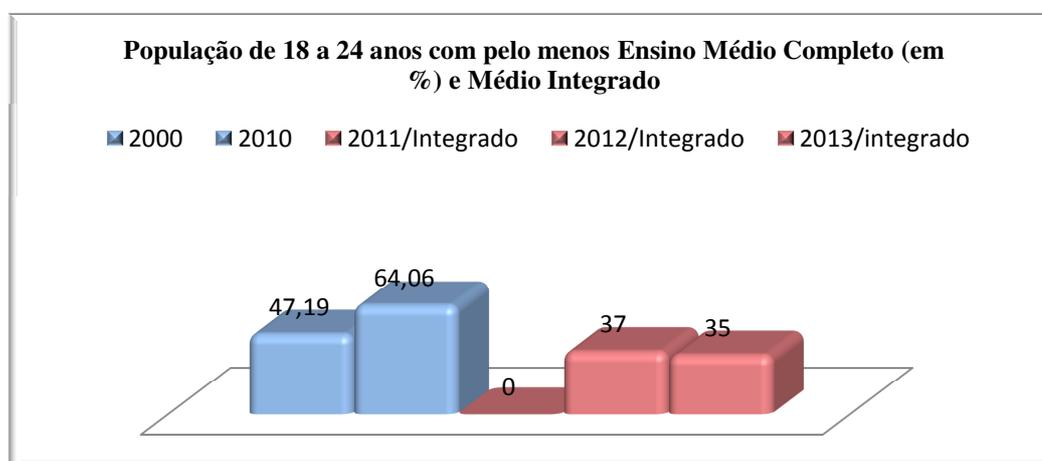
**Figura 46 – Taxa de Escolarização Líquida da População de 15 a 17 anos**



Fonte: Portal FDE/Portal INEP, 2015

Observa-se, na Figura 47, que o percentual dos concluintes de ensino médio é baixo, 64,06%. Comparando esse percentual com a conclusão do ensino médio integrado ao ensino profissionalizante, percebe-se que este é ainda mais baixo, 35%.

**Figura 47 – População de 18 a 24 anos com pelo menos Ensino Médio**

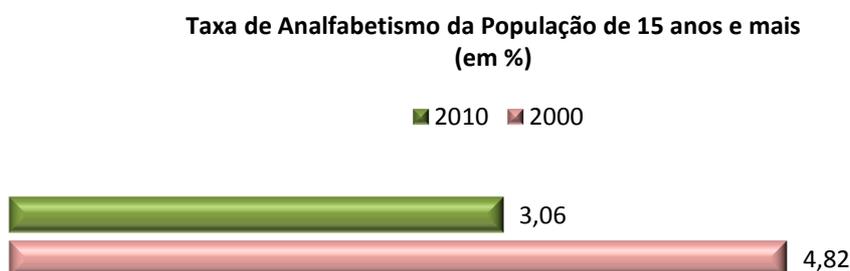


Fonte: Portal FDE/Portal INEP, 2015

Como já mencionado, a taxa de alfabetização do município, para o ano de 2010, era de 96,94%. Consideram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever ou que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram, e as que apenas assinavam o próprio nome.

As pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem são consideradas alfabetizadas. As taxas de analfabetismo no município estão na Figura 48.

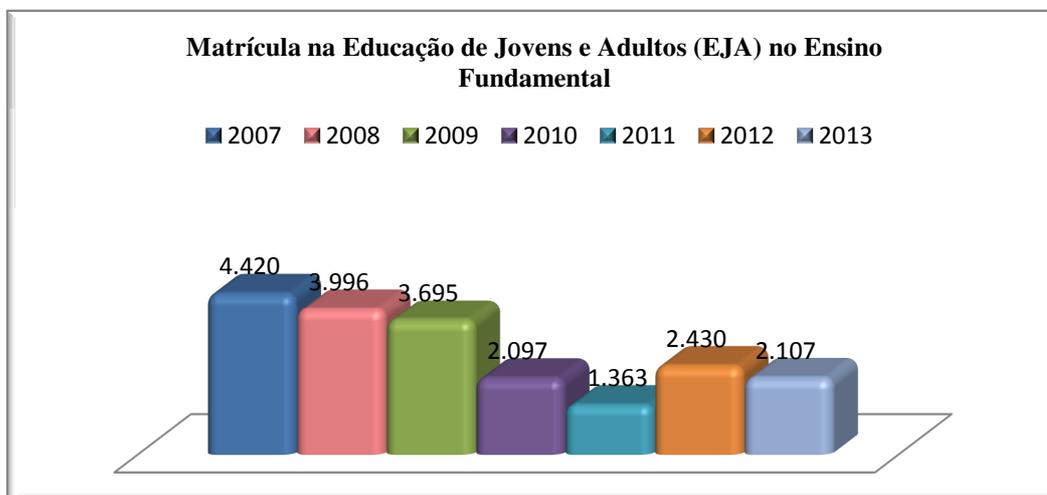
**Figura 48 – Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais**



Fonte: Portal IBGE, 2010

É possível considerar a diminuição das matrículas em EJA, como mostrado na Figura 49, como sucesso de sua ação, na medida em que houve um incremento das salas de alfabetização para atendimento de uma demanda reprimida até então. Sua flutuação ascendente em 2012 e em 2013, em comparação com o ano de 2011, aponta para a possibilidade de evasão dos alunos no ensino fundamental regular, migrando essas matrículas para as salas de EJA.

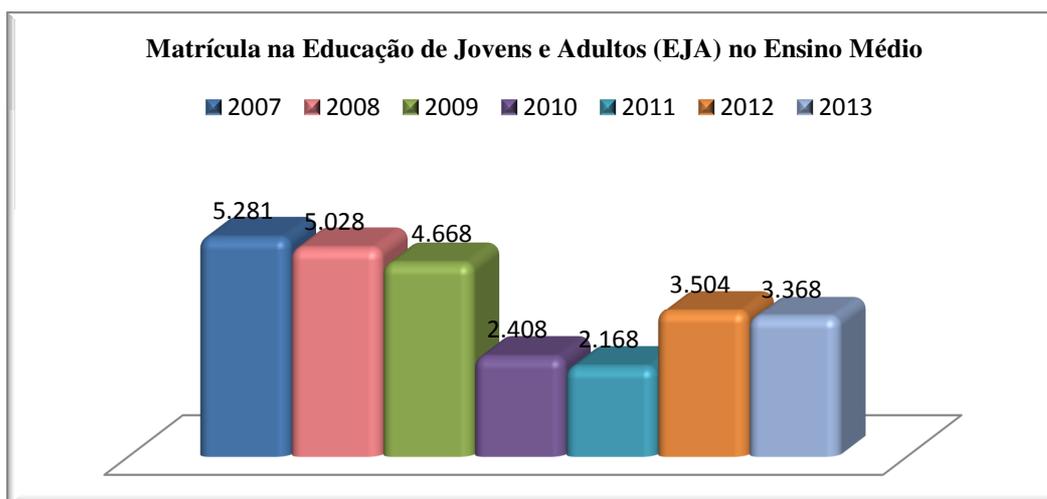
**Figura 49- Matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental**



Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2015

A mesma flutuação apontada na figura anterior é observada no EJA de ensino médio (Figura 50), principalmente do ano de 2011 para 2012, podendo significar uma retomada aos estudos dos evadidos do sistema, ou o incremento na oferta de vagas para essa faixa etária, que apresenta vários desafios para sua ampliação.

**Figura 50 – Matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Médio**



Fontes: Portal INEP/Censo Escolar, 2015

## 4.1 Escolas do município

A escola deve ser o espaço para oferecimento, a todos os cidadãos, de acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

Taubaté conta com o oferecimento de escolas públicas e privadas para atender a seus municípios. Levantamentos do Censo Escolar 2014 apresentam as escolas na Tabela 15 (rede pública municipal). As Tabela 16 (rede privada) e Tabela 17 (rede pública estadual) referem-se ao levantamento de 2014.

**Tabela 15 Escolas da Rede Municipal - 2014**

<b>Nome das Escolas</b>	<b>Nome usual</b>	<b>Nível</b>
EMIEF Profª Anita Ribas de Andrade	Anita Ribas	Ensino Fundamental
EMIEF Padre Silvino Vicente Kunz	Areão	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMIEF Prof. Emílio Simonetti	Bosque da Saúde	Ensino Fundamental
EMEIEF Mario Lemos de Oliveira	Caieiras	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEIEF Emílio Amadei Beringhs	Cataguá	Ensino Fundamental
EMEIEF Prof. Guido José Gomes Miné	Cecap	Ensino Fundamental
EMEF Cel. Marcondes de Mattos	Coronel	Ensino Fundamental
EMEF Prof. José Sant'Anna de Souza	Chácara Flórida	Ensino Fundamental
EMEIEF Prof. Ciniro Mathias Bueno	Chácara Ingrid	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMIEF Profª Marisa Lapido Barbosa	Chác. Reunidas Brasil	Ensino Fundamental
EMEF Profª Celina Monteiro de Castro	Chácara Silvestre	Ensino Fundamental
EMEF Cônego José Luiz Pereira Ribeiro	Cônego	Ensino Fundamental
EMEF Dr. Quirino	Dr. Quirino	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Ernani Giannico	Ernani Giannico	Ensino Fundamental
EMIEF Prof. Ernesto de Oliveira Filho	Ernesto	Ensino Fundamental
EMEF Vereador Joaquim França	Esplanada I	Ensino Fundamental
EMIEF Prof. Dr. João Baptista Ortiz Monteiro	Esplanada II	Ensino Fundamental
EMEF Monsenhor Evaristo Campista Cesar	Evaristo	Ensino Fundamental
EMEFM Prof. José Ezequiel de Souza	Ezequiel	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Antonio Carlos Ribas Branco	Fonte I	Ensino Fundamental
EMEF Vereador Pedro Grandchamp	Fonte II	Ensino Fundamental
EMIEF Vereador Mário Monteiro dos Santos	Gurilândia	Ensino Fundamental
EMEIEF Cônego Benedito Augusto Corrêa	Itaim	Educação Infantil e Ensino Fundamental

EMEF Profª Judith Campista César	Judith	Ensino Fundamental
EMEF Cláudio Cesar Guilherme de Toledo	Jd. Mourisco	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Juvenal da Costa e Silva	Juvenal	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Luiz Augusto	Luiz Augusto	Ensino Fundamental
CIMEEEEF Madre Cecília	CEMTE	Ensino Fundamental
EMEIEF Emílio Amadei Beringhs - Prédio II	Marlene Miranda	Ensino Fundamental
EMEIEF Prof. José Marcondes de Moura	Monjolinho	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEF Prof. Luiz Ribeiro Muniz	Monte Belo	Ensino Fundamental
EMIEF Marta Miranda Del Rei	Novo Horizonte	Ensino Fundamental
EMEIEF Benedito José dos Santos	Paiol	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEF José Rubens Wauner de Camargo	Pouso Frio	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMIEF Dr. Avedis Victor Nahas	Quinta dos Eucaliptos	Ensino Fundamental
EMEIEF Amedeo Piccini	Quiririm	Ensino Fundamental
EMEF Pe. Prof. Dr. Ramon Oliveira Ortiz	Ramon	Ensino Fundamental
EMEF Diácono José Angelo Victal	Santa Luzia	Ensino Fundamental
EMEF Profª Docelina Silva Campos Coelho	Jd. Santa Tereza	Ensino Fundamental
EMEF Dom Pereira de Barros	Bela Vista	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Lafayette Rodrigues Pereira	São Gonçalo	Ensino Fundamental
EMEF Frei Arthur Salvatti	Sítio I	Ensino Fundamental
EMEF Sarg. Everton Vendramel de C. Chagas	Sítio II	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Walther de Oliveira	Sonia Maria	Ensino Fundamental
EMEF Prof. Álvaro Marcondes de Mattos	Santa Catarina	Ensino Fundamental
EMEIEF Braz Silverio Lemes	Santa Luzia Rural	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEIEF Vereadora Judith Mazella Moura	Vila Caetano	Educação Infantil e Ensino Fundamental

EMEF Dom José Antonio do Couto	Vila I	Ensino Fundamental
EMEF Ernani Barros Morgado	Vila II	Ensino Fundamental
EMEIEF Tomé Portes Del Rei	Vila Velha II	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEF Walter Thaumaturgo	Walter	Ensino Fundamental
EMIEF Anna dos Reis Signorini	SEDES	Ensino Fundamental
EMIEIF Prof. <sup>a</sup> Simone dos Santos	Jaboticabeiras	Educação Infantil e Ensino Fundamental
EMEI Antônio Custódio da Silva	Alto São Pedro	Educação Infantil
EMEI Prof. Roque Passarelli	Prq. Aeroporto	Educação Infantil
EMEI Diamantina Mendes de Almeida	Cecap I	Educação Infantil
EMEI José Alfredo Lopes Vieira	Cecap III	Educação Infantil
EMEI José Dirceu Castro Carneiro	Sta. Tereza	Educação Infantil
EMEI Maria Benedita dos Santos	Imaculada I	Educação Infantil
EMEI Irmã Placidina	Campos Elíseos	Educação Infantil
EMEI Ana Maria Zarzur	Imaculada III	Educação Infantil
EMEI Prof. João Quintanilha	Três Marias	Educação Infantil
EMEI Vicência Geni Arantes	Prq. Paduan	Educação Infantil
EMEI Maria Luiza da Silva	Sta. Fé	Educação Infantil
EMEI Manoel de Almeida Barreto	Sta. Isabel	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Iracema Dias Carvalho de Almeida	Jaraguá	Educação Infantil
EMEI Maria Aparecida da S. Quintanilha	Baronesa	Educação Infantil
EMEI Frei Teófilo Michelaco	Shalom	Educação Infantil
EMEI Miguel Ribas Branco	Prq. Ipanema	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Maud Sá de Miranda Monteiro	Belém	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Anunciação Bueno Patricio	Esplanada I	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Inês Ap. Damasceno Vanzella	Esplanada II	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Alice Klier Monteiro	Belo Horizonte	Educação Infantil
EMEI Nair Mouassab	Gurilândia	Educação Infantil
EMEI Vereador Eleozippo Silveira Pinto	Hércules Masson	Educação Infantil
EMEI Comunitária Irmã Celeste	Independência	Educação Infantil
EMEI Mãe Maria	Monção	Educação Infantil
EMEI Albertina Lindegger	Prq. Sabará	Educação Infantil
EMEI Dr. José Ortiz Monteiro Patto	Jd. California	Educação Infantil
EMEI Prof. Paulo Camilher Florençano	Água Quente I	Educação Infantil
EMEI Prof. Rubens Duarte	Bonfim	Educação Infantil
EMEI Cecília Mattos Pereira	São Gonçalo I	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Gilda M. Bastos Abud. Indiani	São Gonçalo II	Educação Infantil
EMEI José Bento Alvarenga	Chácara Flórida	Educação Infantil
EMEI Sebastião Gonçalves Leite	Chácaras Reunidas	Educação Infantil
EMEI Prof. Paulo Cicchi	Chác. Silvestre I	Educação Infantil

EMEI Prof. José Simplício	Chác. Silvestre II	Educação Infantil
EMEI Prof. Maria Isabel Pereira Ribeiro	Chác. Silvestre III	Educação Infantil
EMEI Prof. Fábio Moura	Jardim América	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Maria Pereira Santiago	Cidade Jardim	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Eunice Ap. <sup>a</sup> Pereira Paulucci	Marlene Miranda	Educação Infantil
EMEI Miguel Luiz	Canuto Borges	Educação Infantil
EMEI Ondina Ortiz Amadei Beringhs	Estiva	Educação Infantil
EMEI Prof. Ulysses Carlos Schimidt	Piratininga I	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Teresinha Alves do Prado	Piratininga II	Educação Infantil
EMEI Marília Pereira Valente	Sítio Sto. Antonio I	Educação Infantil
EMEI Prof. Luiz Américo Pastorino	Sítio Sto. Antonio II	Educação Infantil
EMEI Antônio de Freitas Malaman	Parque Planalto	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> Maria Isabel Pistilli Mendonça	Quiririm	Educação Infantil
EMEI Prof. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> de Lourdes Pereira Quintanilha	Jardim Paulista	Educação Infantil
EMEI Ten. Cel. PM. Péricles Nogueira Santos	Vila São Geraldo	Educação Infantil
EMEI Prof <sup>a</sup> Eliete Santos Pereira Rodrigues	Estoril	Educação Infantil
EMEI Carmelita Santos de Oliveira	Vila Aparecida II- Carmelita	Educação Infantil
EMEI João Dias Monteiro	Bosque da Saúde	Educação Infantil
EMEI Prof. Carlos Rizzini	Largo Sant'Anna	Educação Infantil
EMEI Dolores Barreto Coelho	Vila Aparecida I - Dolores	Educação Infantil
EMEI Oswaldo Barbosa Guisard	Jardim Ana Emília	Educação Infantil
EMEI Prof. Sílvia Ferreira Farah	Vila Marli	Educação Infantil
EMEI Antônio de Angelis	Registro	Educação Infantil
EMEI Ver. Waldemar Bonelli	Cidade de Deus	Educação Infantil
EMEI Prof <sup>a</sup> Maria Edith Fernandes Moreira	Água Quente II	Educação Infantil
EMEI Prof <sup>a</sup> Maria Aparecida Esquilante Meirelles	Jd Garcêz/Jd das Américas	Educação Infantil
EMEI Tem. PM. Alexandre Gandhi Lacerda	SEDES	Educação Infantil
EMEI Irmã Bernadete de Almeida	Vila São José- Bernadete	Educação Infantil
EMEI Iardilei Viana de Aquino	Vila Aparecida III- Iardilei	Educação Infantil
Creche Espírita Beneficente Joana D'arc	Joana D'arc	Educação Infantil
Lar Irmã Amália	Vila Marli	Educação Infantil
Creche Menino Jesus	Vila Aparecida	Educação Infantil
Lar Escola Santa Verônica	Centro	Educação Infantil
Lar Bom Samaritano	Estiva	Educação Infantil

Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2014

Tabela 16 Escolas da Rede Privada – 2014

<b>Escolas da Rede Particular/2014</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nível</b>
Acalanto Escola Educação Infantil E Creche	Centro	Educação Infantil
Alice Nader Zarzur Escola Educação Infantil	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Alicerce Escola	Jardim Da Luz	Educação Infantil
Amiguinho Feliz Creche	Vila Jaboticabeira	Educação Infantil
Anjo Azul Hotel E Recreação Escola De Educação Infantil	Jdim Maria Augusta	Educação Infantil
Arca De Noé Educação Infantil E Recreação	Jardim Baronesa	Educação Infantil
Arco Iris Nova Geração Centro Educacional	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Basic Colégio	Jardim Monções	Educação Infantil
Be A Ba Escola De Educação Infantil	Centro	Educação Infantil
Colo E Carinho Escola De Educação Infantil Hotel Infantil	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Creche Menino Jesus	Jardim Luz	Educação Infantil
Crescer Escola De Educação Infantil	Jardim Santa Clara	Educação Infantil
Cultural Brasileira EIEF	Centro	Educação Infantil
Diocesano Padre Anchieta Colégio	Centro	Educação Infantil
Educandário Madre Paulina	Jardim Santa Cruz	Educação Infantil
Espaço Mágico Escola De Educação Infantil	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Fabula Berçário E Educação Infantil	Jardim Santa Clara	Educação Infantil
Florescer Escola De Educação Infantil	Campos Elíseos	Educação Infantil
Henriqueta Vialta Saad EEI EF E Médio	Jardim Dos Estados	Educação Infantil
Hora De Aprender Centro De Educação Infantil	Cecap	Educação Infantil
Independência Colégio Educação Infantil	Jdim Independência	Educação Infantil
Integração De Taubaté Colégio	Vila N. S. das Graças	Educação Infantil

Jardim Das Nações Escola Unidade I	Centro	Educação Infantil
Joana D'arc Creche Espírita Beneficente	Centro	Educação Infantil
Lar Bom Samaritano De Assistência Social	Estiva	Educação Infantil
Lar Escola Santa Verônica	Jardim Santo Clara	Educação Infantil
Lar Irma Amália Sob Patrocínio De São Jose	Pque Santo Antonio	Educação Infantil
Meio de Aprender Globalizado Colégio Educacional Infantil	Independência	Educação Infantil
Meu Espaço Escola De Educação Infantil	Campos Elíseos	Educação Infantil
Meu Tesouro Escola De Educação Infantil	Vila N. S. das Graças	Educação Infantil
Modelo Escola De Educação Infantil	Vila São Jose	Educação Infantil
Multi Alcance Colégio	Centro	Educação Infantil
Objetivo Junior Colégio Educação Infantil	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Peixinho Dourado E Santa Clara Colégio Integrado	Jardim Santa Clara	Educação Infantil
Peter Pan Escola De Educação Infantil	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Pica Pau Eei E Ápice Ensino Fundamental	Vila Iapi	Educação Infantil
Primeiros Passos Escola De Educação Infantil	Vila Marli	Educação Infantil
Progressão Colégio	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Risque E Rabisque Escola De Educação Infantil	Bonfim	Educação Infantil
Sabatino Baby Escola De Educação Infantil E Berçário	Jardim Das Nações	Educação Infantil
Independência Colégio Educação Infantil	Jardim Independência	Educação Infantil
Integração De Taubaté Colégio	Vila N. S. das Graças	Educação Infantil
Tia Nair Escola De Educação Infantil	Cecap	Educação Infantil
Turma Da Monica Escola Educação E Recreação Infantil	Jardim America	Educação Infantil
Turma Do Mickey Centro Educação Infantil Ensino Fund.	Quiririm	Educação Infantil

Vale Do Sol Colégio	Bonfim	Educação Infantil
Alcance Escola	Centro	Ensino Fundamental
Alfredo Jose Balbi Doutor Escola De Aplicacao	Centro	Ensino Fundamental
Alice Nader Zarzur Escola Educação Infantil Pg	Jardim Das Nações	Ensino Fundamental
APAE De Taubaté Escola Especial	Catagua	Ensino Fundamental
Basic Colégio	Jardim Monções	Ensino Fundamental
Cassiano Ricardo Colégio	Centro	Ensino Fundamental
Cotet ColégioTécnico De Taubaté	Vila N. S. Das Graças	Ensino Fundamental
Espaço Mágico Integrado Colégio	Jardim Santa Clara	Ensino Fundamental
Faculdade Anhanguera De Taubaté EEP	Jardim Marajoara	Ensino Fundamental
Felix Guisard Escola SENAI	Campos Elíseos	Ensino Fundamental
Herdeiros Do Futuro Escola De Educação Infantil	Cecap	Ensino Fundamental
Instituto Taubaté De Ensino Superior ITES	Vila N. S. Das Graças	Ensino Fundamental
Integração De Taubaté Colégio	Jardim Das Nações	Ensino Fundamental
Jardim Das Nações Colégio	Centro	Ensino Fundamental
Meu Tesouro Escola De Educação Infantil	Vila N. S. Das Graças	Ensino Fundamental
Modelo Escola Ensino Fundamental	Vila São Jose	Ensino Fundamental
Objetivo Colégio	Centro	Ensino Fundamental
Objetivo Junior Colégio	Jardim Das Nações	Ensino Fundamental
Polo Educacional Instituto	Vila N. S. Das Graças	Ensino Fundamental
Santa Luiza de Marillac Colégio Vicentino	Vila Sao Jose	Ensino Fundamental
Santo Antonio Instituto De Ensino	Centro	Ensino Fundamental
Semear Escola de Educacao Infantil	Vila IAPI	Ensino Fundamental

SENAC Taubaté	Jardim Eulália	Ensino Fundamental
SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	Itaim	Ensino Fundamental
SESI 411 Centro Educacional	Estiva	Ensino Fundamental
Solar Do Vale Centro Educacional	Jardim Morumbi	Ensino Fundamental
Tableau Colégio	Jardim Das Nações	Ensino Fundamental
Tableau Colégio Unidade Ii	Centro	Ensino Fundamental
Taubaté Instituto Educacional	Centro	Ensino Fundamental
Taubateano Colégio	Vila Sao Jose	Ensino Fundamental
Vale Encantado Escola	Jardim Independência	Ensino Fundamental
Verum Colégio	Centro	Ensino Fundamental

Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2014

**Tabela 17 Escolas da Rede Estadual - 2014**

<b>Escolas da Rede Estadual</b>	<b>Bairro</b>	<b>Nível</b>
Álvaro Ortiz Professor	Sao Gonçalo	Ensino Médio
Amacio Mazzaropi	Vila Sao Jose	Ensino Médio
Amador Bueno da Veiga	Parque Sabará	Ensino Médio e EJA Ensino Médio
Antonio de Moura Abud Doutor	Jardim America	Ensino Médio
Antonio Magalhães Bastos	Alto Sao Pedro	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Bernardino Querido Professor	Parque Bandeirantes	Ensino Médio
CEEJA Cicero de Alvarenga Monsenhor	Centro	Suplência Frequência Flexível
Centro de Atend Socio-Educao Adolesc. de Taubaté - Uip	Jardim Jaragua	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Centro de Detenção Provisória Dr. Felix Nobre De Campos	Jardim Jaragua	EJA Ensino Fundamental e Ensino Médio
Cesar Costa Deputado	Quiririm	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Cesidio Ambrogi Professor	Vila Nogueira	Ensino Médio

Felix Guisard Filho Doutor	Parque Planalto	Ensino Médio e EJA Ensino Fundamental
Gentil De Camargo Professor	Parque Tres Marias	Ensino Médio
HCTP Dr. Arnaldo Amado Ferreira de Taubaté	Jardim Santa Clara	Programa Jovem Cidadão
Jacques Felix	Vila Albina	Ensino Médio e EJA Ensino Médio
João Alves Monsenhor	Vila Sao Jose	Ensino Médio
Jose Marcondes De Mattos Doutor	Parque Senhor do Bonfim	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Jose Mazella Professor	Registro	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Mario Cardoso Franco Professor	Cidade De Deus	Ensino Médio
Miguel Pistilli	Cecap	Ensino Médio
Monteiro Lobato	Jardim Maria Augusta	Ensino Médio
Newton Câmara Leal Barros	Jardim Gurilandia	Ensino Médio e EJA Ensino Médio
Roque De Castro Reis Professor	Belém	Ensino Médio e EJA Ensino Fundamental e Médio
Urbano Alves De Souza Pereira Engenheiro	Jardim Independência	Ensino Médio

Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2014

#### 4.1.1 Regulamentação das escolas da Rede Municipal

O funcionamento regular dos estabelecimentos escolares depende de uma série de documentos, amparados pelos atos que legalizam a escola. Entre outros, são necessários o ato de criação, a autorização e o credenciamento junto ao Conselho de Educação (responsável pela normatização da rede), e o projeto político-pedagógico.

A legalização da escola é de fundamental importância para a comunidade e para todos os estudantes, que precisam ter assegurada a certificação de sua vida escolar. É, portanto, dever da Secretaria Municipal da Educação, por meio do respectivo Conselho de Educação, tomar as providências para a devida organização da rede.

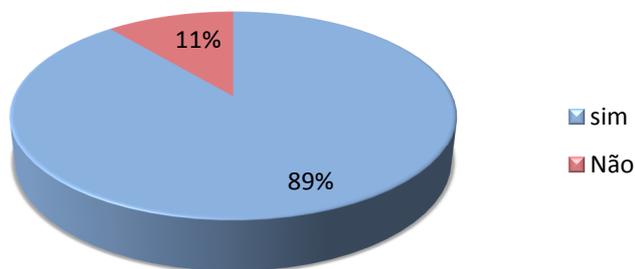
A não regulamentação das escolas impacta negativamente na receita da educação do município, além de impedir a escola e a rede de participarem de programas e projetos do Governo Federal. O Censo Escolar de 2010 aponta que 100% da rede escolar de Taubaté está regulamentada.

### 4.1.2 Ensino Fundamental Organizado em Ciclos

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de nove anos, a organização em ciclos tem como princípio norteador a flexibilização da seriação. Dessa forma, o currículo pode ser trabalhado ao longo de um período de tempo maior, o que permite respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes. A Figura 51 mostra a proporção de escolas do ensino fundamental organizada em ciclos.

Figura 51 – Ensino Fundamental organizado em ciclos

Ensino Fundamental organizado em ciclos

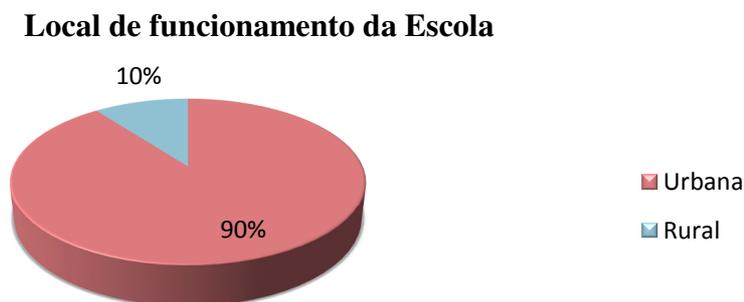


Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2010

### 4.1.3 Localização

Por vezes, a distância entre a residência e a escola e os longos períodos de caminhada prejudicam o rendimento do aluno e/ou provocam a evasão escolar. O transporte escolar para os que residem longe é um meio de garantir o acesso à escola e a permanência dos alunos na escola. A Figura 52 apresenta a distribuição das escolas por localização – rural e urbana.

Figura 52 – Local de funcionamento da Escola

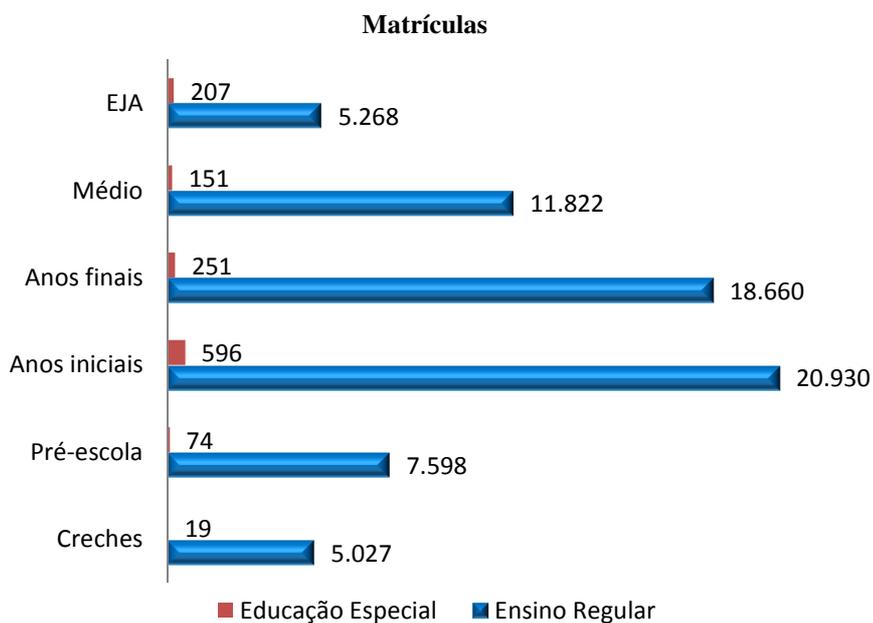


Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2010

#### 4.1.3.1 Matrículas Educação Básica no Município - 2013

A Figura 53 mostra o número de matrículas na Educação Básica do município, para o ano de 2013, para um total de 215 unidades escolares.

Figura 53 – Matrículas na Educação Básica

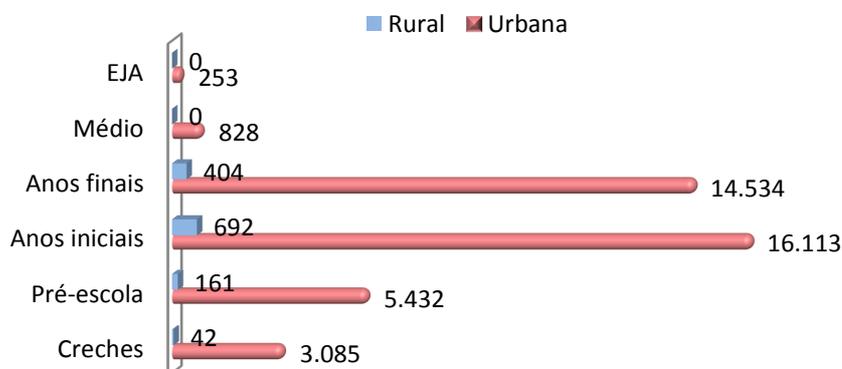


Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2013

#### 4.1.3.2 Matrículas Educação Básica – Rede Municipal – 2013

A Figura 54 mostra o número de matrículas na Educação Básica do município, em sua rede municipal, para o ano de 2013, em escolas da zona urbana e rural.

**Figura 54 – Matrículas Educação Básica – Rede Municipal**

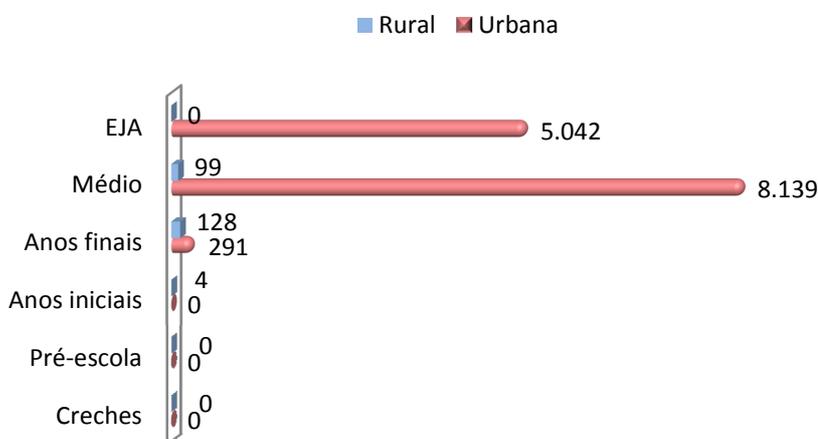


Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2013

#### 4.1.3.3 - Matrículas Educação Básica – Rede Estadual – 2013

A Figura 55 apresenta o número de matrículas na Educação Básica do município, em sua rede estadual, para o ano de 2013, em escolas da zona urbana e rural.

**Figura 55 – Matrículas Educação Básica - Rede Estadual**

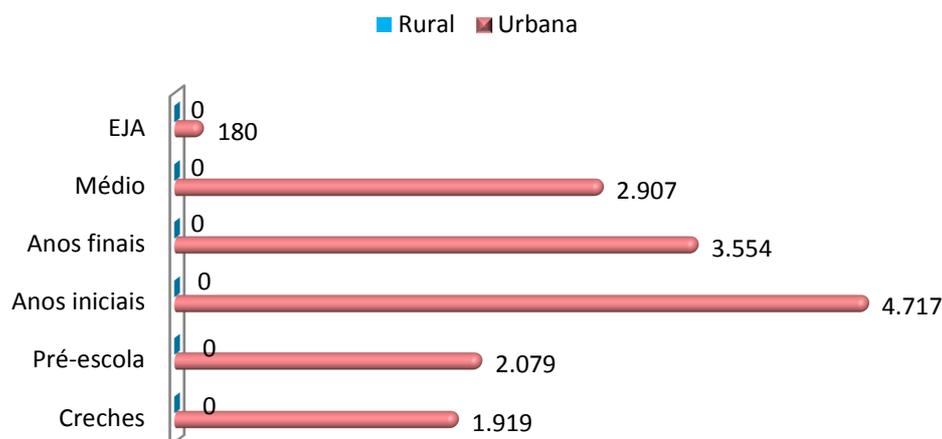


Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2013

#### 4.1.3.4 Matrículas Educação Básica – Rede Privada – 2013

Na Figura 56, é apresentado o número de matrículas na Educação Básica do município, em sua rede privada, para o ano de 2013, em escolas da zona urbana e rural.

Figura 56 – Matrículas Educação Básica – Rede Privada



Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2013

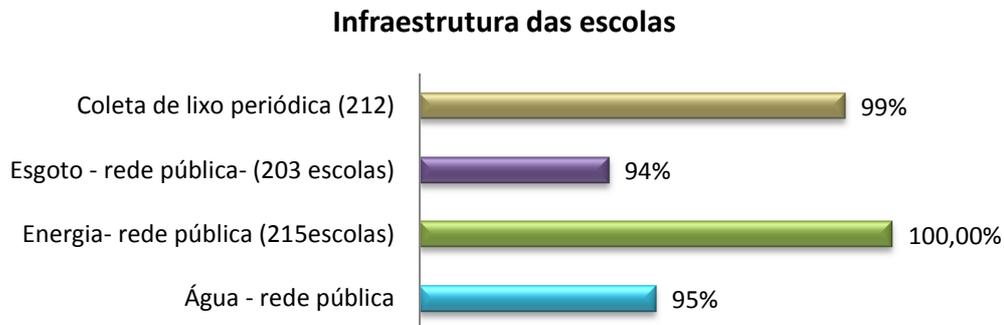
## 4.2 Infraestrutura das escolas do município

Na elaboração de uma escala para a situação de infraestrutura, as escolas nacionais foram distribuídas em quatro categorias.

- **Infraestrutura elementar:** Estão neste nível escolas que possuem somente aspectos de infraestrutura elementares para seu funcionamento, tais como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha;
- **Infraestrutura básica:** Além dos itens presentes no nível anterior, neste nível as escolas já possuem uma infraestrutura básica, típica de unidades escolares. Em geral, há sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora;
- **Infraestrutura adequada:** Além dos itens presentes nos níveis anteriores, as escolas deste nível, em geral, possuem uma infraestrutura mais completa, o que permite um ambiente mais propício para o ensino e aprendizagem. Nessas escolas há, por exemplo, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil. Há também espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Além disso, são escolas que possuem equipamentos complementares, como copiadora e acesso à internet;
- **Infraestrutura avançada:** As escolas deste nível, além dos itens presentes nos níveis anteriores, possuem uma infraestrutura escolar mais robusta e mais próxima do ideal, com a presença de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais.

Dados do INEP (2013), mostrados na Figura 57, apresentam a situação das escolas de Taubaté, quanto à infraestrutura:

**Figura 57 – Infraestrutura das escolas**



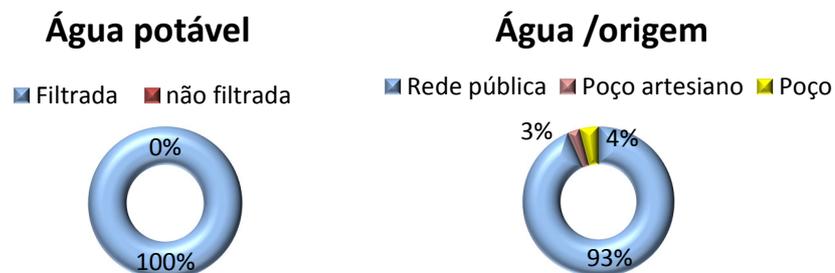
Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2013

Esgoto, acesso à água tratada e fornecimento de energia elétrica são pautas a serem consideradas junto à Administração Municipal, para garantia de uma educação de qualidade, e devem subsidiar a elaboração de políticas públicas. Com esses dados, é possível indicar as prioridades para as obras de infraestrutura básica nos bairros onde se localizam as escolas.

### 4.2.1 Água Filtrada

Como indicado na Figura 58, 100% das escolas do município oferecem água filtrada para os alunos, e 93% dessa água é fornecida pela rede pública de abastecimento.

**Figura 58 – Infraestrutura das escolas**



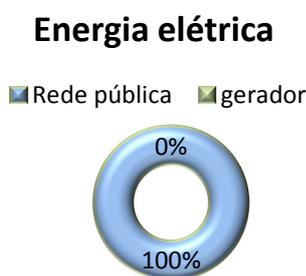
Fonte: UNDIME, 2015

### 4.2.1.2 Energia Elétrica

O fornecimento de energia representa melhoria da qualidade de vida da população. Assim, as unidades escolares que contam com esse serviço contam também com inúmeros benefícios, relacionados, tanto ao conforto como às possibilidades de sua utilização nas atividades pedagógicas.

Em Taubaté, 100% das escolas possuem energia elétrica fornecida pela rede pública.

Figura 59 – Energia Elétrica



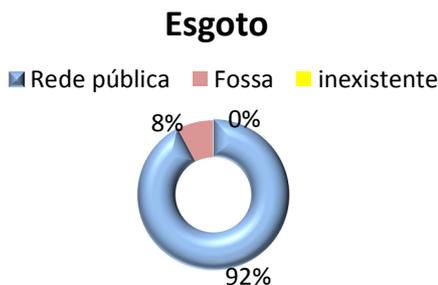
Fonte: UNDIME, 2015

### 4.2.1.3 Esgoto Sanitário

As redes de esgoto garantem melhores condições de saúde e higiene para a comunidade, evitando a contaminação do solo e da água e a proliferação de doenças, bem como auxiliando na preservação do meio ambiente. Caso não exista rede de esgoto, a construção de fossas sépticas é uma alternativa para a destinação adequada do esgoto das unidades escolares.

Conforme Figura 60, 92% das escolas do município possuem esgoto sanitário e 8% possuem fossas sépticas.

Figura 60 – Esgoto Sanitário



Fonte: UNDIME, 2015

#### 4.2.1.4 Coleta de lixo

A prefeitura gasta mensalmente cerca de R\$ 1,2 milhão (a valores de 2012) com a coleta, transbordo e destino final do lixo, que é enviado para aterro, em Tremembé.

O município disponibiliza, para a população, Pontos de Entrega Voluntária (PEV). A implantação desses pontos faz parte do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos e atende a uma determinação da Lei Federal nº 7.146/2006, que pretende evitar o despejo de resíduos de forma irregular em áreas impróprias da cidade.

A Figura 68 mostra que a coleta periódica de lixo atinge 94% dos resíduos, mas a reciclagem ainda é muito baixa.

Figura 61 – Coleta de lixo



Fonte: UNDIME, 2015

#### 4.2.2 Ocupação dos Prédios

É essencial manter atualizados os dados cadastrais da escola: nome, endereço, localização (rural ou urbana), natureza de ocupação do prédio (próprio, cedido ou alugado), entidade proprietária do imóvel (federal, estadual, municipal ou particular), número de alunos (por etapa e modalidade e por turno), número de salas existentes no prédio, número de salas que funcionam em anexos, em prédios próprios ou não.

Em meio ao total de 118 escolas, no ano de 2010, a situação quanto à ocupação está apresentada na Figura 62.

Figura 62 – Ocupação dos Prédios



Fonte: UNDIME, 2015

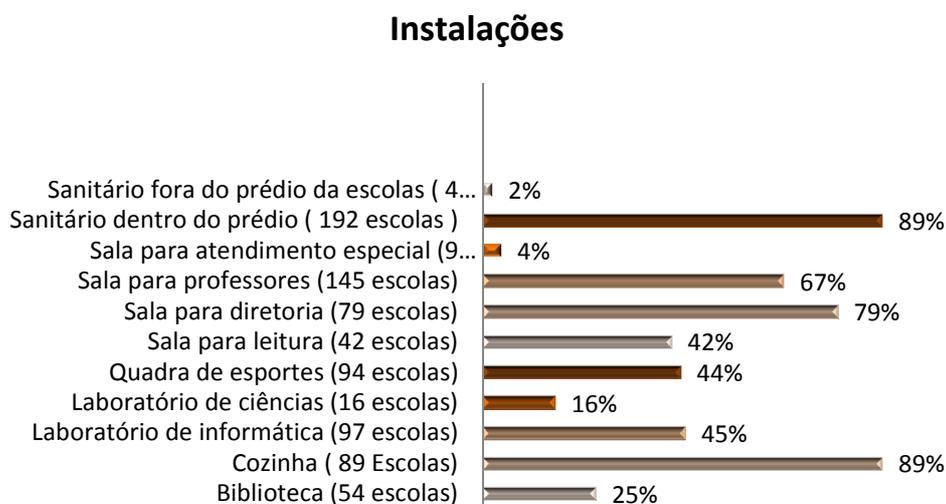
### 4.3 Instalações existentes nas escolas do município

Uma escola com espaço físico adequado favorece as ações pedagógicas, as experiências e as interações dos alunos, contribuindo para a aprendizagem.

Espaços físicos escolares em número suficiente e adequado favorecem a realização de ações pedagógicas eficazes, troca de experiências e interações positivas entre os estudantes, contribuindo para uma aprendizagem significativa. É importante considerar, também, se a escola dispõe de ambientes que possibilitem as atividades pedagógicas e administrativas para todos os profissionais da educação.

A carência desses espaços físicos pode significar perda da qualidade da educação e, portanto, tais escolas devem receber atenção especial nos planos de reforma, construção ou adequação predial. A Figura 63 apresenta a distribuição dos diversos tipos de instalações nas escolas do município.

Figura 63 Instalações



Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2013

### 4.3.1 Situação das unidades educacionais municipais

A situação geral das unidades escolares da rede municipal, no que diz respeito a água, energia, acessibilidade e outras infraestruturas, conforme Tabela 18.

**Tabela 18 - Situação das unidades educacionais municipais**

Unidades	Água tratada	Poço artesiano	Esgoto	Fossa séptica	Energia	Acessibilidade	Laboratório de Ciências	Biblioteca	Teatro	Quadra Poliesportiva
<b>Ensino Infantil</b>	65	1	65	1	65	1 concluída e demais em adaptação	0	0	0	0
<b>Ensino Fundamental</b>	50	5	45	10	55	3 concluídas e demais em adaptação	5	26	20	56

Fonte : Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

Obs.: As unidades escolares estão em reforma para adequar a acessibilidade. As unidades com poços artesianos e fossas sépticas correspondem, em sua maioria, a escolas rurais.

### 4.3.2 Dependências Existentes na Escola - Rede Municipal 2010

A situação geral das unidades escolares da rede municipal, no que diz respeito a dependências características de infraestrutura avançada, está demonstrada na Tabela 19.

**Tabela 19 Dependências Existentes na Escola / Rede Municipal**

Dependência	Quantidade	Percentual
Diretoria	91	77.78%
Sanitário fora do prédio	0	0%
Cozinha	117	100.00%
Laboratório de Informática	46	39.32%
Sanitário adequado à Educação Infantil	54	46.15%

Sala de Leitura	45	38.46%
Sala de Recursos Multifuncionais para AEE	4	3.42%
Dependências e vias adequadas a Alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	17	14.53%
Berçário	37	31.62%
Quadra de esportes descoberta	31	26.50%
Salas de professores	82	70.09%
Sanitário dentro do prédio	113	100%
Biblioteca	26	22.22%
Laboratório de Ciências	8	6.84%
Sanitário adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	17	14.53%
Parque infantil	53	45.30%
Quadra de esportes coberta	25	21.37%
Nenhuma das dependências relacionadas	0	0.00%

Fonte : Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

### 4.3.3 Reforma e Manutenção

A Tabela 20 e a Figura 64 apresentam a situação das unidades escolares e de quadras poliesportivas do município em reforma e manutenção recentemente concluída ou em andamento.

**Tabela 20 - Reforma e Manutenção**

<b>CONSTRUÇÃO DE SALAS E BANHEIROS PARA BERÇÁRIOS (ampliação)</b>						
<b>EMEI</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>Nº de salas</b>	<b>Nº banheiros</b>	<b>Área construída</b>	<b>Início da obra</b>	<b>Situação atual</b>
Profª. Eliete S. P. Rodrigues	Estoril	2	2	126m <sup>2</sup>	DEZEMBRO/13	Concluída em 2014
Profª. Maria Pereira Santiago	Cidade Jardim	2	2	126m <sup>2</sup>	DEZEMBRO/13	Em construção
Prof. Luiz A. Pastorino	Sítio Santo Antônio	1	1	63m <sup>2</sup>	fevereiro/14	Concluída em 2014
Ver. Bonelli	Cidade de Deus	2	2	126m <sup>2</sup>	DEZEMBRO/13	Concluída em 2014
Vicência Geni Arantes	Paduan	2	2	126m <sup>2</sup>	Janeiro/14	Em construção
Profª. Alice Klier Monteiro	Belo Horizonte	2	2	126m <sup>2</sup>	DEZEMBRO/13	Concluída em 2014

José Bento Alvarenga	Chácara Flórida	4	2	224m <sup>2</sup>		Em construção
Maria Luiza da Silva	Santa Fé	2	2	126m <sup>2</sup>	MARÇO/14	Em construção
Profa. Maria Edith F. Moreira	Água Quente	2	2	126m <sup>2</sup>	MARÇO/14	Em construção
Ver. Eleozipo S. Pinto	Gurilândia	3	3	189m <sup>2</sup>	MARÇO/14	Em construção
Profa. Ana Maria Zarzur	Fonte Imaculada	2	2	126m <sup>2</sup>	DEZEMBRO/13	Concluída em 2014
Miguel Luís	Canuto Borges	1	1	63m <sup>2</sup>	27/03/14	Em construção
Antônio de F. Malaman	Parque Planalto	2	1	112m <sup>2</sup>	12/05/14	Em construção

Fonte : Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

Figura 64 - Manutenção de quadras poliesportivas

MANUTENÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
UNIDADE	BAIRRO
EMEF Prof. Dr. João Baptista Ortiz Monteiro	Esplanada Santa Terezinha
EMEF Ver. Mario Monteiro Dos Santos	Gurilândia
EMEF Dr. Avedis Victor Nahas	Quintas dos Eucaliptos
EMEF Prof. Ernani Giannico	Taubateguassu
EMIEF Prof. Emílio Simonetti	Bosque da Saúde
EMEF Padre Prof. Dr. Ramon de O. Ortiz	Barreiro
EMEF Prof. Ernesto de Oliveira Filho	Parque Aeroporto
EMEF Prof. Lafayette Rodrigues Pereira	São Gonçalo
EMEF Prof. Claudio Cesar de Toledo	Mourisco
EMEF Cônego José Luiz Pereira	Vila Aparecida
EMEF Walther Taumaturgo	Parque São Luiz
EMEF Prof. Guido José Gomes Miné	CECAP
EMIEF Pe. Silvino Vicente Kunz	Areão

Fonte : Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

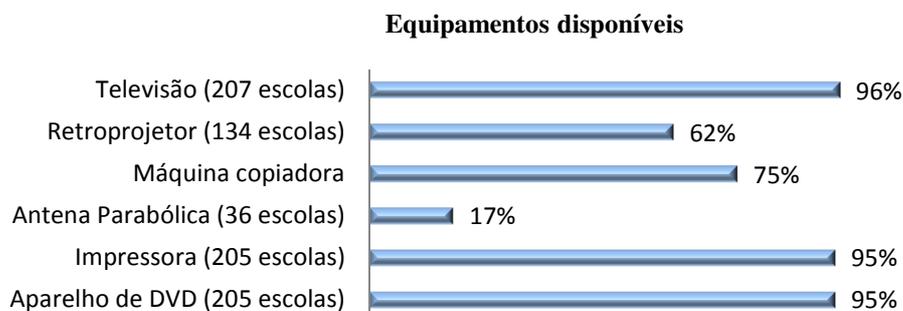
#### 4.4 Equipamentos das escolas do município

Equipamentos para uso pedagógico em número suficiente e adequado favorecem a realização de ações pedagógicas e contribuem para uma aprendizagem significativa.

A carência desses equipamentos pode significar perda da qualidade da educação e, portanto, algumas escolas devem receber especial atenção na aquisição desse material.

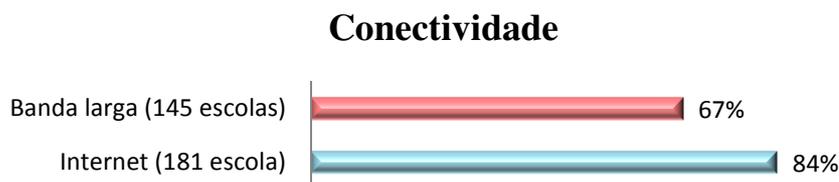
A Figura 65 apresenta a distribuição desses equipamentos em 215 unidades escolares de Educação Básica do município. Similarmente, a Figura 66 mostra os números de conectividade nas escolas.

**Figura 65 - Equipamentos disponíveis**



Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2013

**Figura 66 - Conectividade**



Computadores para uso dos alunos: 2.343 equipamentos  
Computadores para uso administrativo: 1.016 equipamentos

Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2013

#### **4.4.1 Equipamentos das escolas - Rede Municipal - 2010**

A Figura 67 demonstra a distribuição de equipamentos pelas unidades escolares do município, para o ano de 2010.

**Figura 67 - Equipamentos**

<b>Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Aparelho de televisão	116	99.15%
DVD	114	97.44%
Copiadora	100	85.47%
Impressora	114	97.44%
Vídeo cassete	37	31.62%
Antena parabólica	11	9.40%
Retroprojektor	87	74.36%

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

Em termos de conectividade e infraestrutura de Tecnologia da Informação, as unidades escolares e a Secretaria de Educação contam com os seguintes equipamentos e serviços:

- Unidades educacionais com computadores: 62 - Ensino Infantil, e 54 - Ensino Fundamental
- Unidades com acesso a internet: 92
- Equipe de Assistência técnica: 7 profissionais, sendo 4 estagiários
- Número de equipamentos em funcionamento na SEED com acesso a internet: 42 desktops e 8 notebooks (com bloqueio de conteúdos Winconnection)
- Sistema de integração de informações disponíveis:
  - Asp.net - informações relacionadas à atribuição de aulas para professores
  - Asp.net - sistema de controle de manutenção de informática (chamados e ordens de serviço)

*Fonte: PMT/SEED, 2015*

#### **4.5 Profissionais que atuam nas escolas**

Os professores são os responsáveis pelo ensino dos conteúdos curriculares, mas é necessário considerar os demais funcionários como participantes do processo educacional, pois eles oferecem o suporte necessário para que a aprendizagem aconteça. As escolas do município (municipais, estaduais e privadas) apresentam quadro de funcionários conforme a Tabela 21.

**Tabela 21 Dados escolas**

<b>REDE/2013</b>	<b>Número de funcionários</b>	<b>Total de escolas</b>
Estadual	1.229	23
Privada	2.506	73
Municipal	3.022	117
Rede Municipal de Educação – 2015 2441 - Funcionários		
Rede Estadual de Educação – 2015 919 - Funcionários		

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Área de Recursos Humanos e Diretoria Regional de Ensino de Taubaté, 2015*

#### **4.5.1 Cargo e lotação - escolas municipais**

O quadro de cargos e funções do magistério público do município nas unidades educacionais é formado por:

Auxiliar de desenvolvimento Infantil (terceirizadas mediante convênio)

Auxiliar de Trabalhos Administrativos (terceirizadas mediante convênio)

Professor de Educação Infantil

Professor I

Professor III

Professor coordenador

Vice-diretor

Diretor de Escola

Inspetor

Escriturário

Auxiliar administrativo

Auxiliar de limpeza

#### 4.5.1.1 Profissionais que atuam nas escolas municipais

O número total de profissionais da educação que atuam nas escolas municipais está indicado nas Tabelas 22 e 23. A Tabela 22 inclui docentes e pessoal administrativo. Já a Tabela 23 especifica apenas o pessoal docente.

**Tabela 22 - Situação Funcional**

SITUAÇÃO FUNCIONAL	NÚMERO
CLT	339
Estatutário	1839
Comissionado	6
Função de confiança/estatutário	257
<b>Total</b>	<b>2441</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Área de Recursos Humanos e Secretaria de Educação, 2015

**Tabela 23 - Professores**

PROFESSORES	ESTATUTÁRIO	ESTATUTÁRIO SUBSTITUTO	CLT	TOTAL
PEI	349	40	102	491
PI	423	100	51	574
PIII ED ESP.	68	13	16	97
PIIIARTE	59	8	8	75
PIII CIE /QUI	41	8	8	57
PIII ENS. REL/FILOS	12	5	1	18
PIII ED FIS.	86	16	14	116
PIII GEO	39	8	7	54
PIII HIST.	38	8	2	48
PIII INGLÊS	24	7	6	37
PIII MAT	67	12	10	89
PIII PORT	81	12	20	113
<b>TOTAL</b>	<b>1287</b>	<b>237</b>	<b>245</b>	<b>1769*</b>

\* A Secretaria de Educação é também responsável por 26 professores conveniados do Estado

Fonte : Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

#### 4.5.1.2 Formação dos professores municipais

A formação dos professores da rede municipal de ensino de Taubaté é apresentada na Tabela 24. Esta tabela refere-se apenas aos professores concursados.

**Tabela 24 - Formação dos professores Municipais**

Situação	Qtd	Nível	Licenciados	Pós Grad	Mestre	Doutor
Estatutário	349	Prof. Ed Infantil	319	203	0	0
	423	Prof. Fundamental I	423	263	3	0
	515	Prof. Fundamental II e Médio	102 (2ª licenciatura)	260	37	2
Estatutário Substituto	40	Prof. Ed Infantil	20	16	0	0
	101	Prof. Fundamental I	52	37	0	0
	96	Prof. Fundamental II e Médio	2 (2ª licenciatura)	36	6	0
TOTAL	1524		1524	815	46	2

Fonte : Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

#### 4.5.1.3 Relação aluno/professor

Para o ano de 2015, o número total de matrículas iniciais na rede pública municipal foi de 42.551. Com um total de 1769 professores, entre celetistas e estatutários, tem-se um relação de 24,05 alunos por professor.

#### 4.5.2 Jornada de trabalho dos professores municipais

A jornada de trabalho semanal do docente é constituída de horas-aula em tarefas com alunos e de horas-atividade a serem cumpridas na escola e em local de livre escolha do professor. A jornada inicial (de concurso) é de 20 horas-aula, e a jornada completa, de 40 horas-aula.

Segundo o estatuto municipal do magistério (Lei complementar nº 180, 27/12/2007), a carga horária de trabalho docente não poderá ultrapassar o limite de dez horas diárias, das quais oito são horas em atividade com alunos, e duas, de trabalho pedagógico.

A jornada de trabalho dos demais integrantes do quadro do magistério público é de quarenta horas.

## **5. Programas e projetos sociais implementados no município**

O Município articula-se com órgãos federais, estaduais, suas diversas secretarias e demais órgãos voltados ao atendimento da população para desenvolver programas e projetos que visem à educação de qualidade e à formação cidadã, em todos os níveis e modalidades de ensino.

### **5.1 Programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação voltados às escolas municipais**

A Secretaria de Educação desenvolve diversos projetos e programas cujo objetivo é aprimorar as ações de seu sistema de ensino, estimulando o desenvolvimento da qualidade de aprendizagem dos alunos da rede municipal.

#### **5.1.1 Projetos desenvolvidos na Secretaria de Educação**

Ao longo do ano de 2014 foram desenvolvidos diversos projetos no âmbito da Secretaria de Educação. Entre eles:

a) Projetos sobre igualdade e diversidade

- Consciência Negra / Cultura Afro-brasileira
- Dia Internacional da Mulher
- Inclusão Escolar: Projeto Integra-Ativa
- Projeto Valorização do Idoso

b) Projetos sobre saúde e ecologia

- “Dia D” - Campanha de Combate ao Mosquito da Dengue
- Criança Ecológica
- Dia Mundial da Água / Educação Ambiental / Dia do Meio Ambiente
- Fórum da Educação Ambiental
- Monitoramento, Tecnologia e Educação Ambiental no bairro Una
- Projeto Sabesp / plantio de árvores nativas e revitalização do Espaço Escolar

- Sala Verde: Centro Municipal de Referência em Educação Ambiental
  - Projeto Semear
- c) Projetos de apoio à aprendizagem
- Educação do Campo –“Rurais em Ação”
  - Dia do Livro / Semana de Incentivo à Leitura / Enfoque em Monteiro Lobato
  - Feira de Ciências
  - Palavra Cantada
  - Planeta Leitura
  - Programa “Cantinhos”
  - Projeto Criança Também Escreve
  - Projeto Leitura / Sala de Leitura / Projeto Livros à Mão Cheia
- d) Projetos de integração com a comunidade
- Família na Escola
  - Gincana da Solidariedade
  - Programa de Atendimento ao Município: Plantão
- e) Projetos esportivos
- Jogos Escolares
  - Operação Juventude / Atletismo
  - Programa Esporte e Juventude –PEJ
- f) Projetos culturais
- Carnaval da Alegria e Paz (AMETRA)
  - Programa Música nas Escolas
  - Programa “O Sítio vai à escola”
  - Semana do Folclore
- g) Projetos de apoio à gestão
- Programa de Avaliação de Desempenho e Rendimento dos Alunos
  - Programa de Avaliação dos Indicadores da Qualidade na Educação
  - Projeto de Auxiliar de Classe para as Salas de 1º e 2º ano
  - Projeto de Manutenção e Readequação dos Ambientes das Escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil

### 5.1.2 Atividades em período integral

Muitas unidades escolares da rede municipal oferecem atividades pedagógicas, artísticas, culturais e recreativas em turno inverso ao ensino regular: são as atividades em período integral, que perfazem, juntamente com o período regular, pelo menos sete horas de atividade escolar. Nesse período de contraturno é oferecido lanche/refeição. As crianças não atendidas nas unidades escolares complementam o atendimento integral nos PEEJS (Programa de Ensino Esporte e Juventude) e em uma unidade da AMETRA, como indicado nas Tabelas 25 e 26.

**Tabela 25 - Escolas que oferecem atendimento em período integral 2015**

<b>ATENDIMENTO EM PERÍODO INTEGRAL</b>	
Educação Infantil	62
Conveniadas	5
Ensino Fundamental	50
PEEJs	4
AMETRA	1
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

**Tabela 26 - Alunos que permanecem ao menos 7 horas em atividades escolares**

<b>NÚMERO DE ALUNOS EM ATIVIDADES ESCOLARES INTEGRAIS - DEZEMBRO DE 2014</b>	
Educação Infantil	5.223
Ensino Fundamental	10.218
<b>TOTAL</b>	<b>15.441</b>

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

O critério para atendimento no Ensino Integral é a vulnerabilidade social e a necessidade familiar. São utilizados espaços diversos, como sala de aula, de informática, biblioteca, pátio, quadra e outros, conforme a disponibilidade das unidades escolares.

### **5.1.3 Parcerias com secretarias do município e outras entidades**

Além de projetos internos à Secretaria de Educação, outros projetos de cunho educacional são desenvolvidos em parceria, seja com outras secretarias do município, seja com a Universidade de Taubaté (UNITAU), autarquia municipal, seja com outras entidades públicas ou privadas.

#### a) Parcerias com a Secretaria de Turismo e Cultura

- Concerto Didático
- Concurso de desenho e redação de Monteiro Lobato
- Concurso trovas e caricaturas Monteiro Lobato
- Programa Integrarte Dança e Teatro

#### b) Parcerias com outras secretarias

- Saúde na Educação Infantil (Secretaria de Saúde)
- Ações desenvolvidas em parceria com Secretaria de Esportes e Lazer. Essas ações integram as atividades socioeducativas e estão descritas na próxima seção.
  - Cidadania e Esporte em Tempo Integral
  - Escola de Atleta e Formação Integral
  - Programa Esporte e Juventude – PEJ

#### c) Parcerias com a Universidade de Taubaté (UNITAU)

- Campanha de Combate ao Uso do Tabaco e Álcool / Semana de Prevenção e Combate ao Câncer (em conjunto com a Câmara Municipal de Taubaté)
- Horta na Escola
- PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- Taubaté, viagem pela história de nossa cidade

#### d) Parcerias com o Governo Federal

- PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
- PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola
- ProJovem Urbano
- Programa Atleta na Escola
- Programa Mais Educação
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
- PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional
- Saúde nas Escolas

e) Parcerias com outras entidades

- Dia do Desafio - SESI
- Educação Fiscal - Receita Federal
- Educação para o Consumo Responsável - PROCON
- Estrada para Cidadania - Nova Dutra
- PAI: Programa Ambiental Interativo - ONG Nascente do Paraíba
- PROERD: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Polícia Militar
- Programa Combate a Dengue - Vigilância Epidemiológica
- Programa Municipal de Combate à Obesidade – Universidade de São Paulo
- Projeto Boa Energia nas Escolas-Secretaria do Meio Ambiente de Taubaté - EDP / Bandeirante Energia / PROCEL
- Quebra Tabu - Instituto Kaplan
- Tabuada Vanguarda – TV Vanguarda
- Trabalho e Vocação Profissional: Sonhando com o futuro - Embraer/SJC
- Olimpíada Brasileira de Matemática - Fundação Itaú Social e MEC
- Olimpíada de História - MEC
- Olimpíada Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro - Fundação Itaú Social e MEC

## **5.2 Programas e projetos voltados ao atendimento socioeducativo**

São projetos de secretarias municipais que interfaceiam com a temática da educação em sentido amplo, contribuindo para a formação cidadã. Muitos deles são desenvolvidos nas escolas ou em associação com a Secretaria de Educação.

- a) Cidadania e Esporte em Tempo Integral:** Programa socioeducativo que visa ao atendimento de crianças e adolescentes que permanecem em tempo integral nas escolas municipais. Parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esporte e Lazer, para atendimento à população de 6 a 15 anos, com projetos recreativos e esportivos para democratizar o acesso e ampliar a cultura esportiva do aluno e promover-lhe contato com esporte por meio de diferentes possibilidades. As atividades desenvolvidas contemplam

esportes coletivos, recreação, modalidades com raquete, lutas, esportes radicais, dança e ginástica. São atendidas atualmente 37 escolas da Rede Municipal.

- b) Escola de Atleta e Formação Integral:** Tem como sede a escola SEDES (Sistema Educacional de Desenvolvimento Social) com duas turmas em cada período, totalizando 100 alunos. Esses alunos foram previamente selecionados pelos professores da Secretaria de Esporte e Lazer para desenvolver as seguintes modalidades: voleibol, futsal, tênis de mesa masculino e feminino, handebol e basquete feminino.
- c) Programa Esporte e Juventude – PEEJ:** O programa oferece atividades educativas, culturais, artísticas, recreativas e esportivas para os alunos do período integral das escolas de Ensino Fundamental do município, durante 4 horas diárias. Os participantes recebem duas refeições diárias e acompanhamento odontológico.
- d) Balé da Cidade:** Primeiro grupo oficial de bailarinos de Taubaté, com o objetivo de representar o município em outras cidades, oferecer apresentações de dança com qualidade e regularidade, além de divulgar a dança como uma forma de comunicação e integração social. Promove integração entre alunos e artistas, e a escola é utilizada como palco. Por meio de abordagens temáticas, os espetáculos de dança promovem conscientização dos problemas sociais. As atividades de dança são realizadas na periferia da cidade, em apresentações e oficinas para a comunidade.

### **5.3 Programas e projetos voltados ao atendimento de famílias e comunidades**

Esses projetos são desenvolvidos normalmente pela Secretaria de Desenvolvimento Social em associação, em muitos casos, com a Secretaria de Educação, seja pelo uso do espaço escolar por parte da comunidade, seja, de forma mais direta, em ações com caráter educativo.

#### **a) Programas de Atenção à Família**

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, é um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Dentre os objetivos do PAIF, destacam-se: o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e, o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados. São promovidos espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

A Secretaria desenvolve ainda ações em pontos diversos do município:

- Centro de Convivência do Parque Três Marias
- Centro de Convivência Darcy Nunes do Nascimento
- Centro de Convivência do Idoso
- Centro Dia do Idoso

#### **b) Integração Família na Escola**

Para reforçar a perspectiva de que a parceria família-escola pode representar melhorias no processo de ensino e aprendizagem, foi implantado, no ano de 2014, o projeto Família na Escola. Oferecido a todas as famílias de alunos atendidos na rede municipal de ensino, tem por objetivo possibilitar uma efetiva participação dos pais no processo educacional dos filhos, no âmbito da escola. Especificamente, o projeto busca:

- Desenvolver ações conjuntas que visem estimular a responsabilidade compartilhada na formação dos alunos;
- Mobilizar a participação dos pais ou responsáveis no que se refere às discussões sobre o desenvolvimento dos alunos e a aprendizagem;
- Criar momentos de reflexão em conjunto (família e escola) sobre as dificuldades vivenciadas no processo de educar;
- Desenvolver ações que promovam a melhoria das relações interpessoais, visando à integração dos alunos entre si e de seus respectivos familiares;
- Promover palestras e outros eventos de caráter informativo e educativo acerca de temáticas de interesse e demanda do grupo;
- Desenvolver trabalhos integrados com a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho Escolar.

A abrangência da atividade está indicada na Tabela 27.

Tabela 27 - Projeto Família na Escola

ATIVIDADES DO PROJETO FAMILIA NA ESCOLA (2º SEMESTRE DE 2014)		
	Ensino Infantil	Ensino Fundamental
Unidades participantes	68	50
Adultos presentes	3.833	7.855
Alunos presentes	Todos os alunos das unidades	
Principais atividades	Oficinas diversas, palestras, apresentação dos alunos, exposições e premiação dos alunos, prestação de serviços com apoio da Escola do Trabalho, Conselho Tutelar, Escolas Particulares, profissionais voluntários, outras Secretarias, shows e atrações de diversos setores da sociedade.	

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

## 5.4 Programas e projetos voltados à formação das equipes escolares

A Secretaria de Educação promove, constantemente, projetos junto à comunidade escolar, visando à melhoria da qualidade de ensino, desde a Educação Infantil até o Nível Médio.

### 5.4.1 Educação Infantil

Associadas aos projetos de apoio a aprendizagem estão ações de treinamento dos docentes.

**Projeto Planeta Leitura:** O projeto procedeu à distribuição individual de exemplares de livros infanto-juvenis para todas os alunos da rede municipal de ensino. Para o desenvolvimento do trabalho com os livros, houve a constituição de grupos de referência de formadores multiplicadores.

**Palavra Cantada:** A Palavra Cantada é um selo musical, especializado em música para crianças, criado pelos músicos e compositores Paulo Tatit e Sandra Peres, em 1994. Foram promovidos encontros formativos com o grupo de referência para serem multiplicadores nas unidades.

**Estudos Mensais:** Em horário de HTPC, com os professores coordenadores (organizados em polos).

Além das atividades formativas acima descritas, há também atividades com auxiliares de desenvolvimento infantil, recreacionistas, gestores e coordenadores educacionais.

#### **5.4.2 Ensino Fundamental e Médio**

Para os profissionais de educação de ensino fundamental e médio foram realizadas ações de treinamento e de acompanhamento das atividades, por meio de reuniões e palestras.

##### **a) Reuniões periódicas com as equipes de apoio**

**Supervisores de Ensino.** Os Supervisores de Ensino foram acompanhados em encontros semanais para orientações sobre procedimentos a serem adotados na atuação junto às escolas da Rede Municipal de Ensino. Foram construídas ações com a finalidade de aprimorar as práticas pedagógicas nas escolas, com projeto definido para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem, já identificados em cada unidade escolar.

**Gestores Escolares.** Os Gestores das unidades escolares foram acompanhados em encontros quinzenais para formação em serviço, com o objetivo de alinhar e padronizar ações a serem executadas na escola, para unicidade de práticas, favorecendo o espírito de Rede.

**Professores Coordenadores.** Os Professores Coordenadores foram acompanhados em encontros quinzenais para formação em serviço, orientados na função iniciada e apoiados nas suas dificuldades. A proposta de formação contribui para implementação de novas práticas, apresentação das diretrizes para elaboração do PPP e Planos de Gestão, e práticas de ensino diferenciadas para articular o trabalho entre as áreas, empregando diferentes linguagens.

**Estagiários.** Além das orientações, é preciso destacar o valor do conhecimento adquirido no momento da própria formação, favorecendo a conquista dos saberes necessários para a futura atuação profissional. Durante o processo de orientação e formação, é fornecido ao estagiário manual de conduta, que relaciona os procedimentos que devem ser seguidos.

## **b) Programas e treinamentos**

**Ler e Escrever.** Esse programa, com parceria do Governo Estadual, é um conjunto de ações articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se como uma Política Pública para o Ensino Fundamental nos anos iniciais (Ciclo I). Busca promover a melhoria do ensino em toda a rede. O programa atende 51 escolas da Rede Municipal, o que corresponde a 16.474 alunos do 1º ao 5º ano.

**Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa.** O PNAIC é um programa com parceria do Governo Federal, cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais. Participaram do curso de Matemática 307 professores cadastrados no sistema.

**Crack - É Possível Vencer.** Em 2014, aproximadamente 300 professores da Rede de Ensino inscreveram-se no CURSO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS - SENAD, com finalização em novembro. Desse grupo de professores nasceu um subgrupo intitulado Grupo Ação - Educar, Prevenir e Transformar. Os estudos desse grupo culminaram na criação do Programa de Promoção da Saúde nas Escolas Municipais de Taubaté, a ser implantado no ano letivo de 2015.

**Formação Volta às Aulas.** Foram envolvidos 38 professores coordenadores e 49 gestores escolares. Realizaram-se estudos de textos e reflexões em grupos; orientações para professores em casos específicos, em situações de conflito; apoio pedagógico aos professores com sugestões produtivas; intervenções junto aos alunos, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem; acompanhamento pontual com os pais; trabalho interdisciplinar; registro das práticas de ensino para partilhar com os colegas em HTPC; reflexões sobre a avaliação; incentivo à reflexão e ao estudo contínuo sobre questões referentes às práticas pedagógicas.

**Formação ministrada pela Equipe Integrativa.** A equipe atua junto às escolas, com projeto definido para atender alunos com dificuldades de aprendizagem, já identificados em cada unidade escolar. Atua-se junto aos professores por meio de orientações que somem ao trabalho em sala de aula todos os esforços que, de fato, promovam a inclusão dos alunos portadores de deficiência e/ou com dificuldades de aprendizagens.

**Palavra Cantada.** A Palavra Cantada é um selo musical, especializado em música para crianças, criado pelos músicos e compositores Paulo Tatit e Sandra Peres em 1994. Foram promovidos encontros formativos com o grupo de referência para serem multiplicadores nas unidades.

**Planeta Leitura.** O projeto procedeu à distribuição individual de exemplares de livros infanto-juvenis para todas os alunos da rede municipal de ensino. Para o desenvolvimento do trabalho com os livros, houve a constituição de grupos de referência de formadores multiplicadores, na seguinte conformidade: PI (50); PIII (50); Prof. Coord. (50); PEI (50). Foram realizadas mensalmente oficinas de trabalho para orientação sobre propostas a serem adotadas com os livros, como sugestão de trabalho para desenvolvimento das habilidades de leitura.

#### c) Núcleos Temáticos

**Núcleo de Estudos de Matemática.** O objetivo foi formar um grupo de professores municipais de matemática para análise e adequação dos planos de ensino, estudo e finalidades dos descritores das provas do SARESP e Prova Brasil, e compreensão do desenvolvimento qualitativo dos processos de ensino-aprendizagem. Foram atendidos 1.870 alunos de 6º ano (53% do total); 10 professores envolvidos; 39 Escolas participantes, totalizando 12 horas de formação em serviço.

**Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa.** O Grupo foi formado por 16 professores da Rede Municipal de Ensino, dos quais seis participam do projeto Observatório de Educação, da UNITAU. O objetivo é realizar estudos para ampliar a capacidade leitora dos alunos, buscando formar alunos mais bem preparados para conviver em um mundo pautado pela leitura. Foram atendidos 15.000 alunos do 6º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino de Taubaté; 16 Professores envolvidos; 39 Escolas participantes.

### 5.4.3 Educação Integral

Como parte do esforço preparatório para o incremento das atividades de educação integral no município, foram realizados treinamentos com os professores, durante o ano de 2013.

**I Formação Pedagógica.** Realizada no início do ano de 2013. Trabalhou o eixo temático “Educação Emocional”, em parceria com o Projeto “EDUCA BRASIL”. O curso teve duração

de quatro horas e foi ministrado por psicóloga responsável pela criação de jogos que visam preparar os jovens para que tenham, além da base pedagógica, um controle emocional que os prepare para uma vida adulta saudável.

**II Formação Pedagógica.** Realizada em julho de 2013. Curso com duração de 20 horas, com a temática “Implementação da Educação Integral – Avanços e Perspectivas”.

## 5.5 Programas e projetos voltados ao suporte à rede escolar

A Secretaria Municipal de Educação conta com parcerias do governo federal que dão suporte às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

### 5.5.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é uma importante ferramenta na promoção do crescimento, da aprendizagem e da formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. O Programa tem como foco o atendimento aos alunos da Educação Básica por meio da transferência de recursos financeiros.

A alimentação escolar visa atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência na escola, por meio da oferta de, no mínimo, uma refeição diária, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar. Além disso, contribui para o fomento da agricultura familiar, respeitando as vocações regionais da produção agrícola.

A alimentação escolar atende todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Taubaté. Entre as unidades estão incluídas as de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Integral, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos. A Tabela 28 mostra os investimentos em alimentação escolar nos últimos anos.

**Tabela 28- Investimentos em Alimentação Escolar**

Ano	Total investido (R\$)
2013	17.368.320,79
2014	21.079.240,99
2015 (previsão)	22.494.035,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

## **5.5.2 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE**

Por vezes, a distância entre a residência e a escola e os longos períodos de caminhada prejudicam o rendimento do aluno e/ou provocam a evasão escolar. O transporte escolar para os alunos que residem distante da escola é um meio de garantir o acesso e a permanência na escola.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), com parceria do Governo Federal, tem por objetivo garantir o acesso e a permanência dos alunos do Ensino Fundamental Público, residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. De acordo com a Lei Federal nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que criou o programa, ocorre transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congêneres.

Na rede municipal de ensino trabalham 61 motoristas profissionais e 75 monitores com formação específica para a função. O transporte escolar, com sua frota própria, atende 31 unidades escolares, sendo nove unidades localizadas diretamente na zona rural, 16 unidades localizadas na zona urbana, que atendem alunos da zona rural, e seis unidades localizadas na zona urbana, que atendem alunos da zona urbana, entre alunos com deficiência e ensino integral. Dessas unidades escolares, cinco unidades estaduais são atendidas por meio do convênio celebrado entre a municipalidade e a Secretaria de Estado da Educação.

No ano de 2014, foram conduzidos uma média de 889 (oitocentos e oitenta e nove) alunos/dia com os veículos escolares. Nas linhas mais distantes, como os Bairros do Paiol, Caieiras, Monjolinho e Macuco, cada veículo percorre, em média, 280 km/dia.

Os veículos escolares trafegam diariamente por vias rurais pavimentadas e não pavimentadas, como estradas municipais e particulares e, ainda, por rodovias estaduais. As principais são:

- Rodovia Carlos Pedroso da Silveira (antiga Estrada São Paulo - Rio)
- Rodovia Vito Ardito (antiga Estrada São Paulo - Rio)
- Estrada Municipal Profa. Olívia Alegri (acesso para Caçapava Velha)
- Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (Taubaté - Campos do Jordão)
- Rodovia Oswaldo Cruz (Taubaté - Ubatuba)
- Rodovia Major Gabriel Ortiz Monteiro (Taubaté - Redenção da Serra)

A Tabela 29 apresenta as características da frota de veículos utilizada.

**Tabela 29 - FROTA**

<b>Frota</b>	<b>Veículo</b>	<b>QTD</b>	<b>Obs.</b>
Própria	vw/kombi escolar – lotação 15 lugares	08	Esses veículos foram utilizados até abril/2014. Após essa data foram utilizados apenas 2 (dois) veículos desse grupo.
Própria	Mercedes Benz/sprinter – lotação 15 lugares	03	Esses veículos foram utilizados até abril/2014.
Própria	Mercedes Benz/sprinter escolar adaptada para cadeirantes	01	Em uso desde janeiro/2014
Própria	Van Master renault escolar. lotação 20 lugares	32	Utilização total dessa frota a partir de abril/2014
Locação	vw/kombi escolar – lotação 15 lugares	12	Veículos escolares utilizados até abril/2014
Cessão de uso pelo estado	micro-ônibus escolar – lotação 31 lugares	02	Em uso desde janeiro/2014
Cessão de uso pelo estado	micro-ônibus escolar – lotação 54 lugares	01	Em uso desde abril/2014

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

Além do transporte, o município oferece passe escolar para os alunos de baixa renda que necessitem de deslocamento para unidades educacionais mais distantes, em função de especificidades da unidade escolar. Em 2014, o gasto com passe escolar foi de R\$1.112.447,25.

### **5.5.3 Obras com financiamento próprio e externo**

Por meio de convênios com os governos federal e estadual ou com recursos próprios, o município concluiu, ou está em vias de concluir, a construção de diversas novas unidades escolares e a reforma ou ampliação de outras. As Tabelas 30, 31 e 32 relacionam essas obras e a forma de financiamento utilizada.

**Tabela 30 - Convênio entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Terreno (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Área construída (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Jardim Oásis	Rua Arnaldo Felipe Sbruzzi- Piracangaguá- Loteamento Jd. Oásis	10.363	1.200	1.500.000,00
Mantiqueira	Rua Manoel Rodrigues- Barranco-Loteamento Portal da Mantiqueira	6.301	1.200	2.295.150,82
Hípica Pinheiro	Rua Veriato Bandeira Duarte- Barreiro-Loteamento Hípica Pinheiro	6.436	1.200	1.151.308,16
Fazendinha	Rua Oscar Fernandes da Silva- Loteamento Três Marias -Itaim	2.800	1.200	2.295.150,82

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Planejamento, 2015

**Tabela 31 - Convênio entre a Prefeitura Municipal e o Governo Estadual**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Terreno (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Área construída (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Esplanada Santa Helena	Avenida do Barranco - Barranco	7.362	813	1.619.158,97
Vila Rica	Av. Vila Rica - Estiva	2.000	813	1.619.158,97
Bardan	Av. Ana Lucia de Oliveira Campos - Gurilândia - Residencial Bardan	2.956	813	1.619.158,97

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Planejamento, 2015

**Tabela 32- Verba própria**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Terreno (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Área construída (m<sup>2</sup>)</b>
Vila São José (EMEI nova)	Rua Geraldo de Bona,401	1.076	4.650
Jaboticabeira (EMEI nova)	AV. Walther Thaumaturgo - Jaboticabeira	6.949	Terreo -1.370
			Sup. - 2.240
			Quadra – 650
			Acesso/estac - 2.360
Piratininga II (Ampliação de berçário)	Rua Dr. Antonio de Oliveira Costa, 11- Pq. Piratininga	1.067	562
Vila Aparecida (EMEI nova)	Av. Dr. Cesar Costa, 1.200- Vila Aparecida	1.970	644
Quiririm	Rua Granadeiro Guimarães, 84- Quiririm	2.007	Const - 1.025
(Ampliação de Berçário)			Reforma - 702
Estoril (EMEI nova)		4.304	1.263
Madre Cecília (cozinha)	Av. Francisco Alves Monteiro - Novo Horizonte	-	-
EMIEF Tomé Portes Del Rey	Vila Velha	Em execução	-
(Ampliação de salas e reforma)			
EMEF José Rubens Wauner de Camargo (Ampliação e reforma)	Estrada Municipal Pinda/ Lagoinha – Pouso Frio	Início previsto para 2015	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Obras, 2015

#### **5.5.4 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD**

O PNLD tem por objetivo garantir, a estudantes e profissionais da educação das escolas públicas da Educação Básica do Brasil, o acesso a livros didáticos, acervos literários, obras complementares e obras de referência, apoiando os processos de ensino, pesquisa, leitura, criação e formação dos sujeitos da educação.

Os principais compromissos do programa são a universalização do acesso, a melhoria da qualidade dos livros e o aperfeiçoamento dos processos pedagógicos.

Os Programas Nacionais do Livro Didático compreendem:

- PNLD (Ensino Fundamental e Ensino Médio) (MEC/SEB)
- PNLD EJA (MEC/SECADI)
- PNLD Campo (MEC/SECADI)
- PNLD PNAIC (MEC/SEB)
- PNLD Obras Complementares (MEC/SEB)
- PNLD Dicionários (MEC/SEB)

## **Gestão Democrática da Educação**

A importância da gestão participativa está na mediação de uma prática política e pedagógica em busca de uma escola de qualidade.

Ao se propor a ouvir e considerar a fala da comunidade escolar, fica explicitado o reconhecimento do lugar da escola na formulação das políticas públicas educacionais, permitindo, assim, saber como a comunidade escolar, que faz e vivencia a educação no município, atribui valor a sua realidade.

A Constituição Federal (CF), em seu artigo 206, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 3º, já estabelecem a necessidade e reconhecem a importância da gestão participativa da escola. De fato,

A gestão democrática do ensino público, além de ser um dos sete princípios estabelecidos pelo artigo 206 da Constituição Nacional e um dos onze princípios do artigo 3º da LDB nº 9394/96, é o caminho que pode garantir a qualidade social da educação, na medida em que aproxima e concilia a dimensão ética com a dimensão dos conhecimentos racional e emocional e com a própria vida (BRASIL, 2006).

A gestão democrática deve ser entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar (pais, professores, estudantes, funcionários), na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, nos processos decisórios da escola (OLIVEIRA, 2014).

Pensar a organização do trabalho pedagógico e a gestão da escola pressupõe conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e dos procedimentos que viabilizam o projeto político-pedagógico e os planos da escola. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema, terão, segundo o artigo 12º da LDBEN, a incumbência de:

- I- elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III- assegurar o cumprimento dos anos, dias e horas mínimos letivos estabelecidos;
- IV- velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V- prover meios para a recuperação dos estudantes de menor rendimento;

VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

VIII- notificar, ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público, a relação dos estudantes menores que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

## **1. Canais de informação e de participação**

Para produzir impactos na qualidade da educação e alterar as relações da escola com a comunidade, é fundamental que a gestão democrática disponha de mecanismos para participação, como o Conselho Municipal de Educação e órgãos colegiados, como Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Conselhos de Classe. Esses instrumentos permitem a participação na construção do Projeto Político Pedagógico e no acompanhamento, por parte da comunidade escolar, das decisões da escola.

### **1.1 Fluxo de Informações**

A democratização começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Para isso, é garantida e valorizada a criação de instrumentos de participação por meio dos quais são discutidos os caminhos para uma escola de qualidade.

A gestão democrática da educação e seus mecanismos para a participação das comunidades escolar e local na definição, na indução e na fiscalização das políticas educacionais e das práticas escolares permitem que os envolvidos construam novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, vivenciem, na prática, o aprendizado da democracia. Porém, para que tal aprendizado ocorra de fato, é preciso que toda a atividade escolar seja permeada por um conjunto de novas relações democráticas, no interior da escola, entre os professores, funcionários, alunos, e com a comunidade.

## **1.2 Reuniões sob a responsabilidade do Gestor Escolar**

O gestor escolar organiza reuniões com os diversos segmentos da comunidade escolar, para a busca de melhoria da qualidade ou para tomada de decisões que afetem o cotidiano escolar. As reuniões são organizadas com os seguintes grupos:

- Alunos: Em reuniões periódicas com o Grêmio estudantil, e diariamente, para atender às demandas que trazem para a direção;
- Professores: em HTPC- Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, e bimestralmente, em reuniões de Conselhos de Classe e Série;
- Funcionários: Periodicamente, conforme as necessidades de sistematização de ações ou para orientações de execução de suas tarefas;
- Equipe multidisciplinar: Em reuniões periódicas, para acompanhamento de casos que requerem atendimento especializado;
- Pais e responsáveis: As reuniões acontecem em geral em determinados períodos do ano, especialmente no fechamento dos bimestres, momento que marca a entrega de notas. Ocorrem também reuniões de Conselho Escolar e da APM;
- Conselheiro Tutelar: Para atendimento de demandas que, conforme orientações legais, necessitam de intervenção do Conselho Tutelar.

## **1.3 Conselho Municipal de Educação - CME**

O Conselho Municipal de Educação de Taubaté foi instituído a partir da Lei Complementar nº 142, de 16 de janeiro de 2006, devendo ser mantido pela Secretaria de Educação, conforme seu Art. 2º: “Para os efeitos administrativos e orçamentários, o Conselho Municipal de Educação fica vinculado ao Órgão Municipal de Educação, o qual deverá garantir apoio necessário para o seu funcionamento e manutenção”.

Dessa forma, caberá ao Conselho monitorar o cumprimento do Plano Municipal de Educação, junto à Secretaria de Educação, assegurando que suas metas e estratégias estejam norteando as ações de planejamento da educação no município.

O CME está aberto a ampla representação da sociedade civil organizada, e parte de seus membros é por ela indicada. Nos colegiados, por princípio, todos os conselheiros têm o mesmo poder de decisão e exercem as mesmas funções, o que assegura, efetivamente, o

caráter plural de sua composição. Seu papel passa a ser fundamentalmente político, constituindo-se como um canal de expressão da vontade da sociedade na formulação das políticas públicas e das normas educacionais. Dessa forma, o Conselho passa a ter influência nas decisões dos dirigentes e a guardar autonomia em relação aos diversos governos.

Por terem amparo legal, os conselhos tornam-se, então, espaços públicos privilegiados de decisão e de indução das políticas educacionais, o que contribui para o processo de democratização do Estado.

Além da função fiscalizadora, os conselhos passaram a ter várias outras – normativa, deliberativa, mobilizadora – e inúmeras atribuições. Não há nenhum impedimento para que os conselhos, além de serem órgãos consultivos e de assessoramento, tenham verdadeiro poder de decisão, sendo assim órgãos normalizadores e deliberativos.

A LDBEN remete, para os sistemas de ensino, várias decisões de caráter normativo, o que favorece sua adequação às peculiaridades locais. Porém, a partir da realidade do município e da concepção que se tem sobre o papel do Conselho Municipal de Educação, é possível e desejável pensar em novas atribuições e papéis, como:

- Coordenar, com a Secretaria Municipal de Educação, o processo de discussão e de elaboração do Plano Municipal de Educação;
- Acompanhar e avaliar a execução dos planos educacionais do município;
- Estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino no município;
- Deliberar sobre políticas, planos e programas referentes à política educacional;
- Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos e programas educacionais no âmbito do município;
- Estabelecer critérios para a concessão de bolsas de estudo a serem custeadas com recursos do município;
- Deliberar sobre alterações no currículo escolar, respeitando o disposto na lei;
- Propor ou promover um processo de avaliação institucional e de qualificação das redes de educação sobre sua jurisdição, entre outros.

O dirigente municipal pode e deve contribuir para o fortalecimento do conselho, respeitando suas funções e atribuições e, também, chamando-o a pronunciar-se sobre novas questões relativas à educação no município ou a participar de debates, formulações e ações na área (Brasil/PRADIME, 2006).

## **2. Gestão de pessoas**

A importância que se dá à gestão dos trabalhadores da educação deve ser a principal condição para a definição e implementação de uma política que efetive sua valorização.

Deve ser ressaltado que o processo educacional escolar, por lidar com saberes e valores, consiste basicamente em relações entre pessoas. Nessa área, portanto, a sua gestão é absolutamente estratégica.

O perfil da gestão dos trabalhadores da educação, em um sistema de ensino comprometido com a construção de uma sociedade moderna, democrática e participativa, deve estar baseado nesse mesmo compromisso, e deve também considerar que a escola, como instituição formadora, não tem por objetivo apenas proporcionar o acesso ao conhecimento, mas fazê-lo de modo crítico, oferecendo uma formação que garanta as reais condições de cidadania a cada um dos brasileiros.

Faz sentido, portanto, uma gestão que potencialize os recursos intelectuais e profissionais desses trabalhadores, para o alcance das finalidades sociais da educação escolar.

### **2.1 Critérios para a seleção de funcionários**

A forma de ingresso na carreira é elemento indispensável para garantir a dignidade e a adequada qualificação dos profissionais. Para o serviço público em geral, a Constituição prevê duas formas de ingresso na carreira: concurso de provas e concurso de provas e títulos. A segunda forma é imposta ao magistério pelo art. 206 da Carta Magna, com o objetivo de buscar o perfil necessário (a titulação) e a comprovação do conteúdo dos títulos (as provas).

## 2.1.1 Estágio Probatório

Como forma de garantir a qualidade no quadro de funcionários municipais, e cumprindo as exigências legais, os admitidos após concurso público são submetidos a estágio probatório, ou seja, sistema de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor Público Municipal Integrante do Quadro do Magistério, assim definido no Decreto nº 12.980, de 11 de abril de 2013:

### CAPÍTULO II - DO ESTÁGIO PROBATÓRIO -

#### Seção I - Das Disposições Gerais

[...]

Art. 2º Estágio probatório é o período de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício que o servidor, nomeado para cargo provimento efetivo, mediante aprovação em concurso público, é submetido à avaliação especial de desempenho, como condição para aquisição de estabilidade.

[...]

### CAPÍTULO III - DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO

#### Seção I -Do Processo de Avaliação Especial de Desempenho

[...]

Art. 4º A avaliação especial de desempenho tem por finalidade acompanhar a contínua atuação do servidor durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo cargo, por intermédio dos seguintes requisitos:

I- idoneidade moral: observância aos deveres e obrigações legais, e aos bons costumes e responsabilidade em conservar o bem público com respeito e zelo;

II- assiduidade: frequência, pontualidade e permanência no local de trabalho;

III- pontualidade: respeito aos horários previstos para o trabalho, convocações, solenidades e outros eventos, e aos prazos a serem cumpridos;

IV- disciplina: observância da hierarquia, do cumprimento dos deveres e obrigações legais, das decisões, normas, regulamentos e ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

V- produtividade: capacidade de produzir o trabalho na sua totalidade, mediante a utilização de métodos e técnicas apropriadas, dedicação no cumprimento de metas e qualidade do trabalho, comprometimento com as atribuições legais, atendimento dos prazos e aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

### **2.1.2 Seleção de Diretor, Vice-Diretor, Professor Coordenador e Supervisor**

O Estatuto do Magistério, Lei Complementar nº 180, de 27 de dezembro de 2007, regula a designação de servidores do quadro do magistério para o preenchimento das funções gratificadas a partir de portaria do órgão municipal de educação. Desde a instituição da portaria nº 29 de 07/10/2013, realiza-se processo seletivo, levando em consideração a habilitação mínima exigida, para provimento dos seguintes cargos/funções:

- Diretor
  - a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso de Pós-graduação na área da Educação;
  - b) Comprovação de experiência mínima de 3 anos de exercício do magistério.
- Vice-diretor de escola e Professor Coordenador
  - a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso de Pós-graduação na área da Educação;
  - b) Comprovação de experiência mínima de 3 anos de exercício do magistério;
  - c) Pertencer preferencialmente à unidade escolar na qual desenvolverá suas atividades.
- Supervisor de Ensino
  - a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso de Pós-graduação na área da Educação;
  - b) Comprovação de experiência mínima de 5 anos de exercício do magistério, dos quais dois no exercício de cargo ou função de gestão (diretor ou vice-diretor de escola, supervisor de ensino).

No ato da inscrição, o candidato apresenta um Projeto de Ação obedecendo obrigatoriamente aos requisitos constantes na portaria. A classificação dos candidatos inscritos é feita por títulos, tempo de serviço junto à administração municipal, tempo de serviço no exercício da função, classificação em processo seletivo anterior para a função e avaliação do Projeto de Ação.

## **Níveis e Modalidades da Educação**

### **1. Educação Infantil**

As primeiras creches surgiram no Brasil no início do século 20, como uma das várias iniciativas destinadas a resolver os problemas sociais decorrentes da modernização do país. Tratada como um segmento cuja tarefa era apenas “cuidar” das crianças pequenas, sem intenções pedagógicas que promovessem situações de aprendizagens mais elaboradas, elas se propagaram como instituições separadas do sistema educacional. Como eram dirigidas às classes menos favorecidas, muitas vezes foram marcadas pelo preconceito, que considerava um luxo oferecer Educação de qualidade a essa população.

A Constituição Federal de 1988 contempla o anseio social, e a creche passa a ser reivindicada como um direito da mulher trabalhadora e de todas as crianças, sendo, a partir de então, um dever do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ratifica tal mudança e insere a creche no setor educacional. Hoje, 18,4% do público até 3 anos e 80% da população entre 4 e 6 anos estão matriculados na Educação Infantil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A educação Infantil constitui-se como uma das políticas para a Primeira Infância que, tanto a sociedade civil quanto o Estado, devem assumir. Ofertar Educação Infantil de qualidade é um dos caminhos para construir um mundo melhor.

#### **1.1 Educação Infantil na Rede Municipal**

Como a história da Educação brasileira, a educação Infantil no município de Taubaté também seguiu um percurso crescente de maneira lenta.

Na década de 1980 havia unidades escolares conhecidas como Jardim da Infância. Eram instaladas em prédios alugados ou em imóveis próprios do município, nas diversas comunidades de Taubaté.

Em salões de centros comunitários, salas pertencentes a alguma unidade escolar da rede estadual e outros, turmas de alunos de cinco e seis anos eram organizadas. Havia necessidade de diversas adaptações para uso de mobiliário e oferecimento da merenda, que era enviada pronta diariamente pela Cozinha Piloto. Uniformizados, de camiseta vermelha, shorts azul marinho, tênis azul e sacolinha de tecido, as crianças faziam sua pré-escola em período parcial.

Nesse período já havia convênios com instituições filantrópicas, parcerias que se mantiveram até os dias atuais, permitindo atendimento a um grande contingente de crianças que participam do mesmo processo de ensino aprendizagem oferecido pelas unidades públicas.

Com a Constituição Federal de 1988, a gestão pública municipal, ainda no final daquela década, constrói novos prédios, agora públicos, denominados Creches Municipais. A partir de então, passa a oferecer em maior escala o atendimento em jornada integral.

Nos anos 90, apoiada na LDBEN e com novas instalações, o município amplia o número de crianças atendidas. Agora são oferecidos os períodos integral e parcial e crianças de três e quatro anos também passam a receber esse atendimento.

Com novos projetos de construção, os prédios passam a contar com espaços físicos específicos e adaptados para berçários. Ainda que a demanda fosse maior que o número de vagas oferecidas, o segmento da Educação Infantil alcança novo patamar aos olhos da sociedade local, que considera ser um direito enviar os filhos à escola de Educação Infantil.

Nesse mesmo período, jurisdicionadas ao município, instituições escolares de Educação Infantil da rede particular passam a melhor se organizar. Regularizadas e autorizadas pela Prefeitura, atendem crianças na faixa etária de três a seis anos. Atualmente, essas instituições somam 29 unidades.

No início do século XXI, o então Departamento de Educação e Cultura mantém os investimentos em Educação Infantil. Além da ampliação do número de unidades escolares, mudanças também se dão no âmbito pedagógico/administrativo. Novo corpo docente, por meio de concurso público, assume as classes. Assim, com as berçaristas como auxiliares, as unidades passam a contar com uma nova equipe de apoio.

Atualmente, busca-se estabelecer uma nova proposta curricular da Educação Infantil. Cada unidade escolar conta com uma equipe constituída por supervisores de ensino, gestores,

professores coordenadores, corpo docente, auxiliares do desenvolvimento infantil, equipes de apoio de serviços e comunidade escolar (SILVA, 2015).

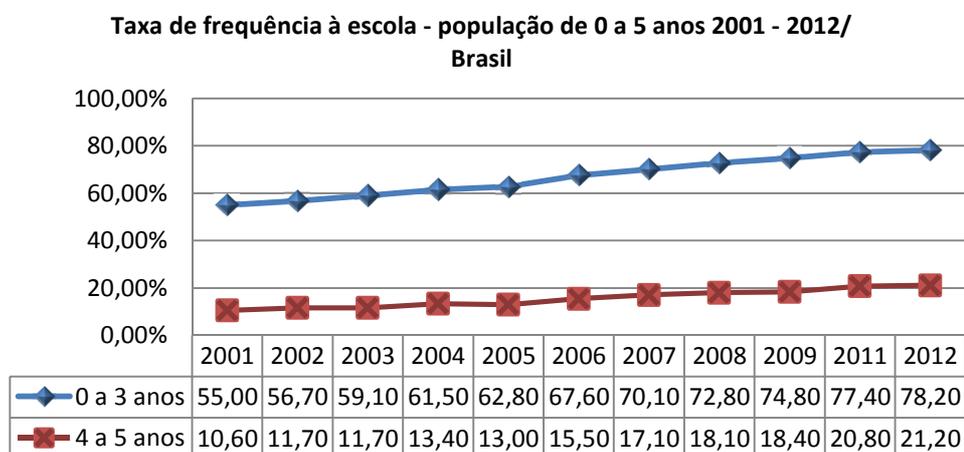
## 1.2 Democratização do acesso e permanência

A Educação Infantil é duplamente protegida pela Constituição Federal: tanto é direito subjetivo das crianças com idade entre zero e 5 (cinco) anos (art.208, inciso IV), como é direito dos trabalhadores urbanos e rurais em relação a seus filhos e dependentes (art.7º, inciso XXV). Além da Constituição, o direito à Educação Infantil vem assegurado em outras normas nacionais, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) e o novo Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005, de 25 de junho de 2015).

A Educação Infantil no Brasil, do ponto de vista de dependência administrativa, é ofertada majoritariamente pelo setor público. Em 2000, 73,3% (3.914.411) das matrículas estavam nesse segmento, e 26,7% (1.423.785) no setor privado; em 2012, esses números passaram a 71,1% (5.190.128) e 28,9% (2.105.384), respectivamente (Portal MEC, 2015).

A Educação da Primeira Infância corresponde à Educação Infantil (0 a 5 anos). Nesta etapa da Educação Básica, a taxa de frequência à escola/creche cresceu de 55,0% (2001) para 78,2% (2012) na população de 4 a 5 anos, e de 10,6% (2001) para 21,2% (2012), na população de 0 a 3 anos, como se observa na Figura 68.

**Figura 68 - Frequência à escola - população de 0 a 5 anos**

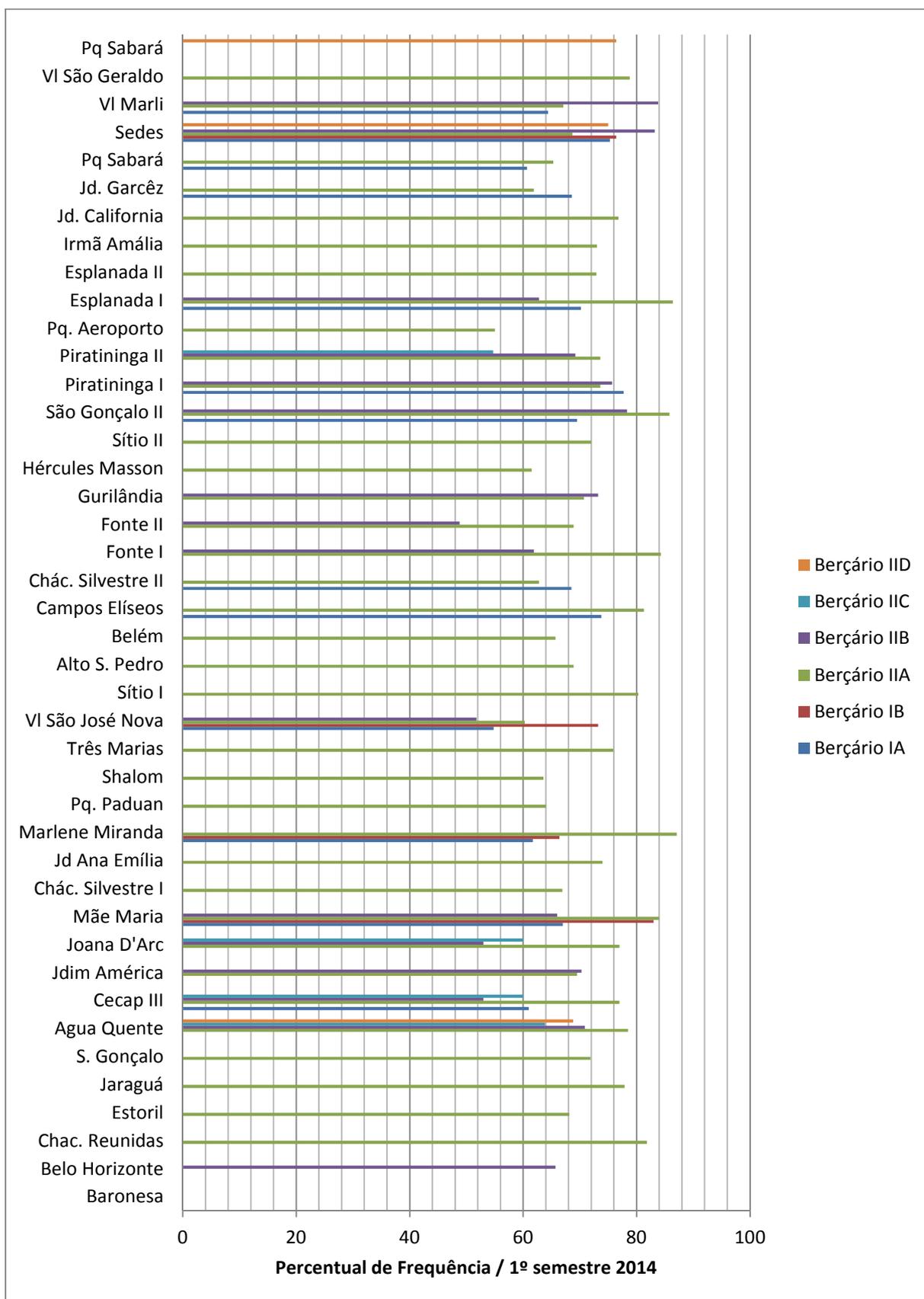


Fonte: INEP / IBGE / PNAD, 2013

Paralelamente à garantia de vagas para as crianças de quatro anos em diante, a partir de 2014 os sistemas de ensino passaram a cumprir a lei que estipula a presença mínima de 60% das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola. Essa determinação foi introduzida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 12.796/2013. Dessa forma, a criança não pode faltar mais do que 80, do mínimo de 200 dias letivos anuais, ou 320 do mínimo de 800 horas de aulas por ano. Essa é forma de garantir a permanência das crianças na escola e a consequente qualidade na Educação Infantil.

Os resultados de um estudo de frequência nos berçários da rede municipal estão demonstrados na Figura 69. O estudo permitiu verificar que há baixa frequência na maioria das turmas de Berçário I e II, apesar da crescente busca por vagas. Algumas ausências estão relacionadas com doenças da infância, considerando que nessa faixa etária as crianças ainda apresentam baixa imunidade e ficam doentes com maior frequência. Outras ausências são justificadas pelos pais que alegam incompatibilidade entre o horário de entrada na creche e o horário de trabalho.

Figura 69- Frequência de alunos do Berçário I e II



Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

### 1.2.1 Número de matrículas por escola e localização

A Tabela 33 mostra o número de alunos em matrícula inicial no ano de 2015, para a rede municipal de Ensino Infantil em Taubaté.

**Tabela 33 - Matrículas iniciais na Educação Infantil – Rede Municipal de Taubaté, 2015**

<b>NOME DA UNIDADE</b>	<b>NOME USUAL</b>	<b>MATRÍCULA</b>
EMEI Antônio Custódio da Silva	Alto São Pedro	186
EMEI Prof. Roque Passarelli	Prq. Aeroporto	170
EMEI Diamantina Mendes de Almeida	Cecap I	147
EMEI José Alfredo Lopes Vieira	Cecap III	168
EMEI José Dirceu Castro Carneiro	Sta. Tereza	190
EMEI Maria Benedita dos Santos	Imaculada I	121
EMEI Irmã Placidina	Campos Elíseos	148
EMEI Ana Maria Zarzur	Imaculada III	127
EMEI Prof. João Quintanilha	Três Marias	177
EMEI Vicência Geni Arantes	Prq. Paduan	111
EMEI Maria Luiza da Silva	Sta. Fé	103
EMEI Manoel de Almeida Barreto	Sta. Isabel	167
EMEI Prof. <sup>a</sup> Iracema Dias Carvalho de Almeida	Jaraguá	174
EMEI Maria Aparecida da S. Quintanilha	Baronesa	150
EMEI Frei Teófilo Michelaco	Shalom	153
EMEI Miguel Ribas Branco	Prq. Ipanema	169
EMEI Prof. <sup>a</sup> Maud Sá de Miranda Monteiro	Belém	174
EMEI Prof. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Anunciação Bueno Patricio	Esplanada I	147
EMEI Prof. <sup>a</sup> Inês Ap. Damasceno Vanzella	Esplanada II	133
EMEI Prof. <sup>a</sup> Alice Klier Monteiro	Belo Horizonte	191
EMEI Nair Mouassab	Gurilândia	171
EMEI Vereador Eleozippo Silveira Pinto	Hércules Masson	199
EMEI Comunitária Irmã Celeste	Independência	199
EMEI Mãe Maria	Monção	145

EMEI Albertina Lindegger	Prq. Sabará	175
EMEI Dr. José Ortiz Monteiro Patto	Jd. California	164
EMEI Prof. Paulo Camilher Florençano	Agua Quente I	138
EMEI Prof. Rubens Duarte	Bonfim	120
EMEI Cecília Mattos Pereira	São Gonçalo I	177
EMEI Prof <sup>a</sup> Gilda M. Bastos Abud. Indiani	São Gonçalo II	209
EMEI José Bento Alvarenga	Chácara Flórida	283
EMEI Sebastião Gonçalves Leite	Chácaras Reunidas	102
EMEI Prof. Paulo Cicchi	Chác. Silvestre I	163
EMEI Prof. José Simplício	Chác. Silvestre II	100
EMEI Prof. Maria Isabel Pereira Ribeiro	Chác. Silvestre III	158
EMEI Prof. Fábio Moura	Jardim América	202
EMEI Prof. <sup>a</sup> Maria Pereira Santiago	Cidade Jardim	148
EMEI Prof. <sup>a</sup> Eunice Ap. <sup>a</sup> Pereira Paulucci	Marlene Miranda	208
EMEI Miguel Luiz	Canuto Borges	142
EMEI Ondina Ortiz Amadei Beringhs	Estiva	110
EMEI Prof. Ulysses Carlos Schmidt	Piratinga I	268
EMEI Prof. <sup>a</sup> Teresinha Alves do Prado	Piratinga II	307
EMEI Marília Pereira Valente	Sítio Sto. Antonio I	174
EMEI Prof. Luiz Américo Pastorino	Sítio Sto. Antonio II	139
EMEI Antônio de Freitas Malaman	Parque Planalto	137
EMEI Prof. <sup>a</sup> Maria Isabel Pistilli Mendonça	Quiririm	238
EMEI Prof. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> de Lourdes Pereira Quintanilha	Jardim Paulista	142
EMEI Ten. Cel. PM. Péricles Nogueira Santos	Vila São Geraldo	157
EMEI Prof <sup>a</sup> Eliete Santos Pereira Rodrigues	Estoril	171
EMEI Carmelita Santos de Oliveira	Vila Aparecida II-Carmelita	72
EMEI João Dias Monteiro	Bosque da Saúde	124
EMEI Prof. Carlos Rizzini	Largo Sant'Anna	81
EMEI Dolores Barreto Coelho	Vila Aparecida I - Dolores	113

EMEI Oswaldo Barbosa Guisard	Jardim Ana Emília	244
EMEI Prof. Silvia Ferreira Farah	Vila Marli	65
EMEI Antônio de Angelis	Registro	22
EMEI Ver. Waldemar Bonelli	Cidade de Deus	147
EMEI Profª Maria Edith Fernandes Moreira	Água Quente II	95
EMEI Profª Maria Aparecida Esquilante Meirelles	Jd Garcêz/Jd das Américas	97
EMEI Tem. PM. Alexandre Gandhi Lacerda	SEDES	189
EMEI Irmã Bernadete de Almeida	Vila São José-Bernadete	159
EMIEIF Profª Simone dos Santos	Jaboticabeiras	176
EMEI Iardilei Viana de Aquino	Vila Aparecida III-Iardilei	26
Creche Espírita Beneficiente Joana D'arc	Joana D'arc	79
Lar Irmã Amália	Vila Marli	105
Creche Menino Jesus	Vila Aparecida	58
Lar Escola Santa Verônica	Centro	156
Lar Bom Samaritano	Estiva	241
EMEIEF Prof. Ciniro Mathias Bueno	Chácara Ingrid	35
EMEIEF Cônego Benedito Augusto Corrêa	Itaim	42
EMIEF Padre Silvino Vicente Kunz	Areão	37
EMEIEF Prof. José Marcondes de Moura	Monjolinho	42
EMEF José Rubens Wauner de Camargo	Pouso Frio	8
EMEIEF Benedito José dos Santos	Paiol	14
EMEIEF Tomé Portes Del Rei	Vila Velha II	40
EMEIEF Mario Lemos de Oliveira	Caieiras	32
EMEIEF Vereadora Judith Mazella Moura	Vila Caetano	31
EMEIEF Braz Silverio Lemes	Santa Luzia Rural	16
<b>TOTAL</b>		<b>10698</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

### 1.2.1.1 Número de unidades da rede municipal

A Tabela 34 mostra a distribuição das unidades escolares, no ano de 2015, para a rede municipal de Ensino Infantil em Taubaté.

**Tabela 34 - Número e tipo de unidades da rede municipal**

<b>TIPO</b>	<b>Nº DE ESCOLAS</b>
Educação Infantil	62
Unidades conveniadas	5
Em escolas de educação fundamental urbana	2
Em escolas de educação fundamental Rural	9
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

### 1.2.1.2 Número de alunos nos diversos níveis

A Tabela 35 mostra o número de alunos matriculados por nível da Educação Infantil, no ano de 2015, para a rede municipal de Taubaté. A Tabela 36 mostra o atendimento, parcial ou integral, na rede municipal no mesmo ano.

**Tabela 35 - Alunos matriculados na Educação Infantil, por nível**

<b>NÍVEL</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
Berçário I	535
Berçário II	1.433
Maternal I	2.567
Maternal II	3.019
Jardim	3.144
<b>TOTAL</b>	<b>10.698</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

**Tabela 36 - Atendimento na Educação Infantil**

<b>ATENDIMENTO</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
Parcial	5.493
Integral	5.205
<b>TOTAL</b>	<b>10.698</b>

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

### **1.2.2 Média de crianças por professor**

**Berçário I:** Não há professor para esta faixa etária, apenas ADI (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), com média de três profissionais por turma de 16 alunos (5,3 alunos por profissional).

**Berçário II:** Um professor e uma ADI por turma de 18 alunos, em média (9 alunos por profissional).

**Educação Infantil:** 14,7 alunos por profissional, a partir dos níveis maternal e jardim.

### **1.2.3 Distribuição de matrículas nas zonas rural e urbana**

A LDBEN estabeleceu a ampliação da obrigatoriedade do ensino para a população de 4 a 17 anos, o que implica um grande desafio para o atendimento nas áreas rurais, onde o acesso é ainda baixo. Os dados do Censo Escolar 2014, apresentados na Tabela 37, apontam o baixo oferecimento de vagas na zona rural.

**Tabela 37 - Censo Escolar 2014 – matrículas iniciais**

<b>Educação Infantil</b>				
	<b>Creche</b>		<b>Pré-escola</b>	
	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>
<b>Estadual Urbana</b>	0	0	0	0
<b>Estadual Rural</b>	0	0	0	0
<b>Municipal Urbana</b>	2.846	1.565	6.281	498
<b>Municipal Rural</b>	44	0	189	0
<b>TOTAL</b>	<b>2.890</b>	<b>1.565</b>	<b>6.470</b>	<b>498</b>

Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2014

Percebe-se que o atendimento, na Rede Pública, para a Educação Infantil é feito exclusivamente pela Rede Municipal. O Censo Escolar 2014 aponta 4.425 matrículas em creche na zona urbana e 44 na zona rural. Na Pré-escola há 6.847 alunos na zona urbana e 190 na rural, oferecida somente pela rede municipal.

Apesar dos avanços quanto ao ensino na zona rural, ainda há barreiras para que os alunos da pré-escola tenham garantido o acesso e permanência em sua comunidade. Os números apontam para a necessidade de se desenvolver políticas educacionais que priorizem essas demandas. Alguns projetos e programas de financiamento específico para a zona rural ainda são recentes. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação - que possui uma coordenação específica para a educação rural - foi criada apenas em 2004. É a secretaria mais nova do MEC.

### **1.3 Demanda não atendida**

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, conforme a CF e a LDBEN. A necessidade de levantamento da demanda não atendida é, ainda, dever do poder público, conforme estabelece a LDBEN, em seu Art. 5º, § 1º:

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I- recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II- fazer-lhes a chamada pública;

III- zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

O município não apresenta ainda mecanismo de busca ativa da demanda para a educação infantil, e procura atender à demanda manifesta e reprimida que, assim como em âmbito nacional, tem sido desproporcional à capacidade dos municípios em supri-la.

Existem dados de dezembro 2014 quanto à demanda manifesta não atendida na educação infantil da rede municipal, conforme mostra a Tabela 38, embora algumas solicitações de vagas não representem alunos fora das unidades escolares, sendo apenas solicitações de transferência de unidade.

**Tabela 38 - Demanda não atendida na Educação Infantil**

<b>NÍVEL</b>	<b>Nº DE SOLICITAÇÕES</b>
Berçário I	621
Berçário II	740
Maternal I	707
Maternal II	343
Jardim	101
<b>TOTAL</b>	<b>2512</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

### 1.3.1 Evolução de atendimento de demanda

Os investimentos feitos têm permitido aumentar o atendimento da demanda nos últimos anos, particularmente no sentido de incrementar a educação em tempo integral, como mostra a Tabela 39.

**Tabela 39 - Evolução de atendimento de demanda**

<b>Levantamento</b>	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>
<b>Censo 2012</b>	6253	2.420
<b>Censo 2013</b>	5082	3.638
<b>Censo 2014</b>	9.438	2.068

Fonte: Portal INEP/ Censo Escolar, 2015

### 1.3.2 Projetos de expansão em andamento

A Tabela 40 relaciona os projetos de expansão em andamento no município a partir de investimentos das três esferas: municipal, estadual e federal.

**Tabela 40 - Projetos de expansão**

<b>BAIRRO</b>	<b>RECURSO PRÓPRIO/VAGAS</b>
Vila Aparecida	4- berçários = 60
Piratininga II	4- berçários = 60
Vila São José	6 salas e 2- berçários = 180
Jaboticabeiras	11 salas e 4- berçários = 335
Estoril	6 salas e 4- berçários = 180
Ampliação	32 salas berçários = 480
Creche Mãe Maria	2 berçários = 30
Creche Marlene Miranda	2 berçários = 30
<b>TOTAL</b>	<b>1355</b>
<b>BAIRRO</b>	<b>RECURSO ESTADUAL/VAGAS</b>
Esplanada Santa Helena	150
Creches Novas	5 creches = 750
<b>TOTAL</b>	<b>850</b>
<b>BAIRRO</b>	<b>RECURSO FEDERAL/VAGAS</b>
Jardim Oásis	150
Portal da Mantiqueira	150
Fazendinha	150
Hípica Pinheiro	150
Quinta das Frutas	150
<b>TOTAL</b>	<b>750</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

## 1.4 Qualidade na educação

A trajetória ainda recente da educação infantil como etapa importante de estimulação sensorial, e não apenas de cuidados com a criança pequena, requer uma visão integral da criança e da qualidade dessa etapa de ensino. A criação de políticas governamentais de superação de desigualdades e o aprofundamento da compreensão da importância da primeira infância para o desenvolvimento humano são primordiais para uma educação de qualidade nessa etapa do ensino.

O acesso à educação infantil já é em si mesmo um desafio, sobretudo para as famílias com menor poder aquisitivo. Além da garantia do acesso, é preciso garantir a permanência, sob o princípio da equidade, aos que estão à margem desse direito.

O déficit de vagas em todos os estados brasileiros, principalmente na primeira etapa que atende às crianças de 0 a 3 anos nas creches, tem-se arrastado por vários anos, devido ao estabelecimento de metas em outras etapas e pela própria política de educação de cada município. A responsabilidade da educação básica ficando a cargo dos municípios (a prioridade até então estava centrada na etapa da obrigatoriedade) agravou o quadro de defasagem de vagas para o início da educação infantil. Isso tem gerado um grande número de reivindicações pelo acesso às vagas, e as famílias não atendidas têm buscado auxílio para garantia de seus direitos nos Conselhos Tutelares, na Defensoria Pública e no Ministério Público, mais especificamente na Promotoria da Vara da Infância e Juventude. Essas ações têm colaborado para o processo de Judicialização da Educação (OLIVEIRA, 2011). Por esse processo, compreende-se a busca pela garantia do direito à educação, seja de acesso, garantia à qualidade, ou mesmo de mecanismos que permitam a permanência do detentor do direito na instituição de ensino, via mecanismos judiciais ou extrajudiciais, por ser a educação um direito social estabelecido em lei (OLIVEIRA, 2011).

O Ministério da Educação sintetizou os principais fundamentos para o monitoramento da qualidade da educação infantil no documento “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil”, de 2006. Foram definidas sete dimensões fundamentais que devem ser consideradas para a reflexão coletiva sobre a qualidade de uma instituição de educação infantil. Ao mesmo tempo, o MEC publicou um instrumento de autoavaliação intitulado “Indicadores de Qualidade na Educação” – INDIQUE, cuja aplicação se dá por um processo participativo e aberto, com toda a comunidade escolar, interna e externa. Assim, a

comunidade escolar da educação infantil municipal, onde se concentra o maior número de atendimento, foi convocada para levantar os pontos fortes e fracos da educação infantil na rede municipal.

Para realizar a autoavaliação, o INDIQUE propõe a análise de vários elementos da realidade das escolas de Educação Infantil e divide esses elementos em sete dimensões: Planejamento institucional; Multiplicidade de experiências e linguagens; Interações; Promoção da saúde; Espaços, materiais e mobiliários; Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Assim, utilizando essas dimensões, algumas perguntas devem ser respondidas, as quais se referem a ações, atitudes ou situações que mostram o estado da instituição em relação ao tema abordado pelo indicador. Cada pergunta, que deve ser discutida pelo grupo, recebe uma cor, verde, amarelo ou vermelho, indicativa da situação da instituição de educação infantil em relação a cada dimensão.

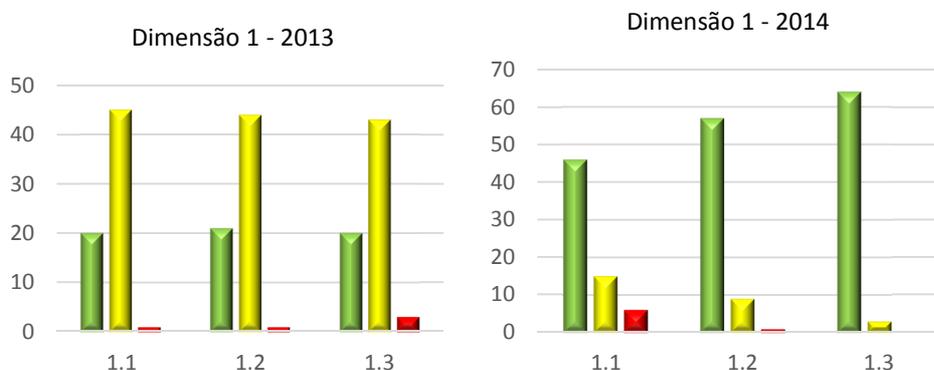
O INDIQUE foi aplicado na Rede Municipal de Taubaté, para o Ensino Infantil, nos anos de 2013 e 2014. Participaram desse processo: 446 professores, 338 funcionários e 1.835 membros da comunidade. Os resultados estão apresentados nas Figuras 70 a 76.

Para a dimensão 1 (D1) – Planejamento institucional – são avaliados três itens:

- 1.1- Proposta pedagógica
- 1.2- Planejamento, acompanhamento e avaliação
- 1.3- Registro da prática educativa.

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 70.

**Figura 70 - INDIQUE Infantil - Dimensão 1**



Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014

Para a dimensão 2 (D2) – Multiplicidade de experiências e linguagens – são avaliados seis itens:

2.1- Crianças construindo sua autonomia

2.2- Crianças relacionando-se com ambiente natural e social

2.3- Crianças tendo experiências saudáveis e agradáveis com o próprio corpo

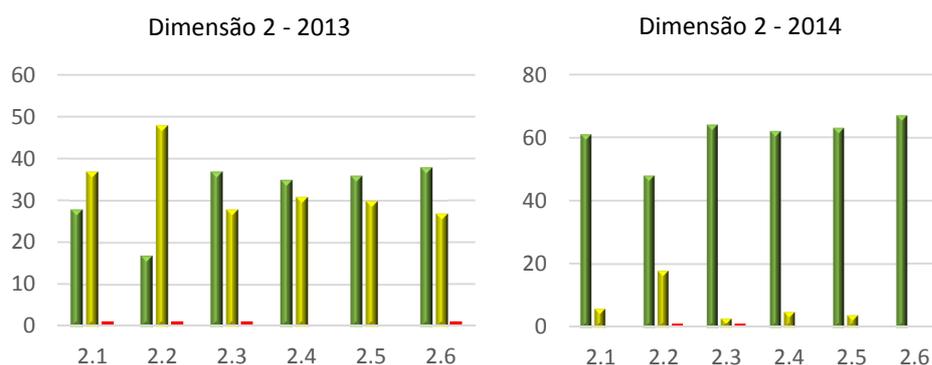
2.4- Crianças expressando-se por meio de diferentes linguagens plásticas, simbólicas, musicais e corporais

2.5- Crianças tendo experiências agradáveis, estimulantes, com a linguagem oral e escrita

2.6- Crianças reconhecendo sua identidade e valorizando as diferenças e cooperação

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 71.

**Figura 71 - INDIQUE Infantil - Dimensão 2**



*Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014*

Para a dimensão 3 (D3) – Interações – são avaliados cinco itens:

3.1- Respeito à dignidade das crianças

3.2- Respeito ao ritmo das crianças

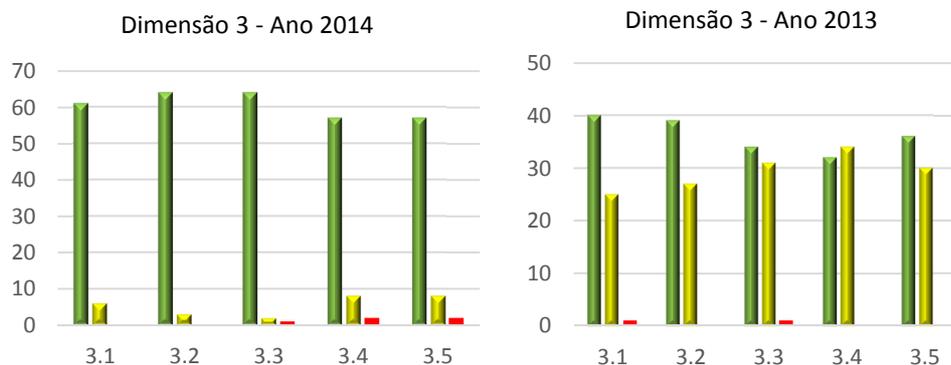
3.3- Respeito à identidade, desejos e interesses das crianças

3.4- Respeito às ideias, conquistas e proposições das crianças

3.5- Interações entre as crianças

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 72.

**Figura 72 – INDIQUE Infantil - Dimensão 3**



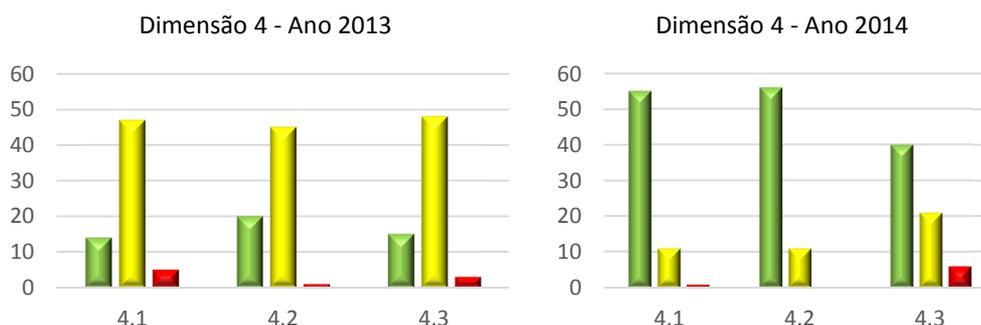
Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014

Para a dimensão 4 (D4) – Promoção da saúde – são avaliados três itens:

- 4.1- Responsabilidade pela alimentação saudável das crianças
- 4.2- Limpeza, salubridade e conforto
- 4.3- Segurança

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 73.

**Figura 73 – INDIQUE Infantil - Dimensão 4**



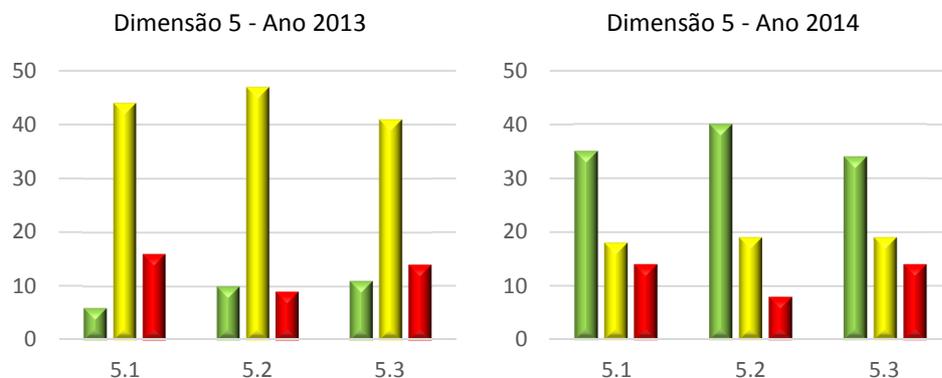
Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014

Para a dimensão 5 (D5) – Espaços, materiais e mobiliários – são avaliados três itens:

- 5.1- Espaços e mobiliários que favoreçam a experiências das crianças
- 5.2- Materiais variados e acessíveis às crianças
- 5.3- Espaço, materiais e mobiliários para atender aos interesses dos adultos

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 74.

**Figura 74 - INDIQUE Infantil - Dimensão 5**



Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014

Para a dimensão 6 (D6) – Formação e condição de trabalho de professores e demais profissionais – são avaliados três itens:

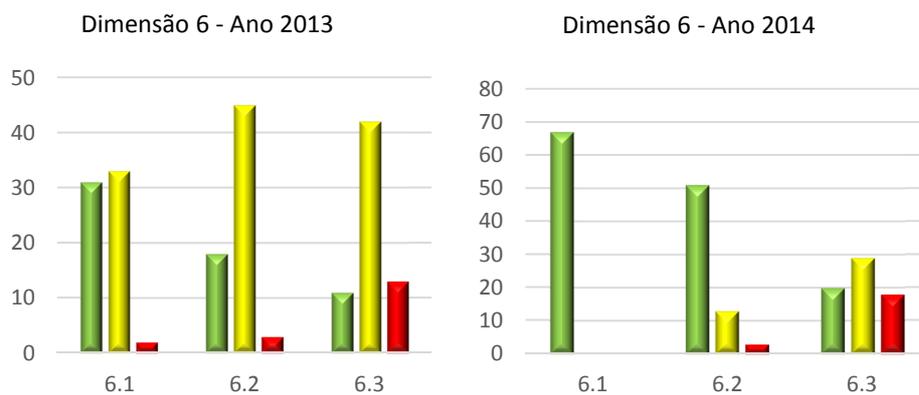
6.1- Formação inicial dos professores

6.2- Formação continuada

6.3- Condições de trabalho adequadas

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 75.

**Figura 75 - INDIQUE Infantil - Dimensão 6**



Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014

Para a dimensão 7 (D7) – Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social – são avaliados três itens:

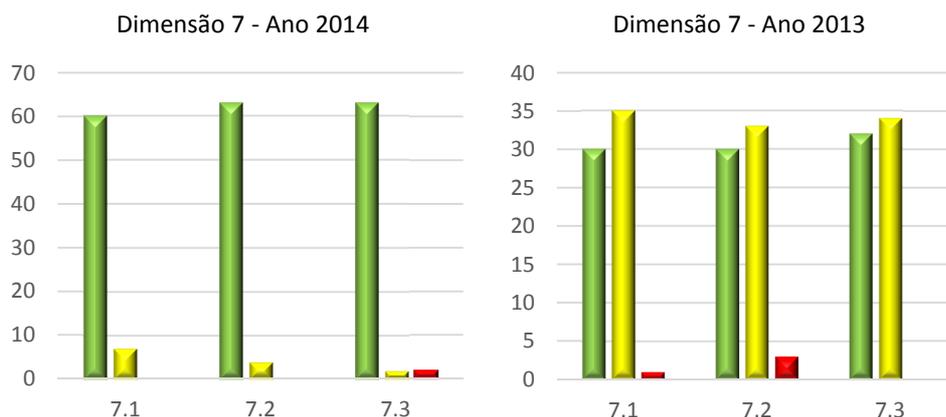
7.1- Respeito e acolhimento

7.2- Garantia de direito das famílias em acompanhar as vivências e produções das crianças

7.3- Participação da instituição na rede de direitos da criança

Os resultados obtidos estão indicados na Figura 76.

**Figura 76 - INDIQUE Infantil - Dimensão 7**

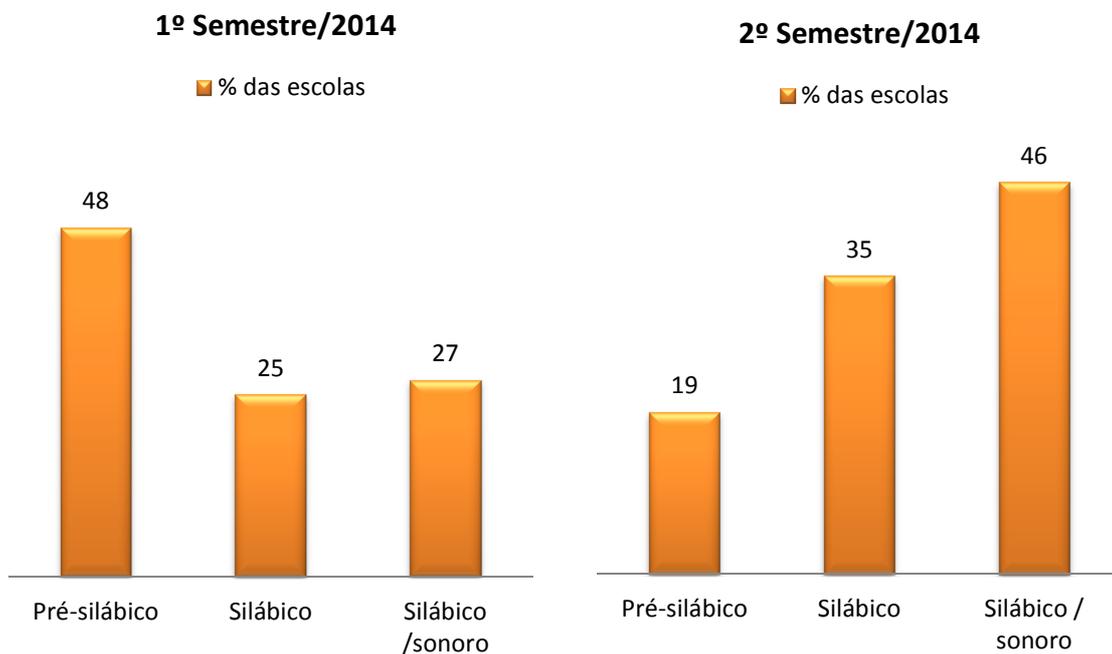


Fonte: INDIQUE - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, 2014

### 1.4.1 Situação da Leitura/Escrita no Ensino Infantil

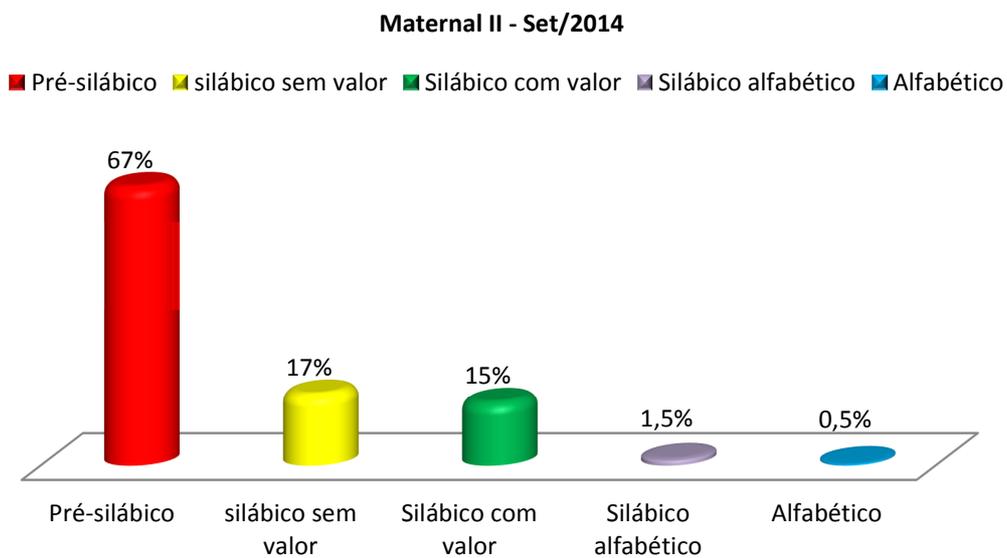
Com o objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Infantil como etapa de estimulação e consequente formação de bases para a alfabetização na idade certa, foi aplicado, ao longo do ano de 2014, um teste diagnóstico para que servisse de ponto de partida para as futuras ações formativas junto aos professores. Os resultados do diagnóstico mostram a situação dos alunos em 63 escolas, quanto às hipóteses que formulam sobre a leitura e escrita. Esses resultados estão mostrados na Figura 77, para o Ensino Infantil; na Figura 78, para o Maternal II (teste realizado em setembro de 2014); e, na Figura 79, para o Jardim (teste realizado em junho de 2014).

Figura 77 - Hipóteses de Leitura/Escrita do Ensino infantil



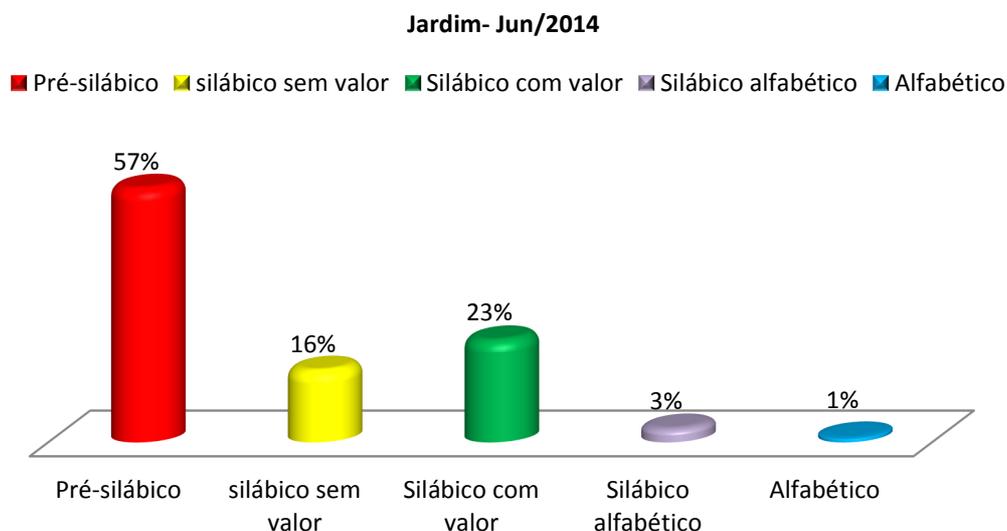
Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

Figura 78 - Hipóteses de Leitura/Escrita do Ensino infantil (setembro 2014)



Fonte Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

Figura 79 - Hipóteses de Leitura/Escrita do Ensino infantil (junho 2014)



Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

### 1.4.2 Formação dos professores – Educação Infantil

A formação dos professores (servidores concursados) da Educação Infantil está demonstrada na Tabela 41.

Tabela 41 - Formação dos professores na Educação Infantil

SITUAÇÃO	QUANTIDADE	LICENCIATURA	PÓS GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Estatutário	349	319	203	0	0
Estatutário Substituto	40	20	16	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>389</b>	<b>339</b>	<b>219</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

### 1.4.3 Estagiários das salas de alfabetização/formação

As salas de alfabetização da Rede Municipal são auxiliadas por estagiários, estudantes universitários em curso de licenciatura em regime de contratação pelo CIEE- Centro de Integração Empresa-Escola. A Tabela 42 mostra a situação desses estagiários.

**Tabela 42 - Formação dos professores Infantil e Fundamental I**

<b>ESTAGIÁRIOS DAS SALAS DE ALFABETIZAÇÃO- JANEIRO 2015</b>	
<b>Nº de contratados</b>	176
<b>Nº de unidades atendidas</b>	44 EMEFs e 3 EMEIS nas quais funcionam salas de 1º ano.
<b>Nº por aluno</b>	Atendem entre 25 a 30 salas de 1º e 2º anos
<b>Regime de contratação</b>	Estagiário contratado pelo CIEE via processo seletivo
<b>Formação média dos contratados</b>	Estudantes universitários em cursos de licenciatura como pedagogia, letras, história, geografia e matemática
<b>Periodicidade dos contratos</b>	São contratados por um ano podendo ser renovados por mais um, somando dois anos de estágio

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014*

## **2. Ensino Fundamental**

A educação, em sua essência socializadora, pretende que o aluno se desenvolva plenamente e saiba utilizar o conhecimento como instrumento de inserção na vida social e no trabalho, como condição de sobrevivência e de autorrealização. Assim compreendida, a Educação Fundamental, como etapa intermediária do Ensino Básico, assume a responsabilidade de oferecer, a todos os alunos, a oportunidade e o espaço próprio para que se desenvolvam conforme suas aptidões, necessidades e interesses.

A escola está inserida na sociedade, e é nesse contexto que vai ocorrer a vida do aluno. Dessa forma, só podemos entender o processo educativo escolar como efetivamente socializador, se ele viabilizar a vinculação entre:

- a. Escola: espaço de construção do conhecimento e prática de valores como instrumentos modeladores e mediadores do sujeito social que se pretende formar;
- b. Trabalho: preparação para a vida profissional, voltada às exigências e características de um mercado que se impõe e define os padrões de formação humana que são valorizadas;
- c. Demais práticas sociais: entendidas a partir da formação do conjunto de atitudes, habilidades e competências necessárias ao exercício da cidadania.

Com uma linha de educação transformadora, o Ensino Fundamental busca ser, não apenas uma etapa que permeia o processo de formação do indivíduo, mas também uma modalidade

de trabalho produtivo que capacita o educando para o exercício da cidadania. Além disso, deve articular conhecimentos relevantes com habilidades requeridas para o desenvolvimento da consciência crítica do indivíduo, via apropriação ativa de conteúdos voltados à compreensão de sua condição de sujeito histórico, produto e produtor da realidade.

Portanto, os objetivos de ensino estão voltados eminentemente para a reelaboração e produção de conhecimentos, valorizando a reflexão crítica, a curiosidade científica, a investigação e a criatividade, elementos fundamentais para o desenvolvimento da mente em formação.

## **2.1 História do Ensino Fundamental no município**

O Ensino Municipal em Taubaté teve seu início em 19 de setembro de 1959, com o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté, conforme Lei nº 409, de 19 de setembro de 1959, Projeto de lei de autoria do Vereador Benedito Elias de Souza, ficando sob direção do Professor Emídeo Nérice. Essa escola, que foi uma conquista do grupo liderado pelo Prof. Dr. Sebastião Monteiro Bonato, recebeu a denominação de Ginásio Municipal de Aplicação. Em 28 de junho de 1969, conforme Lei nº 1078, passou a denominar-se Ginásio Municipal Professor José Ezequiel de Souza.

Em 1968, a Escola Primária Santa Luzia instalou-se como anexo, oferecendo curso de 1ª a 4ª série primária. Em 27 de junho de 1972, conforme Lei 1.384, é criado o 2º grau no Ginásio Municipal Professor José Ezequiel de Souza, que passou a denominar-se Colégio Municipal Professor José Ezequiel de Souza. Em 22 de março de 1973, conforme Decreto Municipal 2.663, o grupo escolar Municipal Santa Luzia e o colégio municipal Professor José Ezequiel de Souza passam a constituir Unidade Integrada de Ensino de 1º grau, nos termos do artigo 18 da Lei 5.692, de agosto de 1971.

Nesse período, essas escolas já tinham como mantenedora a Prefeitura Municipal de Taubaté. A rede de Taubaté experimentou uma expansão significativa em 1994, quando então a prefeitura criou a 1ª escola independente, a Escola Municipal Pe. Silvino Kultz, no Bairro do Areão, tendo como Diretor o Prof. Ivo Salinas. A partir de então, a Prefeitura de Taubaté manteve um protagonismo em relação à Educação, como no caso da municipalização do ensino, que teve início no município antes de se tornar uma determinação do Ministério da Educação (Processo CEE nº 0562/92 CEE nº 596/92, 1992).

Inicialmente, a Prefeitura assumiu as escolas do Estado, utilizando seus prédios, reaproveitando os professores efetivos e atribuindo aos demais as vagas existentes. A partir daí, com as verbas e os incentivos financeiros dos órgãos públicos, a Prefeitura passa a assumir o ensino de maneira geral.

De fato, a implementação Nacional do FUNDEB, em 1988, coincide com o rápido crescimento da municipalização do ensino fundamental no Brasil. Em 1996, uma minoria de alunos de todo o ensino fundamental público no país frequentava uma escola municipal (37%), o restante (63%) frequentava escolas das redes estaduais de ensino. Em 2006, ou seja, dez anos depois, tal cenário havia se invertido totalmente. Os municípios passaram a atender 60% dos alunos do país (GOMES, 2008).

A expansão do ensino municipal aconteceu sob alguns desafios, grandes para a época. Podemos citar a falta de estrutura do município para assumir os encargos da municipalização, quer com os profissionais, quer com a estrutura física dos prédios públicos, ou mesmo com a estrutura administrativa, pois os repasses financeiros eram feitos conforme o número de alunos apenas do ensino fundamental.

As admissões de pessoal foram feitas em caráter de emergência, e as orientações legais partiam da Diretoria Regional de Ensino do Estado. Diretores passam a ser nomeados pelos gestores municipais sem que houvesse ainda um plano de continuidade que perpassasse as gestões administrativas do município.

O oferecimento da Educação Básica na cidade de Taubaté apresentou, nos últimos anos, um considerável crescimento, partindo de uma escola de ensino fundamental, no ano de 1995, para 54 escolas, em 2015. Esse crescimento lhe confere um caráter peculiar de necessidade de adaptação estrutural, de formação profissional e de estabelecimento de padrões mensuráveis, para que a qualidade possa ser avaliada e ações possam ser elaboradas a partir de um planejamento por meio de gestão democrática e participativa, capaz de solucionar problemas, gerar avanços e criar padrões, ou seja, progredir (LOMONACO, 2013).

Devido à necessidade urgente de atendimento da demanda, a rede municipal cresceu quantitativamente e busca se aperfeiçoar gradativamente para seu crescimento qualitativo (colaboração como fonte histórica Prof. Ivo Salinas).

## **2.2 Democratização do acesso e permanência**

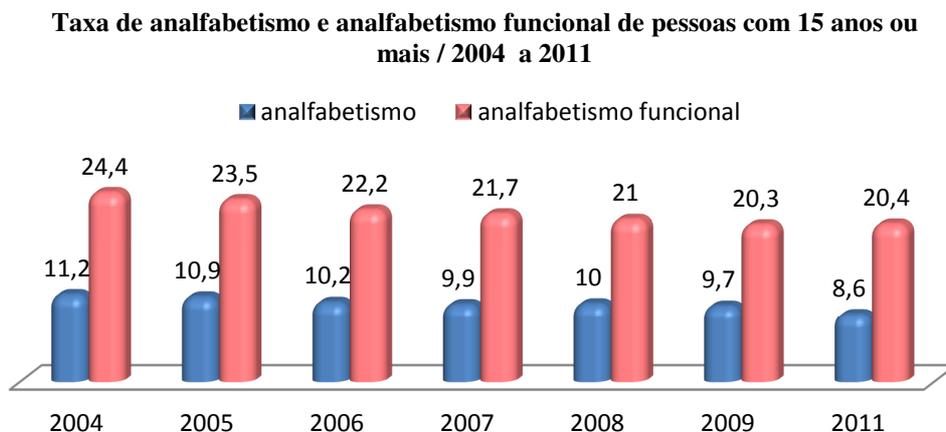
Para garantia do direito à educação fundamental, como parte da educação básica obrigatória, são necessárias políticas que garantam, tanto o acesso quanto a permanência de todas as crianças durante toda a etapa do ensino fundamental. Essa permanência deve ser pautada na qualidade da escola e do ensino, para que de fato as crianças tenham garantia de um percurso com sucesso, ou seja, que sua permanência na escola resulte em aprendizado significativo e que lhe seja oportunizada a construção de conhecimentos indispensáveis a sua vida em sociedade.

Observamos que, no Brasil, apesar dos números apontarem para a universalização do Ensino Fundamental, muitas crianças ainda estão fora da escola devido a problemas sociais e familiares, como envolvimento com drogas, trabalho precoce, falta de transporte ou documentação. Portanto, o fato de estarem fora da escola independe da qualidade do ensino, e isso indica a necessidade de políticas governamentais não fragmentadas, que possam atender às famílias de forma integral e minimizar as barreiras de acesso e permanência das crianças durante toda a Educação Básica. Essas observações são confirmadas quando se analisam as taxas de frequência e de repetência.

Estudo conduzido pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela que apenas 72% dos estudantes matriculados estão efetivamente nas salas de aula. Os 28% restantes, apesar do nome na lista de chamada, faltam muito, estando longe da jornada de 200 dias letivos, com mínimo de 800 horas aula. O fato é que o não comparecimento desencadeia outros problemas, como a repetência, a distorção idade-série e a evasão escolar.

A busca pela qualidade do ensino deve ter como meta que, ao final da Educação Básica, os alunos saiam com a garantia de que sabem ler, escrever, interpretar, argumentar, decidir, entre tantas outras competências. Isso se mostra ainda mais crítico, quando se observam as taxas de analfabetismo funcional nos egressos da Educação Básica, apresentadas na Figura 80. Essa realidade determina a necessidade de fomento da educação de qualidade no Ensino Fundamental.

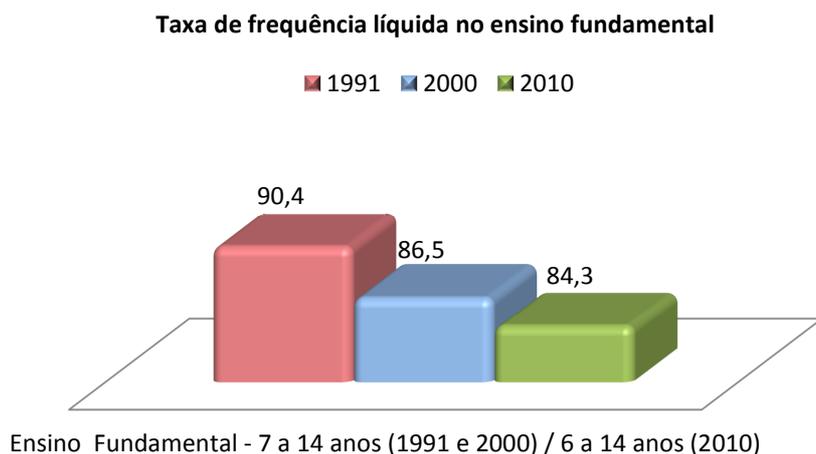
**Figura 80 - Analfabetismo e analfabetismo funcional**



Fonte: Portal IBGE, 2011

Em 2006, o Ministério da Educação, como uma das providências para melhorar a qualidade da educação, estabeleceu a implantação do ensino fundamental de nove anos no País. Assim, passou a ser considerada a faixa etária de 6 a 14 anos para o ensino fundamental; em 2010, verificou-se que 15,7% dessas crianças não estavam na escola. A partir de 2010, consideraram-se oficialmente nove anos de estudo para o ensino fundamental. A evolução da taxa de frequência líquida no Ensino Fundamental é mostrada na Figura 81.

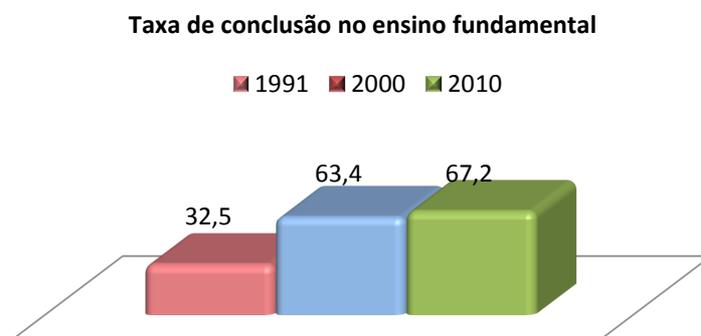
**Figura 81- Taxa de frequência líquida no Ensino Fundamental**



Fonte: Portal IBGE, 2011

Apesar de ainda precisarmos avançar em relação à frequência escolar, o maior desafio está na conclusão. Como mostrado na Figura 82, a taxa de conclusão do fundamental, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 32,5% em 1991. Em 2010, esse percentual passou para 67,2%.

Figura 82 - Taxa de conclusão no ensino fundamental



Fonte: Portal IBGE, 2011

### 2.2.1 Histórico de matrículas no município

A evolução histórica da taxa líquida de matrículas no município, para crianças entre 7 e 14 anos (até 2009) e entre 6 e 14 anos (a partir de 2010), está demonstrada na Tabela 43. Note-se a queda da taxa líquida em 2010 (devido à mudança de faixa de idade considerada), que começa a retomada do crescimento somente a partir de 2013.

Tabela 43 - Histórico de matrículas no município

Ano	Nº de crianças de 6 ou 7 a 14 anos na escola
	Nº de crianças de 6 ou 7 a 14 anos
2013	90,70%
2012	85,51%
2011	90,02%
2010	91,98%
2009	95,13%
2008	96,50%
2007	97,49%
2006	98,43%
2005	97,85%
2001	94,41%
2000	97%

Fonte: DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, 2014

## 2.2.2 Matrículas no Ensino Fundamental

A Tabela 44 apresenta a distribuição das matrículas no Ensino Fundamental, Anos Iniciais (1º a 5º), para o ano de 2015. A Tabela 45 apresenta a distribuição para os Anos Finais (6º a 9º). O total de alunos matriculados no Ensino Fundamental monta a 29.721.

**Tabela 44 - Matrículas no Ensino Fundamental/ Anos Iniciais**

<b>Ensino Fundamental / Anos Iniciais</b>	
1º Ano	2.965
2º Ano	3.245
3º Ano	3.349
4º Ano	3.391
5º Ano	3.353
<b>Total</b>	<b>16.303</b>

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

**Tabela 45 - Alunos matriculados no Ensino Fundamental/ Anos Finais**

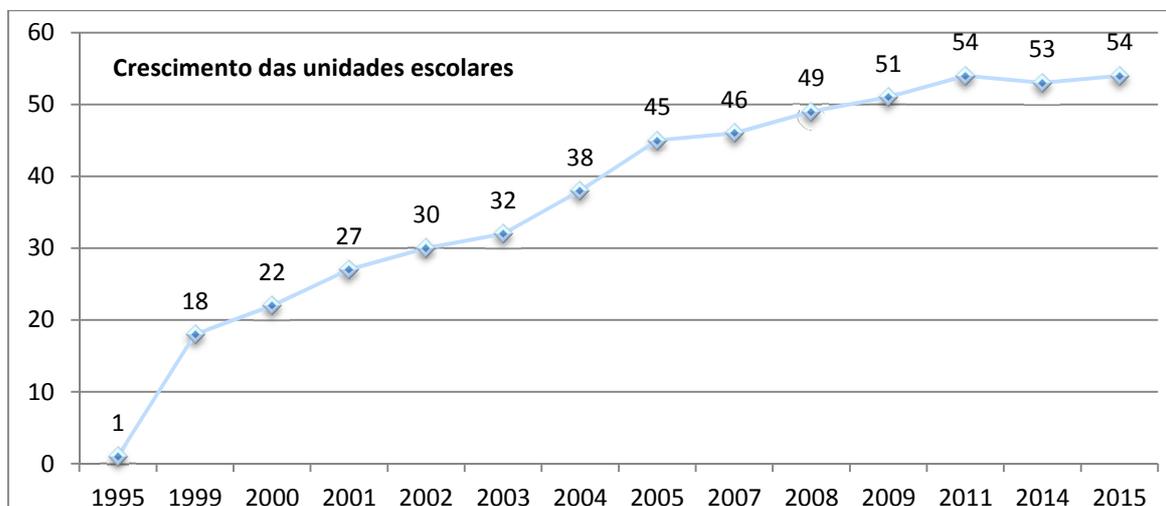
<b>Ensino Fundamental / Anos Finais</b>	
6º Ano	3.477
7º Ano	3.384
8º Ano	3.371
9º Ano	3.252
<b>Total</b>	<b>13.484</b>

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

## 2.2.3 Escolas da rede Municipal - Histórico de evolução

Partindo de uma escola em 1995, a Figura 83 mostra a evolução do número de unidades escolares de Ensino Fundamental na Rede Municipal.

**Figura 83 - Escolas da Rede Municipal**



Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

## 2.2.4 Matrículas nas unidades de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Taubaté

A distribuição de matrículas por unidades escolares no Ensino Fundamental da Rede Municipal está apresentada na Tabela 46.

**Tabela 46 - Número de matrículas na Rede Municipal (Ensino Fundamental) - março / 2015**

REDE MUNICIPAL DE TAUBATÉ - ENSINO FUNDAMENTAL		
NOME DAS ESCOLAS	NOME USUAL	MATRÍCULAS
EMIEF Profª Anita Ribas de Andrade	Anita Ribas	952
EMIEF Padre Silvino Vicente Kunz	Areão	813
EMIEF Prof. Emílio Simonetti	Bosque da Saúde	949
EMEIEF Mario Lemos de Oliveira	Caieiras	191
EMEIEF Emílio Amadei Beringhs	Cataguá	0
EMEIEF Prof. Guido José Gomes Miné	Cecap	910
EMEF Cel. Marcondes de Mattos	Coronel	555
EMEF Prof. José Sant'Anna de Souza	Chácara Flórida	578

EMEIEF Prof. Ciniro Mathias Bueno	Chácara Ingrid	215
EMIEF Prof <sup>a</sup> Marisa Lapido Barbosa	Chác. Reunidas Brasil	733
EMEF Prof <sup>a</sup> Celina Monteiro de Castro	Chácara Silvestre	345
EMEF Cônego José Luiz Pereira Ribeiro	Cônego	586
EMEF Dr. Quirino	Dr. Quirino	861
EMEF Prof. Ernani Giannico	Ernani Giannico	512
EMIEF Prof. Ernesto de Oliveira Filho	Ernesto	973
EMEF Vereador Joaquim França	Esplanada I	425
EMIEF Prof. Dr. João Baptista Ortiz Monteiro	Esplanada II	389
EMEF Monsenhor Evaristo Campista Cesar	Evaristo	974
EMEFM Prof. José Ezequiel de Souza	Ezequiel	1307
EMEF Prof. Antonio Carlos Ribas Branco	Fonte I	301
EMEF Vereador Pedro Grandchamp	Fonte II	346
EMIEF Vereador Mário Monteiro dos Santos	Gurilândia	772
EMEIEF Cônego Benedito Augusto Corrêa	Itaim	255
EMEF Prof <sup>a</sup> Judith Campista César	Judith	850
EMEF Cláudio Cesar Guilherme de Toledo	Jd. Mourisco	525
EMEF Prof. Juvenal da Costa e Silva	Juvenal	937
EMEF Prof. Luiz Augusto	Luiz Augusto	653
EMEIEF Emílio Amadei Beringhs - Prédio II	Marlene Miranda	693
EMEIEF Prof. José Marcondes de Moura	Monjolinho	200
EMEF Prof. Luiz Ribeiro Muniz	Monte Belo	687
EMIEF Marta Miranda Del Rei	Novo Horizonte	765
EMEIEF Benedito José dos Santos	Paiol	26
EMEF José Rubens Wauner de Camargo	Pouso Frio	19
EMIEF Dr. Avedis Victor Nahas	Quinta dos Eucaliptos	824
EMEIEF Amedeo Piccini	Quiririm	395
EMEF Pe. Prof. Dr. Ramon Oliveira Ortiz	Ramon	680
EMEF Diácono José Angelo Victal	Santa Luzia	1164
EMEF Prof <sup>a</sup> Docelina Silva Campos Coelho	Jd. Santa Tereza	590

EMEF Dom Pereira de Barros	Bela Vista	205
EMEF Prof. Lafayette Rodrigues Pereira	São Gonçalo	563
EMEF Frei Arthur Salvatti	Sítio I	268
EMEF Sarg. Everton Vendramel de C. Chagas	Sítio II	1051
EMEF Prof. Walther de Oliveira	Sonia Maria	618
EMEF Prof. Álvaro Marcondes de Mattos	Santa Catarina	1113
EMEIEF Braz Silverio Lemes	Santa Luzia Rural	34
EMEIEF Vereadora Judith Mazella Moura	Vila Caetano	112
EMEF Dom José Antonio do Couto	Vila I	629
EMEF Ernani Barros Morgado	Vila II	478
EMEIEF Tomé Portes Del Rei	Vila Velha II	75
EMEF Walter Thaumaturgo	Walter	502
EMIEF Anna dos Reis Signorini	SEDES	1054
EMIEIF Profª Simone dos Santos	Jaboticabeiras	135
<b>TOTAL</b>		<b>29787</b>

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

### **2.2.5 Matrículas nas unidades públicas do Município – 2013 e 2014**

De acordo com o Censo Escolar, as matrículas em todas as escolas públicas do município, para o Ensino Fundamental, Médio e EJA, incluindo ensino regular e educação especial, nos anos 2013 e 2014, são as apresentadas nas Tabelas 47 e 48.

Tabela 47 - Matrículas das unidades Públicas do Município – 2013

Matrícula inicial						
Dependência Administrativa	Ensino Regular				EJA	
	Ensino Fundamental				EJA Presencial	
	Anos Iniciais		Anos Finais		Fundamental	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Estadual Urbana	0	0	16	7	11	0
Estadual Rural	0	0	3	0	0	0
Municipal Urbana	429	74	151	26	23	0
Municipal Rural	2	2	5	2	0	0
Estadual e Municipal	431	76	175	35	34	0
Dependência Administrativa	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)					
	Ensino Fundamental				EJA Presencial	
	Anos Iniciais		Anos Finais		Fundamental	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Estadual Urbana	0	0	48	220	349	0
Estadual Rural	4	0	125	0	0	0
Municipal Urbana	10.906	4.704	13.180	1.177	230	0
Municipal Rural	512	176	369	28	0	0
Estadual e Municipal	11.422	4.880	13.722	1.425	579	0

Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2013

Tabela 48- Matrículas das unidades Públicas do Município – 2014

<b>Matrícula inicial</b>						
<b>Dependência Administrativa</b>	<b>Ensino Regular</b>				<b>EJA</b>	
	<b>Ensino Fundamental</b>				<b>EJA Presencial</b>	
	<b>Anos Iniciais</b>		<b>Anos Finais</b>		<b>Fundamental</b>	
	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>
Estadual Urbana	0	0	47	170	225	0
Estadual Rural	7	0	121	0	0	0
Municipal Urbana	9.382	5.738	11.766	1.467	274	0
Municipal Rural	526	558	509	141	0	0
Estadual e Municipal	9.915	6.296	12.443	1.778	499	0
<b>Dependência Administrativa</b>	<b>Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)</b>					
	<b>Ensino Fundamental</b>				<b>EJA Presencial</b>	
	<b>Anos Iniciais</b>		<b>Anos Finais</b>		<b>Fundamental</b>	
	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>	<b>Parcial</b>	<b>Integral</b>
Estadual Urbana	0	0	16	3	6	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	470	104	139	31	73	0
Municipal Rural	5	6	15	2	0	0
Estadual e Municipal	475	110	170	36	79	0

Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2014

## 2.2.6 Situação das matrículas na Rede Municipal de Ensino - 2014

A Tabela 49 mostra a distribuição do número de salas e do número de alunos nos diferentes anos do Ensino Fundamental.

Tabela 49 - Classes e alunos do Ensino Fundamental – Rede Municipal de Ensino

CLASSES E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS									
1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
CL	AL	CL	AL	CL	AL	CL	AL	CL	AL
134	2965	127	3245	128	3349	129	3391	122	3353
Total 1º ao 5º: 16.303									

CLASSES E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS							
6ºano		7ºano		8ºano		9ºano	
CL	AL	CL	AL	CL	AL	CL	AL
115	3477	116	3384	120	3371	116	3252
Total 6º ao 9º: 13.484							
<b>TOTAL GERAL: 29.787</b>							

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

## 2.2.7 Escolas do Município: situação geral

As Tabelas 50 e 51 apresentam um panorama das matrículas nas escolas estaduais e privadas para a Educação Básica, no ano de 2013. A Figura 84 mostra o quadro de matrículas no município para o mesmo ano.

**Tabela 50 - Matrículas na Rede Estadual**

<b>Número de unidades: 21</b>	
Ensino Fundamental	364
Ensino Médio	8.463
EJA Fundamental	231
EJA Ensino Médio	411
EJA Presença Flexível Ens. Fund.	1.293
EJA Presença Flexível Ens. Médio	3.233
<b>TOTAL</b>	<b>13.995</b>

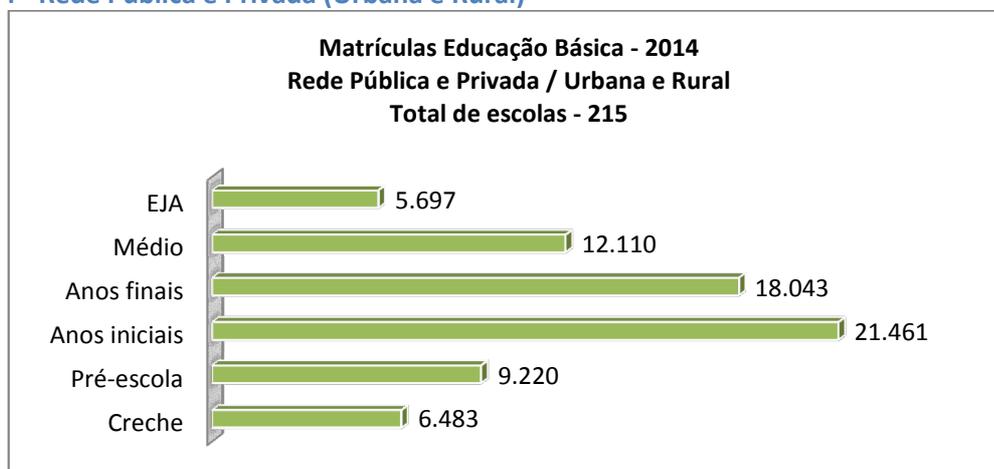
*Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Taubaté, 2015*

**Tabela 51 - Matrículas na Rede Privada**

<b>Educação Básica</b>	<b>Matrículas</b>
Creche	2.014
Pré-escola	2.183
Ensino Fundamental – Anos iniciais	4.665
Ensino Fundamental – Anos finais	3.616
Ensino Médio	2.891
EJA	182
<b>TOTAL</b>	<b>15.551</b>

*Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Taubaté, 2015*

**Figura 84 - Rede Pública e Privada (Urbana e Rural)**



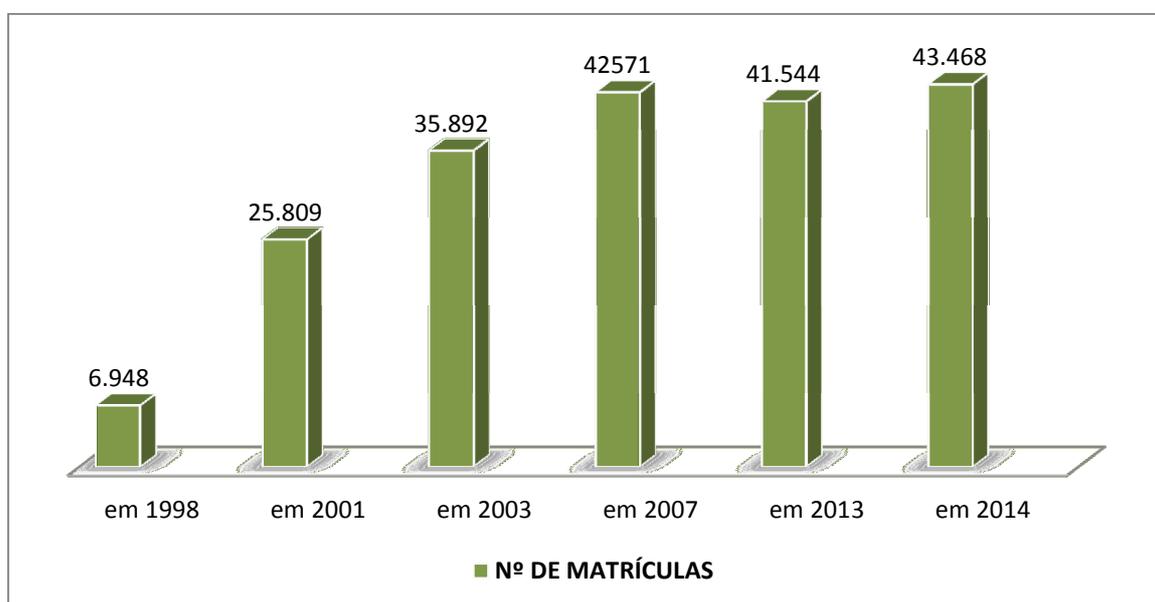
*Fonte: Portal Inep/Censo Escolar, 2014*

## 2.3 Demanda não atendida

O município tem se empenhado no cumprimento do artigo 211 da Constituição Federal, para assegurar a universalização do ensino obrigatório. Para isso, a municipalização do ensino fundamental teve como objetivo atender integralmente à demanda do ensino dessa etapa.

A Figura 85 mostra a evolução do número total de matrículas na rede municipal de ensino e a Tabela 52 apresenta a distribuição das matrículas na Educação Básica para o ano de 2015.

Figura 85 - Evolução do número de matrículas na Rede Municipal de Ensino



Fonte: Portal INEP/Censo Escolar, 2015

Tabela 52 - Total de matrículas na Rede Municipal de Taubaté

Total de matrículas na Rede Municipal de Taubaté - 2015	
Educação Infantil	10.698
Ensino Fundamental	29.787
Ensino Médio	738
EJA – Educação de Jovens e Adultos	183
EMCA	115
CEMTE	611
Escola Fêgo Camargo	1.260
<b>TOTAL</b>	<b>43.392</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

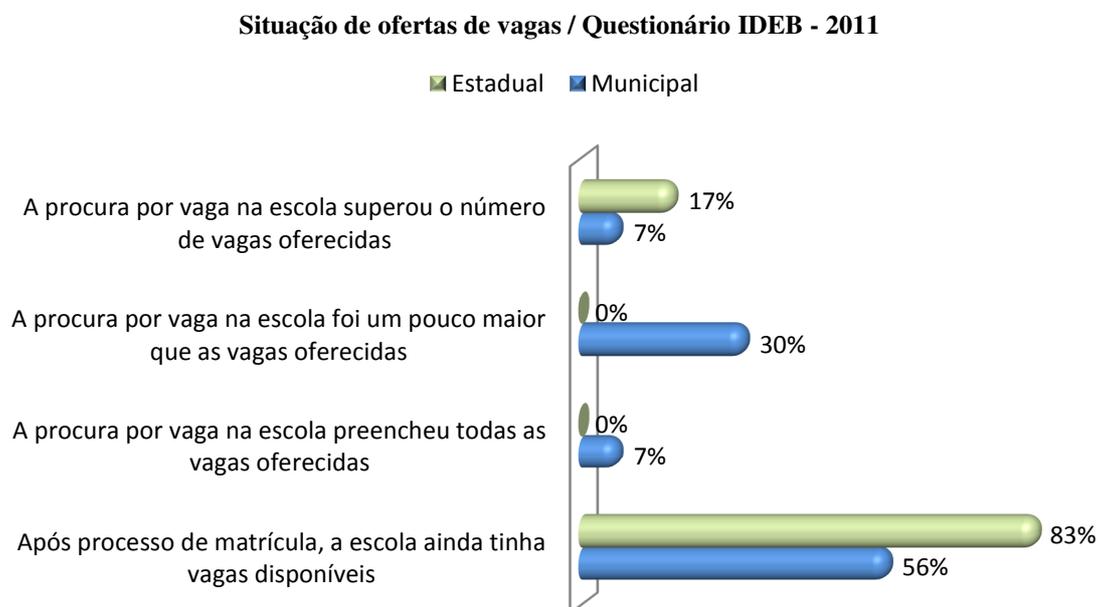
Constata-se a estabilidade na evolução do número de matrículas e um pequeno decréscimo nas matrículas efetuadas no início do ano de 2015, o que aponta para o pleno atendimento da demanda, visto que o número de vagas oferecidas foi o mesmo do ano anterior.

Dados da secretaria de Educação apontam ainda uma mobilidade considerável, neste ano de 2015, de matrículas da rede privada para a rede municipal. Muitas famílias optaram por essa transferência devido à instabilidade financeira gerada pela crise econômica nacional, que afeta Taubaté em particular, devido a sua produção de renda estar baseada na indústria e na prestação de serviços.

Considerando esta nova demanda para a rede municipal e a manutenção do número de matrículas, pode-se inferir que não há demanda não atendida nesta etapa de ensino no município.

A Figura 86 mostra a oferta e a procura de vagas nas redes estadual e municipal para o ano de 2011.

**Figura 86- Oferta e procura de vagas. Questionário IDEB - 2011**



Fonte: Portal IDEB (2015)

Observa-se que o número de escolas que apontam necessidade de vagas após o período de matrícula é inferior ao número de escolas com vagas disponíveis. Essa situação ocorre devido à preferência das famílias por determinadas escolas. Dessa forma, pode-se concluir que a rede pública de escolas do município atende 100% da demanda manifesta.

A situação real do município, quanto ao atendimento da demanda, será oficializada com o recenseamento anual que o município deve realizar para apuração do número de crianças e adolescentes em idade escolar, bem como do número de jovens e adultos que não concluíram a educação básica, conforme estabelecido pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

## **2.4 Rendimento Escolar**

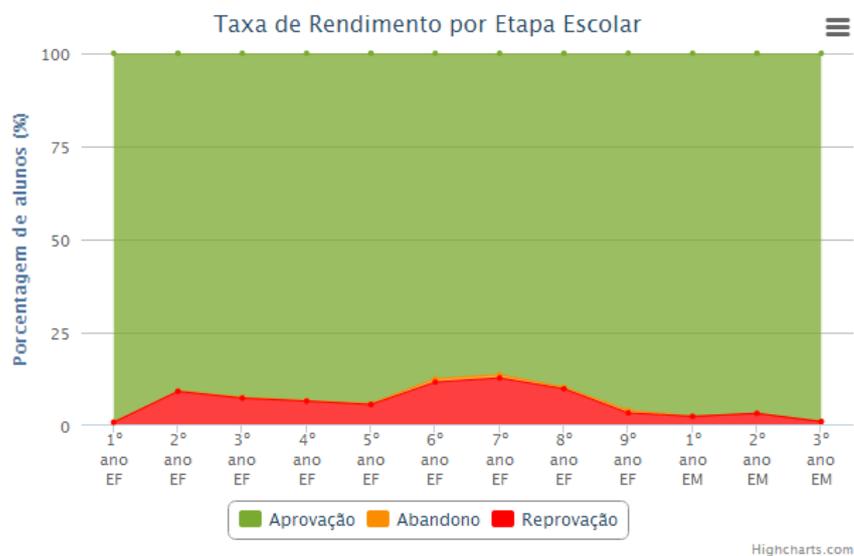
Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados ou reprovados, ou podem ter abandonado os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada uma dessas situações constitui a Taxa de Rendimento, dada pela fórmula:

$$\textit{Aprovação} + \textit{Reprovação} + \textit{Abandono} = 100\%$$

Os dados da Taxa de Rendimento foram obtidos diretamente de planilhas divulgadas pelo INEP, em sua página de “Indicadores Educacionais” (<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>), para o ano de 2013.

A Figura 87 mostra a taxa de rendimento escolar para a rede municipal de ensino. A Figura 88 mostra a mesma taxa para a rede estadual em Taubaté. A Figura 89 apresenta essa taxa para a rede privada de Taubaté.

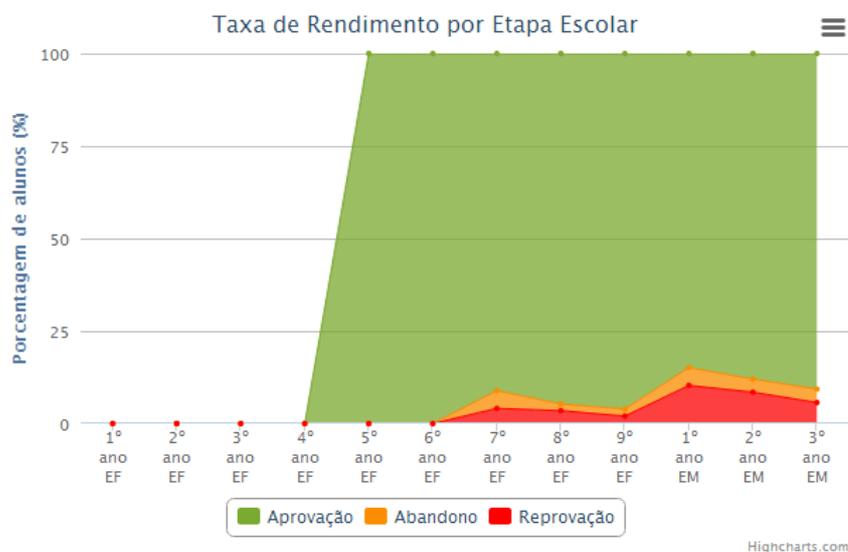
Figura 87 - Taxa de Rendimento Escolar - Rede Municipal - 2013



Anos Iniciais	Reprovação	Abandono	Aprovação	Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
	1º ano EF	0,9% 27 reprovações	0,0% nenhum abandono		99,1% 2.954 aprovações	6º ano EF	11,7% 441 reprovações
2º ano EF	9,2% 324 reprovações	0,1% 4 abandonos	90,7% 3.185 aprovações	7º ano EF	12,8% 485 reprovações	0,9% 35 abandonos	86,3% 3.268 aprovações
3º ano EF	7,4% 252 reprovações	0,2% 7 abandonos	92,4% 3.136 aprovações	8º ano EF	9,9% 381 reprovações	0,4% 16 abandonos	89,7% 3.449 aprovações
4º ano EF	6,6% 225 reprovações	0,1% 4 abandonos	93,3% 3.171 aprovações	9º ano EF	3,4% 121 reprovações	0,7% 25 abandonos	95,9% 3.394 aprovações
5º ano EF	5,7% 182 reprovações	0,2% 7 abandonos	94,1% 2.992 aprovações				

Fonte: Portal INEP, 2015

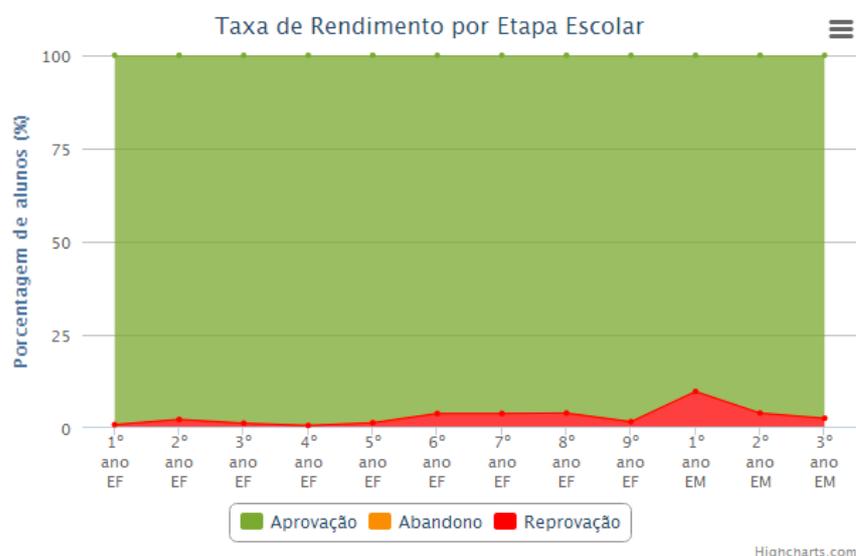
Figura 88 - Taxa de Rendimento Escolar - Rede Estadual - 2013



Anos Iniciais			Anos Finais				
	Reprovação	Abandono	Aprovação		Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EF	-	-	-	6º ano EF	0,0% <small>nenhuma reprovação</small>	0,0% <small>nenhum abandono</small>	100,0% <small>58 aprovações</small>
2º ano EF	-	-	-	7º ano EF	4,1% <small>6 reprovações</small>	4,8% <small>6 abandonos</small>	91,1% <small>113 aprovações</small>
3º ano EF	-	-	-	8º ano EF	3,5% <small>5 reprovações</small>	1,8% <small>3 abandonos</small>	94,7% <small>122 aprovações</small>
4º ano EF	-	-	-	9º ano EF	2,0% <small>3 reprovações</small>	1,9% <small>3 abandonos</small>	96,1% <small>105 aprovações</small>
5º ano EF	0,0% <small>nenhuma reprovação</small>	0,0% <small>nenhum abandono</small>	100,0% <small>3 aprovações</small>				

Fonte: Portal INEP, 2015

Figura 89 - Taxa de Rendimento Escolar - Rede Privada - 2013



Anos Iniciais	Reprovação	Abandono	Aprovação	Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EF	0,9% 9 reprovações	0,0% nenhum abandono	99,1% 962 aprovações	6º ano EF	3,9% 37 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,1% 902 aprovações
2º ano EF	2,3% 21 reprovações	0,0% nenhum abandono	97,7% 872 aprovações	7º ano EF	3,9% 34 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,1% 830 aprovações
3º ano EF	1,3% 12 reprovações	0,0% nenhum abandono	98,7% 885 aprovações	8º ano EF	4,0% 37 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,0% 867 aprovações
4º ano EF	0,7% 7 reprovações	0,0% nenhum abandono	99,3% 953 aprovações	9º ano EF	1,7% 15 reprovações	0,0% nenhum abandono	98,3% 834 aprovações
5º ano EF	1,4% 14 reprovações	0,1% 1 abandono	98,5% 943 aprovações				

Fonte: Portal INEP, 2015

### 2.4.1 Distorção idade-série

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série.

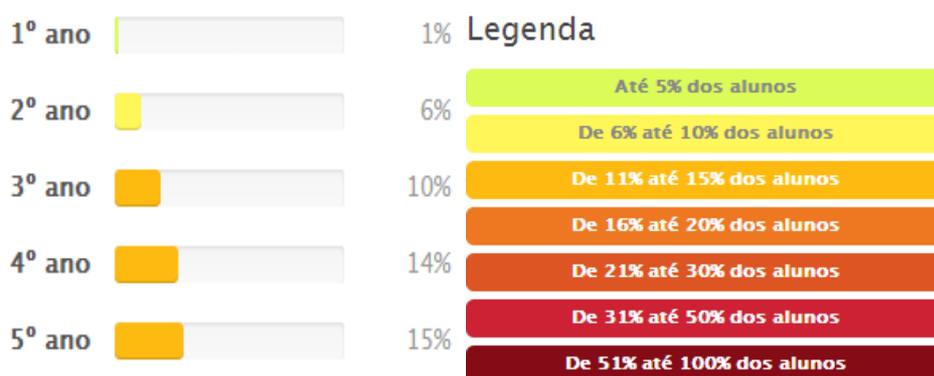
Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do País. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

Uma das principais consequências da distorção idade-série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar, quando comparados aos alunos regulares, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados nas avaliações nacionais do Ensino Fundamental.

### 2.4.1.1 Taxa de distorção idade-série - Rede Municipal

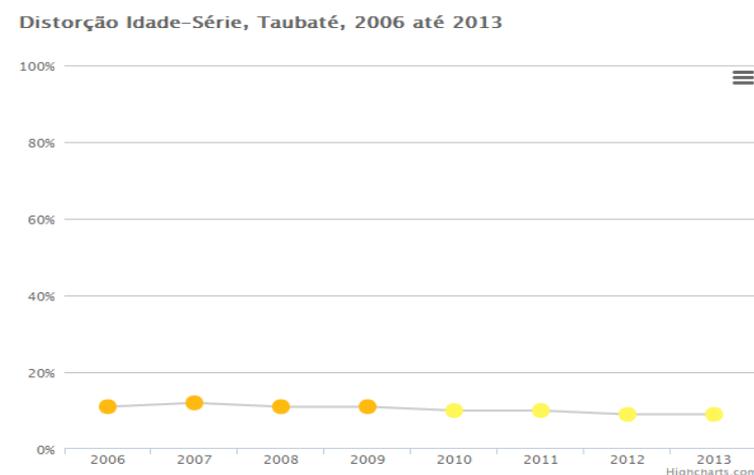
A taxa de distorção idade-série para os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal está indicada na Figura 90, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 9%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 9 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A Figura 91 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

Figura 90 - Distorção idade-série - Rede Municipal – Anos iniciais (2013)



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

Figura 91 - Evolução da distorção idade-série Rede Municipal – Anos iniciais (2006-2013)

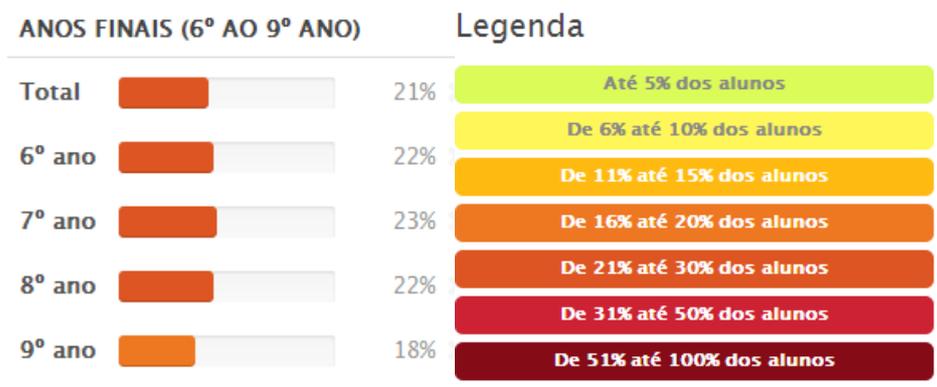


Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

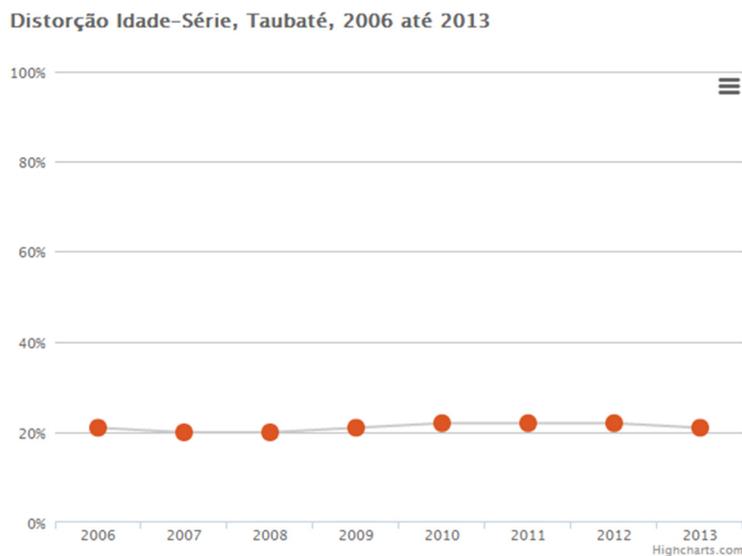
A taxa de distorção idade-série para os anos finais do ensino fundamental da rede municipal está indicada na Figura 92, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 21%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 21 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A Figura 93 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

**Figura 92 - Distorção idade-série - Rede Municipal – Anos finais (2013)**



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

**Figura 93 Evolução da distorção idade-série - Rede Municipal – Anos finais (2006-2013)**

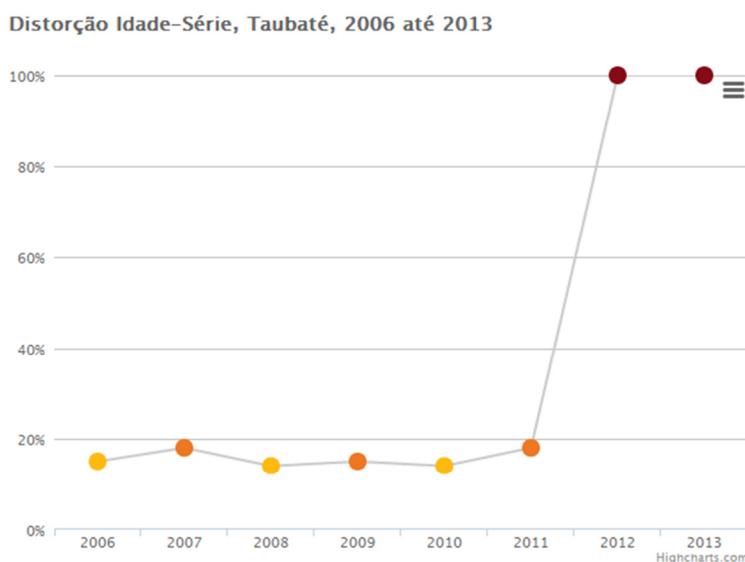


Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014  
 Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

### 2.4.1.2 Taxa de distorção idade-série Rede Estadual

A evolução da taxa de distorção idade-série para os anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual, no município de Taubaté, está indicada na Figura 94, para os anos de 2006 a 2011. Os dados para os anos de 2012 e 2013 (indicados como 100%) não estão completos e não são significativos.

Figura 94 - Evolução da distorção idade-série Rede Estadual – Anos iniciais (2006-2011)

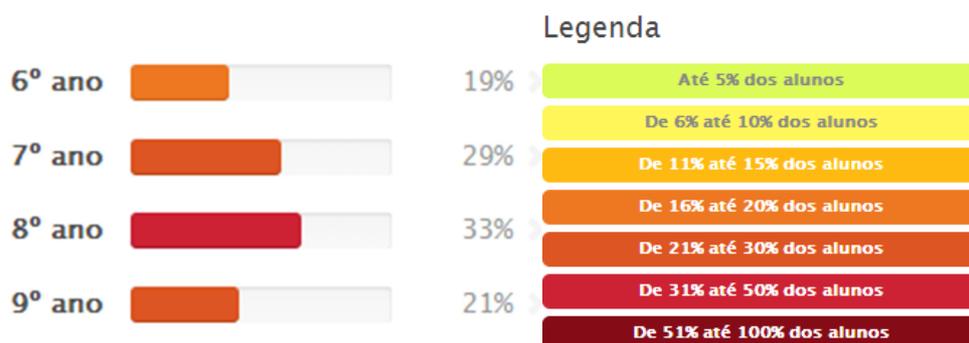


Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

A taxa de distorção idade-série para os anos finais do ensino fundamental da rede estadual no município de Taubaté está indicada na Figura 95, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 27%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 27 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A Figura 96 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

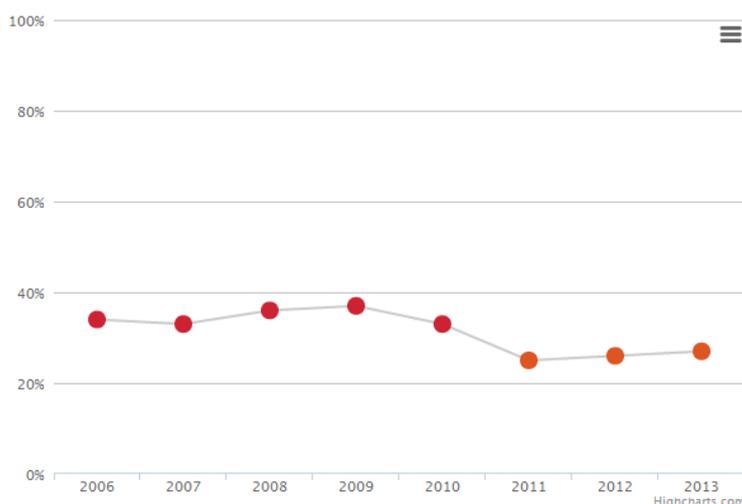
Figura 95 - Distorção idade-série - Rede Estadual – Anos finais (2013)



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

Figura 96 - Evolução da distorção idade-série - Rede Estadual – Anos finais (2006-2011)

Distorção Idade-Série, Taubaté, 2006 até 2013



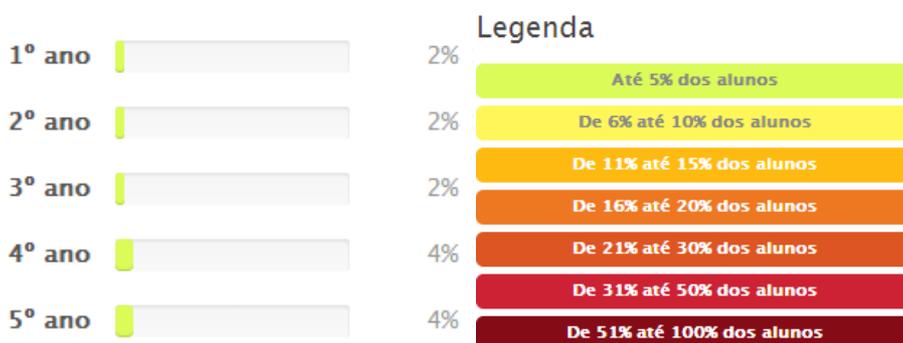
Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

### 2.4.1.3 Taxa de distorção idade-série Rede Privada

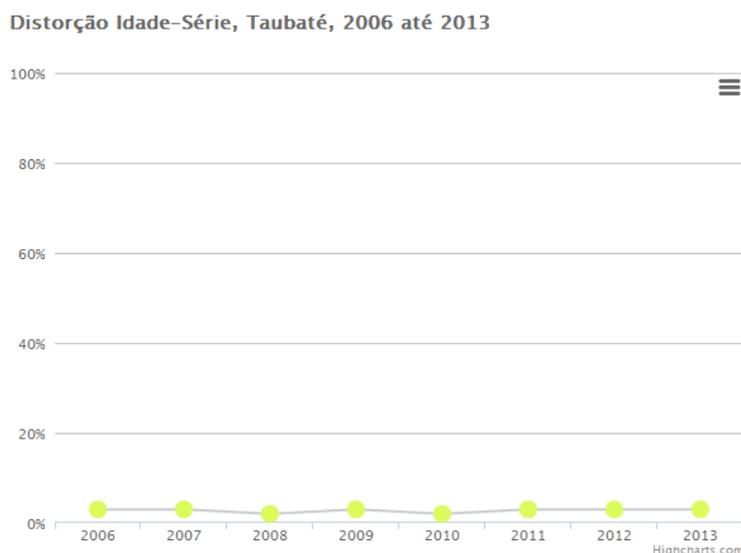
A taxa de distorção idade-série para os anos iniciais do ensino fundamental da rede privada, no município de Taubaté, está indicada na Figura 97, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 3%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente três estavam com atraso escolar de dois anos ou mais. A Figura 98 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

**Figura 97 - Distorção idade-série - Rede Privada – Anos iniciais (2013)**



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

**Figura 98 Evolução da distorção idade-série - Rede Privada – Anos iniciais (2006-2013)**

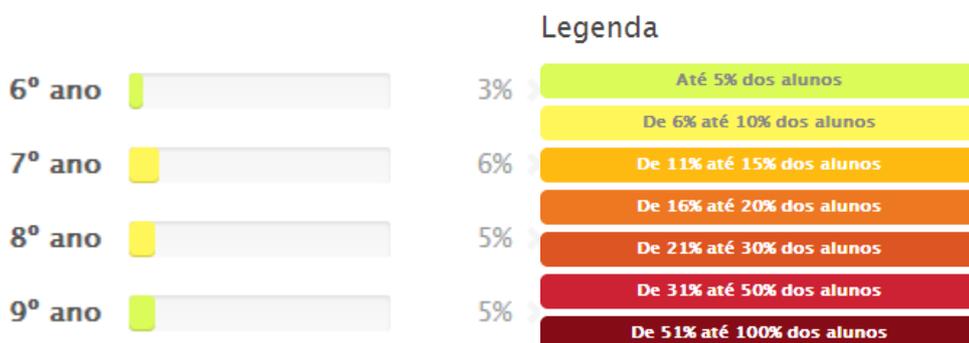


Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

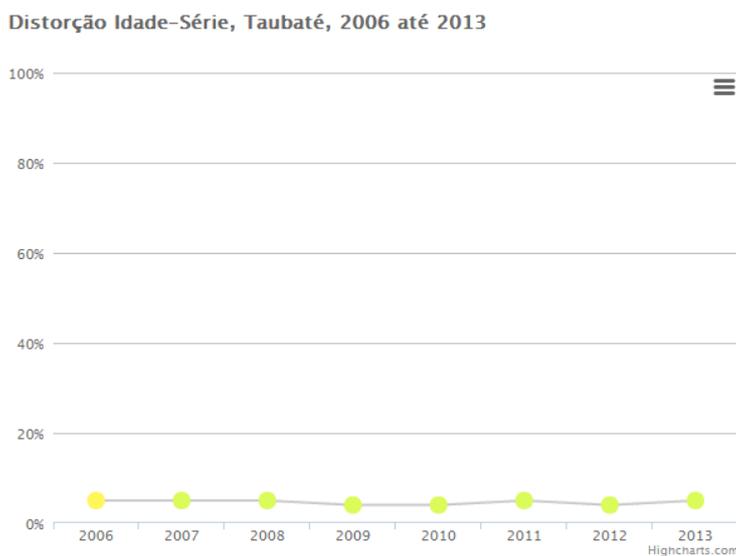
A taxa de distorção idade-série para os anos finais do ensino fundamental da rede privada, no município de Taubaté, está indicada na Figura 99, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 5%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 5 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A Figura 100 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

Figura 99 - Distorção idade-série -Rede Privada – Anos finais (2013)



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

Figura 100 Evolução da distorção idade-série Rede Privada – Anos finais (2006-2011)



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

## 2.5 Qualidade da educação

A Qualidade na educação não deve ser medida apenas por um parâmetro. Vários aspectos devem ser observados para se considerar um ensino de qualidade. Segundo Gadotti:

O tema da qualidade na educação tem sido abordado de vários ângulos. Ele pode ser visto pelo ângulo da adequação de melhores estratégias para alcançar velhos objetivos instrucionais ou em função de um currículo em mudança. É um conceito ligado a vida das pessoas, ao seu bem viver. Há um conjunto de variáveis, intra e extraescolares, que interferem na qualidade da educação, entre elas, a concepção mesma do que se entende por educação.

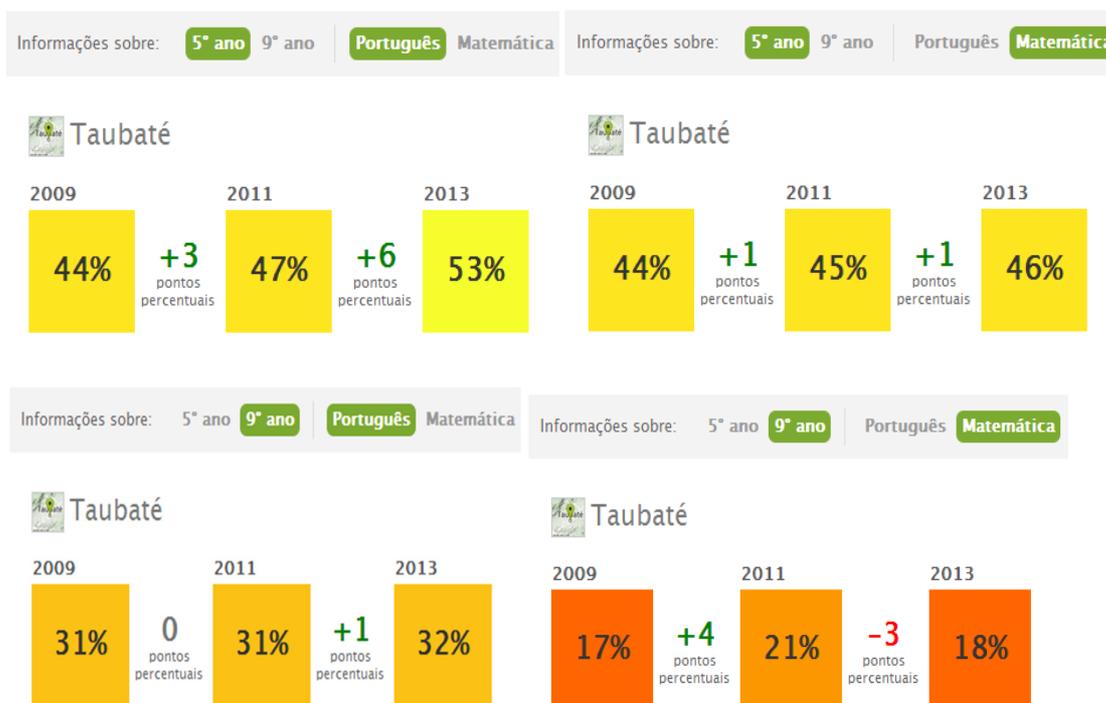
Qualidade e quantidade são conceitos complementares já que qualidade para poucos é privilégio, não é qualidade. Por isso, a qualidade da educação precisa ser encarada de forma sistêmica. A educação só pode melhorar no seu conjunto.

Devem ser considerados aspectos como a valorização do professor, as boas condições de trabalho, infraestrutura, gestão pedagógica, entre outros. Também como parte da qualidade são de suma importância os índices de aprendizado do aluno, suas habilidades e competências, seu percurso escolar em tempo adequado e os resultados que apresenta ao final de sua trajetória escolar.

### 2.5.1 Evolução do aprendizado: Taubaté 2009 para 2013

A Figura 101 mostra a evolução dos resultados para cada competência e cada etapa escolar, de 2009 até 2013, para todas as escolas do município. Pode-se perceber melhora constante desses resultados, exceto uma variação negativa entre 2011 e 2013, para a matemática do 9º ano.

Figura 101 - Evolução do aprendizado - Todas as escolas do Município



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

A Figura 102 mostra a evolução dos resultados para cada competência e cada etapa escolar, de 2009 até 2013, para as escolas da rede municipal. Podem-se perceber melhoras constantes para o 5º ano, tanto em português como em matemática, mas há uma estagnação do desempenho para o 9º ano.

**Figura 102 - Evolução do aprendizado – Rede Municipal**



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

A Figura 103 mostra a evolução dos resultados para cada competência e cada etapa escolar, de 2009 até 2013 para as escolas da rede estadual no município. Embora não haja dados para o ano de 2013, houve melhora significativa dos resultados para o 5º ano, tanto em português como em matemática. O 9º ano apresentou melhora em matemática, mas os resultados estão estagnados em português.

**Figura 103 - Evolução do aprendizado – Rede Estadual no município**



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2013

## 2.5.2 Apuração da qualidade no ensino - Rede Municipal

A rede municipal, desde 2013, tem desenvolvido o processo de avaliação interna de seus alunos. Essa avaliação é uma importante ferramenta de gestão, pois contribui para o diagnóstico da qualidade da educação. Apuraram-se, também, os resultados dos “Indicadores de Qualidade na Educação” – INDIQUE, instrumento de avaliação publicado pelo MEC.

Esses instrumentos permitem um diagnóstico da educação que orienta a prática educacional pedagógica e informa um planejamento e a gestão educacional.

### 2.5.2.1 Resultados apurados em avaliação interna da rede Municipal - 2014

A Tabela 53 mostra os resultados apurados na avaliação interna dos alunos no início do Ensino Fundamental I (1º ano).

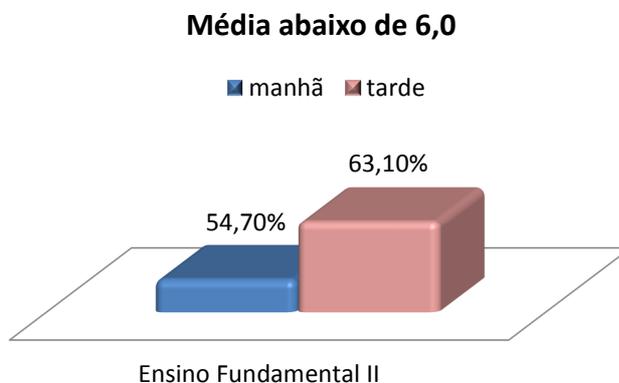
**Tabela 53 - Avaliação interna da rede Municipal - 1º bimestre de 2014**

<b>Ensino Fundamental I - 1º ANO</b> <b>TOTAL DE ALUNOS AVALIADOS 2.506 março de 2014</b>		
ITEM	OBJETIVO DA AVALIAÇÃO	% ACERTO
1	Identificar letras do alfabeto isoladas de sua sequência	88%
2	Diferenciar letras de outros sinais gráficos como números, desenhos, rabiscos, símbolos gráficos (asteriscos, sinais matemáticos, sinais de trânsito, etc.)	71%
3	Ter domínio da direção e do alinhamento da escrita da Língua Portuguesa	83%
4	Distinguir diferentes tipos de letras	49%
5	Perceber a segmentação, demarcada com espaços em branco na delimitação de palavras em textos escritos	22%
6	Reconhecer a unidade fonológica	65%
7	Compreender a natureza alfabética da escrita	33%
8	Decodificar palavras tendo a figura como referência	63%
9	Reconhecer as palavras sem que estejam ligadas a figuras	66%
10	Identificar gêneros textuais	28%

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

A Figura 104 apresenta o resultado consolidado (média abaixo de 6,0) da avaliação para alunos do início do Ensino Fundamental II (6º ano), dividido por turno.

**Figura 104 - Alunos com média abaixo de 6,0, no Ensino Fundamental II**



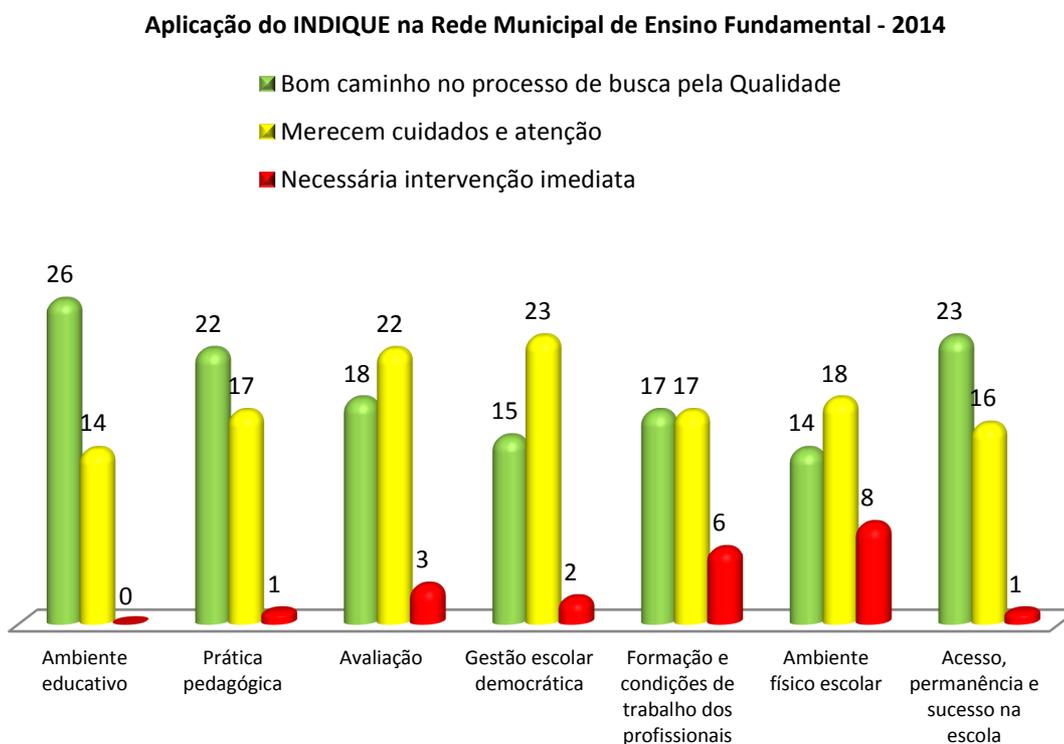
Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

## 2.5.2.2 Resultados da aplicação do INDIQUE

Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades. Para tanto, são identificados sete elementos fundamentais – aqui nomeados de dimensões –, que devem ser considerados pela escola, na reflexão sobre sua qualidade: Ambiente educativo; Prática pedagógica; Avaliação; Gestão escolar democrática; Formação e condição de trabalho dos profissionais; Ambiente físico escolar; e, Permanência e sucesso na escola. Um sistema de sinalização (verde, amarelo, vermelho) identifica o estágio de cada uma dessas dimensões.

A Figura 105 apresenta os resultados da avaliação do INDIQUE no Ensino Fundamental da Rede Municipal.

Figura 105 - Aplicação do Indique na Rede Municipal Ensino Fundamental



Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

### 2.5.3 Formação dos professores

As Tabelas 54 e 55 mostram a situação do quadro de professores da Rede Municipal de Ensino quanto à formação dos professores e sua distribuição nas diversas especialidades e modalidades de contratação.

**Tabela 54 - Formação dos professores da Rede Municipal de Ensino - 2015**

Formação do quadro de magistério da Rede Municipal de Educação						
Situação	Nº	Nível	Licenciatura	Pós	Mestrado	Doutorado
Estatutário	349	Prof. Ed Infantil	319	203	0	0
	423	Prof. Fundamental I	423	263	3	0
	515	Prof. Fundamental II e Médio	102 (2ª licenc.)	260	37	2
Estatutário Substituto	40	Prof. Ed Infantil	20	16	0	0
	101	Prof. Fundamental I	52	37	0	0
	96	Prof. Fundamental II e Médio	2 (2ª licenc.)	36	6	0
<b>TOTAL</b>	<b>1524</b>		<b>1524</b>	<b>815</b>	<b>46</b>	<b>2</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

**Tabela 55 - Distribuição dos professores da Rede Municipal de Ensino -2015**

Situação do quadro de magistério da Rede Municipal de Ensino quanto ao número de professores – 2015				
PROFESSORES	ESTATUTÁRIO	ESTATUTÁRIO SUBSTITUTO	CLT	TOTAL
PEI	349	40	102	491
PI	423	101	51	575
PIII ED ESP.	68	13	16	97
PIIIARTE	59	8	8	75
PIII CIE /QUI	41	8	8	57
PIII ENS. REL/FILOS.	12	5	1	18
PIII ED FIS.	86	16	14	116
PIII GEO	39	8	7	54
PIII HIST.	38	8	2	48
PIII INGLÊS	24	7	6	37
PIII MAT	67	11	10	88
PIII PORT	81	12	20	113
<b>TOTAL</b>	<b>1287</b>	<b>237</b>	<b>245</b>	<b>1769</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

Na Tabela 56, a situação do quadro de professores da Rede Estadual de Ensino do município quanto à formação dos professores.

**Tabela 56 - Rede Estadual de Educação quanto à Formação**

<b>Situação do quadro de magistério da Rede Estadual de Educação quanto à Formação</b>				
<b>Nível</b>	<b>Licenciatura</b>	<b>Graduação</b>	<b>Médio</b>	<b>Normal Médio</b>
Prof. Fundamental I / Anos Finais	54	3	57	4
Prof. Fundamental II e Médio	374	55	429	19
<b>TOTAL</b>	<b>428</b>	<b>58</b>	<b>486</b>	<b>23</b>

Fonte: Portal IDE/MEC, 2015

## 2.5.4 Média de alunos por sala

As Tabelas 57 e 58 mostram a evolução da média de alunos por sala, para o período diurno e noturno da Rede Estadual de Ensino do município, de 2007 a 2012, para as diversas etapas da Educação Básica.

**Tabela 57 - Rede Estadual Diurno – evolução da média de alunos por sala**

<b>Média de alunos por sala - Rede Estadual Diurno</b>							
<b>Ano</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Fundamental I</b>		<b>Fundamental II</b>		<b>Ensino Médio</b>	
	<b>Rural e Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>
<b>2007</b>	-	22,7	22,7	32,5	28,7	23,3	31,3
<b>2008</b>	-	29	29	32	29,6	20,5	30,3
<b>2009</b>	-	21,7	21,7	27	29	24,8	31,7
<b>2010</b>	-	28,8	28,8	28	28,4	30	33,6
<b>2011</b>	-	25,5	25,5	27,8	28	35	34,8
<b>2012</b>	-	-	-	23	25,9	18	32,7

Fonte: Fundação SEAD, 2013

**Tabela 58 - Rede Estadual Noturno**

Média de alunos por sala - Rede Estadual Noturno								
Ano	Educação Infantil	Fundamental I	Fundamental II	Ensino Médio		EJA Iniciais	EJA Finais	
	Rural e Urbana	Rural e Urbana	Rural e Urbana	Rural	Urbana	Rural e Urbana	Rural	Urbana
2007	-	-	-	21	33,3	-	-	35,9
2008	-	-	-	16	32,1	-	16	33
2009	-	-	-	-	31,6	-	18	34,7
2010	-	-	-	-	35,1	-	-	33,9
2011	-	-	-	-	36,2	-	-	-
2012	-	-	-	-	34	-	-	-

Fonte: Fundação SEAD, 2013

As Tabelas 59 e 60 apresentam a evolução da média de alunos por sala, para o período diurno e noturno da Rede Municipal de Ensino, de 2007 a 2013, para as diversas etapas da Educação Básica.

**Tabela 59 - Rede Municipal Diurno – evolução da média de alunos por sala**

Média de alunos por sala - Rede Municipal Diurno										
Ano	Educação Infantil		Fundamental I		Fundamental II		Ensino Médio		EJA Iniciais	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
2007	7,6	22,5	11,5	29,1	28,4	33,6	-	25,5	-	22,5
2008	8,2	21,4	13,2	28,6	27,7	32,7	-	21	-	8,8
2009	10,7	21,1	15,7	28,1	23,6	31,6	-	-	-	10
2010	10,9	20,3	18,7	26,4	22,4	31,5	-	-	-	11
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fundação SEAD, 2013

Tabela 60 - Rede Municipal Noturno – evolução da média de alunos por sala

Média de alunos por sala - Rede Municipal Noturno										
Ano	Educação Infantil		Fundamental I		Fundamental II		Ensino Médio		EJA Iniciais	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
2007	-	-	-	-	-	-	-	40,2	5,3	15,1
2008	-	-	-	-	-	-	-	40,4	9,2	15,2
2009	-	-	-	-	-	-	-	36,6	9,7	13,6
2010	-	-	-	-	34	-	-	35,1	4,8	10,3
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fundação SEAD, 2013

### 2.5.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007, pelo Ministério da Educação, para apresentar à sociedade brasileira, a cada dois anos, a situação da Educação Básica nas escolas públicas.

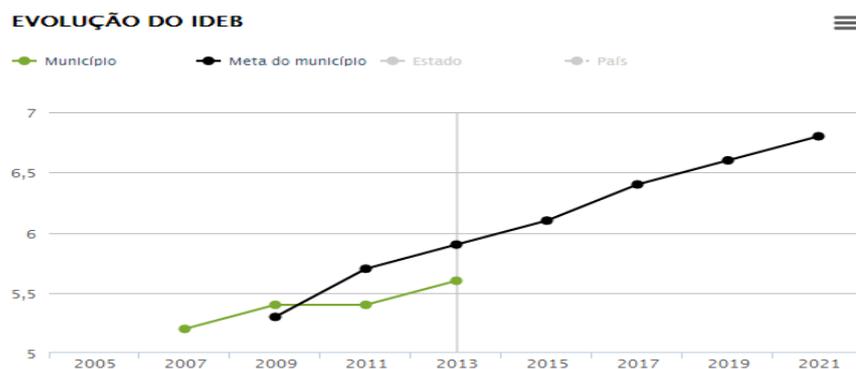
O IDEB apresenta seus resultados por meio de uma pontuação que varia entre 0 e 10, organizados por escolas, municípios, estados e por um panorama nacional. São consideradas duas variáveis: o fluxo escolar e o desempenho dos estudantes ao final de cada ciclo do ensino fundamental e no ensino médio.

Para impulsionar a melhoria da qualidade da educação, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP criou metas para serem cumpridas por escolas e unidades da federação, até o ano de 2021.

O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

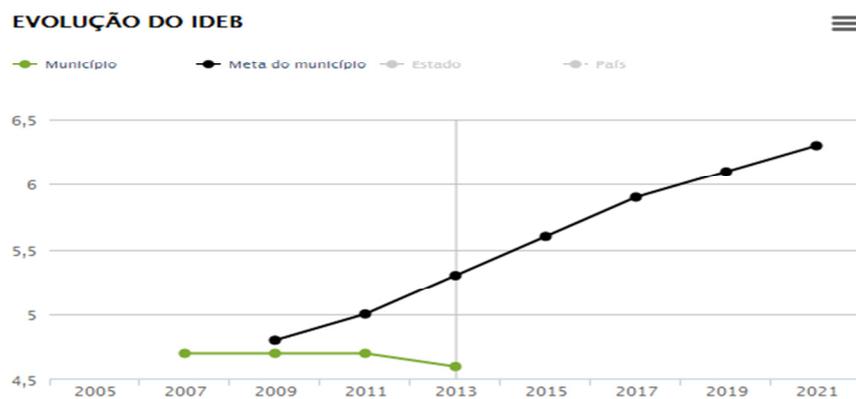
As Figuras 106 e 107 mostram a evolução do IDEB da Rede Municipal até o ano de 2013 e sua meta até 2021, para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Figura 106 - IDEB Rede Municipal – Anos iniciais



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2015

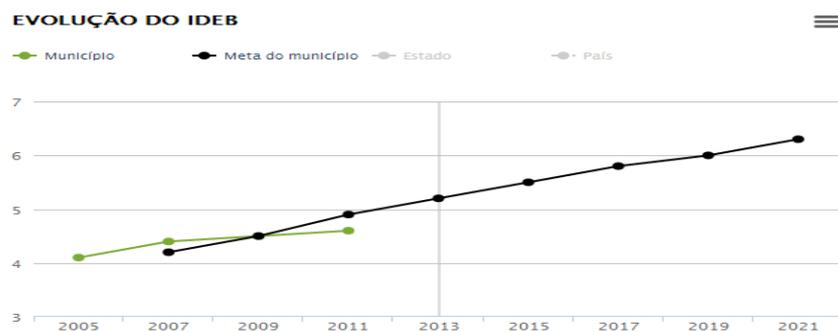
Figura 107- IDEB Rede Municipal – Anos finais



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2015

As Figuras 108 e 109 mostram a evolução do IDEB da Rede Estadual do município até o ano de 2013 e sua meta até 2021, para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

**Figura 108 - IDEB Rede Estadual do município – Anos iniciais**



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2015

**Figura 109- IDEB Rede Estadual do município – Anos finais**



Fonte: Portal IDEB/INEP, 2015

Nem todas as unidades da federação possuem IDEB para todas as redes e etapas escolares. No município de Taubaté não há avaliação das escolas da Rede Particular.

### **3 Ensino Médio**

O desafio do ensino médio, apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é aproximar a escola da nova realidade nacional, colocando o adolescente como agente partícipe. Com a solidificação da democracia nacional, aliada às novas tecnologias e às mudanças na forma de produção de bens, serviços e conhecimentos, a escola deve trabalhar a integração dos estudantes às novas ferramentas de inserção na cidadania, no mercado de trabalho e nos estudos posteriores.

Em sintonia com as necessidades de uma nova sociedade, ainda em transformação, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, inciso II, reconhece a relevância do ensino médio na formação escolar dos brasileiros, ao estabelecer como dever do Estado a progressiva extensão da obrigatoriedade desse nível de ensino. Em 1996, por meio de Emenda Constitucional, esse dever do Estado foi ampliado, exigindo-se a universalização do ensino médio, ou seja, conferindo-lhe o caráter de direito universal a todos os cidadãos brasileiros.

A partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2007, foi dado um passo importante na universalização do ensino médio. No entanto, este nível de ensino ainda está distante de muitos estudantes brasileiros, principalmente pela dificuldade de conciliação entre estudo e trabalho, situação de muitos adolescentes e jovens das camadas menos favorecidas. Por isso, há necessidade emergencial de políticas de incentivo ao ingresso e à permanência dos estudantes no ensino médio, cujas taxas de reprovação e evasão correspondem a 13,4% e 12,6%, respectivamente, nas escolas públicas.

Para reduzir essa distorção e fazer ingressar os concluintes do ensino fundamental diretamente no ensino médio, bem como atrair alunos fora de faixa para sua conclusão, há necessidade de investimento adequado nesse nível educacional, visto que a educação de nível médio recebe, proporcionalmente, a menor fatia do investimento público em ensino. Na média histórica, considerando um período de dez anos, o custo anual de um aluno do nível médio é inferior ao custo de um aluno em todos os outros níveis, ficando abaixo do infantil, do fundamental e, principalmente, do superior.

A aprovação escolar é outra característica que precisa ser considerada neste nível de ensino, pois difere bastante entre as escolas públicas e privadas. No acompanhamento do rendimento dos estudantes do ensino médio, constata-se que o aproveitamento é sempre mais expressivo

entre os alunos das escolas particulares. Paralelamente, os percentuais de repetência e abandono mostram-se maiores nas escolas públicas. A reprovação total no ensino médio, em 2011, foi de 13,4% na rede pública e de 6,3% na rede privada. A evasão escolar também é bastante superior no ensino médio das escolas públicas, em comparação com as escolas privadas e até mesmo em comparação com outros níveis de ensino na própria rede pública. Enquanto nas escolas particulares o abandono foi de apenas 0,6%, em 2011, nas escolas públicas atingiu 12,6%. Nesse mesmo ano, o total de abandono no ensino fundamental, na rede pública, foi de 3,6% (RPEB/INEP, 2014).

### **3.1 Democratização do acesso e permanência**

A melhora progressiva nos índices de conclusão do Ensino Fundamental e a ampliação da obrigatoriedade de acesso à escola para crianças e jovens, sobretudo daqueles na faixa entre 7 e 14 anos, gera significativo aumento da demanda pelo Ensino Médio.

Segundo as disposições gerais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Básica “[...] tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art. 22).

Essa nova condição para o Ensino Médio representa um avanço, pois, ao se admitir este como parte da Educação Básica, abre-se como perspectiva a introdução de sua compulsoriedade, permitindo, com isso, a incorporação de grandes parcelas da população, até então excluídas da escolarização. A ampliação da demanda, associada às modificações em curso no processo produtivo, tem trazido à escola média, desde recém-egressos do Ensino Fundamental até trabalhadores que retornam a ela após período de afastamento, em busca de qualificação ou simplesmente de certificação de estudos, crescentemente exigidos no mercado de trabalho, além da tradicional busca de acesso ao nível superior (ADRIÃO, 2006).

Ainda como forma de democratização de acesso, é oferecido o Ensino Médio Noturno, como alternativa para minimizar dificuldades de acesso a quem já se inclui no mercado de trabalho ou compartilha de responsabilidades familiares. Porém, há problemas estruturais no ensino noturno que, contraditoriamente, contribuem para o fracasso escolar.

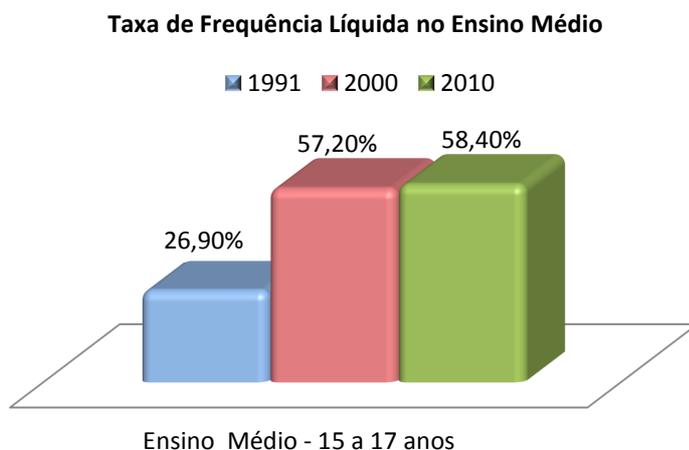
Desde 2004 vêm sendo criadas propostas para incentivar o acesso dos alunos e sua permanência no ensino médio. Entre elas destacam-se a flexibilização de currículo e a possibilidade de integrar ensino regular e educação profissional, sacramentada pelo Decreto 5.154/04. Dessa maneira, instituições privadas e públicas podem oferecer aulas regulares em um turno e cursos que preparem para o mercado de trabalho em outro, sob uma mesma matrícula. Há ainda a possibilidade de articulação com ensino concomitante para quem já está cursando o ensino médio regular, com duas matrículas por aluno e oferta de disciplinas na mesma escola ou em local distinto, e, ainda, o ensino subsequente, oferecido para aqueles que já terminaram o 2º grau.

Para aumentar o índice de matrículas no ensino técnico, o governo federal oferece também programas como:

- Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC), que financia cursos profissionalizantes no nível médio em instituições particulares para pessoas de baixa renda.
- Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec Brasil), que ministra educação a distância e envolve os segmentos concomitante e subsequente.
- Ensino Médio Inovador (EMI), que tem entre suas principais ações o aumento da carga horária letiva anual de 800 para mil horas e a destinação de 20% dessa carga à oferta, pela escola ou por parceiros, de disciplinas eletivas. Esse programa tem previsão de articulação com o programa Mais Educação, oferecendo suporte financeiro diretamente às escolas para ofertarem atividades optativas. Essas atividades são agrupadas em grandes áreas, como esporte e lazer, cultura e artes, cultura digital, educação e educação econômica (EDUCAÇÃO UOL, 2014).

Todas essas medidas de incentivo à permanência no ensino médio têm apresentado resultados positivos. Nas últimas décadas, a frequência de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio melhorou. Mesmo assim, em 2010 quase 42% desses jovens ainda estavam fora da escola, conforme Figura 110.

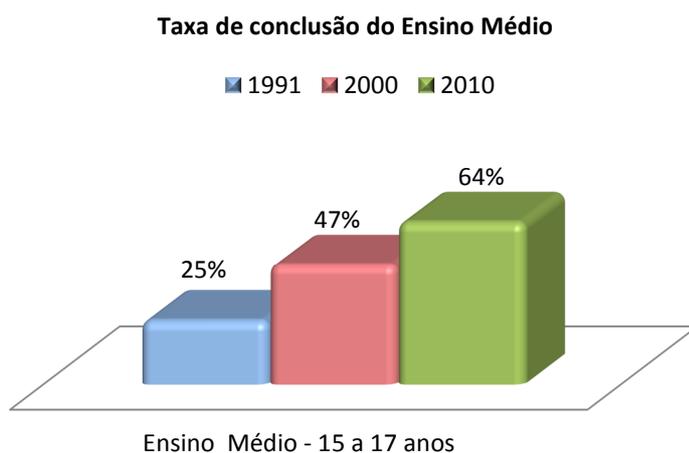
**Figura 110 - Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio**



Fonte: Portal IBGE, 2015

Quando analisado o ensino médio, conforme indicado na Figura 111, os percentuais de conclusão têm aumentado significativamente, mas ainda são bastante baixos. Em 1991, dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 25% acabavam o ensino médio. Em 2010, esse valor aumenta para 64%.

**Figura 111 - Taxa de conclusão do Ensino Médio**



Fonte: Portal IBGE, 2015

### 3.1.1 Escolas que oferecem Ensino Médio no município

Em Taubaté, das 44 escolas que oferecem ensino médio apenas uma pertence à rede municipal, atendendo 648 alunos na zona urbana, com anexo que atende 100 alunos na zona rural, conforme indicado nas Tabelas 61 e 62.

Atualmente, o acesso a essas vagas na rede municipal se dá por seleção das melhores médias anuais dos alunos egressos do ensino fundamental da própria rede municipal. Os demais alunos são encaminhados à rede estadual, conforme área de abrangência das escolas.

**Tabela 61 - Distribuição de classes e alunos no Ensino Médio da Rede Municipal**

ENSINO MÉDIO / REDE MUNICIPAL							
1º MÉDIO		2º MÉDIO		3º MÉDIO		Total	
Classes	Alunos	Classes	Alunos	Classe	Alunos		
6	205	6	208	6	232	<b>645</b>	<b>Urbana</b>
1	35	1	36	1	22	<b>93</b>	<b>Rural</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

**Tabela 62- Escolas que oferecem Ensino Médio no município**

Rede	Escola	Tipo de Ensino
<b>Municipal</b>	EMEFM Prof. José Ezequiel de Souza	6º ao 9º/EM
<b>Estadual</b>	EE Álvaro Ortiz Professor	EM
	EE Amácio Mazzaropi	EM
	EE Amador Bueno da Veiga	EM / EJA/ EM
	EE Antonio de Moura Abud, Dr.	SR /EM / EJA EM
	EE Antonio Magalhães Bastos 6ª e 7ª	SR /EM
	EE Bernardino Querido, Prof.	EM
	EE Cesar Costa, Deputado 5ª a 8ª	EM
	EE Cesídio Ambrogi, Prof.	EM
	EE Félix Guisard Filho, Dr.	EM/EJA EF
	EE Gentil de Camargo, Prof.	EM /EJAEM
	EE Jacques Félix	EM/EJAEM
	EE João Alves, Mons.	EM
	EE José Marcondes Mattos, Dr. 5ª a 8ª	EM

	EE José Mazzela, Prof. 5ª a 8ª	EM
	EE Mário Cardoso Franco, Prof.	SR / EM /EJA EM
	EE Miguel Pistilli	EM / EJA EM
	EE Monteiro Lobato	EM / EJA EM
	EE Newton Câmara L. Barros	SR / EM / EJA EF- EM
	EE Roque de Castro Reis, Prof.	SR - EM - EJA EF-EM
	EE Urbano Alves S. Pereira, Engº	EM
	CEEJA Cícero Alvarenga, Mons.	<b>EJA</b>
<b>Privada</b>	Alfredo José Balbi Prof. Escola	EF, EM ET
	ANGLO Cassiano Ricardo de EM	EM
	Basic Colégio Pré,	EF,EM,EP
	Colégio Técnico Taubaté - COTET	EF, EM, ET
	ETEP Esc. de Tecnol. e Educ. Profissional	EF, EM e EP
	Henriqueta Vialta Saad Escola Pré,	EF,EM
	IDESA-Instituto de Ensino Santo Antonio	EI,EF,EM,EP
	Jardim das Nações Colégio EM	EM
	Objetivo Nove de Julho Colégio	EM
	Padre Anchieta Colégio 1ª a 8ª-	EM, Supl.
	Polo Educacional Instituto	EM,EP
	Progressão Colégio Ensino Médio	EM
	São José Colégio Pré,	EF, EMMP
	SESI 411 Centro Educacional	EF, EM
	Tableau Colégio	EF, EM e EP
	Tableau Colégio Unidade II	EF, EM e EP
	Verum Colégio Supl.	EF. EM
	Alfredo José Balbi Prof. Escola	EF, EM, ET
	Alcance Escola	Profissionalizante
	Anhanguera Coleg. Tec. Virtual Polo Taubaté.	Profissionalizante
Felix Guisard Escola SENAI	Profissionalizante	
Instituto Educacional Taubaté (Futura)	Profissionalizante	

Fonte: Diretoria de Ensino Regional de Taubaté, 2014

## 3.2 Qualidade na educação

Com a garantia da obrigatoriedade da educação básica, ao longo do século XX, a escola passou a receber segmentos da população que até então a ela jamais tinham tido acesso. Muitos alunos, devido a condições socioeconômicas, ao concluírem o ensino fundamental davam por encerrado seus estudos. Esses alunos agora passaram a fazer parte dessa etapa da educação básica em uma escola que precisa se adequar a essa nova realidade.

A escola pública mudou com sua expansão quantitativa: são outros os seus agentes – alunos professores, famílias – e suas circunstâncias, e essa mudança reformulou suas funções sociais e suas condições de funcionamento (CARVALHO, 2007).

Segundo Beisiegel (2006):

[...] é fundamental frisar que o bem social que se almeja democratizar com o acesso de todos à escola não é uma vaga na sala de aula ou o acesso físico às dependências da escola. Assim, qualidade de ensino na perspectiva de uma educação pública não é a formação de uma elite socioeconômica, mas a democratização do acesso aos bens culturais comuns que se encarnam nas disciplinas, saberes e valores da instituição escolar.

É na constante articulação entre a abertura da escola pública a todos os segmentos da sociedade, a melhoria do rendimento escolar, a diminuição da distorção idade-série e a democratização das relações nas instituições escolares que se situa a busca pela qualidade da educação no Ensino Médio.

### 3.2.1 Taxa de aprovação, reprovação e abandono

Ao final de um ano letivo, alunos matriculados em escolas públicas brasileiras podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada um destas situações constitui a Taxa de Rendimento:

$$\text{Aprovação} + \text{Reprovação} + \text{Abandono} = 100\%$$

Os dados de Taxa de Rendimento foram obtidos diretamente de planilhas divulgadas pelo INEP, em sua página “Indicadores Educacionais” (<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>) para o ano de 2013.

A Figura 112 mostra a taxa de rendimento escolar para a rede municipal de ensino. A Figura 113 apresenta a mesma taxa para a rede estadual em Taubaté. Na Figura 114, a taxa para a rede privada de Taubaté.

**Figura 112 - Taxa de Rendimento Escolar - Rede Municipal - 2013**

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	2,5%  7 reprovações	0,0%  nenhum abandono	97,5% 237 aprovações
2º ano EM	3,3%  8 reprovações	0,0%  nenhum abandono	96,7% 233 aprovações
3º ano EM	1,1%  3 reprovações	0,0%  nenhum abandono	98,9% 261 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

**Figura 113 - Taxa de Rendimento Escolar - Rede Estadual - 2013**

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	10,3%  330 reprovações	4,8%  154 abandonos	84,9% 2.718 aprovações
2º ano EM	8,5%  243 reprovações	3,5%  100 abandonos	88,0% 2.514 aprovações
3º ano EM	5,7%  125 reprovações	3,6%  79 abandonos	90,7% 1.979 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

Figura 114 - Taxa de Rendimento Escolar - Rede Privada - 2013

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	9,8% 105 reprovações	0,0% nenhum abandono	90,2% 958 aprovações
2º ano EM	4,0% 39 reprovações	0,0% nenhum abandono	96,0% 936 aprovações
3º ano EM	2,6% 23 reprovações	0,1% 1 abandono	97,3% 848 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

### 3.2.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

No Brasil, o IDEB do ensino médio manteve-se em 3,7, no ano de 2013. A rede estadual – responsável por 97% das matrículas da rede pública – registrou o mesmo índice de 2011 (3,4), assim como a rede federal (5,6). A rede privada apresentou queda, passando de 5,7 para 5,4.

O IDEB é obtido pelas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pela taxa média de aprovação percentual. Não há dados oficiais quanto ao IDEB do Ensino Médio de Taubaté.

### 3.2.3 Resultado de Avaliações Externas – médias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Os resultados do ENEM-2013, para as escolas de Ensino Médio participantes de Taubaté, estão apresentados na Tabela 63.

Tabela 63 - Resultado do ENEM por escola, em Taubaté - ENEM 2013

<b>Resultado do ENEM – Taubaté/2013</b>							
<b>ESCOLAS DO MUNICÍPIO</b>	<b>% participação</b>	<b>Participantes</b>	<b>Ciências Humanas</b>	<b>Ciências da Natureza</b>	<b>Linguagens / códigos</b>	<b>Matemática</b>	<b>Redação</b>
Alfredo Jose Balbi / Escola de Aplicação	80,95%	102	563,1	524,8	532,7	605,2	577,3
Amacio Mazzaropi	58,29%	116	511,6	460,5	485,7	508,6	514,8
Amador Bueno da Veiga	56,46%	83	475,4	443,5	462,5	466,2	463,1
Antonio Magalhães Bastos	68,48%	63	468,8	451,1	461,7	467,8	488,3
Cassiano Ricardo de PSG	82,26%	51	645,3	601,1	591,5	686,9	664,7
Ce	74,19%	46	545	490	513,8	551,4	541,3
Cesar Costa, Deputado	65,75%	48	491,5	444,7	467,9	477,3	477,5
Cesidio Ambrogi, Professor	53,28%	65	496,5	458,2	473,7	487	470,8
Cotet - Colégio Técnico de Taubaté	79,27%	65	545,6	526,1	527,3	579,2	555,7
Das Nações, Colégio	94,12%	32	622,3	587,2	592,4	666,8	662,5
Diocesano Padre Anchieta, Colégio	58,33%	28	523,2	478,3	498,3	555,2	504,3
Geraldo Jose Rodrigues Alekmin, Doutor	77,50%	93	592,5	536,2	565,7	580,4	566
Henriqueta Vialta Saad, EEIEF E Médio	88,89%	32	615,7	572,2	579,9	679,1	703,1
Instituto	70,27%	26	511,3	484,1	495,8	502,7	482,3
Jose Ezequiel Souza, Professor	78,71%	207	542,4	493,7	521,4	564,4	571,6
Mario Cardoso Franco, Professor	51,35%	76	500,2	452,6	477,3	497,5	502,9
Objetivo	93,59%	73	637,7	609,8	582,2	688,5	687,1

Objetivo Junior	100,00%	18	702	655,4	619,3	774,9	725,6
Progressão	89,66%	52	645,5	622,5	599,4	710,6	721,5
Santo Antonio	73,33%	88	566,4	537,6	551,6	575,8	618,2
Tableau	93,10%	27	566,9	520	541,6	597,2	607,4
Urbano Alves De Souza Pereira, Engenheiro	52,59%	71	494,4	451,8	471,8	495,5	497,2

Fonte: Portal IBGE/INEP, 2013

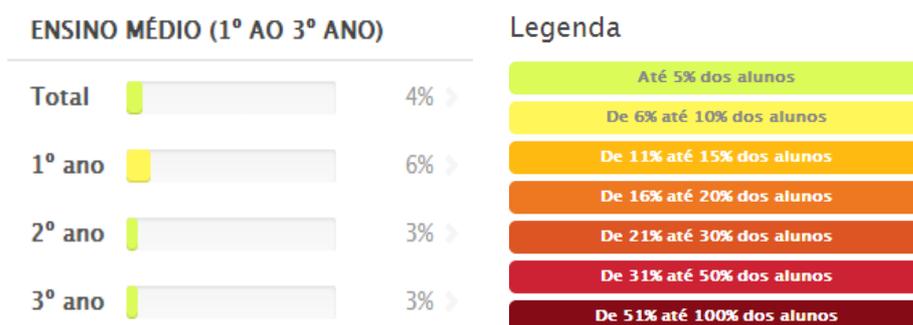
### 3.2.4 Distorção idade-série

Pela legislação que organiza a oferta de ensino no país, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir essa etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série quando a diferença entre sua idade e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais.

#### 3.2.4.1 Taxa de distorção idade-série - Rede Municipal

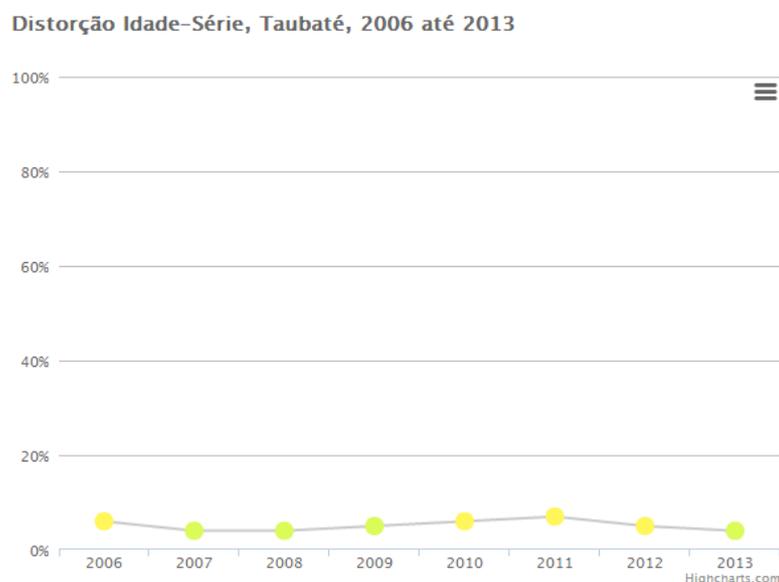
A taxa de distorção idade-série para o ensino médio da rede municipal está indicada na Figura 115, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 4%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 4 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A Figura 116 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

**Figura 115 - Distorção idade-série Rede Municipal – Ensino Médio (2013)**



Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

**Figura 116 - Evolução da distorção idade-série Rede Municipal – Ensino Médio (2006-2013)**



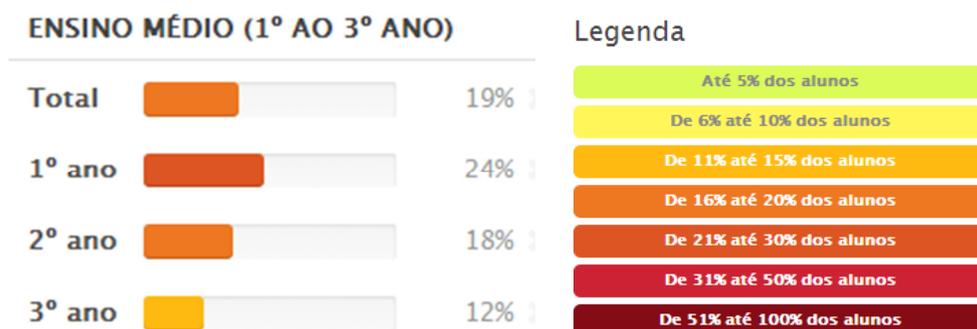
Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

### 3.2.4. Taxa de distorção idade-série Rede Estadual

A taxa de distorção idade-série para o ensino médio da rede estadual no município de Taubaté está indicada na Figura 117, para o ano de 2013. Nota-se que há uma taxa de distorção de 19%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 19 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A evolução da taxa de distorção idade-série para o ensino médio da rede estadual no município de Taubaté está indicada na Figura 118, para os anos de 2006 a 2013.

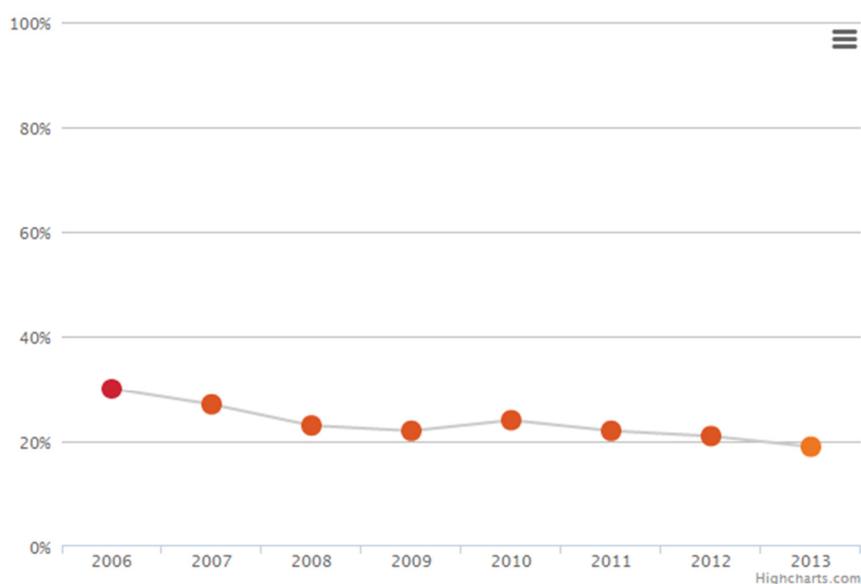
Figura 117 - Distorção idade-série Rede Estadual – Ensino Médio (2013)



Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

Figura 118 – Evolução da distorção idade-série Rede Estadual – Ensino Médio (2006-2013)

Distorção Idade-Série, Taubaté, 2006 até 2013



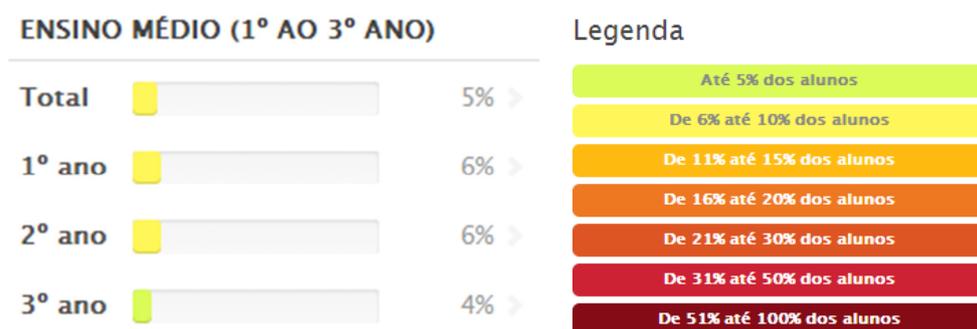
Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

### 3.2.4.3 Taxa de distorção idade-série - Rede Privada

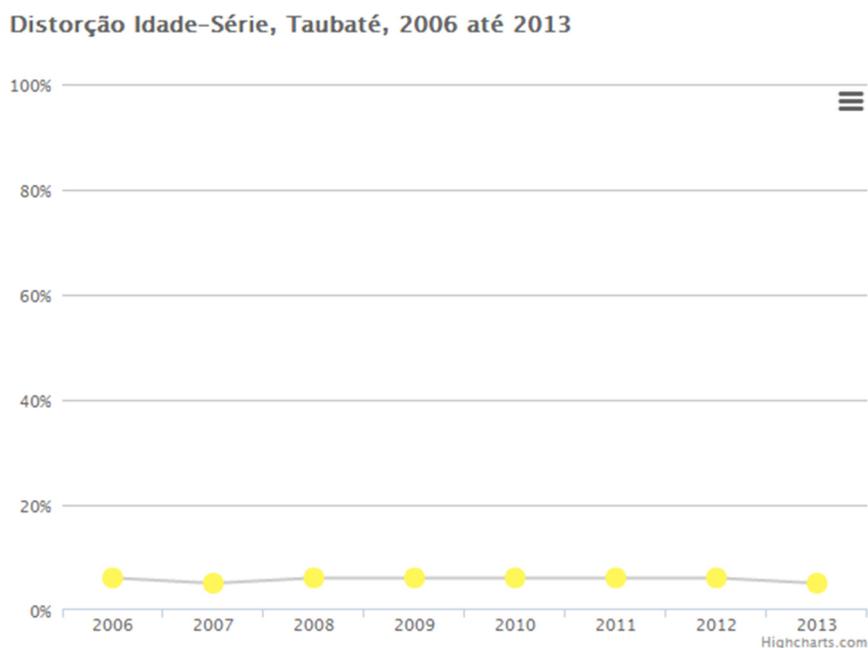
A taxa de distorção idade-série para o ensino médio da rede privada no município de Taubaté está indicada na Figura 119, para o ano de 2013. Nota-se que, para os anos iniciais, há uma taxa de distorção de 5%, ou seja, de cada 100 alunos, aproximadamente 5 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. A Figura 120 mostra a evolução dessa taxa ao longo do tempo, de 2006 a 2013.

Figura 119 - Distorção idade-série Rede Privada – Ensino Médio (2013)



Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

Figura 120 - Evolução da distorção idade-série Rede Privada – Ensino Médio (2006-2013)



Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

### 3.3 Ensino profissionalizante

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atendendo ao mandato constitucional do inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal, consagra a Educação Profissional e Tecnológica entre os níveis e as modalidades de educação e ensino, situando-a na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho,

consagrados no art. 227 como “[...] direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade”.

A nova realidade do mundo do trabalho, decorrente, sobretudo, da substituição da base eletromecânica pela base microeletrônica, passou a exigir da Educação Profissional que o trabalhador seja submetido ao desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais complexos.

Essas novas diretrizes devem considerar a Educação Profissional e Tecnológica como um direito social inalienável do cidadão, em termos de direito do trabalhador ao conhecimento.

A evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado as relações no mundo do trabalho. Devido a essas tensões, atualmente não se admite mais a existência de trabalhadores que desempenhem apenas tarefas mecânicas.

O uso das tecnologias de comunicação e da informação tem transformado o trabalho. A sociedade já convive com trabalhos feitos em rede ou trabalhos feitos em casa, bem como com trabalho independente e trabalho no mundo virtual. Considere-se, também, a valorização de profissões que não geram produtos industriais, tais como artes, saúde, comunicação, educação e lazer.

Espera-se que o mundo do trabalho avance na direção de relações trabalhistas mais justas. Isso implica maior participação dos trabalhadores nos destinos e nos processos de trabalho.

Para que isso aconteça é necessário que o trabalhador tenha conhecimento da tecnologia, da ciência e dos processos necessários em sua produção. A escola especializada ou voltada para a formação profissional deve atentar para essa necessidade (Parecer CNE/CEB nº 11/2012 - Ministério da Educação).

### **Diretrizes curriculares nacionais**

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ultrapassando os limites do campo estritamente educacional, considera o papel da Educação Profissional e Tecnológica, no desenvolvimento do mundo do trabalho, na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador.

Portanto, essa atualização deverá conduzir à superação da clássica divisão historicamente consagrada pela divisão social do trabalho entre os trabalhadores comprometidos com a ação de executar e aqueles comprometidos com a ação de pensar e dirigir ou planejar e controlar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade.

Na perspectiva da nova Lei, o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “[...] deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art.1º § 2º da Lei nº 9.394/96). Essa vinculação é orgânica e deve contaminar toda a prática educativa escolar. Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ENSINO MÉDIO):

- a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção atual;
- o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

A Educação Profissional está dividida em três níveis:

**Básico ou cursos de natureza livre:** São cursos livres que podem ser aplicados em diversas áreas sem a necessidade de regulamentação e sem exigência de pré-requisitos por parte do aluno.

**Técnico:** São cursos de nível técnico que requerem regulamentação do Ministério da Educação. Para ingressar nesse nível, o aluno deverá estar cursando o segundo ano do Ensino Médio em diante.

**Tecnológico:** São cursos de graduação e normalmente de menor duração em relação aos cursos de bacharelado ou licenciatura. Estão sujeitos à mesma regulamentação que os demais cursos superiores, e conferem o título de tecnólogo, a seus concluintes.

### 3.3.1 Escolas de ensino profissionalizante

As Figuras 121, 122 e 123 apresentam as escolas e cursos profissionalizantes em funcionamento no município.

**Figura 121 - Cursos profissionalizantes: cursos livres**

<b>CURSOS LIVRES</b>
Escola Municipal do Trabalho- A Escola do Trabalho, municipal, oferece vários cursos de natureza livre gratuita aos munícipes. Os cursos estão divididos em 8 polos e são 42 cursos disponíveis
<b>Cursos disponíveis:</b>
Cartonagem, Path Aplique, Decoupage, Macramê, Hardanger, Trançado em fita, Crochê, Bordados livres, Pedreiro Assentador, Encanador, Cabeleireiro, Manicure e Pedicura, Unhas Artísticas, Informática Básica, Digitação, Iniciação à Informática, Corte e Costura, Patchwork, Word Avançado, Inglês Básico, Espanhol Básico, Eletricista Instalador, Logística, Recursos Humanos, Auxiliar Administrativo, Desenho Técnico Mecânico, Automação Pneumática Industrial, Pintura em Tecido, Pintura em Tela, Feltrotricô, Biscuit, Costura Artesanal, Word Avançado, História da Costura e da Moda, Funileiro de Brilho, Pintor Automotivo, Capitonê, Bonecas e Bichos em Tecido e Feltro, Artesanato em Feltro, Secretária e Auxiliar Administrativo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

**Figura 122 - Cursos profissionalizantes: escolas que oferecerem cursos técnicos**

<b>CURSOS TÉCNICOS</b>
Colégio COTET
Colégio Tableau
Ensino Médio da ETEP
Escola Dr. Alfredo José Balbi
Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo- Municipal
Escola Técnica Estadual (ETEC) do Centro Paula Souza
Geraldo Jose Rodrigues Alckmin Dr. ETE - Estadual
Instituto Polo educacional
João Ortiz Eng. Escola Municipal de Ciências Aeronáuticas- Municipal
SENAI

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

Figura 123- Cursos profissionalizantes: escolas que oferecerem cursos tecnológicos

<b>CURSOS TÉCNOLÓGICOS</b>
Escola e Faculdade de Tecnológica SENAI -Félix Guisard
ETEP Faculdades
Faculdades Anhanguera
Faculdades de Tecnologia - FATEC - mantidas pelo Centro Paula Souza
ITES- Instituto de Ensino Superior
UNITAU

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015

### **3.3.2 Ensino profissionalizante complementar ao ensino médio, na rede municipal**

#### **3.3.2.1 EMCA- Escola Municipal de Ciências Aeronáuticas Eng. João Ortiz – Municipal**

Criada para formar profissionais técnicos em manutenção de aeronaves, a EMCA (Escola Municipal de Ciências Aeronáuticas) é uma escola de aviação civil mantida pela Prefeitura Municipal de Taubaté.

Por sua qualificação, a EMCA é reconhecida pelas principais autoridades nacionais em aviação, possuindo os seguintes avais: autorização da DRE, homologação da ANAC, registro no CNCT-MEC e credencial do CREA-SP.

O curso de mecânico de manutenção aeronáutica tem duração de dois anos, com uma carga horária de 1.440 horas. É oferecido em dois módulos:

BÁSICO - Com uma duração de 30 semanas, no qual os alunos cursam disciplinas que são base para o desenvolvimento do módulo seguinte, e que inclui também inglês técnico, português e informática.

ESPECIALIZAÇÃO – Com uma duração de 50 semanas, no qual os alunos recebem noções de conteúdo em elétrica e eletrônica, mecânica de motores, estrutura e sistema hidráulico de aeronaves. Ao concluir o curso, o aluno estará habilitado para o mercado de trabalho, podendo

exercer a profissão em indústrias aeronáuticas ou em empresas de manutenção aeronáutica e, ainda, estará preparado para exames da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil).

Anualmente são oferecidas 70 vagas, preenchidas por meio de processo seletivo, que inclui avaliação em matemática, português, física e inglês. Para concorrer a uma vaga, o interessado deve possuir a idade mínima de 17 anos e ter o ensino médio completo.

### **3.3.2.2 Escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo**

A escola Municipal de Artes Maestro Fêgo Camargo foi criada por Decreto Municipal, segundo a Lei Municipal nº 1.046, de 26 de dezembro de 1967. Suas atividades escolares tiveram início em 1968, e seu funcionamento foi devidamente autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo, por força de Ato Legal de 6 de maio de 1970.

É uma Unidade de Ensino profissionalizante subordinada à Diretoria de Ensino Regional de Taubaté, sendo classificada como Instituição de Categoria Pública mantida e administrada pela Prefeitura Municipal de Taubaté.

Inicialmente, foi instalada na Praça Santa Terezinha, oferecendo cursos de piano, canto, sopro, violão, artes plásticas e ballet. Posteriormente, foi transferida para a Rua Duque de Caxias. O nome Maestro Fêgo Camargo foi instituído por meio do Decreto nº 2.372, de 19 de novembro de 1971, em homenagem ao violinista Segesfredo Camargo.

Posteriormente, a Escola foi transferida para a Rua Dr. Jorge Winther e, em seguida, para a Rua Barão da Pedra Negra. A Prefeitura Municipal de Taubaté adquiriu, em 1984, um imóvel situado na Avenida Tiradentes, número 202, pertencente à Universidade de Taubaté (UNITAU) e ali instalou definitivamente a Escola.

No início, a Escola era subordinada à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado de São Paulo, e inspecionada pelo Serviço de Fiscalização Artística de São Paulo. Com a extinção do Serviço de Fiscalização e a remodelação do ensino, a Escola passou a ter seus cursos registrados no Conselho Estadual de Educação, com supervisão da Diretoria de Ensino de Taubaté, em 1984, com a regulamentação dos cursos de Música, Artes Plásticas e Artes Cênicas. Em 2000, o Curso de Dança também foi aprovado. A Escola conta, atualmente, com os Cursos Técnicos em Instrumentos Musicais, Canto, Artes Visuais, Teatro e Dança. Mantém, ainda, cursos de Qualificação Profissional Básica em Música, Arte Dramática, Artes

Visuais e Dança, e cursos infantis proporcionados a alunos a partir de sete anos de idade. Hoje, a Escola ocupa lugar de destaque no panorama artístico e cultural regional, estadual e nacional.

#### **4 Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que nasceu da necessidade de se oferecer uma alternativa para pessoas que, por qualquer motivo, não concluíram o ensino fundamental e/ou médio na idade apropriada.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Cabe aos sistemas educativos viabilizar a oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos, exames, ações integradas e complementares entre si. Esses cursos devem ser estruturados em um projeto pedagógico próprio.

Os cursos de EJA, preferencialmente tendo a Educação Profissional articulada com a Educação Básica, devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja(m):

- I. rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;
- II. providos o suporte e a atenção individuais às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;
- III. valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;
- IV. desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;
- V. promovida a motivação e a orientação permanente dos estudantes, visando maior participação nas aulas e melhor aproveitamento e desempenho;
- VI. realizada sistematicamente a formação continuada, destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos.

## **4.1 Democratizações do acesso e permanência**

A democratização da educação não se limita ao acesso à instituição de ensino. A garantia do acesso é essencial, mas é necessário também que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer com sucesso. Isso para que, enquanto o aluno estiver nos bancos escolares, ele possa aprender de forma significativa os conhecimentos indispensáveis à sua vida em sociedade.

A Educação para Jovens e Adultos deve ser estruturada, não como mais uma modalidade de ensino, mas tendo como principal enfoque que os indivíduos que buscarão essa modalidade não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio na idade apropriada e, portanto, necessitam de atenção individualizada, de acordo com suas necessidades. Dessa forma, a fim de garantir a permanência dos alunos na EJA, é preciso respeitar as especificidades desse público – alunos que não terminaram, ou sequer iniciaram, o ensino regular.

Entre os problemas apontados para a evasão dos alunos estão o currículo (muitas vezes uma adaptação dos conteúdos do Ensino Fundamental), a formação inadequada dos professores, a polêmica em torno da idade mínima para matricular-se na EJA, hoje de 15 anos (há os que propõem o aumento para 18 anos, numa tentativa de forçar os mais jovens a permanecerem nas redes regulares de ensino), os materiais didáticos, também adaptados do Fundamental, sem uma revisão e adequação à idade dos alunos de EJA, e a estrutura física das salas de aula.

### **4.1.1 Escolas que oferecem a modalidade EJA**

O município possui escolas em rede municipal e estadual oferecendo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A Secretaria Municipal de Educação aderiu a programas do governo federal com o objetivo de reduzir o analfabetismo, e desenvolve iniciativas no sentido de oferecer EJA-Fundamental com especificidades para adultos que não concluíram o ensino fundamental na idade adequada. A rede municipal atende atualmente 274 alunos em 9 unidades de ensino. As Figuras 124 e 125 relacionam as escolas que oferecem cursos de EJA, no município.

**Figura 124- Escolas estaduais em Taubaté que oferecem cursos de EJA**

<b>ESCOLA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>BAIRRO</b>
Jacques Felix	Av. Domingues Ribas, 01072	Vila Albina
Amador Bueno da Veiga	R. Jose Maria de Oliveira, 00190	Parque Sabará
Amacio Mazzaropi	Av. Paulo Setúbal, 00502	Vila São Jose
Bernardino Querido Prof.	Rua Augusta Moreira de Castro Guimarães, 00250	Pq. Aeroporto
Monteiro Lobato	Rua Prof. Clovis Winther, 00625	Jardim Maria Augusta
Antonio Magalhães Bastos	Av. Francisco Gomes Vieira, 216	Alto São Pedro
Mario Cardoso Franco Prof.	Rua Emb. Jose Carlos de Macedo Soares, 00745	Cidade de Deus
Newton Câmara Leal Barros	Rua Narizinho, 700	Jardim Gurilândia
Gentil de Camargo Prof.	Estrada Dr. Jose Luiz Cembranelli, S/N	Parque Três Marias
EE Miguel Pistilli	Rua Miguel Pistilli, 00142	Piracangaguá
Prof. José Mazella	Rod Osvaldo Cruz – km 15, Sn	Registro
Cícero de Alvarenga Monsenhor	Av. 9 de Julho, 382	Centro
Jose Marcondes de Mattos Dr.	Rua Alberto Geraldo Rodrigues, sn	Bonfim
Antônio de Moura Abbud Dr.	Rua Antidio de Aguiar, 00300	Jardim América
Cesar Costa Deputado	Rua Granadeiro Guimarães, 500	Centro
Judith Campista Cesar Prof <sup>a</sup> .	Rua Paraná, 00320	Vila São Geraldo
Roque de Castro Reis Prof.	Rua Manoel Dos Santos, 369	Belém
Monsenhor João Alves	Rua Helvino de Moraes, 00840	Vila São Jose
Jose Benedito Marcondes de Matos Cel.	R. Frei Felicíssimo Maria do Prado, 00133 Bosque da Saúde	Bosque da Saúde

Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Taubaté, 2014

Figura 125- Escolas municipais que oferecem cursos de EJA

ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO
EMEF Dom Pereira de Barros	Rua Caldeira, 224	Bela Vista
EMEIEF Ver. Mario Monteiro dos Santos	Rua Heliópolis, 1435	Gurilândia
EMEF Prof. Claudio Guilherme de Toledo	Av. dos Bombeiros, 561	Jardim mourisco
EMIEF Profª Anita Ribas de Andrade	Rua José Pedro Toledo Marcondes, 69	Parque Três Marias
EMEF Diácono Jose Ângelo Victal	Rua Presidente Getúlio Vargas, 625	Santa Luzia
EMEF Dr. Quirino	Rua Renato Braga, nº 1290, Estiva	Estiva
EMEF Profª Celina Monteiro de Castro	R. Isidoro Nogueira Tinoco, 401	Chácaras Silvestre
EMEF. Prof. Álvaro Marcondes de Matos	Rua Evaristo Salgado, s/n	Jardim Santa Catarina
Madre Cecília	AV. Francisco Alves Monteiro, s/nº, Novo Horizonte	Novo Horizonte

Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Taubaté, 2014

#### 4.1.2 Número de matrículas em EJA

A Tabela 64 apresenta o número de matrículas em EJA no município de Taubaté, na rede municipal, estadual e em escolas privadas.

Tabela 64 – Número de matrículas em EJA

ETAPA	REDE / nº de matrículas		
	Estadual	Municipal	Privada
EJA Fundamental	231	347	177
EJA Ensino Médio	411	0	5
*EJA Presença Flexível Ens. Fund.	1.293	0	0
*EJA Presença Flexível Ens. Médio	3.233	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5.168</b>	<b>347</b>	<b>182</b>
<b>TOTAL</b>			<b>5.697</b>

\* CEEJA Mons. Cícero Alvarenga

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação e Diretoria de Ensino de Taubaté, 2015

#### 4.1.2 Atendimento de demanda

Quanto ao atendimento de demanda, atualmente as vagas em Taubaté são destinadas apenas à demanda manifesta.

O Censo Escolar 2013, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), aponta que as matrículas na EJA estão diminuindo gradativamente. A princípio, a queda histórica do número de matrículas nesse programa poderia apontar para sua eficiência. Porém, observa-se que alguns fatores que têm contribuído para a diminuição do número de vagas impedem que esse programa cumpra sua principal função:

- **Evasão ou excesso de faltas devido a problemas familiares ou de trabalho:** muitos alunos não conseguem conciliar a jornada de trabalho e as responsabilidades familiares com os horários estabelecidos para EJA;
- **Localização das escolas:** as dificuldades de deslocamento e transporte público contribuem para que menos indivíduos queiram estudar;
- **Facilidade de emprego com baixa qualificação:** a ausência de exigências de qualificação para alguns postos de trabalho desestimulam o ingresso em cursos de EJA;
- **Repetido fracasso escolar:** o aluno que se evadiu por não acompanhar a média dos alunos do ensino fundamental e se depara, na EJA, com as mesmas práticas de um sistema no qual ele não conseguiu sucesso, também não se sentirá motivado a prosseguir;
- **Conteúdos distantes da realidade que o aluno já vivencia:** alunos que já conhecem o mercado de trabalho e suas exigências, que já perderam tempo com sucessivas reprovações e que não encontram na escola aprendizados que façam sentido na sua realidade, são alunos desmotivados e propensos a desistir.

Dessa forma, faz-se necessário analisar com cuidado a queda de matrículas na EJA, para confirmar se as diminuições de matrículas se dão pelo sucesso do atendimento na educação básica ou pelos desacertos no atendimento a essa demanda, com conseqüente evasão.

A Figura 126 apresenta o histórico de atendimento de EJA no município, segundo dados do INEP/2013.

Figura 126 – Histórico de atendimento de EJA no município

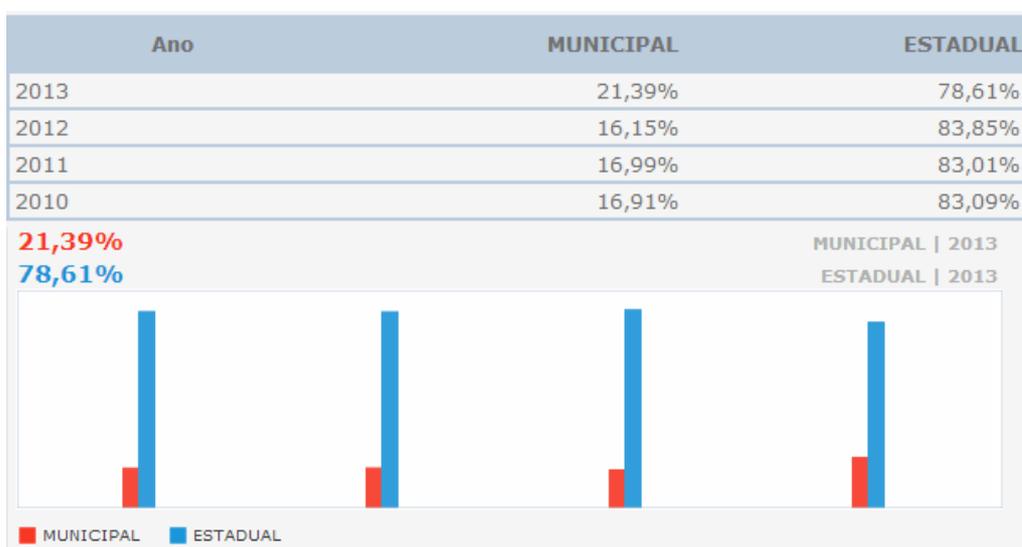


Fonte: Portal INEP, 2013

## Responsabilidade de atendimento no Município

A Figura 127 mostra a distribuição de matrículas em EJA na rede municipal e estadual de Taubaté.

Figura 127 – Matrículas em EJA – rede municipal e estadual

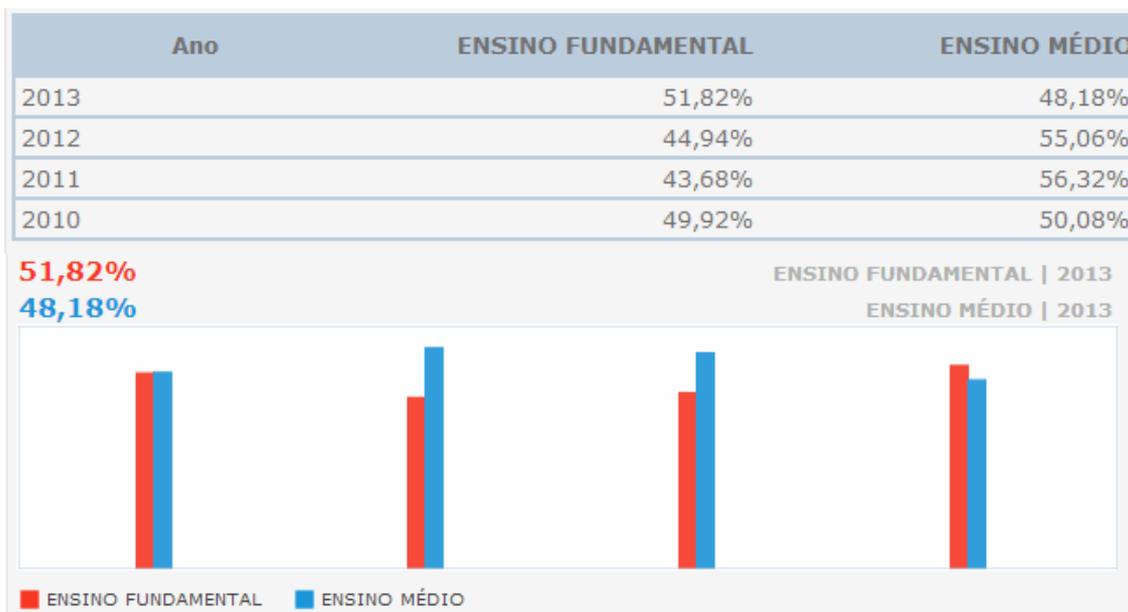


Fonte: Portal INEP, 2013

## Nível de atendimento

Como demonstrado na Figura 128, as matrículas em EJA dividem-se de forma aproximadamente igual, entre os níveis fundamental e médio.

Figura 128 – Nível de atendimento EJA



Fonte: Portal INEP, 2013

### 4.1.3 Estimativa da demanda não atendida

A Figura 129 compara a população acima de 15 anos alfabetizada e não alfabetizada no município. Isso permite estimar parcialmente a demanda não atendida de jovens e adultos que poderia ser absorvida em programas de EJA.

Figura 129 – Estimativa da demanda não atendida – População acima de 15 anos

Ano	População Analfabetizada	População Alfabetizada
2010	6.161,00	211.248,00
2000	7.892,00	171.050,00
1991	9.148,00	130.937,00

Fonte: Portal INEP, 2013

## **4.2 Qualidade na educação**

Não há dados sistemáticos para a avaliação da qualidade da educação em EJA. Os dados já apresentados apontam para uma demanda decrescente pelo programa. Por outro lado, a população não alfabetizada é ainda significativa (em torno de 3%), sem considerar as pessoas alfabetizadas que não concluíram algum dos níveis de ensino básico.

Além disso, a diminuição da demanda pode ter outras explicações, como já discutido. A integração da EJA à educação profissional é uma alternativa importante para combater a evasão e atrair mais jovens e adultos para o programa. Ao mesmo tempo, deve-se oferecer um ensino mais sintonizado com a realidade vivida por esses alunos.

### **4.2.1 Formação dos educadores**

A qualidade de formação dos professores que atuam na EJA é de grande importância para seu sucesso. Da relação professor-aluno depende diretamente o sucesso da aprendizagem daqueles que já experimentaram o fracasso escolar, a falta de melhores oportunidades pela falta de formação e, ainda, muitas vezes, a discriminação por estar voltando aos estudos em idade inadequada.

A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire, pois com ele ocorreu uma mudança no paradigma teórico-pedagógico sobre a EJA. A ideia de se ampliar a alfabetização para além do domínio do código e da memorização, estimulando o pensamento crítico a partir da interação educador e educando com o conteúdo a ser ensinado, estão na base dos ensinamentos de Paulo Freire. Ele propõe novos métodos de aprendizagem, por meio dos quais o alfabetizador trabalha o conteúdo a ser ensinado – a língua escrita – com a preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita, a partir de temas e palavras geradoras, ligadas às suas experiências de vida. Segundo Freire (2002, p. 58):

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

Segundo essas concepções, o professor que vai atuar com jovens e adultos deve ter uma formação especial, que lhe permita compreender os anseios e necessidades dessa demanda, além de saber respeitá-los como indivíduos com suas peculiaridades.

#### **4.2.2 Adequação curricular para a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal**

A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de ensino, respeitando a Matriz Curricular Nacional que prevê o ensino da matemática, língua portuguesa e estudos da sociedade e natureza, vem sendo reestruturada de forma a atender os alunos com uma proposta pedagógica diferenciada. Nessa proposta, os conteúdos são trabalhados ao longo do bimestre de forma interdisciplinar, partindo de textos e temas atuais que, além de oferecer o conteúdo formal, oportuniza também o resgate social, fazendo os alunos refletirem sobre seu espaço na sociedade e sobre a oportunidade de nela atuar.

### **5. Educação Especial**

A Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos portadores de necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem, originadas, quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil. Sendo assim, respeitando-se as possibilidades e as capacidades dos alunos, a Educação Especial pode ser oferecida em todos os níveis de ensino. A Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de dois direcionamentos principais: o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação, sempre que possível, junto às demais pessoas, nas escolas “regulares”. No entanto, apesar do atendimento preferencial na rede regular para os educandos com necessidades especiais, a legislação educacional considera a existência de atendimento especializado. Assim, quando

não for possível a integração desses educandos em classes comuns do ensino regular, deve ser oferecido atendimento em classes, escolas ou serviços especializados.

## **5.1 Democratização do acesso e permanência**

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas é necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, no qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade.

Com o propósito de garantir qualidade, na realidade de educação especial, há necessidade de implementação efetiva de uma política educacional que assegure a transversalidade da educação especial na educação, seja na operacionalização do atendimento escolar, seja na formação docente. As políticas devem estar direcionadas à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, tendo como princípio a garantia do direito à igualdade à inclusão e à diversidade, bem como a garantia de direitos aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

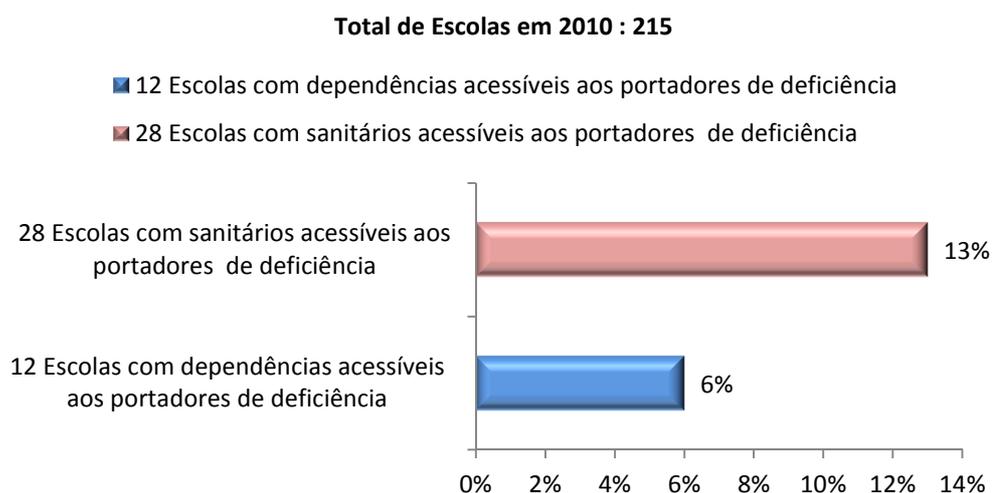
O próprio Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece que se elaborem estratégias que “[...] garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades” (Art. 8º, par. 1º, inciso III), estabelecendo objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

O município desenvolve ações do Programa do governo Federal de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é exclusivo para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, transtornos funcionais e altas habilidades/superdotação (Colaboração na elaboração do texto Kamila Castro Monteiro).

### 5.1.1 Acessibilidade nas escolas do Município

A Figura 130 apresenta um balanço das escolas do município, em 2010, com dependências adaptadas a alunos portadores de necessidades especiais.

Figura 130 – Acessibilidade nas escolas



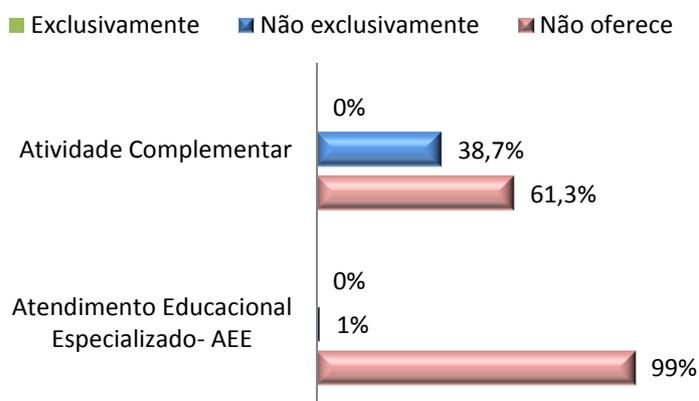
Fonte: Portal INEP/IDEB, 2013

### 5.1.2 Atendimento aos alunos da Rede Municipal em 2013

A Figura 131 apresenta dados de atendimentos a alunos da Rede Municipal em 2013, em atendimento complementar e em Atendimento Educacional Especializado.

Figura 131 – Atendimento aos alunos da Rede Municipal

**Atendimento aos alunos da Rede Municipal/2013: 118 atendidos**



Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2013

### 5.1.3 Atendimento aos alunos da Rede Municipal/2014

O atendimento na rede municipal, para avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos alunos é feito por dois grupos: o projeto Integra/Ativa e o CEMTE (Centro Educacional Municipal Terapêutico Especializado). A Figura 132 apresenta a forma de atuação desses grupos.

O projeto Integra/Ativa é um serviço que oferece apoio pedagógico especializado diretamente em escolas de ensino fundamental da rede municipal, para alunos de 1º ao 4º anos.

Figura 132- Atendimento aos alunos da Rede Municipal

ATENDIMENTO					
Formação dos profissionais	Situações das salas de recurso nas unidades: estrutura e materiais	Sistema de Triagem para matrícula dos alunos	Sistema de avaliação dos alunos	Sistema de controle da evolução dos alunos	Sistema de alta ou reintegração nas salas regulares
<b>Integra Ativa</b>					
Nível superior e pós-graduação, sendo: Fonoaudiologia, Medicina (Neurologia), Psicologia, Psicopedagogia e Serviço Social	Algumas unidades em condição, e outras necessitam de melhorias.	Realizada pelos professores especialistas e/ou profissionais da equipe técnica	Realizada pela equipe técnica, por meio de observações, aplicação de testes e discussão de caso.	Relatórios individuais, testes psicopedagógicos, fonoaudiológicos e psicológicos, além de avaliação, quando necessário.	A partir da consecução dos objetivos propostos.
<b>CEMTE</b>					
Habilitados em suas áreas de atendimento, e a maioria é composta de pós-graduados em áreas afins: Psicopedagogia, Psicomotricidade, Neurologia Infantil, Gestão, Artes.  1 Fonoaudióloga 1 Fisioterapeuta - Mestrado 1 Neuropediatra - Doutorado		Feito por médico especialista. Pós-encaminhamento: Triagem com Equipe Multidisciplinar. Discussão de caso e encaminhamento para atendimento às necessidades do avaliado.	Sondagem inicial/OBS contínua anotada em fichas evolutivas.  Avaliações bimestrais para salas específicas	Ficha evolutiva	Pós-discussão do caso junto à Equipe que acompanha o assistido, para encaminhamento.  Quando a reintegração ocorre junto à rede regular, há apoio do Projeto Integra/Ativa

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2014

#### 5.1.4 BPC na Escola – Benefício de Prestação Continuada na Escola

Programa Interministerial, sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Caracteriza-se pelo acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, assim como da permanência, de pessoas com deficiências, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.

A Tabela 65 mostra os resultados da aplicação de questionário aos munícipes beneficiários do programa em idade escolar. O questionário foi respondido por 361 beneficiários, no ano de 2013.

A Tabela 66 mostra os motivos da desistência escolar.

**Tabela 65 – Situação de beneficiários do programa BPC na Escola**

Acesso à Escola	Idade	Sexo	Deficiência	Moradia	Quantidade
				Urbana	349
				Rural	12
			Recebe o BPC em decorrência de doenças crônico-degenerativas		34
			Síndrome de down		37
			Transtornos globais do desenvolvimento		17
			Deficiência mental/intelectual		122
			Deficiência física		38
			Surdez/cegueira		0
			Deficiência auditiva		11

	Surdez	3
	Baixa visão	5
	Cegueira	5
	Deficiência múltipla	89
	Feminino	142
	Masculino	219
	Acima de 18 anos	78
	18 anos	30
	15-17 anos	55
	12-14 anos	40
	7-11 anos	112
	4-6 anos	40
	0-3 anos	6
	Nunca frequentou a escola	23
	Já frequentou a escola e não frequenta	32

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, 2015

**Tabela 66 – Beneficiários do programa BPC na Escola – motivos de desistência escolar**

<b>Motivos para a Desistência Escolar</b>	<b>Quantidade de Beneficiários</b>
Recomendação da gestão da escola (diretor, coordenador, supervisor e orientador) ou do professor para que o beneficiário procurasse outra escola	4
Exigências da escola difíceis de serem cumpridas pelo beneficiário	5
Saúde debilitada	6
Iniciativa própria dos pais ou familiares, de retirar o beneficiário da	4

escola	
Inexistência de mobiliário adequado na escola	0
Inexistência de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às necessidades de aprendizagem do beneficiário	1
Barreiras físicas dentro da escola	0
Ausência de profissionais de apoio para auxílio nas atividades diárias (administração de medicamentos, alimentação, higiene)	1
Ausência de profissionais para auxílio na comunicação (intérprete de LIBRAS, guia intérprete para surdos, cegos, etc.)	0
Outras barreiras	12
Nenhuma das opções anteriores	7

Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, 2015

### 5.1.5 Modalidades oferecidas para a Educação Especial

A Tabela 67 apresenta, para os dois grupos Integra/Ativa e CEMTE, as principais características de atendimento em termos de modalidades, alunos e unidades, e quadro profissional de atendimento.

Tabela 67 – Educação Especial

Modalidade	Nº alunos	Unidades atendidas	Nº profissional
<b>Integra Ativa</b>			
Ensino Infantil	<b>121</b>	68 municipais e conveniadas	Assistente social: 01 Fonoaudiólogas: 07
Ensino Fundamental	<b>321</b>	Rurais: 08 Urbanas: 37	Interlocutores: 05 Professoras Especialistas: 35 (Ed. Infantil – 08 / Ensino Fundamental – 27) Psicólogas: 06 Psicopedagogas: 14
<b>CEMTE</b>			
Ensino Infantil e Fundamental: Deficiente Intelectual DAC	<b>650</b>	manhã, tarde e noite	Professores: 50 SEED Monitores de Oficinas Pedagógicas: 03 SEED Motoristas: 07 SEED Equitador: 01 SEDIS Braçais: 03 (02 SEED e 01 SEDIS) Instrutor de Dança: 01 SEED Engº Agrônomo: 01 SEDIS Monitores de Esportes: 02 (01 Esportes para todos e 01 Psicomotricista) SEED

DV	Monitores de Piscina: 02 SEED Secretarias Escolares: 02 SEED
Múltiplas Deficiências	Psicóloga Escolar: 01 Fonoaudióloga Escolar: 01 Terapeutas: 07
Paralisado Cerebral	Fonoaudióloga: 05 Psicóloga: 06
Sindrômicos/	Terapeuta Ocupacional Fisioterapeuta: 08 SEDIS Setor Clínico (Secretaria de Saúde)
Espectro Autismo	Médicos 05/ Dentistas 03/ Enfermeira 01/ Técnica de Enfermagem 01/ Auxiliar de Dentista 01/ recepcionista que atua no Setor de Reabilitação 01/ Monitoras de Informática atuam junto aos alunos e Setor de Reabilitação 02 Auxiliar de limpeza 09 Terceirizada Cozinheira Escolar 03 Terceirizada

*Fonte: Prefeitura Municipal de Taubaté, Secretaria de Educação, 2015*

## 5.2 Qualidade na educação

O objetivo principal da busca pela qualidade na Educação Especial deve-se fundamentar em mudanças de concepções filosóficas e psicopedagógicas, na perspectiva de uma educação inclusiva.

A qualidade deverá ser buscada a partir de ações para melhoria de acesso, de participação e de aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, com orientação aos sistemas de ensino para promoção de respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial, desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação inter-setorial na implementação das políticas públicas.

Metas a serem atingidas para uma educação de qualidade:

- Realização de trabalho de prevenção nas Unidades Escolares da Educação Infantil;
- Formação de grupos de estudo contínuos nas Unidades Escolares, sobre concepções filosóficas e psicopedagógicas referentes à educação especial, visto que elas norteiam as condutas e ações desses profissionais no ambiente escolar;
- Realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais que trabalham nas Unidades de Ensino;
- Estabelecimento de um sistema de inter-setorização que favoreça o trabalho educacional nas Unidades Escolares;

Principais ações para o desenvolvimento de qualidade:

- Selecionar um grupo de professores especialistas para atuação apenas na Educação Infantil;
- Implementar proposta de trabalho da equipe terapêutica;
- Elaborar e executar projetos que favoreçam o trabalho de prevenção nas creches da rede municipal de Taubaté;
- Estabelecer parceria de trabalho com outros segmentos que possam contribuir para um trabalho em rede com foco na prevenção;
- Identificar temas necessários a serem discutidos a partir das observações dos terapeutas nas unidades escolares;
- Realizar encontros entre os especialistas e terapeutas, para estudos, elaboração e avaliação de materiais pertinentes aos temas selecionados;
- Elaborar materiais a serem utilizados pelos especialistas em HTPC, junto aos professores das redes municipal, estadual e privada de ensino do Município;
- Divulgar os estudos referentes à educação especial inclusiva por meio de informativos a serem entregues aos gestores das unidades escolares das redes municipal, estadual e privada de ensino do Município;
- Realizar oficinas nas Unidades de Ensino, para promover a sensibilização e o conhecimento sobre a inclusão, envolvendo a comunidade escolar: alunos, famílias, funcionários, professores, gestores, especialistas, coordenadores e supervisores;

- Realizar encontros com gestores, especialistas e a equipe terapêutica, para avaliação dos resultados obtidos e planejamento de novas ações a serem realizadas nas unidades escolares;
- Realizar cursos de aperfeiçoamento em áreas afins para todos os profissionais envolvidos com a educação das redes municipal, estadual e privada de ensino do Município;
- Realizar levantamento dos programas existentes nas diferentes Secretarias do Município, para que possam contribuir no trabalho educacional desenvolvido nas unidades escolares;
- Estabelecer contato com os gestores dos diferentes programas, para possíveis parcerias de trabalho;
- Elaborar um manual com informações dos programas existentes: objetivos, serviços prestados, clientela atendida, para utilização da comunidade escolar das redes municipal, estadual e particular de ensino do Município.

### **5.2.1 Condições de trabalho oferecidas aos professores para atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais em classes regulares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental**

Na rede municipal, são oferecidos aos professores materiais que auxiliam na prática pedagógica e, durante as atividades em HTPC, são realizados estudos das atuais políticas da educação inclusiva.

Além disso os professores contam com a ajuda dos professores especialistas do “Projeto Integra Ativa”, que atuam dentro das unidades escolares, para identificação das necessidades e para proposição de ações a serem realizadas. Contam também com o apoio dos terapeutas com foco no trabalho educacional, auxiliando assim no processo de inclusão nas escolas da rede pública de ensino.

Em cada escola há um núcleo de atendimento de professores especialistas do Programa Integra Ativa que atuam junto às salas de Recurso. Isso é parte do programa de Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas

habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Este programa do Governo Federal disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como de um professor para atuar no AEE.

### **5.2.2 Formação específica para o professor que atende os alunos com necessidades especiais**

A formação inicial dos professores especialistas e dos técnicos ocorreu no nível superior em Pedagogia, nas modalidades Educação Especial. Em sua maioria, os professores são pós-graduados em Psicopedagogia, Psicomotricidade e/ou Neurociências. Uma formação continuada acontece mensalmente, para que direcionem seus trabalhos buscando contribuir para o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

A formação inicial dos professores e gestores ocorreu no nível superior em Pedagogia, Letras, Matemática, Geografia, História, Ciências Naturais e em outros cursos. A formação continuada acontece por meio de estudos sobre a nova perspectiva da educação inclusiva, com palestras, oficinas, cursos, elaboração de materiais de apoio; orientações a respeito dos critérios para o encaminhamento dos alunos para o atendimento educacional especializado, e parcerias com a família e grupos de apoio, como CRAS, CAPSI, CEMTI, APAE e Casa da Mãe Taubateana.

## 6. Ensino Superior

### 6.1 Democratização do acesso e permanência

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se, ao longo dos últimos anos, não apenas um instrumento de exame nacional de seleção para diversas universidades, mas também um marco que acompanhou as recentes mudanças educacionais advindas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e influenciou a sistematização das estruturas curriculares em todas as etapas e modalidades de ensino.

Cabe destacar a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), um programa informatizado de classificação dos candidatos para as instituições públicas de ensino superior que oferecem vagas aos participantes do Enem.

O PROUNI, com acesso por meio da realização do Enem, foi criado em 2004, para conceder bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes carentes. O PROUNI possui, ainda, políticas de ações afirmativas destinadas a grupos étnicos e raciais e a estudantes portadores de deficiência. Esse programa de subsídio do governo federal oferece dois tipos de bolsa: a integral, para estudantes que possuem renda bruta familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e a parcial, de 50%, para estudantes com renda bruta familiar *per capita* de até três salários mínimos. Para se candidatar ao PROUNI, é preciso ter participado do Enem e alcançado a pontuação mínima estabelecida pelo programa. As notas do Enem são, então, utilizadas como critério de distribuição das bolsas. Outro critério para obter a bolsa do PROUNI é ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou em escola particular na condição de bolsista.

Outro instrumento importante de acesso ao ensino universitário é o financiamento dos estudos por meio do Fies. Trata-se de um programa de financiamento da educação superior para estudantes matriculados em instituições privadas. Os financiamentos são destinados aos matriculados em cursos que tenham sido avaliados de forma positiva pelos processos conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelas avaliações do sistema educacional brasileiro em subsídio às políticas educacionais do Ministério da Educação (CARMO, 2014). Outros instrumentos de garantia do acesso/permanência no Ensino Superior estão apresentados adiante.

Como formas de maior acesso ao Ensino Superior, foram criadas várias modalidades de ingresso, indicadas na Figura 133.

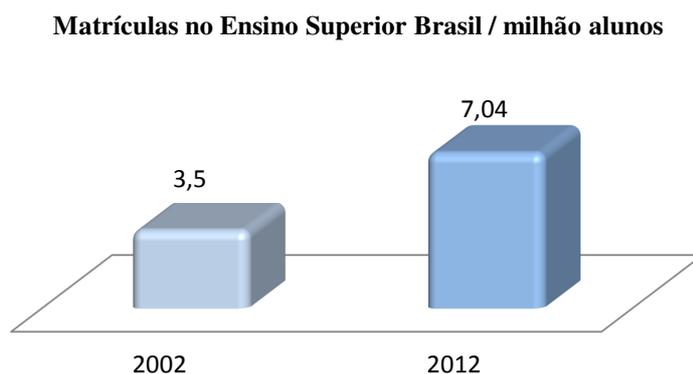
**Figura 133 Acesso ao Ensino Superior**

Acesso	Principais informações
<b>ENEM</b>	<p>O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu em 1998, para medir o desempenho dos estudantes do Ensino Médio. Hoje é uma das formas de ingresso para uma instituição pública ou federal. A mudança começou em 2009, quando a prova foi modificada e passou para 180 questões divididas em dois dias e com uma prova de redação.</p> <p>A nota do ENEM também é utilizada de outras maneiras: na primeira fase do vestibular, como parte da nota final, e também para preencher vagas remanescentes nas instituições</p>
<b>SISU</b>	<p><b>Sistema de Seleção Unificada.</b> Trata-se de um processo organizado pelo MEC para selecionar os estudantes para as universidades por meio da nota obtida no ENEM. Uma das vantagens do sistema é buscar unificar todos os testes em um só.</p>
<b>Vestibular tradicional</b>	<p>Esse processo seletivo consiste em uma prova na qual os candidatos que obtêm maior pontuação ficam com a vaga. O tipo de prova depende da instituição que a aplicará. Algumas dividem o vestibular em fases, sendo a primeira eliminatória, com perguntas de múltipla escolha. A segunda é discursiva, para testar se o estudante é claro em suas explicações. Além disso, todas as universidades cobram a realização de uma redação em alguma das fases de seus processos seletivos.</p>
<b>Avaliação seriada</b>	<p>Essa forma de seleção é realizada durante os três anos em que o estudante está no Ensino Médio. As provas são aplicadas no final de cada ano e abordam os conteúdos aprendidos. No terceiro ano, o estudante deve apontar o curso desejado. As provas são estruturadas da mesma forma que o vestibular, com questões de múltipla escolha e dissertativas, além de uma redação. No final do processo, a instituição calcula uma média da pontuação obtida nas provas.</p>
<b>Entrevista</b>	<p>Esse meio de seleção não é usado isoladamente, mas costuma estar associado a outras formas de avaliação, como redação, nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou análise de histórico escolar. Com base na entrevista, a instituição seleciona os candidatos com o perfil necessário para o curso e profissão.</p>
<b>Análise de histórico escolar</b>	<p>Esse tipo de processo considera as notas do aluno durante o Ensino Médio em todas as disciplinas. Geralmente as instituições o usam como parte da nota final do estudante, que também precisa prestar a prova do vestibular.</p>
<b>Prova agendada</b>	<p>Esse sistema é comum quando ainda há vagas remanescentes. O estudante marca um horário e dia para realizar o teste, com o mesmo conteúdo cobrado nos vestibulares tradicionais.</p>
<b>Prova eletrônica</b>	<p>Nessa modalidade, o estudante comparece ao <i>campus</i> e realiza a prova em um laboratório de informática. A vantagem desse tipo de seleção é que no dia seguinte o resultado já é divulgado.</p>
<b>Provas de habilidade específica</b>	<p>Dependendo do curso escolhido, os candidatos são submetidos a uma prova específica para verificar se estão aptos para a vaga. Para o curso de Arquitetura, por exemplo, é preciso mostrar habilidades em desenho. Já para Educação Física o aluno passa por testes físicos. O aluno que deseja uma vaga no curso de Música também tem que realizar esse tipo de teste.</p>

Fonte: Portal Fundação Universia Brasil, 2015

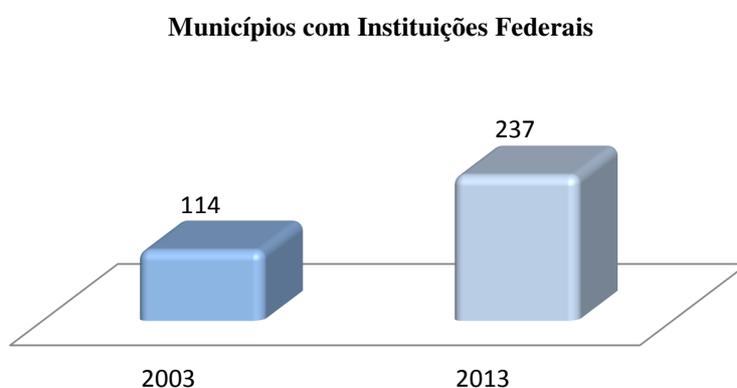
A evolução do número de matrículas no Ensino Superior no Brasil está ilustrada na Figura 134. A Figura 135 apresenta o número de municípios brasileiros com instituições federais de ensino superior.

**Figura 134 Matrículas no Ensino Superior Brasil (em milhões de alunos)**



*Fonte: Portal INEP/Reuni, 2015*

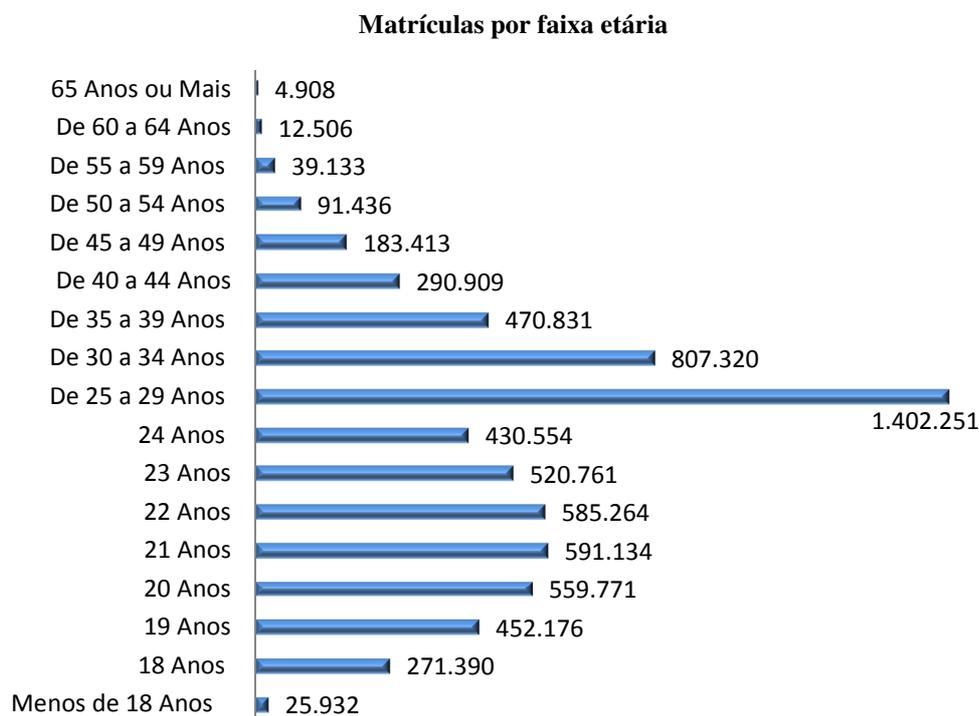
**Figura 135 Municípios com Instituições Federais**



*Fonte: Portal INEP/Reuni, 2015*

A Figura 136 demonstra a distribuição das matrículas no Ensino Superior no Brasil por faixa etária, em 2011.

Figura 136- Matrículas por faixa etária no Ensino Superior – 2011



Fonte: Portal MEC, 2014

O total de alunos matriculados na educação superior brasileira ultrapassou a marca de 7 milhões, em 2012, e atingiu 7,3 milhões, em 2013. No período 2012-2013, as matrículas cresceram 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada. A rede privada responde pela maioria das matrículas – 74% do total (INEP, 2014).

O Ministério da Educação trabalha pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Para tanto, não basta aumentar a oferta de vagas na educação superior; é preciso garantir qualidade. Para isso, criou programas de auxílio à permanência dos alunos nos cursos superiores como (MEC, 2014):

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos – criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderem ao programa.

**FIES**- Criado em 1999, pela MP nº 1.827 e institucionalizado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente

matriculados em cursos superiores de graduação com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

**PET**- Criado em 1979, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e transferido para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação em dezembro de 1999, o Programa de Educação Tutorial – PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente doutor, organizados a partir de cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior do País. A exigência é que seja um grupo por curso, orientado pelo princípio da Educação Tutorial e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**PROEXT** – Criado no ano de 2003, pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT, visa ao desenvolvimento de práticas extensionistas nas Instituições de Ensino Superior, por meio de ações acadêmicas que enfatizem políticas públicas e promovam o desenvolvimento social.

**PIBID**- Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência. É uma iniciativa do Ministério da Educação inserida no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O PIBID é implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – e Secretaria de Educação Superior – SESU. Entre seus objetivos estão o incentivo à formação inicial de professores para a Educação Básica, a melhoria do ensino nas escolas da rede pública e a integração da educação superior com a educação básica. No PIBID, os futuros professores utilizam o espaço da escola pública como campo de experiência e de referência para a construção e reelaboração do conhecimento e para o exercício orientado da ação docente.

**PRODOCÊNCIA**- Criado no ano de 2006, pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o Programa de Consolidação das Licenciaturas visa ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, ao priorizar a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.

**INCLUIR**- Acessibilidade na Educação Superior – é uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação que visa implementar política de acessibilidade plena à educação superior de pessoas com deficiência.

**PROLIND-** Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas, desenvolvido conjuntamente pela Secretaria de Educação Superior e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, tem como finalidade contribuir para a consolidação de uma política educacional mais ampla para os povos indígenas. Objetiva garantir a essas populações a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, tal como preceituado nos artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**REUNI-** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, para que possam contar com recursos para investir na criação de mais vagas e na diversificação dos horários dos cursos, beneficiando aqueles que trabalham o dia todo.

**PROMISAES** – Criado pelo Decreto nº 4875/03, o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior consiste na oferta de auxílio financeiro para alunos estrangeiros, participantes do Programa Estudante – Convênio de Graduação – PEC-G, regularmente matriculados em cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Observa-se também a adequação de modalidades de ensino superior para maior atendimento de demanda:

**Tecnológicos-** O Censo mostra a expansão do número de matrículas nos cursos tecnológicos. Entre 2011 e 2012, as matrículas aumentaram em 8,5%. Nos cursos de bacharelado, o aumento foi de 4,6%, e nos de licenciatura, de 0,8%. Com esse aumento, os cursos tecnológicos representam 13,5% das matrículas na educação superior. Os de bacharelado e de licenciatura participam com 67,1% e 19,5%, respectivamente.

**Ensino a Distância-** Entre 2011 e 2012, as matrículas avançaram 12,2% nos cursos a distância e 3,1% nos presenciais. Com esse crescimento, a modalidade a distância já representa mais de 15% do total de matrículas em graduação. Dos estudantes que optaram pela modalidade a distância, 72% estão matriculados em universidades. Os centros universitários detêm 23%. A maioria dos matriculados no ensino superior a distância (40,4%) cursa licenciatura. Os que optaram por bacharelados são 32,3%, e por cursos de tecnologia, 27,3%.

### 6.1.1 Instituições de Ensino Superior no município

A oferta de Ensino Superior no município de Taubaté é feita por instituições públicas e privadas, com grande oferta de cursos de graduação, tanto presenciais quanto a distância, e cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. A Figura 137 apresenta essas instituições e os cursos que oferecem.

Figura 137- Instituições de Ensino Superior e respectivos cursos no município

NOME	Cursos Presenciais	Cursos a Distância	Pós-graduação
<b>Unitau</b>	<p><u>BIOCIÊNCIAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia</li> <li>• Ciências Biológicas</li> <li>• Educação Física</li> <li>• Enfermagem</li> <li>• Fisioterapia</li> <li>• Medicina</li> <li>• Nutrição</li> <li>• Odontologia</li> <li>• Psicologia</li> </ul> <p><u>EXATAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquitetura e Urbanismo</li> <li>• Engenharia Aeronáutica</li> <li>• Engenharia Ambiental e Sanitária</li> <li>• Engenharia Civil</li> <li>• Engenharia de Alimentos</li> <li>• Engenharia de Computação</li> <li>• Engenharia de Controle e Automação</li> <li>• Engenharia de Energia</li> <li>• Engenharia de Produção Mecânica</li> <li>• Engenharia Elétrica e Eletrônica</li> <li>• Engenharia Mecânica</li> <li>• Física</li> <li>• Matemática</li> <li>• Química</li> <li>• Sistemas de Informação</li> </ul>	<p><b>1ª Licenciatura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artes visuais</li> <li>• Ciências Biológicas</li> <li>• Filosofia</li> <li>• Física</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Língua Portuguesa</li> <li>• Matemática</li> <li>• Pedagogia</li> <li>• Química</li> <li>• Sociologia</li> <li>• Superior de tecnologia</li> <li>• Gestão comercial</li> <li>• Logística</li> <li>• Gestão de RH</li> <li>• Agroecologia</li> <li>• Agronegócios</li> <li>• Apicultura e meliponicultura experimental</li> <li>• Superior de tecnologia</li> </ul> <p><b>•2ª Licenciatura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artes visuais</li> <li>• Filosofia</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Matemática</li> <li>• Pedagogia</li> <li>• Química</li> <li>• Sociologia</li> </ul>	<p>18 cursos de especialização na área de Ciências Humanas</p> <p>09 cursos de especialização da área de Ciências Exatas</p> <p>16 cursos de especialização na área Biomédica</p> <p>09 cursos MBA</p> <p>10 programas de Mestrado</p> <p>02 programas de Doutorado</p>

	<p><u>HUMANAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Ciências Contábeis</li> <li>• Ciências Econômicas</li> <li>• Comércio Exterior</li> <li>• Direito</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Jornalismo</li> <li>• Letras</li> <li>• Pedagogia</li> <li>• Publicidade e Propaganda</li> <li>• Relações Públicas</li> <li>• Serviço Social</li> </ul> <p><u>TECNOLÓGICOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise e Desenvolvimento de Sistemas</li> <li>• Estética e Cosmética</li> <li>• Gestão de Recursos Humanos</li> <li>• Logística</li> <li>• Petróleo e Gás</li> <li>• Produção Multimídia</li> <li>• Radiologia</li> </ul>		
<b>Anhanguera</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciência da Computação</li> <li>• Engenharia de Produção Mecânica</li> <li>• Letras</li> <li>• Publicidade e Propaganda</li> <li>• Fisioterapia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Letras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfabetização e Letramento</li> <li>• Enfermagem do Trabalho</li> <li>• Enfermagem em UTI</li> <li>• Engenharia da Qualidade Integrada</li> <li>• Gestão de Projetos Sociais</li> <li>• MBA em Finanças e Controladoria</li> <li>• MBA em Gestão Estratégica de Negócios</li> <li>• MBA em Gestão Pública</li> <li>• MBA em Gestão de TI</li> <li>• MBA em Gestão de Pessoas</li> <li>• MBA em Gestão de Projetos</li> <li>• MBA em Logística</li> <li>• MBA em Marketing e Vendas</li> <li>• Metodologias para a EaD</li> <li>• Planejamento Tributário</li> <li>• Psicologia Organizacional</li> <li>• Psicopedagogia</li> <li>• Psicopedagogia Institucional</li> </ul>

<b>Dehoniana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso de Teologia – Bacharelado</li> <li>• Curso de Filosofia – Bacharelado</li> <li>• Curso de Administração de Empresas</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão Religiosa e Paroquial</li> <li>• Formadores de Seminários e Casas de Formação</li> </ul>
<b>ETEP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Engenharia de Produção</li> <li>• Engenharia Elétrica</li> <li>• Fabricação Mecânica</li> <li>• Gestão de RH</li> <li>• Logística</li> <li>• Mecatrônica Industrial</li> </ul>		
<b>ITES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Ciência da Computação</li> <li>• Ciências Contábeis</li> <li>• Comunicação Social (Publicidade e Propaganda)</li> <li>• Enfermagem</li> <li>• Farmácia</li> <li>• Fisioterapia</li> <li>• Nutrição</li> <li>• Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Artes Visuais</li> <li>• Ciências Biológicas</li> <li>• Ciências Contábeis</li> <li>• Ciências Econômicas</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Letras - Licenciatura em Português</li> <li>• Letras - Licenciatura em Português/Inglês</li> <li>• Letras - Licenciatura em Português/Espanhol</li> <li>• Matemática</li> <li>• Pedagogia</li> <li>• Serviço Social</li> <li>• Sociologia</li> <li>• Agronegócio</li> <li>• Análise e Desenvolvimento de Sistemas</li> <li>• Gestão Ambiental</li> <li>• Gestão da Tecnologia da Informação</li> </ul>	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão de RH</li> <li>• Gestão Financeira</li> <li>• Gestão Hospitalar</li> <li>• Gestão Pública</li> <li>• Logística</li> <li>• Marketing</li> <li>• Processos Gerenciais</li> <li>• Segurança no Trabalho</li> </ul>	
<b>Unopar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Artes Visuais – Licenciatura</li> <li>• Ciências Contábeis</li> <li>• Ciências Econômicas</li> <li>• Educação Física – Licenc</li> <li>• História – Licenciatura</li> <li>• Letras – Licenciatura</li> <li>• Pedagogia</li> <li>• Sociologia</li> <li>• Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas</li> <li>• Tecnologia em Estética e Imagem Pessoal</li> <li>• Tecnologia em Gestão Ambiental</li> <li>• Tecnologia em Gestão de RH</li> <li>• Tecnologia em Gestão Financeira</li> <li>• Tecnologia em Gestão Hospitalar</li> <li>• Tecnologia em Gestão Pública</li> <li>• Tecnologia em Logística</li> <li>• Tecnologia em Marketing</li> <li>• Tecnologia em Processos Gerenciais</li> </ul>		
<b>Uninter</b>		<b>Bacharelado</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração</li> <li>• Ciência Política</li> <li>• Ciências</li> </ul>	<b>Cursos de especialização nas áreas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desportiva</li> <li>• Educacional</li> </ul>

		<p>Contábeis</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia de Computação</li> <li>• Engenharia de Produção</li> <li>• Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrônica</li> <li>• Relações Internacionais</li> <li>• Teologia</li> </ul> <p><b>Licenciatura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Filosofia</li> <li>• Geografia</li> <li>• História</li> <li>• Letras</li> <li>• Matemática</li> <li>• Pedagogia</li> </ul> <p><b>Tecnológicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise e Desenvolvimento de Sistemas</li> <li>• Comércio Exterior</li> <li>• Gestão Ambiental</li> <li>• Gestão Comercial</li> <li>• Gestão da Produção Industrial</li> <li>• Gestão de TI</li> <li>• Gestão de RH</li> <li>• Gestão de Turismo</li> <li>• Gestão Financeira</li> <li>• Gestão Hospitalar</li> <li>• Gestão Pública</li> <li>• Logística</li> <li>• Marketing</li> <li>• Processos Gerenciais</li> <li>• Secretariado</li> <li>• Serviços Jurídicos e Notariais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia e Meio Ambiente</li> <li>• Gestão Empresarial</li> <li>• Gestão Pública</li> <li>• Humanidades</li> <li>• Jurídica</li> <li>• Saúde</li> </ul>
<b>SENAI</b>	•Tecnologia em Fabricação Mecânica		

Fonte: Portal EMEC, 2015

## 6.2 Qualidade na educação

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um instrumento avaliativo criado para aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Verifica também o desenvolvimento de competências e de habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional do alunado e o nível de atualização desses estudantes em relação à realidade do Brasil e do mundo, fazendo parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O ENADE é um componente obrigatório no currículo de graduação, constando no histórico escolar do estudante universitário. O graduando selecionado que não comparecer ao Exame fica em situação irregular junto ao ENADE e impedido de colar grau. Visto que o ofício educacional, mesmo privado, é um campo de domínio do Estado, sendo este serviço uma concessão pública, o governo federal assumiu a condição de avaliador desse bem comum, introduzindo no ensino superior o processo regular e sistemático de acompanhamento e aferição dos cursos de graduação e das IES.

Esse exame, na sua origem, considerava apenas os conhecimentos do aluno e deixava fora da aferição o projeto pedagógico da instituição, o projeto de cada curso, a formação e a qualificação do corpo docente, bem como a infraestrutura e as atividades de pesquisa e extensão da IES. Esse modelo foi substituído, em 2004, pelo atual ENADE.

Os recentes avanços para maior democratização do acesso à educação superior trazem resultados positivos, porém a ampliação do ensino público mostra-se mais eficaz que a política de inserção de estudantes em instituições privadas com recursos públicos. De acordo com dados do INEP, entre 2001 e 2010 as IES federais cresceram mais que as IES privadas, proporcionalmente, na contabilização do número total de ingressos. Obviamente, esse crescimento no quantitativo de estudantes foi acompanhado pela necessária elevação do quantitativo de professores, que é um fator determinante da qualidade do ensino (MEC, 2014).

As deficiências não sanadas no ensino médio dificilmente serão resolvidas no ensino superior, no qual a abordagem e a complexidade dos conteúdos são diferentes. Trata-se de um fator complicador, nessa esfera de ensino. O que tem ocorrido, na verdade, é uma transposição desse problema do ensino médio da rede pública para o ensino superior da rede privada, isso porque os estudantes de nível médio da rede privada, ao obterem melhores pontuações no

ENEM, garantem para si as vagas mais concorridas das universidades públicas, enquanto os estudantes de nível médio da rede pública, com defasagem de conteúdos, ficam em desvantagem na concorrência. Essa situação pode vir a ser resolvida com a Lei de Cotas e a garantia de reserva de metade das vagas para estudantes das redes públicas. Entretanto, não há, ainda, por ser uma medida recente, parâmetros suficientes para aferir tal situação.

A quantidade de horas em sala de aula é um ponto importante a ser considerado na qualidade da educação. Na média, as escolas públicas cumprem pouco mais de 800 horas anuais, distribuídas nos 200 dias letivos, enquanto a média das escolas privadas ultrapassa 1.000 horas anuais. Em parte, o sucesso dos estudantes das escolas particulares no Enem deve-se ao fato de seus passarem mais tempo em sala de aula. No ano letivo de 2011, a média diária de horas aula foi de 4,4 na rede pública e de 5,1, na particular (MEC, 2014).

### **6.2.1 Resultado de avaliações externas**

Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), o conceito ENADE não “reprova nenhum curso”. Trata-se de uma avaliação que será somada a outras, como a da infraestrutura e a do corpo docente, para se chegar a uma análise completa do curso. Também são analisados o perfil socioeconômico do estudante e a nota do ENEM quando ele ingressa no curso (VALE, 2013).

A escala de notas do ENADE é de 1 a 5, sendo que 1 e 2 representam uma nota de curso insatisfatória, e 3 a 5 representam resultado satisfatório.

No ENADE 2012, são estes, os resultados da região:

- 4 cursos com nota 5
- 24 cursos com nota 4
- 47 cursos com nota 3
- 19 cursos com nota 2
- 2 cursos com nota 1

Assim, 78% dos cursos da região têm conceito satisfatório no ENADE (3, 4 ou 5), e 22% têm conceito insatisfatório (1 ou 2).

### III – Objetivos, metas e ações do Plano Municipal de Educação

#### Meta 1- Educação Infantil

##### PNE

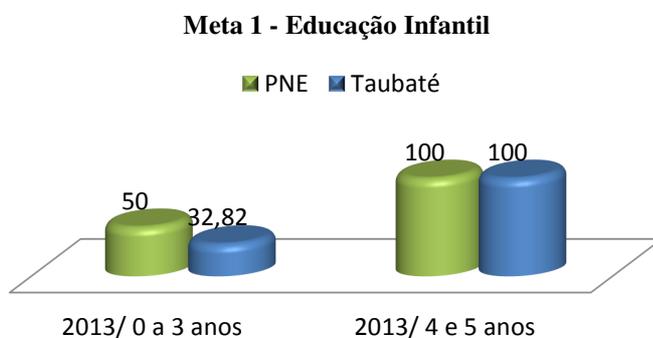
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

##### PEE

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até 2023.

A Figura 138 apresenta a Meta 1 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, com respeito à Educação Infantil.

Figura 138 – Meta 1 – Educação Infantil



#### Meta 1 - Plano Municipal de Educação

**Ampliar** em mais 18% a oferta de vagas para a primeira etapa da educação infantil, de 0 a 3 anos, totalizando 50% de atendimento da demanda até o final da vigência deste PME.

**Manter** a universalização do atendimento na etapa de 4 e 5 anos e **fomentar** a qualidade do ensino, buscando atendimento com excelência.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**1.1 Metas de expansão.** Definir metas de expansão de educação infantil da rede pública a partir de levantamento de demanda, mediante censo municipal (Lei 12.796, de 04/04/2013) e segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

**1.2 Combate à desigualdade.** Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência da educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo.

**1.3 Demanda.** Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, conforme Lei 12.796, de 04/04/2013; criar um sistema único de cadastro da demanda, usando ferramenta de tecnologia de informação para tornar públicas as matrículas e vagas por unidade escolar e as respectivas listas de demanda não atendida.

**1.4 Consulta Pública de demanda.** Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

**1.5 Rede Física.** Manter e ampliar unidades escolares, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, em parceria com programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.

**1.6 Avaliação.** Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil para escolas públicas e privadas, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes; criar um protocolo de manutenção de qualidade para autorização/alvará de funcionamento de escolas particulares e públicas, prevendo a vistoria periódica dos espaços físicos.

**1.7 Ofertas de vaga em creche.** Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.

**1.8 Formação de professores.** Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

**1.9 Pesquisa.** Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento à população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

**1.10 Atendimento à comunidade do campo.** Fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil na respectiva comunidade, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades da comunidade, garantindo a consulta prévia e informada;

**1.11 Atendimento educacional especializado.** Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

**1.12 Apoio às famílias.** Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

**1.13 Padrões Nacionais de qualidade.** Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) com 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

**1.14 Monitoramento do acesso e permanência.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, criando cargo para Serviço Social Escolar que acompanhe as demandas específicas da rede de ensino.

**1.15 Busca Ativa.** Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.

**1.16 Levantamento de demanda.** O Município realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento, conforme Lei nº 12.796, de 04/04/2013.

**1.17 Tempo Integral.** Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

## Meta 2 - Ensino Fundamental de 9 (nove) anos

### PNE

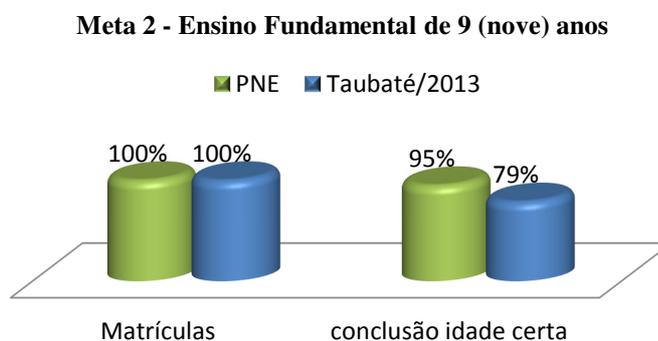
Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

### PEE

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE.

A Figura 139 apresenta a Meta 2 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, com respeito ao Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Figura 139- Meta 2 – Ensino Fundamental de 9 (nove) anos



## Meta 2 - Plano Municipal de Educação

**Manter** a universalização do atendimento da demanda no ensino fundamental.

**Ampliar** em mais 16% a taxa de conclusão para garantir 95% de conclusão na idade recomendada para essa etapa até o final deste PME.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**2.1 Base Nacional Comum Curricular.** Alinhar, em coordenação com o Estado, as redes públicas estadual e municipal em relação aos currículos, principalmente na articulação da passagem do 5º para o 6º ano, assegurando aos alunos um percurso escolar harmonioso.

**2.2 Acompanhamentos Individualizados.** Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, de modo a garantir a conclusão dessa etapa de ensino e permitir o acompanhamento, pelos pais e responsáveis, do desenvolvimento do (a) aluno (a) ao longo da etapa.

**2.3 Monitoramento do acesso e permanência.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda.

**2.4 Monitoramento de discriminação e violência.** Criar e fortalecer mecanismos de monitoramento das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

**2.5 Busca ativa.** Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, articulando ações para o cumprimento da Lei 12.796, de 4/4/13, quanto ao compromisso do município de realizar censo anual de demandas da área de educação; criar um sistema único de cadastro da demanda, usando ferramenta de tecnologia de informação para tornar pública as matrículas e vagas por unidade escolar, e as respectivas listas de demanda para transferência de unidade escolar, a partir de critérios preestabelecidos

**2.6 Tecnologias pedagógicas articuladas.** Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.

**2.7 Flexibilização pedagógica.** Disciplinar, a partir de pesquisas no município e em coordenação com o sistema de ensino estadual, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

**2.8 Atividades culturais.** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para o desenvolvimento dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural, em articulação com a Secretaria de Cultura do município, visando fomentar e valorizar a cultura local.

**2.9 Participação dos pais/responsáveis.** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, garantindo no calendário escolar, no prazo de 2 (dois) anos, espaços para discussões de temas pertinentes à relação família-escola.

**2.10 Atendimento à comunidade do campo.** Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades, ofertando (se necessário) transporte de qualidade para os (as) alunos (as).

**2.11 Atividades extracurriculares.** Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo para o desenvolvimento de habilidades, inclusive mediante certames e concursos, em parcerias com outras secretarias, entidades do terceiro setor e iniciativa privada, fomentando ações socioeducativas em espaços públicos.

**2.12 Estímulo às habilidades esportivas.** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo de habilidades esportivas nas escolas, buscando integrar-se a planos de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional e estadual.

### Meta 3- Ensino Médio

#### PNE

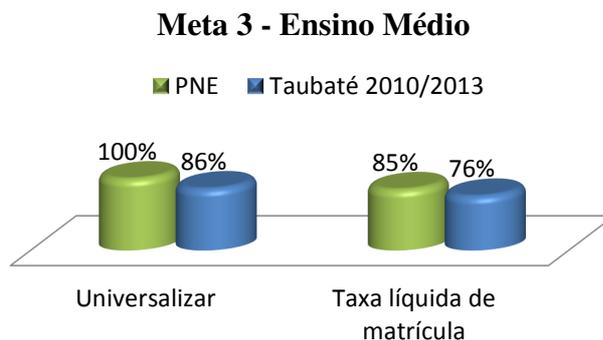
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

#### PEE

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A Figura 140 apresenta a Meta 3 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, com respeito ao Ensino Médio.

Figura 140 – Meta 3 – Ensino Médio



### Meta 3 - Plano Municipal de Educação

**Manter** o atendimento nos níveis atuais e **aprimorar** a qualidade da educação oferecida.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**3.1 Renovação do Ensino Médio.** Reestruturar o ensino médio a partir de diretrizes de programa nacional de renovação do ensino médio e incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática.

**3.2 Desenvolvimento de currículo interdisciplinar.** Fomentar o desenvolvimento integrado e interdisciplinar dos componentes curriculares obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões como trabalho, ciência, tecnologia, cultura, esporte e pesquisa, buscando, junto aos governos federal e estadual, meios para ampliar a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico e a formação continuada dos professores.

**3.3 Esporte e Cultura.** Garantir a exposição dos (as) alunos (as) a bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

**3.4 Valorização do ENEM.** Promover a utilização do ENEM como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

**3.5 Ensino Médio Integrado ao Profissional.** Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência.

**3.6 Acompanhamento e monitoramento do acesso.** Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo.

**3.7 Monitoramento de discriminação, violência e vulnerabilidade.** Criar e fortalecer mecanismos de monitoramento das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

**3.8 Prevenção à evasão.** Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra quaisquer formas de exclusão.

**3.9 Cursos.** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

## Meta 4- Educação Especial Inclusiva

### PNE

Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

### PEE

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de Ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Figura 141 apresenta a Meta 4 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2012, com respeito à Educação Especial Inclusiva

Figura 141- Meta 4 – Educação Especial Inclusiva

### Meta 4 - Educação Especial Inclusiva



## Meta 4 - Plano Municipal de Educação

**Universalizar**, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, com ênfase na rede regular de Ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, e capacitar os professores das salas regulares para a ampliação do atendimento.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**4.1 Financiamento.** Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

**4.2 Atendimento das crianças de 0 a 3 anos.** Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**4.3 Condições de permanência.** Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores com a ampliação de parcerias para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo.

**4.4 Acesso.** Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o (a) aluno (a).

**4.5 Apoio, pesquisa e assessoria.** Buscar a articulação com instituições acadêmicas que desenvolvam pesquisas sobre a temática, para apoiar o trabalho dos profissionais da Educação Básica com o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.

**4.6 Espaço físico, materiais e transporte.** Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, de acordo com as normas da ABNT (NBR9050) e da Lei 5.296/04, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação e garantindo atendimento diferenciado.

**4.7 Braille e Educação bilíngue libras/língua portuguesa.** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos (as) e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos dos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos (as) e surdos (as)-cegos (as).

**4.8 Articulação pedagógica.** Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência ou de transtorno global do desenvolvimento, e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

**4.9 Beneficiários de programas de transferência de renda.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, garantindo a criação de núcleo especializado junto à Secretaria de Educação, em parceria com as secretarias de Saúde e Desenvolvimento e Inclusão Social.

**4.10 Continuidade do atendimento escolar.** Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias e com escolas de ensino superior, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

**4.11 Ampliação das equipes de profissionais.** Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos (as)-cegos (as), professores de Libras e professores bilíngues, e também garantir a formação de professores alfabetizadores no Sistema Braille.

**4.12 Indicadores de qualidade.** Definir, em conformidade com as diretrizes do governo federal, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**4.13 Perfil.** Colaborar com Ministério da Educação, órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, na obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**4.14 Parcerias para a produção de material acessível.** Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.

## Meta 5 – Alfabetização de crianças

### PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

### PEE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

A Figura 142 apresenta a Meta 5 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2012, com respeito à alfabetização de crianças.

Figura 142 – Meta 5 – Alfabetização de crianças



## Meta 5 - Plano Municipal de Educação

**Alfabetizar** todas as crianças, no máximo até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**5.1 Articulação com a Pré-escola.** Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

**5.2 Avaliação.** Viabilizar a aplicação de instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, bem como criar instrumentos próprios de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do segundo ano do Ensino Fundamental.

**5.3 Tecnologias educacionais.** Identificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento de resultados das escolas da rede pública. Criar site oficial da Secretaria de Educação para divulgação de materiais de pesquisa, teorias, métodos e propostas pedagógicas.

**5.4 Inovação.** Buscar parcerias para fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

**5.5 Alfabetização em comunidades do campo.** Apoiar a alfabetização de crianças do campo, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural da comunidade.

**5.6 Formação inicial e continuada.** Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) alfabetizadores (as), com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização, viabilizando o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento ao (à) professor (a) alfabetizador (a) e fazendo parcerias com os cursos de licenciaturas como forma de fomentar o estágio em projetos desenvolvidos nas salas de alfabetização.

**5.7 Alfabetização de pessoas com deficiência.** Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**5.8 Núcleo Pedagógico.** Criar núcleo pedagógico na Secretaria da Educação, com profissionais específicos da área de alfabetização, que acompanhe projetos junto aos (às) professores (as) alfabetizadores (as) e em parceria com as escolas de ensino superior, e que oriente o estágio dos cursos de licenciatura de alunos que vierem estagiar na rede pública, enriquecendo sua prática pedagógica.

## Meta 6 – Escolas e Matrículas em Tempo Integral

### PNE

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

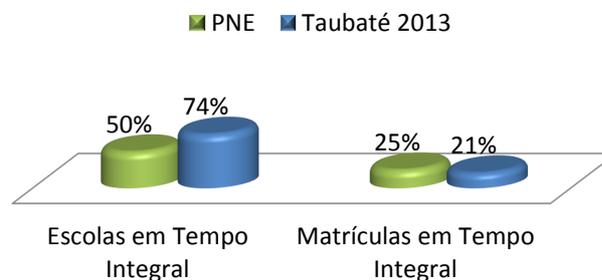
### PEE

Garantir educação integral em todos os níveis e modalidades de ensino e assegurar educação em tempo integral, no mínimo, a 50% das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) na educação básica.

A Figura 143 apresenta a Meta 6 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, referente a escolas e matrículas em tempo integral na rede pública.

Figura 143- Meta 6 – Escolas e Matrículas em Tempo Integral na rede pública

Meta 6 - Escolas e Matrículas em Tempo Integral na rede pública



## Meta 6 – Plano Municipal de Educação

**Ampliar** o oferecimento de atividades em período integral (por no mínimo 7 horas em 5 dias semanais) para, no mínimo, 25% dos (as) aluno (as) da rede municipal pública.

**Ampliar** o atendimento em período integral das escolas que já o oferecem.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**6.1 Ampliação do tempo.** Promover a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

**6.2 Professores de período integral.** Nas escolas de período integral, oferecer ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

**6.3 Planejamento e reestruturação.** Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas de atendimento de tempo integral, considerando os recursos e aspectos:

- **Físico:** Espaços e infraestrutura disponíveis nas escolas e na cidade.
- **Humanos:** Seleção de profissionais habilitados ou de áreas afins em quantidade suficiente para atender aos alunos do período integral.
- **Legais:** A legislação existente em relação às condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais.
- **Sociais:** Parcerias com outras secretarias, universidades, outras instituições da sociedade civil, família, outras escolas da região.
- **Pedagógicos:** Proposta curricular, formação dos quadros profissionais, material específico.
- **Políticos:** Processo de gestão escolar, comunicação, acompanhamento e avaliação. Atender, prioritariamente, comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

**6.4 Recursos.** Instituir, em regime de colaboração, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação e utilização de áreas externas atrativas, quadras poliesportivas, bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática, espaços para atividades culturais, auditórios e espaços das escolas em geral e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

**6.5 Articulação no território.** Estimular a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, clubes e planetários, dentre outros. Utilizar metodologia cartográfica para reconhecer as potencialidades da comunidade local, capaz de promover transformação de interesse coletivo.

**6.6 Parcerias com entidades privadas.** Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, sistema S, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

**6.7 Educação Integral do campo.** Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

**6.8 Tempo integral para pessoas com necessidades educacionais especiais.** Oferecer educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando-lhes atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

**6.9 Tempo de permanência.** Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, objetivando ampliar as oportunidades de aprendizagem das crianças e adolescentes, promovendo o bom desempenho escolar, o desenvolvimento de valores e atitudes de convívio democrático para expandir o seu repertório cultural, por meio de atividades recreativas, esportivas e culturais.

## Meta 7- Qualidade da Educação (IDEB)

<b>PNE</b>			<b>PEE</b>		
Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:			Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para a Rede Pública Estadual para o IDEB:		
IDEB	2015	2017	IDEB	2015	2017
Anos Iniciais - Fund	5,2	5,5	Anos Iniciais - Fund	5,8	6,1
Anos Finais - Fund	4,7	5,0	Anos Finais - Fund	5,0	5,3
Ensino Médio	4,3	4,7	Ensino Médio	4,2	4,6
IDEB	2019	2021	IDEB	2019	2021
Anos Iniciais - Fund	5,7	6,0	Anos Iniciais - Fund	6,3	6,6
Anos Finais - Fund	5,2	5,5	Anos Finais - Fund	5,5	5,8
Ensino Médio	5,0	5,2	Ensino Médio	4,9	5,1

A Tabela 68 apresenta a situação do município de Taubaté em 2013, com respeito ao índice IDEB. O primeiro número indica a situação real, e o segundo, a projeção (INEP) para o ano de 2013.

**Tabela 68- Meta 7 – Qualidade da Educação (IDEB/2013)**

Anos Iniciais - Fundamental	Anos Finais – Fundamental
5,6 / 5,9	4,6 / 5,3

## Meta 7 - Plano Municipal de Educação

**Fomentar** a qualidade do Ensino Fundamental, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para a Rede Pública Municipal para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais - Fund	6,0	6,3	6,6	6,8
Anos Finais - Fund	5,0	5,4	5,8	6,3
Ensino Médio	4,2	4,6	4,9	5,1

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**7.1 Diretrizes pedagógicas e Base Nacional Comum.** Participar de pactuação interfederativa que estabeleça diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

**7.2 Nível de aprendizado.** Assegurar que:

a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e que 50% (cinquenta por cento), pelo menos, alcancem o nível desejável.

b) No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

**7.3 Indicadores de avaliação.** Participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, da elaboração de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

**7.4 Autoavaliação.** Induzir processo contínuo de autoavaliação nas escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

**7.5 Plano de Ações Articuladas (PAR).** Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão

educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

**7.6 Avaliação da qualidade da Educação Básica.** Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar outras áreas do conhecimento nos exames aplicados, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino, para melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.

**7.7 Avaliação da qualidade da Educação Especial.** Desenvolver indicadores específicos ou utilizar indicadores já existentes de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

**7.8 Combate à desigualdade.** Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das escolas do Município.

**7.9 Resultados pedagógicos dos indicadores.** Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas da rede municipal, assegurando a contextualização desses resultados e garantindo a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

**7.10 Tecnologias educacionais.** Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos.

**7.11 Transporte na zona rural.** Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, buscando financiamento compartilhado com a União e o Estado, para renovação e padronização da frota de veículos, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento.

**7.12 Modelos alternativos de atendimento no campo.** Incentivar pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

**7.13 Acesso à internet.** Buscar apoio financeiro junto aos governos federal e estadual para universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública municipal de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

**7.14 Gestão democrática dos recursos da escola.** Garantir a efetiva participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos da escola, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

**7.15 Programas suplementares.** Ampliar e aprofundar, em regime de colaboração, ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de suplementação de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**7.16 Infraestrutura.** Assegurar a todas as escolas públicas municipais de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

**7.17 Acesso à infraestrutura material e imaterial.** Garantir o acesso dos (as) alunos (as) a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

**7.18 Programa de reestruturação das escolas.** Formalizar e manter, em regime de colaboração, programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas da rede municipal.

**7.19 Recursos tecnológicos digitais.** Prover, em regime de colaboração com a União e o Estado, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar em todas as escolas públicas da rede municipal de educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas e/ou salas de leitura nas instituições educacionais, com acesso a redes de computadores, inclusive à internet.

**7.20 Parâmetros de qualidade das escolas.** Colaborar com a União e o Estado no objetivo de viabilizar a implantação do Custo-Aluno-Qualidade inicial, como instrumento para a melhoria da qualidade do Ensino.

**7.21 Informatização/formação.** Buscar recursos junto ao governo federal para informatizar integralmente a gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria de Educação do Município, bem como aderir a programa nacional de formação inicial e continuada para pessoal técnico.

**7.22 Combate à violência.** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, entre outras, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e de um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

**7.23 Jovens em regime de liberdade assistida e situação de rua.** Implementar, juntamente com os órgãos competentes envolvidos e responsáveis legais, políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**7.24 História e cultura afro-brasileira e indígena.** Garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.

**7.25 Educação escolar no campo.** Consolidar a educação escolar no campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e, o atendimento em educação especial.

**7.26 Currículo específico.** Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes à comunidade e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência.

**7.27 Mobilização da sociedade.** Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos, com o intuito de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

**7.28 Políticas Intersetoriais para apoio integral às famílias.** Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e estadual, com os de outras áreas, como saúde, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral aos (às) alunos (as) e suas famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

**7.29 Saúde dos alunos.** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

**7.30 Saúde dos profissionais de Educação.** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

**7.31 Sistemas de avaliação.** Aderir aos programas oficiais de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

**7.32 Mediadores da leitura.** Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores (as) e a capacitação de professores (as), bibliotecários (as) e agentes da comunidade para atuar como mediadores (as) da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

**7.33 Memória nacional.** Aderir ao programa nacional de formação de professores (as) e de alunos (as), para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.

**7.34 Educação Básica privada.** Promover a regulamentação da oferta da Educação Infantil pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

**7.35 Políticas de estímulo às escolas.** Estudar a implantação de políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

## Meta 8- Escolaridade Média

### PNE

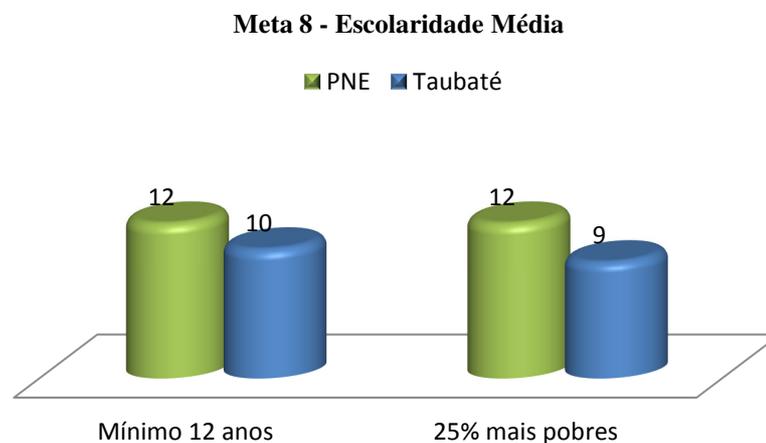
Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### PEE

Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 anos (dezoito) a 29 anos (vinte e nove anos) de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo, até o último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade nos municípios do estado de São Paulo, dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A Figura 144 apresenta a Meta 8 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, com respeito à Escolaridade Média.

Figura 144- Meta 8 – Escolaridade Média



## Meta 8 - Plano Municipal de Educação

**Elevar** em 2 (dois) anos a escolaridade média da população de 18 a 29 anos. **Elevar** em 3 (três) anos essa média para a população da zona rural e para os 25% mais pobres. **Fomentar** ações que minimizem as diferenças étnico-raciais, de modo a igualar a escolaridade média de negros e não-negros, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**8.1 Correção de fluxo.** Institucionalizar programas em parceria com o governo do Estado e desenvolver metodologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais abordados.

**8.2 Educação de Jovens e Adultos.** Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização após a alfabetização inicial, como a formação profissional em parceria com as Escolas do Trabalho e oferecimento de turmas de EJA no período vespertino, de acordo com a demanda, assegurando atendimento diferenciado.

**8.3 Educação profissional técnica.** Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, concomitantemente ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados, em parceria com as Escolas do Trabalho, Sistema S, Instituições Privadas e Sistema Sindical.

**8.4 Monitoramento do acesso.** Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e buscar a colaboração com o Estado e a União, para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino.

**8.5 Busca ativa.** Promover busca ativa, em colaboração com o governo do Estado, de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, destacando atenção às gestantes, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

## Meta 9- Alfabetização e Analfabetismo Funcional de Jovens e Adultos

### PNE

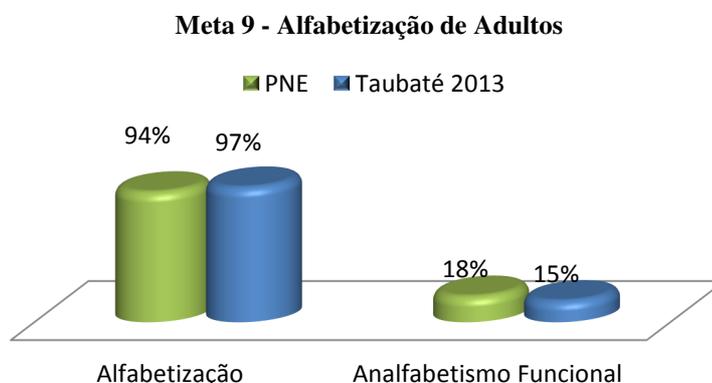
Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

### PEE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97,3% (noventa e sete por cento e três décimos) até o quinto ano de vigência deste PEE e, até o final da vigência do PEE, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em pelo menos 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no Estado de São Paulo.

A Figura 145 apresenta a Meta 9 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, com respeito à Alfabetização e ao Analfabetismo Funcional.

Figura 145 – Meta 9 – Alfabetização e Analfabetismo Funcional



## Meta 9 - Plano Municipal de Educação

**Erradicar** o analfabetismo absoluto e **reduzir** em pelo menos 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no município, até o final da vigência deste PME.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**9.1 Oferta gratuita.** Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

**9.2 Diagnóstico da demanda.** Realizar, em colaboração com o governo do Estado, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

**9.3 Ações de alfabetização.** Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

**9.4 Programa nacional de transferência de renda.** Pactuar a inserção do município em programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.

**9.5 Busca ativa.** Promover busca ativa de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

**9.6 Avaliação.** Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

**9.7 Ações de atendimento suplementar.** Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de adesão a programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, dos governos estadual e federal, em articulação com a área da saúde.

**9.8 Integração entre segmentos empregadores e sistema de ensino.** Estabelecer mecanismos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

**9.9 Capacitação tecnológica para inclusão social e produtiva.** Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, buscando articulação entre os sistemas de ensino.

**9.10 Idosos.** Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e a atividades recreativas, culturais e esportivas.

## Meta 10 – EJA Integrada à Educação Profissional

### PNE

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

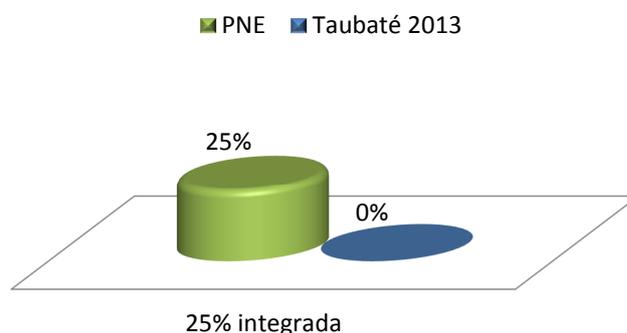
### PEE

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

A Figura 146 apresenta a Meta 10 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté em 2013, com respeito à EJA integrada à Educação Profissional.

Figura 146 – Meta 10 – EJA integrada à Educação Profissional

### Meta 10 - EJA Integrada à Educação Profissional



### Meta 10 - Plano Municipal de Educação

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental, na forma integrada à Educação Profissional.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**10.1 Formação profissional inicial.** Manter convênios com programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica buscando parcerias com a Escola do Trabalho da rede Municipal e outras da iniciativa privada.

**10.2 Atendimento a pessoas com deficiência.** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

**10.3 Rede física.** Aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

**10.4 Diversificação curricular.** Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e os espaços pedagógicos adequados às características desses alunos.

**10.5 Materiais, metodologias e formação docente.** Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

**10.6 Formação inicial.** Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência com atuação exclusiva na modalidade.

**10.7 Assistência social, financeira e psicopedagógica.** Articular parceria com programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e

de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

## Meta 11 – Educação Profissional

### PNE

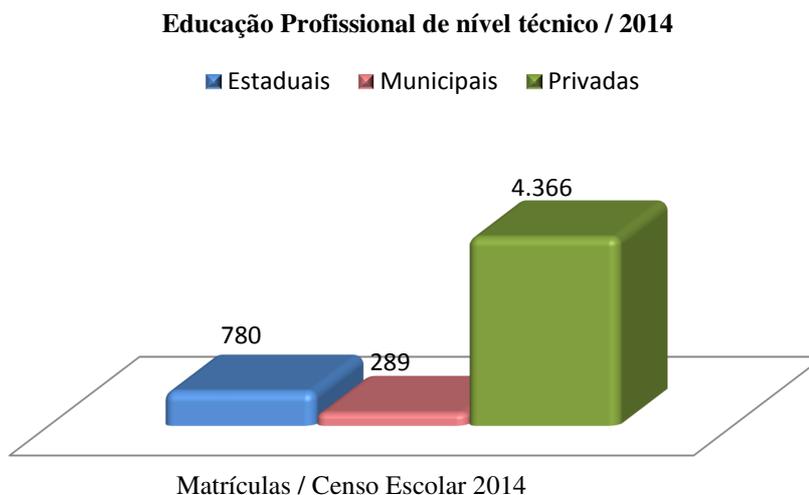
Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

### PEE

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público.

A Figura 147 apresenta a situação do município de Taubaté, em 2014, com respeito à Educação Profissional.

Figura 147 – Meta 11 – Educação Profissional de nível técnico



## Meta 11 – Plano Municipal de Educação

**Ampliar** o nível de matrículas, assegurando a qualidade da educação ofertada.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**11.1 Estágio.** Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno e visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional.

**11.2 Avaliação.** Fomentar a implantação de sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio na rede de ensino pública.

**11.3 Fluxo.** Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio.

**11.4 Programas de reconhecimento.** Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.

**11.5 Desigualdade.** Reduzir as desigualdades étnico-raciais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive com adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

**11.6 Articulação.** Aumentar a articulação entre os órgãos públicos, as escolas privadas e as organizações não governamentais que ofertam educação profissional, com o objetivo de melhorar as informações e ampliar a oferta de vagas.

**11.7 Atendimento a populações do campo.** Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

**11.8 Atendimento a pessoas com deficiência.** Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

## **Meta 12- Educação Superior**

### **PNE**

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

### **PEE**

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

## **Meta 12 - Plano Municipal de Educação**

Fomentar estudos de nível superior para as populações de baixa renda.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**12.1 Formação de professores para Educação Básica.** Buscar parcerias para a oferta de educação superior para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.

**12.2 Fomento à diversidade.** Buscar parcerias para ampliar as políticas de inclusão na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

**12.3 Estágio.** Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

**12.4 Bolsas de estudo para população de baixa renda.** Ampliar e consolidar programa de bolsas de estudos para a educação superior de população de baixa renda.

**12.5 Estudos e pesquisas.** Fomentar estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as condições econômicas, sociais e culturais da região e realizando parcerias entre o ensino superior, as escolas públicas municipais, as instituições do Sistema S e outras instituições de ensino profissionalizante.

**12.6 Atendimento à população do campo.** Estimular a oferta de formação de profissionais para atendimento específico à população do campo.

**12.7 Formação em ciências e matemática.** Mapear a demanda e estimular a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente no que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, realizando ações de divulgação e estimulação junto aos alunos do município em concursos e feiras de ciência e tecnologia.

**12.8 Acervo digital de referências.** Estimular o uso de acervos digitais de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação.

### **Meta 13- Titulação de Professores da Educação Superior**

#### **PNE**

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) formado por doutores.

#### **PEE**

Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema estadual de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

### **Meta 13 - Plano Municipal de Educação**

Fomentar discussões entre as lideranças das escolas de nível superior do município, tendo em vista as metas nacionais do PNE.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**13.1 Autoavaliação.** Estimular o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior.

**13.2 Pesquisa.** Fomentar a elevação do padrão de qualidade das universidades, direcionando suas atividades de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

**13.3 Associação.** Fomentar a formação de trabalhos conjuntos entre instituições de educação superior do município, com vistas a potencializar a atuação regional.

### **Meta 14 – Pós-graduação**

#### **PNE**

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

#### **PEE**

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir, no mínimo, a titulação anual de 14.000 (quatorze mil) mestres e 11.000 (onze mil) doutores.

### **Meta 14 - Plano Municipal de Educação**

Fomentar discussões entre as lideranças das escolas de nível superior do município, tendo em vista as metas nacionais do PNE.

## Estratégias para o Município alcançar a meta

**14.1 Fomento à pós-graduação.** Aprimorar programa de concessão de bolsas de estudos para formação dos profissionais da educação básica municipal em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

**14.2 Educação a distância.** Estimular as discussões sobre expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, inclusive tecnologias de educação a distância.

**14.3 Acervo digital.** Incentivar o uso de acervos digitais de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação.

**14.4 Gênero.** Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular naqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros do campo das ciências exatas.

**14.5 Intercâmbio científico e tecnológico.** Incentivar o intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições de ensino superior da região.

**14.6 Cooperações institucionais.** Fomentar a cooperação científica entre as instituições de ensino superior do município com empresas, outras Instituições de Educação Superior (IES) e demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do País.

## Meta 15- Formação de Professores

### PNE

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

### PEE

Garantir, em regime de colaboração entre a União e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE, política estadual de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A Tabela 69 apresenta a Meta 15 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, em relação à Formação de Professores.

**Tabela 69- Meta 15 –Formação de Professores - 2013**

	Com Curso Superior	Com Licenciatura	Sem Licenciatura
<b>Total</b>	81,8%	68,9%	12,9%
<b>Rede Pública</b>	82,6%	73,2%	9,3%
<b>Rede Privada</b>	81,5%	62,0%	19,5%

## Meta 15 - Plano Municipal de Educação

Garantir que todos (as) os (as) professores (as) da Educação Básica do município tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**15.1 Diagnóstico.** Elaborar diagnóstico da necessidade de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no município.

**15.2 Bolsas de estudo.** Aprimorar programa de concessão de bolsas de estudos para formação dos profissionais da educação básica em nível de pós-graduação.

**15.3 Iniciação à docência.** Assegurar parcerias de apoio à iniciação docente para estudantes matriculados em cursos de licenciatura a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério, nos diversos níveis da educação básica.

**15.4 Programas específicos de formação.** Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial.

**15.5 Estágio.** Ampliar e fortalecer parcerias com as instituições de Ensino Superior para realização de estágios, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.

**15.6 Reforma curricular das licenciaturas.** Estimular a reforma curricular dos cursos de licenciatura e a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica.

**15.7 Qualificação.** Fomentar, em parceria com os governos federal e estadual, a participação, em cursos e programas especiais, dos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da sua atuação docente, em efetivo exercício, para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação.

**15.8 Formação continuada.** Promover a formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

**15.9 Aperfeiçoamento para docentes de idiomas.** Instituir parcerias com programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.

## Meta 16 - Formação Continuada e Pós-graduação de Professores

### PNE

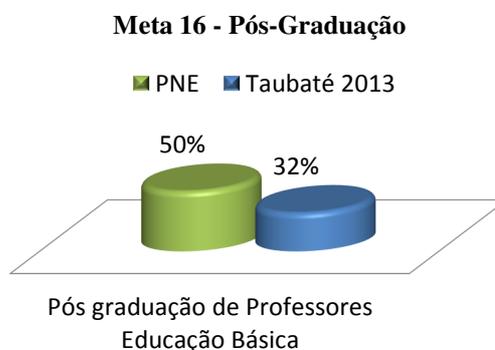
Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

### PEE

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do Sistema Estadual de Ensino.

A Figura 148 apresenta a Meta 16 para o Plano Nacional de Educação e a situação do município de Taubaté, em 2013, com respeito à Pós-graduação de professores.

Figura 148 - Meta 16 – Pós-graduação de professores



## Meta 16 - Plano Municipal de Educação

**Aumentar** em, pelo menos, mais 20% a formação dos professores em nível de pós-graduação e **estimular** o acesso à formação continuada em sua área de atuação a todos os profissionais da educação básica.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**16.1 Planejamento estratégico.** Avaliar a demanda por formação continuada e o potencial de oferta por parte das instituições de educação superior públicas e privadas da região.

**16.2 Política de formação de professores.** Aderir a programas nacionais e estaduais de formação de professores e professoras da educação básica.

**16.3 Acervo de obras.** Estimular o uso de acervos de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, e o acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, disponibilizados por programas governamentais para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

**16.4 Portal do professor.** Estimular o uso de portais eletrônicos dos governos federal e estadual para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica.

**16.5 Bolsa de estudos.** Expandir e consolidar o programa de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

**16.6 Plano Nacional do Livro e Leitura.** Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da adesão às ações do Plano Nacional do Livro e Leitura.

## **Meta 17 - Valorização dos Profissionais da Educação**

### **PNE**

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (das) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

### **PEE**

Valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública estadual de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, observado a Lei Complementar 101/2000, até o final do sexto ano de vigência do PEE.

## **Meta 17 - Plano Municipal de Educação**

**Valorizar** os (as) profissionais do magistério da rede pública de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, observada a legislação pertinente, até o final do sexto ano de vigência do PME.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**17.1 Condições de trabalho.** Assegurar condições adequadas ao trabalho dos profissionais da educação, visando prevenir o adoecimento e promover a qualidade do Ensino.

**17.2 Plano de carreira.** Implementar Plano de Carreira para os profissionais do magistério da rede pública municipal de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e os limites definidos na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho, preferencialmente em um único estabelecimento escolar.

**17.3 Assistência financeira da União.** Aderir a programas de assistência financeira específica da União, para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério.

### **Meta 18- Plano de Carreira Docente**

#### **PNE**

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (das) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

#### **PEE**

Garantir plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública estadual.

### **Meta 18 - Plano Municipal de Educação**

**Assegurar** a criação do Plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica do município.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**18.1 Estruturar.** Estruturar a rede pública municipal de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério, e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

**18.2 Estágio probatório.** Implantar, na rede pública municipal de educação básica, programa de acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.

**18.3 Concurso.** Avaliar a adesão à prova nacional a ser organizada pelo Ministério da Educação como subsídio para concursos públicos de profissionais do magistério da educação básica do Município.

**18.4 Cargo de professor.** Avaliar a redução dos cargos de professor na rede pública municipal, em particular a união dos cargos de Professor de Educação Infantil (PEI) e Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (PI).

**18.5 Censo.** Colaborar com o Ministério da Educação na realização do censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.

**18.6 Especificidades socioculturais.** Criar sistema de atribuição de aulas que considere as especificidades das escolas do campo, incentivando a permanência do professor na mesma escola.

**18.7 Plano de Carreira.** Criar Plano de Carreira para os profissionais do Magistério, observada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assegurando parcerias e convênios para as transferências federais voluntárias para a educação do município.

**18.8 Comissões permanentes.** Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

## Meta 19- Gestão Democrática

### PNE

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

### PEE

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

## Meta 19 - Plano Municipal de Educação

**Assegurar**, no prazo de 2 (dois) anos, regras para a efetivação da gestão democrática da educação. **Fomentar** a participação da comunidade escolar nos diversos órgãos colegiados, promovendo a gestão participativa da educação do município.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**19.1 Legislação para a gestão democrática nas escolas.** Regulamentar, para as escolas da rede municipal, respeitando a legislação nacional, a nomeação dos diretores e diretoras de escola, considerando critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

**19.2 Formação dos conselheiros.** Aderir aos programas do governo federal de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros conselhos, e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas.

**19.3 Criação dos Fóruns Permanentes de Educação.** Criar, junto à Secretaria de Educação, Fórum Permanente de Educação, composto pelos vários segmentos sociais que estão direta ou indiretamente relacionados com a educação, com o intuito de coordenar conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME, sendo de responsabilidade da Secretaria de Educação manter atualizado o diagnóstico do município quanto ao cumprimento das metas e divulgar, a cada biênio, os resultados das discussões desse Fórum.

**19.4 Fortalecimento dos Grêmios e APMs.** Estimular, na rede municipal de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas, e fomentando sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

**19.5 Fortalecimento dos Conselhos.** Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e a consolidação do Conselho Municipal de Educação como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-lhes condições de funcionamento autônomo.

**19.6 Participação no Projeto Político Pedagógico.** Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares,

assegurando a participação dos pais e responsáveis na avaliação de docentes e gestores escolares.

**19.7 Autonomia das Escolas.** Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, nos estabelecimentos de ensino.

## Meta 20- Financiamento da Educação

### PNE

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

### PEE

Discutir e apresentar propostas de alteração no sistema tributário nacional que permitam maior disponibilização de recursos para a Educação e assegurem maior justiça social, aplicando de forma eficiente, eficaz, efetiva e transparente os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do Ensino.

## Meta 20 - Plano Municipal de Educação

**Estabelecer** estratégias para aumento de receitas, aprimorando e fortalecendo a fiscalização, visando a melhoria no percentual destinado à educação.

**Adequar** o município aos critérios nacionais para recebimento de recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio.

## **Estratégias para o Município alcançar a meta**

**20.1 Fontes de financiamento.** Aderir a fontes de financiamento dos governos federal e estadual para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando as políticas de colaboração entre os entes federados, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

**20.2 Fontes de financiamento do município.** Criar, no município, mecanismos de melhoria da arrecadação e reavaliação de isenções fiscais, estabelecendo estratégias de aumento de receitas.

**20.3 Controle social.** Fortalecer mecanismos e instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência, bem como a garantia do pleno funcionamento e da capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, em colaboração com o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado e os órgãos públicos de controle.

**20.4 Investimentos e custos por aluno.** Desenvolver, no município, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades.

**20.5 Custo Aluno Qualidade inicial.** Implantar, no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, o Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional, e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

**20.6 Custo Aluno Qualidade.** Implementar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e

conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

**20.7 Definição do CAQ.** Criar mecanismos para acompanhar continuamente os ajustes do Custo Aluno Qualidade, CAQ, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação.

**20.8 Complementação de recursos.** Buscar a complementação de recursos financeiros junto à União, se o município não conseguir atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

**20.9 Lei de Responsabilidade Educacional.** Viabilizar, uma vez aprovada, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Educacional, observada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assegurando padrão de qualidade na educação básica da rede municipal, aferida a partir do processo de metas de qualidade implementado por institutos oficiais de avaliação educacionais.

## **Estrutura da Educação no Município**

### **1.1 Constituição, organização e funcionamento dos órgãos gestores**

Secretária de Educação

Profª Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Diretora de Educação

Pétala Gonçalves Lacerda

Gerente de Educação

Alaíde Cândida da Silva

Coordenadoras de Ensino Fundamental e Médio

Isabel Cristina Peixoto Testa

Gabriela Antônia da Silva

Coordenadora Educação Infantil

Marta Castro Marcelino Silva

Supervisores de Ensino Fundamental

Ana Paula Bastos de Moraes Moreira

Avelina Maria Pereira Granado

Josemir Landes de Oliveira

Luciana Aparecida Martins Oliveira

Márcia Cristiane Beloni Rabay Pimentel

Maria do Carmo Berthoud Oliveira

Maria Odisséia Pinto

Neir Lardo Leitão

Renato Dutra Gomes

Rosemary Prado Lopes Silva

Sandra Aparecida Moreira Ponce

Silvia Regina Ferreira Pompeo Araújo

Supervisores do Ensino Infantil

Antônia Márcia Lima Gouvêa

Ione Heloisa Rosa

Iraelza de Fátima C. Monteiro

Kelly Cristina Marcon Arcas

Nadir Josefina Confalone

Roseli de Fátima Ribeiro Barbosa

Sonia Maria dos Santos

Telma Maria de Siqueira Patto

## 1.2 Estrutura e funcionamento dos serviços de apoio

SETOR	AÇÕES	EQUIPE
Almoxarifado	Responsável pela logística do armazenamento e distribuição de matérias e equipamentos destinados à rede de ensino.	Cristina Rodrigues de Campos Nicolas Alexandre da Silva Sebastião Gervásio Filho Cintia Elaine de Souza Fernando Antonio Rezende Jeferson Del Vale José Leonardo Júlio Cesar Nogueira
Atribuição	Responsável por gerenciar o quadro de pessoal da Secretaria de Educação de processo de seleção e contratação dos docentes, verificação e guarda de documentação, controle e atribuição de aulas aos respectivos profissionais em acordo com sua área de atuação.	Leonardo Lopes Rodrigues-Sup. de Ensino Miriam de Miranda Braga -Professora PI Sueli Aparecida de Andrade Pereira - PI Mármara de Souza -Escriturária Érika Alves da Silva -Estagiária CIEE
Compras	Responsável por encaminhamento e acompanhamento de pedido de Compras: Obras, Materiais para as escolas e Secretaria, contratação de serviços, aquisição de gêneros alimentícios da alimentação escolar etc. Encaminhamento de empenhos e pagamentos, Encaminhamento de documentos junto à Contabilidade.	Samara Regina da Costa -Chefe de divisão Alessandra de Mello Gigli Ramiro - PI Clayse Aparecida dos Santos - Escriturária Sueli Eulálio Madona –monitora
Convênios	Acompanha a execução dos convênios firmados entre a Secretaria da Educação e empresas prestadoras de serviços.	Eutália Elizabeth Gonçalves Flores -Sup. de Ensino Carolina de Moraes Ligeiro -Chefe de divisão
Informática	Responsável pela instalação, controle e manutenção do serviço de suporte técnico em equipamentos de informática, telefonia, redes e audiovisuais, em todas as unidades e setores da Secretaria de Educação.	José Maurício Ferreira da Silva - Monitor Valéria Cesar Lazarim Bessa - Monitora Derriê Paulo Morgado - Estagiário CIEE Matheus da Silva Santos - Estagiário CIEE Fernando Furtado de Paiva Neto - Estagiário CIEE
Integral	Responsável pelo controle e manutenção do programa de tempo integral das escolas de educação básica, que amplia o tempo de permanência diário dos estudantes na escola por no mínimo 7 horas.	Mara Solange Antunes Nogueira - Professora III
Limpeza / conveniência da	Garantir a manutenção da limpeza nas dependências e equipamentos da secretaria e serviço de copa.	Tereza de Fátima Ribeiro Rosemeire Ferreira Brum Francisca Geralda Oliveira Silva

<b>Merenda</b>	Responsável pelo gerenciamento técnico, administrativo e financeiro do programa de alimentação escolar da rede municipal, é responsável pela aquisição, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios, e elaboração de cardápios pelas nutricionistas.	Juliana Ferreira Scotton -Chefe de Divisão Rhayssa Cristina da Silva Lazarim-monitora Isabel Cristina Gomes Nogueira -Inspetora de alunos Aline Alves da Silva -Nutricionista
<b>Obras</b>	Responsável pela manutenção e acompanhamento da expansão da estrutura física das unidades escolares da rede. Participa do projeto e acompanhamento das obras de construção, ampliação e reforma dos prédios escolares, da elaboração de projetos e orçamentos de obras e a fiscalização das obras contratadas. O setor absorve também as demandas de manutenção predial das unidades, além do gerenciamento dos contratos de capina, limpeza de caixa d'água, limpeza de fossa, dedetização e desratização, reposição de vidros etc.	Rosângela Maria Moura Santos-Diretora de escola
<b>Pagamento</b>	Monitora o quadro de frequência dos funcionários, licenças e gerenciamento da folha de pagamento	Renan Rocha Pagan -Escriturário Cristiane de Oliveira Silva - PIII Edson Donizeti da Silva -Escriturário Fernanda Aparecida Correa -Estagiária CIEE Nanci Alves -Inspetora de alunos Viviane de Fátima Zoia - Estagiária CIEE
<b>Planejamento</b>	Coordena junto às escolas os programas de controle do governo federal, EDUCACENSO, que é uma ferramenta que permite obter dados individualizados de cada estudante, e de frequência para beneficiários do Programa Bolsa Família. Monitora dados administrativos das escolas, tais como: matrículas e movimentos dos alunos e atendendo solicitações dos mais diversos setores sobre dados da Educação no Município.	Lauren Patrícia de Barros Cursino-Sup. de Ensino Tânia Vanessa Barretos Santos -Assistente de planejamento Diane Marçal de Souza-Estagiária CIEE Eliana Moura de Paula Lima- Professora readaptada Denise de Almeida Bicudo- Professora readaptada Ingrid Roicci Trevisan Gabriel -Estagiária

<b>Plantão de atendimento</b>	O setor tem o papel de ser utilizado como canal de comunicação do cidadão, que se utiliza ou não da rede municipal de educação, para apresentar suas sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Educação, encaminhando e respondendo aos questionamentos.	Célia Policarpo Prado de Carvalho -P III Erandy Borges da Silva -Diretora de Escola
<b>Prestação de contas</b>	Monitora junto às unidades escolares a elaboração de Prestação de contas de Convênios Federais e Estaduais, de repasses financeiros às escolas.	Sandra Claret Tolomio – PIII
<b>Recepção/ Protocolo</b>	Atende e encaminha as pessoas que procuram a secretaria de educação, pessoalmente ou por telefone, aos respectivos setores solicitados. Protocola documentos e promove encaminhando aos seus responsáveis.	Sueli de Carvalho Campos - servente Maria Goreti Mendonça - gari
<b>Secretaria</b>	Organiza e controla compromissos diários dos gestores da SEED: elabora documentos; responde pela qualidade do fluxo de informações e do arquivamento de documentos, otimizando o tempo no desempenho da gestão da Secretaria de Educação; dá encaminhamento de documentos protocolados aos respectivos responsáveis e; dá encaminhamento aos documentos para a gestão da Secretaria.	Maria Helena de Campos Hottum - PIII Andreza Aparecida Moreira Inácio - auxiliar

<b>Transporte</b>	<p>Gerencia o transporte dos alunos que residem na zona rural do município, realiza o transporte do corpo técnico para executar ações fora do município, além de manutenção da frota da Secretaria de Educação.</p>	<p>Richard Wilson Giovanelli Marques - Supervisor de Ensino  Tiago Barbosa Capellete-  Natalia Domingues- Monitora  Viviane Alves Deleperi Bezerra- Monitora  Patrícia dos Reis- Monitora  <b>Motoristas:</b>  André Luis Sales dos Santos  André Luis Soares  Arlindo da Silva  Benedito Augusto Santos  Benedito Claudio Presoto Dos Santos  Carlos Alberto dos Santos  Claudia Regina da Cruz Souza Dias  Dalmo Barbosa Lima  Daniel Dharcio de Paula  Demerval Cenci  Denilson Souza da Silva  Emir de Souza  Evair Renato de Carvalho  Fernando Douglas de Godói  Flávio Bockoski  Francisco José Marcondes Moreira  Helio Vera Ramos  Isac Candido dos Santos  Ivan Berbare  Jefferson Nunes Nascimento  Joel Ferreira de Oliveira  José Antonio Rodrigues  José Laércio Giovaneti  José Luiz Dos Santos  Julio César Santos Rocha Nogueira  Kildare Flávio Bossolan  Luiz Claudio Ribeiro Marcondes  Luiz Henrique Rezende Lopes  Manoelino Aparecido de Castro  Márcio Couto Ikawa  Nestor Rodrigues  Patrícia Zanin Mariotto  Rafael Tavares  Reinaldo da Silva  Reinaldo Oliveira Santos  Sandra Rose dos Santos  Silvia Helena dos Santos  Suely Inácio  Toniél Pádua Morais Silva  Wilson Antonio dos Santos  Wilson Gonçalves da Silva</p>
-------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **1.3 Gestores das Unidades de Ensino da Rede Municipal / 2015**

### **Educação Infantil / Diretores**

Alessandra Maria Andrade Pereira  
Alessandra Silvia De Melo  
Alinne G.F. de Campos  
Ana Célia Claro Fernandes  
Ana Maria Galhardo  
Ana Maria Gobbo  
Andréia Lucia Siqueira Holanda  
Carla Costa Fontes  
Carla Regina Torino  
Carmem Josiane Pereira Luz  
Claudia Andreucci de Oliveira Macedo  
Claudia Cristina de Moraes Costa  
Claudia Paiva Cruz Bento  
Claudia Regina Torino  
Claudia Regina Torino  
Cleunice Anacleto da Silva Renato  
Edna Alves Ferreira Silva  
Elaine de Angelis Gomes  
Elaine Maria Da Rocha Lima  
Elaine Pavanetti R. A. Silva  
Fátima Simone Batista  
Fernanda P. Leite Oliveira  
Gabriela Castro Loesch Amorim  
Gisele Donizete Moraes  
Gisele Fuliene Bocco de Moraes  
Graciela Quirino de Moura  
Inês Bispo Nogueira  
Isabel Cristina Silva E Santos  
Isolda Bussi Fernandes  
Jaqueline Aparecida Kurohiji  
Jaqueline Edvirgem O. Proença  
Jaqueline Oliveira Barros Damasceno  
Kátia Adriana Naldi de Castro  
Larissa Conceição Medeiros Pantoja Araujo  
Léa Cristina Ambrogi Ribas Branco  
Leandra Paulete Vendramini Policarpo  
Leila Maria Vitor Ferreira  
Letícia Aparecida de Brito Moreira  
Lucilei de Oliveira Domiciano  
Maria Aparecida Dos Santos Cezar  
Maria Cristina Farias  
Marilda Régis de Assis  
Marli Prado Morcelli  
Mauren Isis Martins  
Mayra Santos de Lima

Noely de Castro Guimarães  
Priscila Heleonor Messias Pereira dos Santos  
Renata Michelle R Da Cunha  
Rita de Cássia Brandão Mello  
Rosa Maria de Melo Mattos  
Rose Keller Regazini Costa  
Rosiane Marcelo Pereira  
Shirlei Candido Pinto  
Silvia Helena Mariotto Paula Santos  
Silvia Nanci Moreira Custódio  
Solange Marques Dos Santos  
Suellen Patareli  
Thamyris Martins Pedrosa  
Ursula Bussi Vitor  
Valéria Regina Freitas dos Santos  
Valéria Rodrigues de Souza Burdulis

### **Ensino Fundamental e Médio / Diretores**

Alexandra Borelli Lossio  
Ana Carolina Rocha Moutela  
Andréia Teresa de Moraes Bussi  
Beatriz Marani Machado  
Claudia Righi de Carvalho  
Dione Amaral da Rocha Andrade  
Eber Cimas R. Bulle das Chagas  
Eliana Cristina Corrêa Domingues  
Eliana Cristina Domingues Correa  
Fernanda Aparecida de Campos  
Francisco Trevisan  
Gisele Soraya Barbosa  
Gislaine Aparecida da Silva Gomes  
Gustavo Perroni Gomes da Silva  
Helton Naves Dias  
Ila Tereza de Moraes Santos Pinto  
Julcimara Aparecida de Paula Barros  
Laura Rechdan Ribeiro Novaes  
Lilian de Lima Nunes  
Lourival da Silva Nogueira  
Luciane Carvalho de Brito Ferreira  
Luiz Ricardo Rocha Pereira  
Luiza Maria Miranda de Souza  
Márcia Gonzaga de A. Barbosa  
Marco Antonio de Oliveira  
Marco Géia Junior  
Maria Ap. de Carvalho  
Maria Aparecida Chagas Gatti  
Maria Carolina Santos Cendretti

Maria de Fatima Flausino Barbosa  
Maria Helena Ribeiro Rocha  
Maria Teresa da Silva Ronconi  
Marilda Régis de Assis  
Mauro Celso Senatore  
Milena dos Santos  
Monica de Nardi Bastos  
Odete Aparecida dos Santos  
Rosana Silva Mendes Matos Dias  
Sandra de Castro Saab  
Sandra Gomes Trindade  
Sirley Aparecida Gonzaga Capucho  
Sonia Regina Galhardo Schmidt  
Waldir Cesar de Almeida Junior  
Walesca Regina de Oliveira  
Wilse Mara Galvão Santos

### **Ensino Fundamental e Médio / Vice-diretores**

Adriana Nunes Stein  
Aloísio Marques Pereira  
Ana Paula Ferrão Pupo Batista  
Ana Paula Moraes Veloso  
Andréa de Andrade Alves Azevedo  
Andressa Braga de Carvalho  
Cintia Campos Pierotti  
Claudia de Alvarenga Brandão  
Claudia Lucia da Silva Alves Correa  
Claudia Salles Cauduro Esper  
Creusa Nunes da Silva  
Cristiane Vieira Nogueira Azevedo  
Daniela de Almeida Miranda  
Daniela de Camargo Santos Luchesi  
Débora Tagata  
Decio Rezende Santos  
Denise Aparecida Tonini  
Beatriz Marcondes Cunha  
Elisangela Cristina de Oliveira  
Ellen Monteiro Cesar  
Eltalane Sampaio de Oliveira  
Estela Maris da Cruz  
Fernanda Malta Guimarães  
Flávia Cristina de Oliveira Castro  
Gabriela Fernanda Mariano  
Giovanna Velloso dos Santos  
Gisele Siqueira dos S. Ribeiro da Silva  
Irineu Ferreira Pompeo  
João César Nogueira

João Guilherme Duque Patto  
Juliana Aparecida Paula Barros  
Lilian Aparecida Nunes Vitorio  
Loide Gonçalves de Almeida Grandchamp  
Luciana do Baixo Martins  
Luciane Matsuda Duran  
Luiz Fabian Bittencourt  
Márcia Graça Marcondes Satin  
Maria Claudia de P. Nunes  
Maria Cristina Marçon Russi  
Marinilza Rocha de Araújo Faria  
Maristela de Souza Silveira  
Natália Maria Rita Marcondes Souza  
Patrícia Rampazzo  
Patrícia Rodrigues Ramos  
Patrícia Solange Rodrigues Monteiro  
Priscila Kuroyshi  
Regiane Carina da Silva  
Regiane Molica Amadei de Oliveira  
Regiane Rodrigues de Azevedo  
Regina Lucia Dias Chaves  
Renata Alessandra de A. G.dos Santos  
Renata Barbosa do Prado  
Renata Teodora Diaz Zandonadi Gritt  
Rita de Cássia Almeida Pinto  
Silene Vaz Monteiro da Silva  
Simone Aparecida Basso  
Solange Aparecida de Almeida Vieira da Silva  
Talita Manuela Rafaela de Almeida Silva  
Tâniade Camargo Borges  
Tânia Regina Pavaneti Gomes  
Terezinha Elizabeth Inácioda Silva  
Vanessa de Sá M. do Couto  
Vanessa Martins Silva

## **Ensino Fundamental / Professores Coordenadores**

Alcimara Azevedo dos Santos Silva  
Alessandra Abirached de Camargo Leite  
Ana Carolina Leite Pires  
Ana Cristina Oliveira Cardoso Xavier  
Ana Paula Fernandes  
Ana Paula Pereira  
Ana Paula Vitor de Alvarenga  
Bárbara Sabrina Ferreira  
Bernadete de Moura Assis Pereira  
Camila Bonato S. Rocha  
Carmem V.A. Ferreira

Cristiane Bastos  
Daniela Castilho Rodrigues  
Daniela Santos Oliveira  
Danila Cantelmo Costa Magalhães  
Denise Teberga Mendana  
Gabriela das Neves  
Graziela Cristina Franca da Silva  
Heloisa da Silva Maximiano de Godoy  
Jacqueline de Oliveira Silva Leal  
João Rubens de Sales  
Juliana Amélia de Correa  
Kamila Castro Monteiro  
Karla Fabiana de Alencar Pires  
Lázaro de Moura  
Leda Maria dos Santos Belo  
Lícia Cristina dos Santos  
Lílian Menezes Cavalca  
Luciana Oliveira de Mello de Carvalho  
Marenice Del Santo  
Maria de Lourdes de Toledo  
Maria Fernanda Pinho Leandro Ribeiro  
Michele Cristina Bandeira Resende  
Níliá Martins Aguiar  
Patrícia Carminato da Silva  
Rafaela Cristina Ribeiro da Luz  
Reginaldo José dos Santos  
Ricardo Alcântara de Melo  
Shirley Teixeira De Macedo  
Veruska David Eiras Antunes  
Viviane Almeida Escudeiro Pinheiro  
Walace Ricardo Sant'ana

### **Educação Infantil / Professores Coordenadores**

Amanda Migotto  
Ana Carla G. Benvindo  
Andréia Alves de Lima F Leite  
Andréia M. Machado Citro  
Andréia P. Santos Oliveira  
Benedita Isabel C. Dionizio  
Camila Aparecida S. P. Xavier  
Cinthia de Almeida Alves  
Daniela Fagundes da Silva  
Denise Fernandes Carretta  
Elaine Moscardo G. Labinas  
Eliane Cristina Oliveira Pereira  
Eliane Passos P. Godói  
Eliara de Oliveira Coelho

Fabiana Aparecida Felipe Silva  
Fernanda Pinto Fonseca  
Graziela dos Santos  
Josiane Cristina Guimarães  
Juliana Felício Pinto  
Jussara Xavier de C. Jesus  
Ligia Maria de Souza  
Luiza Lídia de Faria Santos  
Maria Inês dos Santos Oliveira  
Monalisa Raymundo Barbosa  
Priscila Santos de Paula  
Renata Juliana de G. Matos  
Rita de Cássia Gouvêa  
Vanessa Gonçalves de Lima  
Vanete Cristiane de Almeida  
Vânia Aparecida Vitor

## Referências Bibliográficas

**ACABAR COM A FOME.** (2010). Fonte: Portal ODM Relatórios Dinâmicos: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/1-acabar-com-a-fome-e-a-miseria/BRA003035607/taubate---sp>

**ADRIÃO, T.** (2006). Ensino Médio Noturno em São Paulo: democratização e diversidade/coordenação Estadual? SEB. Brasília.

**ALMEIDA, D.** (2015). Gestão Escolar. Acesso em 2015, disponível em Fundação Victor Civita: <http://fvc.org.br/>

**ATLAS Brasil.** (2015). Atlas do Desenvolvimento Humano. Acesso em abril de 2015, disponível em Atlas Brasil: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/taubate\\_sp](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/taubate_sp)

**BEISIEGEL, C. R.** (2006). A Qualidade do ensino da escola pública. Brasília: Liber Livros.

**Brasil.** (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pradime : Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – : Ministério da Educação – (Cadernos de texto,v2,pag21. Brasília, DF: SEBE.

**BRASIL.** (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. . Brasília.

**Brasil.** (1997). Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus Congresso Nacional. Brasília, DF.

**BRASIL.** (1994). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP. Brasília.

**BRASIL.** (2001). Plano Nacional de Educação/ PNE Lei nº10.172/2001. Acesso em 2015, disponível em Planalto: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)

**Brasil.** (2013). Tesouro Nacional/ Responsabilidade Fiscal. Acesso em 2015, disponível em Tesouro Nacional: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

**BRASIL.** (2015). Transferências Constitucionais. Acesso em 2015, disponível em Banco do Brasil /Governo: <http://www.bb.com.br/portalbb/page100,110,4554,11,0,1,3.bb>

**BRASIL,SEB.** (2009). Diretrizes Curriculares Nacionais.

**Brasil.** (1996). Lei nº 9.694/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

**Brasil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2006). Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação.Secretaria de Educação Básica . Brasília. DF.

**BRASIL.MEC.** (1997). Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais: MEC/SEF,. Brasília 1997.

**Câmara** 2007. (s.d.). Estatuto do Magistério- Lei Complementar nº 180, de 27 de dezembro de 2007. Fonte: Câmara de Taubaté: <http://www.camarataubate.sp.gov.br/processo-legislativo/index.php?exibir=30&ordenar=dataasc&categoria=&ano=&palavra=>

**Câmara Municipal.** (2015). Audiências Públicas. Fonte: Câmara Taubaté: <http://www.camarataubate.sp.gov.br/arquivo/editor/file/Audiencias%20Publicas/Metas%20Fiscais/2014/3%20quadrimestre>

**Câmara,** 2006. (s.d.). Lei Complementar nº142, de 16 de janeiro de 2006. DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .

**Campanha Nacional pelo Direito à Educação.** (2010). Pátria Educadora. Acesso em 2015, disponível em Campanha Nacional pelo Direito à Educação: <http://www.campanhaeducacao.org.br/>

**CARMO,** E. F. (2014). Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. Acesso em abril de 2015, disponível em Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

**CARVALHO,** José Sergio de F. de.(2007). A Qualidade de ensino vinculada à democratização do acesso à escola. Fonte: SCIELO: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142007000200023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200023)

**CAVEX.** (2015). Divisão de informática. Fonte: Comando de Aviação do Exército: <http://www.cavex.eb.mil.br/>

**Censo Escolar .** (2010). Censo Escolar. Fonte: INEP: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

**Censo Escolar.** (2013). Censo Escolar. Acesso em 2015, disponível em QEDU: <http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>

**CENSO IBGE.** (2010). Censo demográfico. Fonte: IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>

**CONCEITO.** (2015). Indivíduo. Acesso em 2015, disponível em Conceito.de: <http://conceito.de/individuo>

**CONVIVA Educação.** (s.d.). Indicadores. Acesso em 2015, disponível em Conviva Educação: • [http://convivaeducacao.org.br/platform/indicators/school\\_census/infrastructures](http://convivaeducacao.org.br/platform/indicators/school_census/infrastructures)

**DATASUS.** (2014). CADASTRAMENTO FAMILIAR - BRASIL. Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA : <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABFbr.def>

**DATASUS.** (2014). Sistema de Informação da atenção Básica- Cadastramento Família. Acesso em 2015, disponível em Ministério da saúde: Ministério da Saúde - DATASUS | Sistema de Informação da Atenção Básica - Cadastramento Família

**DETAU.** (2014). Escolas de Taubate. Acesso em 2015, disponível em DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAUBATÉ: [http://detaubate.edunet.sp.gov.br/downloads\\_2014/escolas\\_taubate.pdf](http://detaubate.edunet.sp.gov.br/downloads_2014/escolas_taubate.pdf)

**EDUCAÇÃO UOL.** (2014). O ensino Médio e seus caminhos. Acesso em 2015, disponível em Revista Educação: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/169/o-ensino-medio-e-seus-caminhos-234935-1.asp>

**FDE.** (2015). SIM Educação Sistema de Informações Municipais. Acesso em 2015, disponível em Fundação para o Desenvolvimento da Educação: <http://www.fde.sp.gov.br/simeducacao/perfil/view/index.php?codigo=541>

**FGV.** (s.d.). Pesquisas. Acesso em 2015, disponível em Centro de Políticas Sociais : <http://cps.fgv.br/>

**FNDE.** (2013). Legislação e Portarias. Acesso em 2015, disponível em Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/5147-portaria-interministerial-n%C2%BA-19,-de-27-de-dezembro-de-2013>

**FNDE.** (2013). Programa Dinheiro Direto na Escola. Acesso em 2015, disponível em Portal Mec: [http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com\\_content&id=12320](http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&id=12320)

**FNDE** Resolução . (2014). Ponderações Aplicáveis para Vigência no exercício de 2014; Resolução nº1, de 31 de dezembro de 2013. Fonte: FNDE Resoluções: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes?start=10>

**FREIRE,** Paulo(1979). Terceiro Mundo e Teologia. Carta a um jovem teólogo, in Carlos Alberto Torres , Consciência e História: A Práxis Educativa de Paulo Freire, São Paulo; Córtes & Moraes

**Freire,** P. (2002). Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

**GDAENET.** (2013). Projeto Migração/Controler. Acesso em 2015, disponível em EDUNET.GOV.BR: <https://gdaenet.edunet.sp.gov.br/>

**GDAENET.** (2013). Sistema de Avaliação e Frequência. Acesso em 2015, disponível em EDUNET: <https://gdaenet.edunet.sp.gov.br/>;

**GOMES,** S. C. (2008). Fatores explicativos das diferentes estratégias de multiplicação do ensino fundamental nos governos subnacionais do Brasil (1997-200).

**IBGE Cidades.** (2011). Cidades@. Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação e População e Indicadores Sociais:  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355410>

**IBGE SEADE.** (2010). Retratos de São Paulo. Acesso em 2015, disponível em Censo demográfico Fundação SEADE:  
<http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/?temaId=1&porTema=true&locId=3554102&busca=>

**IBGE.** (2009). taxa de analfabetismo. Fonte: IBGE/Séries Estatísticas:  
<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=taxa-analfabetismo&vcodigo=PD384>

**IBGE/PNAD.** (s.d.). Pesquisa Nacional por amostra de domicílio. Acesso em Abril de 2015, disponível em IBGE:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)

**IDEB/INEP.** (2013). Dados do IDEB. Acesso em 2015, disponível em QEDU / Meritt e Fundação Lemann: QEDU.org.br

**INEP.** (2014). Básica/Censo Escolar . Acesso em 2015, disponível em Portal INEP:  
[http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar\)/atualizacao](http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar)/atualizacao)

**INEP.** (2013). Distorção Idade série. Acesso em 2015, disponível em QEDU: • Fonte;  
[http://www.qedu.org.br/cidade/2371-taubate/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial\\_years&year=2013](http://www.qedu.org.br/cidade/2371-taubate/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2013)

**INEP.** (2013). Indicadores Educacionais. Acesso em 2015, disponível em INEP:  
<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

**INEP.** (2014). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos . Brasília.

**INEP/REUNI.** (2014). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) . Acesso em abril de 2015, disponível em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>

**IPEA.** (2015). PNDU, IPEA e FJP. Acesso em março de 2015, disponível em Portal IPEA:  
<http://www.ipea.gov.br/>

**IPEADATA.** (2015). IPEADATA/Regional. Fonte: IPEADATA:  
<http://www.ipeadata.gov.br/>

**Lei Complementar nº 142.** (2006). Lei Complementar nº 142, de 16 de janeiro de 2006 Dispõe sobre a avaliação especial de. Fonte: Taubaté:  
<http://www.taubate.sp.gov.br/~tauba061/anexos/decretos/2013/12980.PDF>

**LIBÂNEO, J. C.** (2004). Organização e gestão da Escola: teoria e prática. 5.ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa.

**LOMONACO, B. P., & SILVA, L. A. (2013).** “Percurso da Educação Integral em busca da qualidade e equidade”. São Paulo: CENPEC.

**MAPS, G. (2015).** Maps. Fonte: Google Maps: [www.google.com.br/maps/place/Taubaté+-SP/@-23.0448777,-45.5778174,13z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x94ccf8ea3cf365e7:0xe826950860bd7f50](http://www.google.com.br/maps/place/Taubaté+-SP/@-23.0448777,-45.5778174,13z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x94ccf8ea3cf365e7:0xe826950860bd7f50)

**MDS. (2013).** Fonte: Ministério do desenvolvimento e combate a fome: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastronico>

**MDS. (2013).** Combate a fome. Acesso em 2015, disponível em Aplicações MDS: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>

**MDS. (2015).** Relatórios Dinâmicos. Acesso em abril de 2015, disponível em Portal ODM: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA003035607/taubate---sp>

**MDS-SAGI. (2015).** subsídios para municípios. Fonte: MDS: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=subsidios\\_paa\\_municipal](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal)

**MEC. (2010).** Fonte: Ministério da Educação: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159&Itemid=383](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=383)

**MEC. (2012).** Atos Normativos: Parecer CNE/CEB nº11/2012. Acesso em 2015, disponível em Portal MEC - Ministério da Educação: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17576&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17576&Itemid=866)

**MEC. (2010).** Documentos Referência CONAE 2010. Acesso em 2015, disponível em Portal MEC: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento\\_referencia.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf)

**MEC. (2013).** INEP Censo Escolar. Acesso em 2015, disponível em Ministério da Educação MEC: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

**MEC. (2015).** Ministério da Educação. Acesso em 2015, disponível em Ministério da Educação.

**MEC. (2013).** Política Nacional de Educação Especial. Acesso em 2015, disponível em PEEI /MEC: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)

**MEC. (2013).** Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Acesso em 2015, disponível em Portal MEC: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17430&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817)

**MEC. (2014).** PROUNI. Acesso em 2015, disponível em Portal MEC-Secretaria de Educação Superior - Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/livrosesu.pdf>

**Meu Município. (2015).** Meu Município. Fonte: Calandra Soluções: <http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/municipio/35541>

**MS.** (2015). Ministério da Saúde. Fonte: Ministério da Saúde: <http://portalsaude.saude.gov.br/>

**MTE.** (2015). Ministério do Trabalho e Emprego. Acesso em 2015, disponível em Portal Ministério do Trabalho e Emprego: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

**OLIVEIRA, J. F.** (2014). Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. Acesso em 2014, disponível em Escola de Gestores MEC: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf)

**OLIVEIRA, R. d.** (2011). Judicialização da Educação: a atuação do Ministério Público como mecanismo de exigibilidade do direito à educação no município de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Educação). Minas Gerais.

**PORTAL Mec.** (2015). Consulta Pública ao Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015. Acesso em 2015, disponível em Portal MEC: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20514:consulta-publica-ao-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015&catid=454&Itemid=164](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20514:consulta-publica-ao-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015&catid=454&Itemid=164)

**PORTAL MEC.** (s.d.). PAR- Apresentação. Acesso em 2015, disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159&Itemid=383](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=383)

**PORTAL ODM.** (2015). Reduzir a Mortalidade Infantil. Acesso em 2015, disponível em Relatórios Dinâmicos: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/4-reduzir-a-mortalidade-infantil/BRA003035607/taubate---sp>

**Portal ODM.** (2015). Relatórios dinâmicos. Fonte: Acabar com a fome e miséria: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/1-acabar-com-a-fome-e-a-miseria/BRA003035607/taubate---sp>

**PORTAL ODM.** (2015). Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento. Acesso em 2015, disponível em PORTAL ODM: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/8-todo-mundo-trabalhando-pelo-desenvolvimento/BRA003035607/taubate---sp>

**Portal Taubaté.** (2015). Portal Taubaté. Acesso em 2015, disponível em Portal Taubaté: <http://www.taubate.sp.gov.br>

**Processo CEE nº 0562/92 CEE nº 596/92.** (1992). Processo CEE nº 0562/92 CEE nº 596/92 Municipalização. São Paulo: [http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1992/par\\_596\\_92\\_pro\\_0562\\_92\\_s\\_andre\\_c\\_anne\\_w\\_anne.pdf](http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/1992/par_596_92_pro_0562_92_s_andre_c_anne_w_anne.pdf).

**QEDU.** (s.d.). Questionário Prova Brasil. Acesso em 2015, disponível em QEDU: <http://www.qedu.org.br/brasil/pessoas/diretor>

**QEDU/INEP.** (2015). Total de Escolas da Educação Básica. Acesso em 2015, disponível em QEDU>ORG: <http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>

**REDE CIM.** (2015). Planos Municipais de Educação. Fonte: Rede Cim- Célula de Inovação do Município: <http://www.redecim.com.br/group/planos-municipais-de-educacao-sp>

**RPEB/INEP.** (2014). Políticas Públicas de Democratização de acesso. Acesso em 2015, disponível em Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2915/2042>

**São Paulo.** (2015). Consulta de Repasse. Acesso em 2015, disponível em Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria a Fazenda: <https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx>

**SEAD Fundação.** (2010). Índice Paulista Responsabilidade Social. Acesso em março de 2015, disponível em Assembléia Legislativa: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>

**SEAD Fundação.** (s.d.). Sistema Estadual de Análise de Dados. Fonte: Portal de Estatística do Estado de SP: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>

**SEAD Fundação.** (2013). Sistema Estadual de Análise de Dados. Fonte: Portal de Estatística do Estado de SP: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>

**SEAD.** (2013). Perfil histórico. Acesso em 2015, disponível em SEAD.gov: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist\\_541.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_541.pdf)

**SEADE Fundação.** (2015). Vulnerabilidade Paulista. Fonte: SEADE Fundação: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>

**SEBRAE/MDS.** (s.d.). Acesso à Informação. Acesso em abril de 2015, disponível em SEBRAE :Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao>

**SICONFI.** (2015). Tesouro Nacional. Fonte: Sistema de Informatica Contábeis Fiscais do Setor de Planejamento: <HTTPS://siconfi.tesouro.gov.br/>

**STN.** (2013). Transferências Constitucionais. Acesso em 2015, disponível em Secretaria do Tesouro Nacional: [http://www3.tesouro.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais\\_novosite.asp](http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais_novosite.asp)

**Taxas de Rendimento.** (2013). Acesso em 2015, disponível em QEDU, Meritti Fundação Lemann: • Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/2371-taubate/taxas-rendimento/rede-estadual/rural-e-urbana?year=2013>

**Tesouro Nacional.** (2015). Tesouro Nacional. Fonte: Ministério da Fazenda: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

**UFBA.** (2014). Gestão. Acesso em 2015, disponível em Universidade Federal da Bahia: • <http://www.moodle.ufba.br/>

**UNICEF/IBGE.** (2000). Contagem de População 1996 e Censo Demográfico 2000. Ministério da Saúde, Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Fonte: UNICEF Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-(IBGE): [http://www.unicef.org/brazil/pt/IDI\\_2004.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/IDI_2004.pdf)

**Universia.** (2015). Formas de ingresso na universidade. Acesso em abril de 2015, disponível em Universia/Brasil vestibular: <http://vestibular.universia.com.br/aceso-ensino-superior/>

**VALE.** (15 de outubro de 2013). 75 cursos da região alcançam índice satisfatório pelo ENADE. Acesso em 2015, disponível em O vale: <http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/75-cursos-da-regi-o-alcancam-indice-satisfatorio-pelo-enade-1.456887>

## ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ NA REGIÃO.....	18
FIGURA 2- ACESSOS AO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ.....	19
FIGURA 3- TAUBATÉ POR JEAN BAPTISTE DEBRET .....	20
FIGURA 4 - TAUBATÉ POR PAULO CAMILHER FLORENÇANO. ACERVO DMPAH .....	22
FIGURA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO .....	23
FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS 5 PRINCIPAIS CULTURAS DE REBANHO DO MUNICÍPIO – 2011 .....	24
FIGURA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS 5 PRINCIPAIS CULTURAS DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO .....	25
FIGURA 8 - TAXA DE DESEMPREGO POR ÁREA .....	26
FIGURA 9 PESSOAS OCUPADAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - 2010 .....	26
FIGURA 10 - PERCENTUAL DE RENDA APROPRIADO PELA POPULAÇÃO.....	28
FIGURA 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CINCO PRINCIPAIS DESPESAS DO MUNICÍPIO.....	28
FIGURA 12 - DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DO MUNICÍPIO, POR NATUREZA, PARA O ANO DE 2013.....	29
FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA DO MUNICÍPIO, POR NATUREZA, PARA O ANO DE 2013.....	30
FIGURA 14 - DISTRIBUIÇÃO DE GASTOS.....	31
FIGURA 15 - ORÇAMENTO 2014 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	32
FIGURA 16 - POPULAÇÃO.....	32
FIGURA 17 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO POR FAIXA ETÁRIA .....	33
FIGURA 18 - PIRÂMIDE ETÁRIA .....	34
FIGURA 19 - PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL.....	36
FIGURA 20 - PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DE TAUBATÉ ATÉ 2025.....	36
FIGURA 21 - EVOLUÇÃO DE IDH .....	38
FIGURA 22 - DISTRIBUIÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS .....	38
FIGURA 23- CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS COM BAIXÍSSIMA VULNERABILIDADE .....	39
FIGURA 24 - PROPORÇÃO DE PESSOAS EM RELAÇÃO À LINHA DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA .....	41
FIGURA 25- EVOLUÇÃO DE CADASTRO ÚNICO.....	42
FIGURA 26 - BENEFICIÁRIOS BPC.....	42
FIGURA 27 - INDIVÍDUOS CADASTRADOS SIMULTANEAMENTE NO MEI E NO CADASTRO ÚNICO.....	43
FIGURA 28 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI).....	43
FIGURA 29 - HORAS TRABALHADAS POR TRABALHADORES FORMAIS COM IDADE DE 15 A 24 ANOS.....	44
FIGURA 30 - DISTRIBUIÇÃO DAS CINCO PRINCIPAIS CAUSAS DE MORBIDADE HOSPITALAR.....	45
FIGURA 31- MORTALIDADE DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS .....	45
FIGURA 32 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRÊS PRINCIPAIS CAUSAS EXTERNAS DE ÓBITO.....	46
FIGURA 33 - ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS.....	47
FIGURA 34 - POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO.....	47
FIGURA 35 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS NA REDE EDUCACIONAL, POR FAIXA ETÁRIA.....	48
FIGURA 36 - EQUIPE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	55
FIGURA 37 BALANCETE SINTÉTICO – DESPESA LIQUIDADA NO EXERCÍCIO 2014 .....	68
FIGURA 38 MATRÍCULA NA CRECHE - 0 A 3 ANOS .....	69
FIGURA 39 MATRÍCULAS NA CRECHE, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO .....	69
FIGURA 40 MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA - 4 A 5 ANOS .....	70
FIGURA 41 MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO .....	70
FIGURA 42 – FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.....	71
FIGURA 43 – FUNDAMENTAL ANOS FINAIS .....	71
FIGURA 44 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS .....	72
FIGURA 45 – ENSINO MÉDIO .....	72
FIGURA 46 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS .....	73
FIGURA 47 – POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS COM PELO MENOS ENSINO MÉDIO.....	73
FIGURA 48 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS.....	74

FIGURA 49- MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	74
FIGURA 50 – MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO ENSINO MÉDIO.....	75
FIGURA 51 – ENSINO FUNDAMENTAL ORGANIZADO EM CICLOS .....	85
FIGURA 52 – LOCAL DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA .....	86
FIGURA 53 – MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	86
FIGURA 54 – MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE MUNICIPAL .....	87
FIGURA 55 – MATRICULAS EDUCAÇÃO BÁSICA - REDE ESTADUAL.....	87
FIGURA 56 – MATRICULAS EDUCAÇÃO BÁSICA – REDE PRIVADA .....	88
FIGURA 57 – INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS.....	89
FIGURA 58 – INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS.....	89
FIGURA 59 – ENERGIA ELÉTRICA .....	90
FIGURA 60 – ESGOTO SANITÁRIO .....	90
FIGURA 61 – COLETA DE LIXO .....	91
FIGURA 62 – OCUPAÇÃO DOS PRÉDIOS .....	92
FIGURA 63 INSTALAÇÕES .....	92
FIGURA 64 - MANUTENÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS.....	95
FIGURA 65 - EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS .....	96
FIGURA 66 - CONECTIVIDADE .....	96
FIGURA 67 - EQUIPAMENTOS .....	97
FIGURA 68 - FREQUÊNCIA À ESCOLA - POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS .....	127
FIGURA 69- FREQUÊNCIA DE ALUNOS DO BERÇÁRIO I E II .....	129
FIGURA 70 - INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 1.....	139
FIGURA 71 - INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 2.....	140
FIGURA 72 – INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 3 .....	141
FIGURA 73 – INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 4 .....	141
FIGURA 74 - INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 5.....	142
FIGURA 75 - INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 6.....	142
FIGURA 76 - INDIQUE INFANTIL - DIMENSÃO 7.....	143
FIGURA 77 - HIPÓTESES DE LEITURA/ESCRITA DO ENSINO INFANTIL .....	144
FIGURA 78 - HIPÓTESES DE LEITURA/ESCRITA DO ENSINO INFANTIL (SETEMBRO 2014) .....	144
FIGURA 79 - HIPÓTESES DE LEITURA/ESCRITA DO ENSINO INFANTIL (JUNHO 2014) .....	145
FIGURA 80 - ANALFABETISMO E ANALFABETISMO FUNCIONAL .....	150
FIGURA 81- TAXA DE FREQUÊNCIA LÍQUIDA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	150
FIGURA 82 - TAXA DE CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....	151
FIGURA 83 - ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL.....	153
FIGURA 84 - REDE PÚBLICA E PRIVADA (URBANA E RURAL).....	159
FIGURA 85 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	160
FIGURA 86- OFERTA E PROCURA DE VAGAS. QUESTIONÁRIO IDEB - 2011 .....	161
FIGURA 87 - TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - REDE MUNICIPAL - 2013.....	163
FIGURA 88 - TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - REDE ESTADUAL - 2013 .....	164
FIGURA 89 - TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - REDE PRIVADA - 2013 .....	165
FIGURA 90 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE MUNICIPAL – ANOS INICIAIS (2013).....	166
FIGURA 91 - EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE MUNICIPAL – ANOS INICIAIS (2006-2013).....	166
FIGURA 92 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE MUNICIPAL – ANOS FINAIS (2013).....	167
FIGURA 93 EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE MUNICIPAL – ANOS FINAIS (2006-2013).....	167
FIGURA 94 - EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE ESTADUAL – ANOS INICIAIS (2006-2011) .....	168
FIGURA 95 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE ESTADUAL – ANOS FINAIS (2013) .....	169
FIGURA 96 - EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE ESTADUAL – ANOS FINAIS (2006-2011) .....	169
FIGURA 97 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE PRIVADA – ANOS INICIAIS (2013) .....	170

FIGURA 98 EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - REDE PRIVADA – ANOS INICIAIS (2006-2013) .....	170
FIGURA 99 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE -REDE PRIVADA – ANOS FINAIS (2013) .....	171
FIGURA 100 EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE PRIVADA – ANOS FINAIS (2006-2011) .....	171
FIGURA 101 - EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO - TODAS AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO.....	172
FIGURA 102 - EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO – REDE MUNICIPAL.....	173
FIGURA 103 - EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO – REDE ESTADUAL NO MUNICÍPIO.....	174
FIGURA 104 - ALUNOS COM MÉDIA ABAIXO DE 6,0, NO ENSINO FUNDAMENTAL II .....	175
FIGURA 105 - APLICAÇÃO DO ÍNDIQUE NA REDE MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL.....	176
FIGURA 106 - IDEB REDE MUNICIPAL – ANOS INICIAIS .....	181
FIGURA 107- IDEB REDE MUNICIPAL – ANOS FINAIS.....	181
FIGURA 108 - IDEB REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO – ANOS INICIAIS.....	182
FIGURA 109- IDEB REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO – ANOS FINAIS .....	182
FIGURA 110 - TAXA DE FREQUÊNCIA LÍQUIDA NO ENSINO MÉDIO .....	186
FIGURA 111 - TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO .....	186
FIGURA 112 - TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - REDE MUNICIPAL - 2013.....	190
FIGURA 113 - TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - REDE ESTADUAL - 2013 .....	190
FIGURA 114 - TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - REDE PRIVADA - 2013 .....	191
FIGURA 115 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE MUNICIPAL – ENSINO MÉDIO (2013).....	194
FIGURA 116 - EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE MUNICIPAL – ENSINO MÉDIO (2006-2013).....	194
FIGURA 117 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE ESTADUAL – ENSINO MÉDIO (2013) .....	195
FIGURA 118 – EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE ESTADUAL – ENSINO MÉDIO (2006-2013).....	195
FIGURA 119 - DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE PRIVADA – ENSINO MÉDIO (2013) .....	196
FIGURA 120 - EVOLUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE REDE PRIVADA – ENSINO MÉDIO (2006-2013) .....	196
FIGURA 121 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES: CURSOS LIVRES .....	199
FIGURA 122 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES: ESCOLAS QUE OFERECEREM CURSOS TÉCNICOS .....	199
FIGURA 123- CURSOS PROFISSIONALIZANTES: ESCOLAS QUE OFERECEREM CURSOS TECNOLÓGICOS .....	200
FIGURA 124- ESCOLAS ESTADUAIS EM TAUBATÉ QUE OFERECEM CURSOS DE EJA.....	204
FIGURA 125- ESCOLAS MUNICIPAIS QUE OFERECEM CURSOS DE EJA .....	205
FIGURA 126 – HISTÓRICO DE ATENDIMENTO DE EJA NO MUNICÍPIO .....	207
FIGURA 127 – MATRÍCULAS EM EJA – REDE MUNICIPAL E ESTADUAL .....	207
FIGURA 128 – NÍVEL DE ATENDIMENTO EJA .....	208
FIGURA 129 – ESTIMATIVA DA DEMANDA NÃO ATENDIDA – POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS .....	208
FIGURA 130 – ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS.....	212
FIGURA 131 – ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.....	212
FIGURA 132- ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL .....	213
FIGURA 133 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	222
FIGURA 134 MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR BRASIL (EM MILHÕES DE ALUNOS) .....	223
FIGURA 135 MUNICÍPIOS COM INSTITUIÇÕES FEDERAIS.....	223
FIGURA 136- MATRÍCULAS POR FAIXA ETÁRIA NO ENSINO SUPERIOR – 2011 .....	224
FIGURA 137- INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E RESPECTIVOS CURSOS NO MUNICÍPIO.....	227
FIGURA 138 – META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL.....	234
FIGURA 139- META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS.....	238
FIGURA 140 – META 3 – ENSINO MÉDIO .....	241
FIGURA 141- META 4 – EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.....	244
FIGURA 142 – META 5 – ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS .....	248
FIGURA 143- META 6 – ESCOLAS E MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NA REDE PÚBLICA.....	251
FIGURA 144- META 8 – ESCOLARIDADE MÉDIA .....	261
FIGURA 145 – META 9 – ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL .....	263
FIGURA 146 – META 10 – EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	266

FIGURA 147 – META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO .....	269
FIGURA 148 - META 16 – PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES.....	279

TABELA 1- CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ, SP .....	19
TABELA 2 - RANKING IPRS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	27
TABELA 3- DESPESA ORÇAMENTÁRIA, DADOS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014 .....	31
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA.....	34
TABELA 5 - POPULAÇÃO POR ETNIAS .....	35
TABELA 6 - POPULAÇÃO POR RELIGIÃO .....	35
TABELA 7 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	37
TABELA 8 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TAUBATÉ .....	40
TABELA 9 - VERBAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO/2013 .....	64
TABELA 10- ETAPAS, MODALIDADES E TIPOS DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO .....	65
TABELA 11 REPASSES FINANCEIROS DIRETO NAS ESCOLAS .....	66
TABELA 12 COMPRAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO .....	67
TABELA 13- ORÇAMENTO 2014 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – 3º QUADRIMESTRE .....	67
TABELA 14 OUTRAS DESPESAS CORRENTES – 2014.....	68
TABELA 15 ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL - 2014 .....	76
TABELA 16 ESCOLAS DA REDE PRIVADA – 2014 .....	80
TABELA 17 ESCOLAS DA REDE ESTADUAL - 2014 .....	83
TABELA 18 - SITUAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS .....	93
TABELA 19 DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA / REDE MUNICIPAL .....	93
TABELA 20 - REFORMA E MANUTENÇÃO.....	94
TABELA 21 DADOS ESCOLAS .....	98
TABELA 22 - SITUAÇÃO FUNCIONAL .....	99
TABELA 23 - PROFESSORES.....	99
TABELA 24 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS.....	100
TABELA 25 - ESCOLAS QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM PERÍODO INTEGRAL 2015 .....	103
TABELA 26 - ALUNOS QUE PERMANECEM AO MENOS 7 HORAS EM ATIVIDADES ESCOLARES .....	103
TABELA 27 - PROJETO FAMÍLIA NA ESCOLA .....	108
TABELA 28- INVESTIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	112
TABELA 29 - FROTA .....	114
TABELA 30 - CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O GOVERNO FEDERAL .....	115
TABELA 31 - CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O GOVERNO ESTADUAL .....	115
TABELA 32- VERBA PRÓPRIA.....	116
TABELA 33 - MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL – REDE MUNICIPAL DE TAUBATÉ, 2015 .....	130
TABELA 34 - NÚMERO E TIPO DE UNIDADES DA REDE MUNICIPAL .....	133
TABELA 35 - ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, POR NÍVEL .....	133
TABELA 36 - ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	134
TABELA 37 - CENSO ESCOLAR 2014 – MATRÍCULAS INICIAIS .....	135
TABELA 38 - DEMANDA NÃO ATENDIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	136
TABELA 39 - EVOLUÇÃO DE ATENDIMENTO DE DEMANDA.....	136
TABELA 40 - PROJETOS DE EXPANSÃO.....	137
TABELA 41 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	145
TABELA 42 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INFANTIL E FUNDAMENTAL I .....	146
TABELA 43 - HISTÓRICO DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO .....	151
TABELA 44 - MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL/ ANOS INICIAIS.....	152
TABELA 45 - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL/ ANOS FINAIS .....	152

TABELA 46 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL (ENSINO FUNDAMENTAL) - MARÇO / 2015 .....	153
TABELA 47 - MATRÍCULAS DAS UNIDADES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO – 2013 .....	156
TABELA 48- MATRÍCULAS DAS UNIDADES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO – 2014 .....	157
TABELA 49 - CLASSES E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	158
TABELA 50 - MATRÍCULAS NA REDE ESTADUAL .....	159
TABELA 51 - MATRÍCULAS NA REDE PRIVADA .....	159
TABELA 52 - TOTAL DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE TAUBATÉ .....	160
TABELA 53 - AVALIAÇÃO INTERNA DA REDE MUNICIPAL - 1º BIMESTRE DE 2014 .....	175
TABELA 54 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2015 .....	177
TABELA 55 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO -2015 .....	177
TABELA 56 - REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO QUANTO À FORMAÇÃO.....	178
TABELA 57 - REDE ESTADUAL DIURNO – EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE ALUNOS POR SALA .....	178
TABELA 58 - REDE ESTADUAL NOTURNO .....	179
TABELA 59 - REDE MUNICIPAL DIURNO – EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE ALUNOS POR SALA.....	179
TABELA 60 - REDE MUNICIPAL NOTURNO – EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE ALUNOS POR SALA.....	180
TABELA 61 - DISTRIBUIÇÃO DE CLASSES E ALUNOS NO ENSINO MÉDIO DA REDE MUNICIPAL .....	187
TABELA 62- ESCOLAS QUE OFERECEM ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO.....	187
TABELA 63 - RESULTADO DO ENEM POR ESCOLA, EM TAUBATÉ - ENEM 2013.....	192
TABELA 64 – NÚMERO DE MATRÍCULAS EM EJA.....	205
TABELA 65 – SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA .....	214
TABELA 66 – BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA – MOTIVOS DE DESISTÊNCIA ESCOLAR .....	215
TABELA 67 – EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	216
TABELA 68- META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO (IDEB/2013).....	254
TABELA 69- META 15 –FORMAÇÃO DE PROFESSORES - 2013 .....	277